

e s t u d o s

AFRO ASIÁTICOS

ISSN 0101-546X | ANO 25 | SET. DEZ | 2003

| 03

| O MILAGRE DA CRIOLIZAÇÃO: RETROSPECTIVA | A HISTÓRIA DA
ÁFRICA NOS BANCOS ESCOLARES. REPRESENTAÇÕES E IMPRECISÕES NA
LITERATURA DIDÁTICA | "UM RAIOS EM CÉU AZUL". REFLEXÕES SOBRE A
POLÍTICA DE COTAS E A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA | O VALOR
DA DIVERSIDADE RACIAL NAS EMPRESAS | RELAÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL-ÁFRICA: A CÂMARA DE COMÉRCIO AFRO-BRASILEIRA E A
INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS NO MERCADO AFRICANO | CLÓVIS
MOURA E A SOCIOLOGIA DA PRÁXIS | ELITES INTELLECTUAIS E A
CONFORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM CABO VERDE |
RESENHA



UCAM
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

Estudos Afro-Asiáticos

É uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA e do Centro de Estudos Afro-Brasileiros – AFRO, da Universidade Candido Mendes. Divulga trabalhos relacionados aos estudos das relações raciais no Brasil e na diáspora e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e da Ásia.

Diretor

Candido Mendes

Editores

Milton Guran e Rosana Heringer

Coordenação Editorial

Edson Borges

Conselho de Redação

Beluce Belucci, Daniel Aarão Reis, Edson Borges, Hebe Mattos, Keila Grinberg, Marcelo Bittencourt, Marcos Chor Maio, Milton Guran, Rosana Heringer, Osmundo de Araújo Pinho

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio, Antônio Sérgio Guimarães, Beluce Belucci, Caetana Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Edson Borges, Edward Telles, Fernando Rosa Ribeiro, George Reid Andrews, Giralda Seyfert, Jocélio Telles, José Jorge de Carvalho, José Maria Nunes Pereira, Kabengele Munanga, Luiz Cláudio Barcelos, Marcelo Bittencourt, Nelson do Valle Silva, Olívia Maria Gomes da Cunha, Peter Fry, Peter Wade, Ramon Grosfoguel, Reginaldo Prandi, Ronaldo Vainfas, Riquinaldo Amaral Ferreira e Yvonne Maggie.

Conselho Consultivo

Beatriz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Marisa Corrêa, Rita Laura Segato, † Octávio Ianni, Roberto Motta, Robert W. Slenes, Severino Bezerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Solicita-se permuta/We ask for exchange

Editoração e Revisão

Beth Cobra

Secretária

Simone de Freitas Conceição Souza

Centro de Estudos Afro-Brasileiros

Praça Pio X, 7 – 7º andar

20040-020 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel: (21) 2526-2916 – Fax: (21) 2516-3072 –

Web: www.ceab.ucam.edu.br

E-mail: caa@candidomendes.edu.br

MCT



Sumário

Editorial	379
O Milagre da Crioulização: Retrospectiva Richard Price	383
A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática Anderson Ribeiro Oliva	421
“Um raio em céu azul”. Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira Amauri Mendes Pereira	463
O <i>Valor</i> da Diversidade Racial nas Empresas Aaron Myers	483
Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano Ivo de Santana	517
Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Érika Mesquita	557
Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde José Carlos Gomes dos Anjos	579
Resenha <i>Alcool e escravos</i> , de José Curto Luiz Antonio Simas	607

Estudos Afro-Asiáticos está indexada em:
Índice de Ciências Sociais (www.iuperj.br/di/pesquisa.htm)
Scielo (www.scielo.com.br)

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da
Pallas Editora e Distribuidora Ltda.
Editora: Cristina Fernandes Warth
Capa: Luciana Justiniani
Rua Frederico de Albuquerque, 56
21050-840 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2270-0186
E-mail: pallas@alternex.com.br
Homepage: www.pallaseditora.com.br

Editoração Eletrônica
Textos & Formas Ltda.
Telefone: (21) 2516-7997

Os resumos em inglês e francês foram feitos, respectivamente,
por Vanessa Campagnac e Antonio Bezerra Carioca.

Sobre os autores:

Aaron Myers é americano, mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Columbia, Nova York, com foco em Desenvolvimento Econômico e Político, e Estudos Latino-Americanos. Atualmente é Community Fellow na United Way of America. Publicou “Beyond racial quotas: collaborative approaches to addressing Brazil’s racial inequalities” (*Institute of Latin American Studies Newsletter*, New York, Columbia University, Spring 2003). E-mail: aaromyer@yahoo.com

Anderson Ribeiro Oliva é mestre e doutorando em História Social pela Universidade de Brasília – UnB, e professor de História da África da UPIS-DF. É autor de “Sobre a cor da noite. Teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX” (*Revista Múltipla*, vol. 8, nº 14, pp. 87-123, 2003). E-mail: oliva@unb.br

Amauri Mendes Pereira é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros – AFRO, da Universidade Candido Mendes e doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: amendes@candidomendes.edu.br

Érika Mesquita é mestre em Sociologia e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É autora de “O preconceito racial na obra de Clóvis Moura”, in Almeida (org.), *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura* (Editora UFAL, 2003) e *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira* (Editora UFAL, no prelo). E-mail: erika@ige.unicamp.br

Ivo de Santana é analista do Banco Central do Brasil e mestre em Administração de Empresas e Comércio Internacional pela Universidad de Extremadura. E-mail: ivo.santana@bcb.gov.br

José Carlos Gomes dos Anjos é cabo-verdiano, doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual é professor do Departamento de Sociologia. É autor de *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde* (Praia, INIPC, 2002) e, com Sérgio Baptista da Silva, organizou *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais* (Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004). E-mail: jcdosanjos@yahoo.com.br

Luiz Antonio Simas é mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e pesquisador do Centro de Cultura da Diáspora Africana da comunidade Égbe Ifalashé. E-mail: lasimas@brfree.com.br

Richard Price é americano, antropólogo, autor de inúmeros livros, entre os quais *O nascimento da cultura afro-americana* (Rio de Janeiro, Pallas/Afro-UCAM, 1993), *First-Time: the historical vision of na Afro-American people* (Baltimore/London, Johns Hopkins University Press, 1983) e *Alabi's World* (Baltimore/London, Johns Hopkins University Press, 1990). E-mail: rixsal@earthlink.net

Editorial

É com satisfação que apresentamos aos nossos assinantes e leitores mais um número da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, editada conjuntamente pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos e pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Candido Mendes.

No ano em que completou 25 anos de existência, nossa revista se orgulha de continuar a desempenhar um importante papel na divulgação de trabalhos científicos de qualidade, voltados para o estudo das relações raciais no Brasil, da diáspora africana e de aspectos históricos e socioculturais da Ásia e África.

Este número marca uma nova fase de nossa publicação, após o trabalho desempenhado por vários anos pelo Prof. Livio Sansone à frente da revista. Ao assumirmos em conjunto esta editoria, pretendemos continuar realizando, de forma responsável e competente, o trabalho de prospecção e seleção de artigos, sempre privilegiando trabalhos inéditos, frutos de pesquisas acadêmicas, que possam lançar novas luzes e ângulos de compreensão sobre tantos dilemas e impasses que permanecem presentes em nossos campos de pesquisa.

Este momento é particularmente relevante para a divulgação de trabalhos no campo dos estudos afro-asiáticos e das relações raciais no Brasil. O atual governo brasileiro, a partir de 2003, tem intensificado suas relações de aproximação com países da Ásia e da África, realizando, ao longo de seus primeiros dezoito meses, viagens a diferentes países da região, entre eles a África do Sul, a Índia e a China. Esta aproximação política e comercial tende a suscitar novas questões e temas de debate para os estudiosos de relações internacionais e particularmente das articulações entre estas nações que hoje lideram o bloco dos países em desenvolvimento.

Da mesma forma, a conjuntura política e social é oportuna em relação ao debate sobre relações raciais no Brasil. Vivemos, a partir de 2001 – tendo como ponto de referência a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul – um momento de grandes mudanças em relação às políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. Diversas iniciativas têm sido desenvolvidas tanto por órgãos públicos quanto pelo setor privado, e também por organizações da sociedade civil, demarcando uma conjuntura nova e em permanente transformação. Notadamente, destacamos o debate e as iniciativas em torno dos progra-

mas de ampliação do acesso ao ensino superior, que têm mobilizado corações e mentes de diferentes setores da sociedade brasileira no período recente.

Procurando refletir sobre alguns dos desafios apresentados por esta conjuntura nacional e internacional, este número da revista traz sete artigos e uma resenha que cobrem diferentes aspectos históricos e contemporâneos sobre os temas em questão. Inicialmente, o antropólogo Richard Price, co-autor do já clássico trabalho *O Nascimento da Cultura Afro-Americana* – publicado pelo CEAB e pela editora Pallas em 2003 – brinda-nos com mais uma reflexão criativa e oportuna sobre diferentes nuances da presença dos africanos e seus descendentes nas Américas, demonstrando aspectos sociais e culturais que se manifestam a partir destes diferentes tipos de encontro. Price aborda este debate retomando questões teóricas levantadas em seus trabalhos anteriores, inclusive dialogando com seus críticos.

Em seguida, apresentamos o trabalho de Anderson Ribeiro Oliva, professor, em Brasília, de História da África, uma contribuição sobre tema extremamente oportuno na atual conjuntura sobre a luta contra o racismo no Brasil. Oliva reflete sobre as representações vigentes no material didático utilizado para o ensino de História da África no Brasil. Esta abordagem é particularmente oportuna neste momento em que diversos setores do governo, principalmente o Ministério da Educação e a Fundação Cultural Palmares, se mobilizam para colocar em prática as diretrizes e a definição do conteúdo para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras no país, em cumprimento à legislação vigente a partir de 2003.

Amauri Mendes Pereira nos oferece uma reflexão, também inédita e ousada, na qual desenvolve uma reflexão a respeito do atual debate sobre ação afirmativa e política de cotas no Brasil, para, a partir do mesmo, avançar numa análise mais abrangente sobre como o pensamento social brasileiro vem historicamente enfrentando os dilemas do racismo e das desigualdades raciais.

Aaron Myers, mestre em Relações Internacionais e pesquisador visitante do Centro de Estudos Afro-Brasileiros no período de setembro de 2003 a março de 2004, apresenta-nos um quadro atualizado e inédito das ações em curso voltadas para a promoção da diversidade no ambiente corporativo, em estudo elaborado a partir de uma pesquisa de campo realizada junto a empresas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O trabalho de Ivo de Santana, que atua na área financeira, aborda, por sua vez, o tema da intermediação de negócios no mercado africano, a partir da análise da atuação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Refletindo sobre a produção acadêmica voltada para as relações raciais no Brasil, Erika Mesquita nos traz uma contribuição original a partir da sua dissertação de mestrado em Sociologia que abordou a contribuição de Clóvis Moura para a Sociologia brasileira e para o estudo sobre relações raciais em particular. Ao publicar este artigo, aproveitamos também para prestar uma homenagem a este incansável intelectual e ativista contra o racismo, falecido recentemente.

Para completar, José Carlos dos Anjos examina dois processos correlacionados à constituição de elites intelectuais em Cabo Verde, enfocando a disputa das várias versões sobre a identidade cultural das ilhas e a problemática da mediação política e cultural, isto é, de como diferentes lógicas (política, literárias) se articulam na relação entre a posição de produtor cultural e a condição de mediação cultural e política.

Temos, ainda, na seção Resenhas, os comentários sobre o livro *Álcool e escravos*, do autor português José C. Curto, que sistematiza as implicações de uma atividade comercial que marcou as economias da África, do Brasil e de Portugal.

Esperamos que a edição de mais este número propicie uma ampliação e diversificação das perspectivas no campo dos estudos afro-asiáticos e das relações raciais no Brasil. Agradecemos a colaboração de todos os autores, pareceristas e das equipes do CEAA e do CEAB, que tornaram possível a elaboração deste número que agora chega às mãos dos leitores. Em particular, agradecemos o apoio permanente da Universidade Candido Mendes e do CNPq, que tornam possível a continuidade deste projeto.

Tenham uma boa leitura!

Milton Guran e Rosana Heringer
Editores



O Milagre da Crioulização: Retrospectiva¹

Richard Price

Resumo

Neste ensaio o autor expande, desenvolve e atualiza idéias originalmente elaboradas no clássico *O nascimento da cultura afro-americana*, de 1973, no qual os autores propõem uma interpretação para o surgimento de formas culturais africano-americanas originais determinada pelo contexto das *plantation societies*. Ao mesmo tempo procura responder às críticas dirigidas contra o modelo desenvolvido nesse livro. As críticas podem ser associadas à “virada discursiva” prevaiente em muitos estudos contemporâneos, por um lado. Por outro, se ligam a uma interpretação engajada do passado africano-americano informada por teorias afrocêntricas ou críticas da supremacia branca e do eurocentrismo.

Palavras-chave: afro-americano, crioulização, negro, afrocentrismo, eurocentrismo, *plantation societies*.

Abstract

The miracle of blackening: retrospective

In this essay, the author develops ideas originally shown in 1973, in *O Nascimento da Cultura Afro-Americana*, in which the author proposes an interpretation of the original African-American cultural forms, determined by the plantation societies context. And it also tries to answer some critics directed to the model developed in this book. The critics might be associated to the prevailing “discursive turning-point” in recent studies. On the other hand, the critics can be related to an interpretation engaged in the African-American past, nurtured by the theories that believe in Africa as the center of all (“African-centrists”) or

Richard Price

by critics of the white supremacy and the theory that believes in Europe as the center of all ("European-centrists")

Keywords: African-American, blackening, Negro, Afrocentrism, Eurocentrism, plantation societies.

Résumé

Le miracle du métissage. Retrospective

Dans cet essai, l'auteur répond, développe et actualise des idées élaborées à l'origine dans le livre classique "La naissance de la culture afro-américaine", de 1973, dans lequel les auteurs proposent une interprétation pour le surgissement de formes culturelles afro-américaines originales qui sont déterminées par le contexte des "plantation societies". En même temps, il cherche à répondre aux critiques dirigées contre le modèle développé dans ce livre. D'un côté, les critiques peuvent être associées au "détournement discousif" qui prévaut dans de nombreuses études contemporaines; d'un autre côté, elles sont liées à une interprétation engagée du passé afro-américain informée par des théories afrocentriques ou par des critiques de la suprématie blanche et celle de l'eurocentrisme.

Mots-clés: afro-américain, métissage, Noir, afrocentrisme, eurocentrisme, plantation societies.

Uns vinte anos atrás, quando éramos colegas na Universidade Johns Hopkins, Sid Mintz costumava me dizer que, quando abria a boca para dizer alguma coisa num seminário, era comum ter medo de que dela saíssem traças. Ao me aproximar da idade que ele tinha na época, começo a entender do que estava falando. Neste artigo, assumo a tarefa de expandir algumas idéias do ensaio que escrevi com Mintz em 1972 – que apresentamos em público em 1973, imprimimos em ofsete em 1976 e publicamos comercialmente, com um novo prefácio, como *O nascimento da cultura africano-americana*, em 1992 (tradução em português, 2003). Esse prefácio discorreu sobre parte da história da acolhida dada àquele trabalho, observando que a publicação original

foi recebida, em algumas áreas, pelo que constituiu — para nós — uma hostilidade surpreendente, acompanhada pela acusação de que negava a existência de uma herança africana nas Américas. Muitas dessas reações pareceram originar-se num desejo de polarizar os estudos afro-americanistas numa posição puramente “pró” ou “contra”, com respeito à preservação de formas culturais africanas. Por exemplo, Mervyn Alleyne chamou-nos de “teóricos da criação”, acusando-nos de uma atenção exagerada para com a criatividade cultural dos africanos escravizados no Novo Mundo; no entanto, seu próprio livro chega a conclusões próximas das nossas. Daniel Crowley criticou duramente o livro de Sally e Richard Price, *Afro-American arts of the Suriname rain forest* [*Artes afro-americanas da floresta tropical do Suriname*], que desenvolve a abordagem conceitual num contexto histórico específico, e o acusou de “exagerar extravagantemente uma boa argumentação”. Joey Dillard considerou os autores como “não [estando] completamente do lado dos anjos” e tendo argumentos “controvertidos, se não decididamente heréticos”. (Mintz & Price, 2003:7-8)

Nos últimos anos, desde que aquele ensaio atingiu um público maior, essas controvérsias se intensificaram. Na verdade, descobro-me agora (assim como a meu trabalho, incluindo, mas dificilmente limitando-se ao ensaio de M&P) mais enredado do que nunca numa série de debates, às vezes ásperos. Minha intenção, neste artigo, é tentar definir algumas das questões, esclarecer o que

está em jogo em termos teóricos e metodológicos e sugerir maneiras pelas quais alguns aspectos do “modelo de M&P” poderiam ser usados com proveito na exploração contínua do passado africano-americano.²

Foi entre os historiadores da escravidão norte-americana que essas questões entraram recentemente num debate mais acalorado (talvez pelo fato de os historiadores norte-americanos da escravidão haverem chegado muito recentemente ao estudo do “processo”). Como agora ficou claro, muitas das obras canônicas sobre a escravidão e as comunidades de escravos nos Estados Unidos – por exemplo, Blassingame (1972), Genovese (1974), Rawick (1972) – trataram essa “instituição peculiar” de modo predominantemente sincrônico, baseando suas interpretações quase que exclusivamente no histórico oitocentista anterior à guerra, que é sedutoramente rico. Nos últimos anos, contudo, praticamente uma enxurrada de livros de história tem-se dedicado ao *desenvolvimento* da escravidão norte-americana, desigual e variável conforme a região, e boa parte do debate voltou-se para os aspectos mutáveis da vida cultural dos escravos. Os seguintes tipos de perguntas (antes antropológicas) vêm hoje sendo formulados, com frequência cada vez maior, pelos historiadores norte-americanos: quão “eticamente” homogêneos (ou heterogêneos) eram os africanos escravizados que chegaram a localidades específicas e quais foram as conseqüências culturais disso? Quais foram os processos pelos quais esses africanos tornaram-se africano-americanos? Com que rapidez e de que maneira os africanos transportados para as Américas como escravos, bem como seus descendentes africano-americanos, começaram a pensar e agir como membros de novas comunidades – isto é, quão rápida foi a crioulização? De que formas os africanos recém-chegados escolheram – e conseguiram – dar continuidade a determinados modos de pensar e de agir que vinham do Mundo Antigo? Como foi que os vários perfis demográficos e condições sociais das *plantations* do Novo Mundo, em determinadas épocas e lugares, incentivaram ou inibiram esses processos? Até mesmo um exame superficial de obras tão discutidas como *Many thousands gone*, de Ira Berlin, *Exchanging our country marks*, de Michael Gomez, *Slave counterpoint*, de Philip Morgan, ou *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800*, de John Thornton – todos publicados nos últimos anos – mostra a que ponto essas perguntas, subitamente, tornaram-se importantes e polêmicas para os que praticam a História norte-americana.

Um segundo conjunto de questões — de interesse reconhecidamente menor para os historiadores propriamente ditos — veio à baila, de modo sumamente vigoroso, num ensaio do antropólogo jamaicano David Scott (1991), que sugere que os antropólogos dedicados ao estudo da afro-América devem desviar a atenção do esforço inútil, e talvez até moralmente suspeito, de expor, verificar ou corroborar “passados africano-americanos autênticos” (“o que realmente aconteceu”) e, em vez disso, concentrá-la em como os africano-americanos de várias partes do hemisfério contemplam seu passado e falam e agem em termos dele.³ Nosso foco, diz ele, deveria incidir sobre a “tradição” — por exemplo, os modos como os africano-americanos empregam a “África”, a “escravidão” ou “a Rota do Meio” “na construção narrativa de relações entre passados, presentes e futuros” (p. 278). “Que espaço”, diz ele que deveríamos perguntar, “ocupam a África e a escravidão na economia política do discurso local?” (p. 279). Em suma, deveríamos concentrar-nos no “discurso” e nas realidades que ele cria, em vez de fazer vãs tentativas de reconstituir “eventos”. Ao longo do ensaio, Scott usa o trabalho de Melville Herskovits e meu livro *First-Time* (1983a) como exemplos de duas etapas daquilo que vê como uma busca antropológica unitária. “Não admira”, diz ele, que a antropologia africano-americana “manifeste uma profunda inclinação humanista para uma história das continuidades, e que abrace a tarefa convicta de demonstrar a integridade e a inalterabilidade do velho no novo e do passado no presente” (p. 262). E, nessa narrativa, “África” e “escravidão” constituem os pontos de referência. “Na economia discursiva ou narrativa dessa problemática antropológica, *escravidão* e *África* funcionam como termos praticamente intercambiáveis, ou, dito de outra maneira, a escravidão, na obra de Price, passa a exercer o mesmo trabalho retórico-conceitual que a África na obra de Herskovits” (p. 263). “Ambos”, prossegue ele, “giram em torno de uma clara tentativa de relacionar as ‘culturas’ dos ex-africanos/ex-escravos com o que poderíamos chamar de um passado autêntico, ou seja, um passado antropológicamente identificável, etnologicamente recuperável e textualmente representável” (p. 263).⁴

Seja qual for o incômodo de Scott diante dessa narrativa-mestra da continuidade e da ideologia que ele acredita ser-lhe subjacente, não parece haver dúvida de que os historiadores da escravidão, assim como os antropólogos afro-americanistas, em geral a têm endossado. Aliás, eu diria que essa é uma narrativa quintessencialmente *norte-americana* (estadunidense), proveniente, em par-

te, das especificidades do racismo norte-americano, e não de uma especificidade estritamente antropológica.

Eu gostaria de distinguir e examinar duas versões rivais do que Scott entende por uma única narrativa-mestra, pois creio que persiste uma distância considerável e significativa entre a exposição dos passados de Saramaca feita pelos Herskovitses e a feita pelos Prices, ou entre a descrição do desenvolvimento da vida escrava, na América do Norte colonial, formulada por John Thornton ou Michael Gomez e a formulada por Ira Berlin ou Philip Morgan. Eu também insistiria, para o objetivo atual, em que essas versões rivais de tal narrativa-mestra da continuidade diferem significativamente — nos planos ideológico, metodológico e teórico. Mais adiante, tentarei sugerir como se poderia combinar o foco de Scott no discurso com um interesse pela história mais tradicional, a fim de gerar uma abordagem antropológica dos passados afro-americanos que seja a um tempo sólida, rigorosa e ideologicamente defensável.



A Versão Número Um contemporânea da narrativa-mestra da continuidade é militantemente afrocêntrica, enfatizando o papel contínuo das etnicidades africanas nas Américas, e, muitas vezes, é explicitamente montada contra as teses do ensaio de M&P. Tomo dois livros recentes como exemplos: o de Gomez, de 1998, e o de Thornton, de 1998a. Primeiro, porém, eu gostaria de preparar o terreno com alguns excertos de um texto mais programático de Paul Lovejoy (1997), que capta o sabor do discurso:

A perspectiva “afrocêntrica” supera uma deficiência fundamental na história dos africanos nas Américas, tal como analisada por muitos historiadores da escravatura, em particular os que se identificam com o modelo de “crioulização” desenvolvido por Sidney Mintz e Richard Price. [...] O foco proveniente da África implica que nem todos os escravos que foram para as Américas foram completamente desarraigados[,] como presume o modelo da “crioulização”. [...] As implicações dessas suposições africanistas formam um nítido contraste com as da “escola da crioulização”, que nega implicitamente a possibilidade de vínculos significativos contínuos, embora intermitentes, entre a África e a diáspora. [...] O modelo crioulo presume que a história africana não atravessou o Atlântico, porque a população escravizada tinha origens diversas demais para sustentar as continuidades da história. A disjunção é o conceito-chave. [...] Por causa desses antecedentes despersonalizados, só os “princípios culturais de nível profundo” sobreviveram à travessia do Atlântico. [...] [De acordo com o modelo da crioulização,] a crioulização resultou na rápida assimi-

lação dos escravos africanos na “nova” cultura híbrida que evoluiu nas Américas. Ao rejeitar a preocupação de Herskovits com os “remanescentes”, [...] Mintz e Price e seus protegidos subscrevem, na verdade, a visão de E. Franklin Frazier de que a cultura das Américas era “nova”. [...] Para os crioulistas, [...] “crioulo” significava, inevitavelmente, a “europeização” dos escravos oprimidos. [...] Eu diria que o conceito de crioulização, tal como costuma ser aplicado, é eurocêntrico, enfatizando o quanto a cultura africana foi subsumida e amalgamada, durante a escravidão, num molde “americano” que reforçou a dominação das pessoas de ascendência europeia. [...] O processo de adaptação e invenção nas Américas, tal como entendido por Mintz-Price, pressupõe a destruição das culturas africanas. [...] A concentração nas Américas, que é explícita nas teorias da crioulização, efetivamente neutraliza a história africana. [...] A perspectiva das Américas, tal como concebida pela escola da crioulização, comumente faz uma representação equivocada da África e, a rigor, é anistórica. (Lovejoy, 1997:1, 2, 4, 6, 7, 16)

A meu ver, essa retórica “afrocêntrica” que está em voga hoje em dia⁵ serve, infelizmente, para polarizar e inflamar — pela criação de “escolas”, pela insistência na visão superior dos africanistas e pelas distorções crassas do “modelo” de M&P —, desviando estudiosos e alunos dos desafios propriamente históricos que nos confrontam.

A história que nos conta Michael Gomez em *Exchanging our country marks: the transformation of African identities in the colonial and Antebellum South* (1998) segue a tradição nacionalista cultural de *Slave culture*, de Sterling Stuckey (1987), porém modulada por um conhecimento muito mais pormenorizado da África. A grande afirmação do livro é que, “Do período colonial até o período que antecedeu a Guerra da Secessão, os africanos passaram aos poucos por um processo mediante o qual a base de seu autoconceito transferiu-se da etnicidade para a raça” (Gomez, 1998:242). Mas essa afirmação anódina é complementada por inúmeras historietas e exemplos, destinados a promover a hipótese de que determinadas etnicidades africanas desempenharam um papel mais determinante — e por um período muito mais longo — na vida dos escravos norte-americanos do que se supunha anteriormente. Para citar um exemplo típico, Gomez escreve que

Anna Miller, de Frogtown e Currytown, nos limites ocidentais do Savannah, também atestou, na década de 1930, que vários dos trabalhadores mais velhos da *plantation* de Butler Island falavam uma “língua engraçada”. Tony William Delegal, que tinha mais de cem anos na época, sabia até cantar uma canção africana. [...]. O próprio fato de Delegal (uma forma de Senegal?) conseguir recordar a letra é um testemunho de que as

Línguas africanas foram mantidas vivas pelos nascidos na África e, em certas situações, transmitidas aos descendentes." (*ibidem*:174).

Tais historietas e exemplos são respaldados pelo que me parecem ser afirmações bastante infundadas (e, em geral, não historicizadas e não regionalizadas). Por exemplo,

Há indícios suficientes para demonstrar que muitos africanos, se não a maioria deles, continuaram a falar suas línguas nativas na América do Norte. [...] Não há comprovação sólida que corrobore a idéia popular de que os africanos recém-chegados de uma mesma etnicidade ou área de origem eram separados. Ao contrário, há todas as razões para crer que eram mantidos juntos. [...] Na falta de informações capazes de corroborar as divisões intra-étnicas como um fenômeno geral, pode-se apenas postular a probabilidade de que os cativos vindos de uma mesma área fossem comprados e instalados juntos. [...] Em qualquer época anterior a 1830, é possível que 2/3 a 3/4 de todos os escravos nascidos na África não soubessem falar ou não falassem um inglês ou francês reconhecíveis. Isso significa que ou falavam uns com os outros em suas línguas nativas, ou usavam uma versão tão africanizada do inglês/francês que ela era ininteligível para os brancos, ou ambas as coisas. [...] A retirada para o Maroon foi uma tentativa de recriar a África nos charcos e nos recônditos da América e, como tal, teria acarretado um certo grau de reafirmação da etnicidade. [...] Em 1720, portanto, a comunidade escrava [da América do Norte], para todos os fins práticos, era africana. [...] Durante todo o período colonial, a vasta maioria dos escravos nascidos na África e sua prole continuaram a praticar diversas religiões africanas. [...] O desenvolvimento da sociedade africano-americana até 1830 foi, essencialmente, produto das contribuições feitas por grupos étnicos [africanos] específicos. (*ibidem*: 172, 173, 180, 184, 194, 246 e 291)

Vale a pena notar que os desafios enfrentados pelos escravos, tal como Gomez os retrata, soam muito parecidos com os evocados por M&P, por exemplo:

No decorrer da interação de africanos com africano-americanos, houve muitos dados a serem negociados. As preocupações do dia-a-dia forneciam o arcabouço para grande parte do intercâmbio. As mulheres e homens dos dois lados do Atlântico discutiriam, necessariamente, quais eram as melhores maneiras de criar os filhos e instilar disciplina, o cuidado adequado com os idosos e enfermos, os melhores métodos de pesca e o que constituía uma conduta respeitável na presença dos mais velhos. [...] Ou seja, os negros tiveram que recriar sua sociedade, sua vida íntima coletiva, recorrendo a um sem-número de paradigmas étnicos e recebendo informações da crise vigente. (*ibidem*:14-15)

Mas o entendimento de Gomez sobre como os escravos enfrentaram esses desafios difere radicalmente do modelo de M&P,

ênfatizando sistematicamente a persistência de etnicidades africanas (quase essencializadas). Seus mapas detalhados da África ocidental e central, com os supostos destinos de várias etnicidades africanas na América do Norte, esquivam-se justamente das questões que, a meu ver, os historiadores deveriam explorar com a mente mais aberta possível. Para mim, a organização do livro de Gomez – com capítulos centrais dedicados ao destino que tiveram nas Américas, primeiro, as pessoas provenientes do Senegâmbia e do golfo de Benin, depois, os africanos islâmicos, os serra-leoneses e acãs e, por último, os ibos e os africanos do Centro-Oeste africano – constitui uma hipótese que continua não comprovada e que, em muitos casos (alguns dos quais devem ficar claros pelas citações acima), contraria inteiramente os fatos. O ponto em que Gomez mostra o melhor de si, a meu ver, é na manutenção da ênfase na importância da hegemonia e da subjugação – e resistência –, ao explorar o desenvolvimento da cultura africano-americana e ao nos lembrar que, muitas vezes, os africano-americanos “engajavam-se mais em estilos de vida multiculturais do que sincréticos” (*ibidem*:10).

John Thornton, em *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1800*, reitera o apelo a uma perspectiva especificamente africanista sobre o desenrolar da etnicidade em lugares e períodos particulares nas Américas. Não obstante, seu material me parece muito mais convincente no que concerne à África – sobretudo o Centro-Oeste africano – do que às Américas. (Aliás, a primeira edição de seu livro foi pioneira na demonstração do caráter disseminado e da importância da movimentação de pessoas e idéias, das trocas interculturais e de vários tipos de sincretismos e crioulizações – ora envolvendo os invasores e comerciantes europeus, ora não – dentro da própria África.) Ao se voltar para as Américas, entretanto, Thornton começa a escrever explicitamente contra o modelo de M&P, afirmando que ele retrata “a mistura resultante” como “nitidamente européia e voltada para a Europa, com os componentes africanos a lhe dar mais sabor do que substância” (Thornton, 1992a:184). E, no tocante à questão crucial da heterogeneidade cultural dos africanos importados pelo Novo Mundo, embora assinale que, “de modo geral, as pesquisas modernas vêm tendendo a ladear com Mintz e Price, que afirmam ter havido grandes diferenças entre as culturas do litoral atlântico da África” (*idem*), Thornton procura mostrar que isso representa um exagero e que os africanos “nem de longe eram tão diversificados, a ponto de criar o tipo de confusão cultural postulada pelos que vêm a di-

versidade africana como uma barreira ao desenvolvimento de uma cultura americana baseada na África” (*ibidem*:187). (É escusado dizer que nem Mintz nem Price jamais imaginaram ter havido uma “confusão cultural”, tampouco qualquer deles jamais viu a diversidade como uma “barreira”. Antes — e, neste ponto, falo explicitamente por mim —, apresentei sistematicamente a diversidade cultural africana *como um incentivo ao sincretismo e à criouliização inter-africanos*.) Thornton afirma ainda que, nas grandes *plantations* das Américas, “os escravos, tipicamente, não tinham dificuldade de encontrar membros de sua própria nação com quem se comunicar” (*ibidem*:199), e que “o tráfico de escravos e a transferência subsequente para as *plantations* do Novo Mundo, portanto, não foram um processo tão aleatório quanto o postulado pelos que afirmam que os africanos tiveram que partir do zero, em termos culturais, ao chegarem ao Novo Mundo” (*ibidem*:204). Eu gostaria de observar que a idéia de os afro-americanos haverem “partido do zero” não é uma posição endossada por ninguém há décadas, a despeito da afirmação de Lovejoy (citada acima) de que “Mintz e Price e seus protegidos subscrevem, na verdade, a visão de E. Franklin Frazier de que a cultura das Américas era ‘nova’”.

Na versão do Panorama Geral fornecida por Thornton, a África impera triunfal, sistematicamente. Por exemplo, ele escreve que

Às vésperas da revolução de São Domingos, é muito provável que o quicongo também fosse a primeira língua mais comumente falada, ou se guisse muito de perto o francês. Na verdade, os líderes crioulos da revolução de 1791 queixavam-se de que a maioria de seus seguidores “mal conseguia entender duas palavras de francês” (*ibidem*:321).

Mas, de uma perspectiva americanista, seria útil assinalar que as opções de fala dessas pessoas não eram uma simples língua materna africana ou o francês. Aliás, em sua grande maioria, esses haitianos deviam falar uns com os outros em *sua própria língua comum* — nem o quicongo nem o francês, mas uma nova língua que eles (e as gerações de escravos africanos e seus descendentes que os precederam) haviam criado em São Domingos: o crioulo haitiano.⁷

Eu gostaria de assinalar a tendência dos proponentes da postura afrocêntrica a desconhecer, sistematicamente, a massa de dados contrários que continuam a se acumular em todas as Américas (inclusive o trabalho feito por Sally e eu sobre a criouliização rápida do Suriname). Aguardei com grande expectativa a publicação da

edição revista de *Africa and Africans*, de Thornton, cuja primeira edição havia parado em 1680 – ou seja, pouco antes da fundação das comunidades de quilombolas no Suriname. Como a segunda edição prometera atualizar os dados até 1800, mandei que fosse despachada dos Estados Unidos para mim no Brasil, onde eu estava lecionando por um semestre. Mas, como dizem os franceses, *Quelle déception!* Nem uma palavra (ou sequer um erro tipográfico) foi modificada ou revisada nos dez primeiros capítulos. E o novo capítulo final sobre o século XVIII dedicou apenas um único parágrafo aos quilombolas do Suriname (cuja história primitiva e cujo desenvolvimento cultural estão hoje tão criteriosamente documentados, talvez, quanto os de qualquer sociedade da afro-América, e que, por si mesmos, constituem um poderoso exemplo contrário às generalizações de Thornton), e esse parágrafo baseou-se numa única fonte — um artigo de um professor holandês de Antropologia que nunca fez nenhum trabalho de campo entre os quilombolas.

Sem dúvida, esse tipo de apagamento deliberado dos conhecimentos contrários é tão lastimável quanto desnecessário.⁸ Os dois campos professam compartilhar as mesmas metas intelectuais. É como se estivéssemos diante de um (pseudo) debate, baseado, até certo ponto, no carreirismo (numa rivalidade entre africanistas e americanistas e, vez por outra, entre historiadores e antropólogos), ou, o que é mais importante, nas ideologias ou *partis pris* subjacentes (que mal chegaram a ser reconhecidos e, com certeza, ainda não foram analisados por escrito). Como observou secamente Trouillot,

As teorias da crioulização ou das sociedades crioulas, as avaliações do que significa ser “crioulo”, por sua vez, ainda são muito afetadas pela sensibilidade ideológica e política dos observadores. [...] Todos tomam a crioulização como uma totalidade, e portanto, distante demais das circunstâncias concretas enfrentadas pelos indivíduos engajados nesse processo. Todos esses modelos invocam a história. [...] No entanto, as condições históricas da produção cultural raramente se tornam uma parte fundamental e necessária das descrições ou análises geradas por esses modelos. Os apelos a um exame mais refinado das particularidades históricas [e, nesse ponto, o autor indica o ensaio de M&P, numa nota de rodapé] continuam caindo em ouvidos moucos. (Trouillot, 1998:8-9)⁹

O ensaio de M&P procurou, antes de mais nada, propor uma *abordagem* para o estudo do passado africano-americano (aliás, isso ficou explícito em seu título original: *Uma abordagem antropológica do passado afro-americano*). Para o estudo da escravi-

dão nas Américas, ele tentou expor o tipo de constantes (por exemplo, as realidades das diferenças de poder) e o tipo de variáveis (por exemplo, demográficas, culturais, geográficas) que mereceriam a atenção dos estudiosos. Presumiu que, apesar de alguns traços comuns baseados nas relações de poder, a escravidão na Virgínia oitocentista, por exemplo, teria sido, em aspectos significativos, uma instituição diferente da escravidão no México seiscentista ou na São Domingos setecentista, e tentou apontar os tipos de processos que acarretariam essas diferenças. O toque de clarim do ensaio de M&P consistiu na historicização e na contextualização — a mesma exploração criteriosa dos detalhes sócio-históricos a que Mintz conclamara, inicialmente, no estudo das línguas crioulas, na década de 1960 (Mintz, 1971). No entanto, ao expor sua tese, o ensaio de M&P parece ter dado a alguns leitores a impressão de que os processos de crioulição relativamente serenos, rápidos e irreversíveis foram, necessariamente, a norma em todas as Américas. Ou seja, num ou noutro momento, ele pode ter ido mais longe do que pretendiam seus autores na sugestão de um modelo do “que realmente aconteceu” (em contraste com um modelo *metodológico*). E nisso, sugeriria eu, talvez parte da culpa tenha sido de minha própria experiência, então recente, com os saramacanos.

David Scott sugeriu que Herskovits e eu “descobrimos” nossos modelos de antropologia afro-americana entre os saramacanos (que assim, no dizer dele, tornaram-se “uma espécie de metonímia antropológica [...], proporcionando o campo exemplar em que defender certas afirmações antropológicas sobre um domínio discursivo chamado afro-América” [1991:269]). E uma leitura recente dos diários de campo de Herskovits em Saramaca (Price & Price, 2003b) confirmou a implicação de Scott de que, basicamente, Herskovits descobriu o que se dispusera a demonstrar (ver também Herskovits, 1969). No meu caso, porém, creio ter ficado sinceramente surpreso com (e despreparado para) a importância do discurso da “primeira vez” (de resistência à escravidão) encontrado na vida atual de Saramaca. Seja como for, na medida em que Scott sublinha que o antropólogo é produto de sua época e lugar e (será que me atrevo a dizê-lo?) de sua posição de sujeito, e que a África estivera tão no ar na Nova York do Renascimento do Harlem, na década de 1920, quanto a resistência (à escravatura e a outras opressões mais atuais) esteve no ar (assim como o gás lacrimogêneo) na Cambridge e na New Haven da década de 1960 (Bobby Seale e os Panteras estavam sendo julgados a poucos quarteirões de distância, no primeiro dia em que lecionei em Yale), não há dúvida

de que ele captou alguma coisa. Enquanto colaborava no ensaio de M&P, eu tinha muito presentes na lembrança as minhas experiências recentes com os saramacanos, e grande parte de minha contribuição para esse trabalho deve ter sido moldada por elas. E é bem possível que o fato de os ancestrais dos saramacanos modernos — em virtude das especificidades de sua situação histórica — terem forjado sua sociedade mediante processos de crioulização mais rápidos e serenos do que os africanos que chegaram a outras partes das Américas tenha influenciado o esboço sumário que fornecemos. Por esta razão, é crucial separar o modelo metodológico, que creio ainda ter uma pertinência bastante geral, dos exemplos particulares que apresentamos (os quais, hoje em dia, poderiam ser muito expandidos, com base em tudo o que os estudiosos aprenderam nos 25 anos decorridos desde então).¹⁰

Como sugere Trouillot, devemos continuar a insistir nas particularidades históricas.¹¹ E, quando Thornton e outros historiadores afrocêntricos passam do Panorama Geral (no qual as “preferências ideológicas” impulsionam sua narrativa) para “as circunstâncias concretas enfrentadas pelos indivíduos envolvidos no processo” de crioulização, é comum oferecerem percepções instigantes e levantarem problemas importantes para estudos adicionais.¹² Por exemplo, as investigações de Thornton sobre o papel dos escravos nascidos no Congo entre os participantes da Rebelião de Stono de 1739 (1991) e a Revolução Haitiana (1993) descortinam novas perspectivas intrigantes.¹³ Ao que parece, quanto mais específico (limitado no tempo e no espaço) é o estudo afrocêntrico dos fenômenos americanos, melhores são suas chances de ser historicamente persuasivo. Um artigo de Ray Kea, o historiador da Costa do Ouro, sobre uma revolta de escravos do século XVIII, nas Índias Ocidentais Holandesas, é um bom exemplo disso: ele consegue extrair com considerável sutileza, as conseqüências das origens “amina” dos escravos envolvidos, ajudando-nos a imaginar a mentalidade (ideologias, idéias sobre a autoridade, idéias sobre a morte) de pessoas que eram embarcadas num determinado porto, em determinada ocasião, em vista de determinadas circunstâncias locais da África, e a descrever um pouco como algumas delas se portaram num evento específico no Novo Mundo (Kea, 1992). Em suma, não há dúvida de que tal perspectiva africanista tem seu lugar em nosso instrumental para compreender os modos como os africanos escravizados e seus descendentes criaram comunidades e instituições em suas novas pátrias. Se usada a serviço de uma contextualização e historicização maiores, e não para promover um

ataque generalizado e tendencioso à crioulização, tal perspectiva, embasada num rico conhecimento da história africana, não pode deixar de contribuir para nossa compreensão dos acontecimentos do lado de cá do Atlântico.

Voltando ao Panorama Geral — à narrativa mestra da continuidade —, poderíamos resumir a Versão Número Um como uma sucessora contemporânea, militantemente afrocêntrica, da narrativa dos remanescentes africanos criada por Herskovits nas décadas de 1920 e 1930 e aprimorada por Robert Farris Thompson nas de 1970 e 1980. Compatível com as posturas africano-americanas nacionalistas e culturais, ela enfatiza o poder de resistência das etnicidades africanas e esvazia os processos de crioulização ou miscigenação.



A Versão Número Dois, tal como expressa por historiadores norte-americanos contemporâneos, nasce do profundo conhecimento do Novo Mundo pelos estudiosos, em contraste com as realidades africanas, e portanto, é mais rica em sua textura histórica concernente à escravidão. É plenamente compatível com o projeto do ensaio de M&P e com outros escritos mais ou menos contemporâneos, que frisaram a criatividade, a miscigenação e a crioulização do Novo Mundo, como os de Bastide (1978 [1960]), Joyner (1984) ou Levine (1977). Para nossos propósitos atuais, podemos considerar exemplares os trabalhos recentes de Ira Berlin e Philip Morgan.¹⁴ Em cada um deles, o ponto de partida é a comparação sistemática (entre regiões e ao longo do tempo), enquanto é destacada a complexidade do desenvolvimento cultural.

Berlin começa seu livro com a crença em que

Compreender que uma pessoa era escrava não é o fim da história, mas o começo, porque a história dos escravos derivou de experiências que diferiram de lugar para lugar e de época para época, e não de uma verdade trans-histórica imutável. [E, logo depois, ele generaliza a idéia de que] Em vez de partir do africano para o crioulo ou da escravidão para a liberdade, as pessoas de ascendência africana no continente norte-americano atravessaram muitas vezes a fronteira entre o africano e o crioulo e entre a escravidão e a liberdade, nem sempre no mesmo sentido. (Berlin, 1998:3 e 5)

O modelo de desenvolvimento da escravidão norte-americana usado por Berlin começa com a geração constitucional — os primeiros escravos não ligados aos navios, que não se en-

quadram de modo algum nos estereótipos batidos dos africanos das travessias oceânicas. Na região de Chesapeake, por exemplo,

embora alguns recém-chegados proviessem diretamente da África, a maioria já havia passado algum tempo no Novo Mundo, entendia as línguas do Atlântico, tinha nomes hispânicos e, vez por outra, ingleses, e estava familiarizada com o cristianismo e outros aspectos da cultura européia. (*ibidem*:29)

Na Flórida, a geração constitucional equivalente de “crioulos do Atlântico” conseguiu sobreviver até o fim do século XVIII, ao passo que, nas terras alagadiças da Carolina do Sul, a geração constitucional foi tragada muito mais depressa pelos novos africanos importados para trabalhar nas grandes plantações de arroz que surgiram no fim do século XVII. Enquanto isso, afirma Berlin, a Louisiana assistiu a uma progressão diferente (de tipo mais caribenhinho), a uma transição mais serena e mais unidirecional do africano para o crioulo, bem como à transição de uma “sociedade escravocrata” para uma “sociedade com escravos” (*ibidem*:77).¹⁵ *Grosso modo*, na América do Norte de Berlin, a escravidão e a raça foram sendo constantemente construídas e reconstruídas conforme a mudança da situação histórica.

A descrição que Berlin faz da reafricanização dramática (e da recrioulização posterior) de Chesapeake contrasta com a imagem traçada por Gomez ou Thornton. Ao descrever como, no novo regime rigoroso do tabaco, “os escravos africanos e seus descendentes, às vezes aliando-se aos remanescentes das gerações constitucionais, começaram a reestruturar a vida negra”, Berlin insiste em que, “Durante todo o período [de reafricanização], a maioria vinha de portos tão distantes entre si quanto Senegâmbia e Angola” (*ibidem*:114). E, depois de discutir de onde vinham os escravos, como chegavam e eram vendidos, e onde acabavam indo parar durante esse período de intensa reafricanização, ele resume: “Portanto, o tráfico de escravos na baía de Chesapeake funcionou no sentido de dispersar homens e mulheres de várias nações e reduzir a importância da nacionalidade africana” (*ibidem*:115). O “momento africano” terminou na quarta década do século XVIII, quando a vida em Chesapeake voltou a se transformar,

à medida que uma nova geração de africano-americanos obscureceu a maioria africana, pondo fim à era de dominação africana. [...] Chesapeake voltou a se tornar uma sociedade crioula. [...] O momento africano da história de Chesapeake foi passando, à medida que a população africana

envelheceu e a geração ascendente de africano-americanos começou a se firmar. (*ibidem*:126-128)

Em suma, com respeito a essa região — e Berlin nos conduz por mudanças similares no tocante a outras partes da América do Norte —, temos uma imagem de imensa variação, na qual a etnicidade africana só desempenha um papel seletivo no tempo e no espaço, e na qual a criouliização — embora raramente discutida em termos explícitos nesse livro, que se concentra mais nos resultados do que no processo — é um motor sempre presente do desenvolvimento e da mudança.

O livro de Berlin deixa claro o quanto seria imprudente fundamentar um modelo geral do desenvolvimento da cultura dos escravos nas regiões pantanosas da Carolina do Sul do início do século XVIII (onde, na bela frase de Thornton [1992a:320], “A cultura africana não estava sobrevivendo — estava chegando”), ou na baía de Chesapeake durante a era revolucionária, ou na Louisiana do começo do século XIX (ou, a propósito, na Saramaca dos séculos XVII e XVIII). As particularidades históricas *são* importantes, e a velocidade, o ritmo e a natureza da criouliização diferiram. Mas os pressupostos metodológicos e teóricos também têm importância. O modo como Berlin compreende a etnicidade (à semelhança de Morgan, ver adiante) me parece sensível e teoricamente fundamentado, e se aproxima muito mais do que é compartilhado pela maioria dos antropólogos do que a visão de Gomez, Thornton ou outros adeptos do afrocentrismo. Berlin assinala a ausência de uma idéia de “África” e a extrema flexibilidade das etnicidades na mente dos recém-escravizados:

A África abriga centenas, talvez milhares de “nações” diferentes. [...] A língua, a religião, a organização doméstica, a esrética, a sensibilidade política e as tradições militares transportadas pelos africanos do interior para as *plantations* não podem ser entendidas em seus aspectos gerais, mas apenas em suas particularidades, porque os povos escravizados não eram africanos, mas acãs, bambaras, fons, ibos ou mandeus. [...] As novas identidades [nas Américas] assumiram uma multiplicidade de formas. [...] A competição e a cooperação dentro de cada local agravaram os restos de antigas inimizades, conferindo à nacionalidade ou à etnicidade uma realidade sempre cambiante e, com isso, novos sentidos à identidade acã, bambara e fon. Nesse mundo mutável, a nacionalidade ou a etnicidade não se apoiavam numa solidariedade comunitária primordial, num atributo cultural nem na experiência comum, pois essas qualidades podiam ser adotadas ou descartadas à vontade. Nas Américas, os homens e mulheres identificados como angolas, ibos ou malês obtinham essas identidades, muitas vezes, não de sua terra natal de fato, nem do lugar de

onde haviam desembarcado, mas por falarem, gesticularem e se comportarem como angolanos, ibos ou malês – ou se associarem com eles. [...] Para a maioria dos africanos, tal como para seus equivalentes brancos, a identidade era uma roupa que se podia vestir ou jogar fora. [...] A escolha, assim como a imposição ou o direito inato, determinavam quem seriam os recém-chegados. [...] Em suma, a formação da identidade dos escravos africanos não era automática nem irrefletida, uniforme nem unilinear. (Berlin, 1998:103-105)¹⁶

Se o livro de Berlin pinta o Grande Quadro Comparativo da América do Norte, o livro igualmente ambicioso de Philip Morgan, *Slave Counterpoint*, concentra-se mais exclusivamente no desenvolvimento da cultura escrava em si.¹⁷ Ao contrário do livro de Berlin, que se organiza segundo uma grade regional e cronológica, o de Morgan é organizado por instituições (vistas ao longo do tempo), examinando a vida material, o trabalho no campo, o trabalho especializado, as interações de brancos e negros, a vida familiar e assim por diante. Morgan sintetiza uma quantidade notável de dados, ao comparar o desenvolvimento cultural da região de Chesapeake e das terras pantanosas, a começar pelas informações demográficas: os crioulos eram a maioria na Virgínia em 1720 (e, em 1780, 95% dos escravos da Virgínia eram crioulos), enquanto, na Carolina do Sul, os africanos natos compuseram a maioria até meados do século, enquanto os crioulos formaram uma maioria de 2/3 em 1780 (Morgan, 1998:95). Morgan trata a etnicidade africana como importante, em certos momentos, mas como uma variável que desapareceu com relativa rapidez, em termos da política identitária dos escravos, tanto pela rápida crioulização quanto pelo aumento da consciência generalizada da raça no fim do século XVIII.

Na baía de Chesapeake, os crioulos eram maioria em quase todas as plantações e bairros no começo do século XVIII; eles deram o tom e forneceram o teor da vida escrava nessa região, desde época notavelmente precoce. Os africanos aprendiam com eles a entender do riscado. [...] As lições eram predominantemente transmitidas dos crioulos para os africanos. (*ibidem*:460-461).

Embora os desdobramentos na região pantanosa diferissem nos detalhes – “Em Charleston, até os escravos crioulos mais sofisticados viviam em estreita intimidade com os africanos” (*ibidem*:461) –, “a longo prazo, mesmo na região pantanosa, os africanos eram estrangeiros numa terra estranha” (*ibidem*:456). Em última instância, com efeito, Morgan vê a etnicidade e outros aspectos da cultura africana, sobretudo como “uma fonte a que [...] os es-

cravos podiam recorrer” para forjar uma nova cultura africano-americana (*ibidem*:457). E sua discussão pormenorizada do desenvolvimento da religião dos escravos na América do Norte baseia-se, similarmente, em pressupostos como os de M&P:

A religião dos escravos na América britânica setecentista destaca como os negros, trabalhando em condições extremamente adversas e em meios radicalmente diferentes, conseguiram preservar alguns princípios profundos, extraídos de sua herança africana. Muita coisa se perdeu: poucos sacerdotes e quase nenhum ritual coletivo sobreviveram à travessia. [...] [Mas,] no nível fundamental das crenças epistemológicas, das relações interpessoais e do comportamento expressivo, os escravos mantiveram viva uma parcela de seu “caráter” africano. Empenharam-se num processo de apropriação seletiva, ou improvisação estruturada, no qual os valores e práticas eram reinterpretados à medida que iam sendo incorporados. (*ibidem*:657-658)¹⁸

O fato de Morgan (assim como Berlin) recorrer a muitas das mesmas fontes (e, amiúde, às mesmas citações) de Gomez serve apenas para destacar o quanto são contrastantes as interpretações que eles dão ao “que realmente aconteceu”. Morgan coloca os africanos “aprendendo o riscado” com os crioulos, enquanto Gomez vê os africano-americanos da segunda e até terceira gerações sendo “dominados” pelos da primeira geração e pelos africanos “natos”. Numa das guinadas mais bizarras desse debate, um livro recente de Lorena Walsh, *From Calabar to Carter's Grove: the history of a Virginia slave community* (1997), parece ser lido quase como um teste de Rorschach pelos diversos participantes. Uma crítica no *William & Mary Quarterly* declara que

a questão mais importante discutida por Walsh envolve as maneiras pelas quais os escravos africanos tornaram-se afro- virginianos, processos estes delineados no trabalho pioneiro dos antropólogos Sidney W. Mintz e Richard Price. O quadro fornecido por Walsh enquadra-se no modelo de criouliização desses autores, à medida que os novos escravos africanos e crioulos formaram uma cultura sincrética durante o século XVIII. [...] Historiadores das primeiras comunidades norte-americanas de escravos têm reavaliado o modelo de Mintz-Price, para compreender o surgimento de comunidades africano-americanas durante a escravatura. Alguns insistem em que, ao contrário do modelo, as primeiras comunidades de escravos preservaram culturas africanas etnicamente específicas. [...] O livro de Walsh sugere que, mesmo em condições que, pelos padrões da Virgínia, eram ideais para testar essa postura revisionista – Carter's Grove tinha muitos escravos que compartilhavam uma herança regional africana –, a criouliização avançou rapidamente. (Sidbury, 1998:631-633)

E Berlin extrai conclusões similares do livro de Walsh:

Uma análise rigorosa do ambiente de uma única família de fazendeiros, durante mais de um século [Walsh, 1997], revela que, mesmo quando os escravos provinham de uma única área de coleta, as mudanças no tráfico negreiro ao longo do tempo, a chegada de pequenos grupos vindos de outras partes da África e a venda e a movimentação internas dos escravos impediam a transferência direta de qualquer nação ou cultura isolada para as Américas. (Berlin, 1998:410)

No entanto, a própria Walsh parece resistir a qualquer preço a essas conclusões. Numa sinopse recente do papel da etnicidade africana na América do Norte, apoiando-se maciçamente nos dados de seu livro, ela criticou Morgan – por afirmações como

A tendência homogeneizadora de frisar a unidade cultural da África, de enfatizar o caráter não-aleatório do tráfico de escravos e de ver o predomínio de determinadas regiões ou etnicidades costeiras africanas na maioria dos ambientes americanos discorda das forças centrais que moldaram os primórdios do mundo Atlântico moderno (1997:142),

e enalteceu Gomez – por afirmações como “Uma discussão mais fundamentada do papel da etnicidade só pode elucidar melhor o exame da aculturação” (1998:9). É difícil escapar à conclusão de que a ideologia e a política – os traços específicos da política identitária norte-americana – continuam a nortear as narrativas-mestras, bem como a influir na maneira como elas são lidas (ver Mintz & Price, 2003; Gates, 1998).

Talvez, como sugere Trouillot (1998:20), seja simplesmente cedo demais para fazer generalizações sobre a crioulização – “não refletimos o bastante sobre o que aconteceu em locais e épocas específicos para produzir um arcabouço que seja suficientemente sensível à época, ao lugar e ao poder”. Mas os casos norte-americanos que examinamos aqui sugerem que talvez precisemos de mais do que maiores conhecimentos sobre os detalhes sócio-históricos. Na Antropologia, os casos clássicos de interpretações rivais implicam novos estudos (desde Redfield *versus* Lewis sobre Tepoztlan até Mead *versus* Freeman sobre Samoa), nos quais as mudanças decorrentes do intervalo de várias décadas de transformações *in loco* nem sempre são fáceis de distinguir das mudanças de paradigmas na disciplina, ou das diferenças decorrentes da habilidade e da personalidade dos etnógrafos. O que é marcante nos atuais debates norte-americanos sobre a escravidão é que temos estudiosos que escrevem ao mesmo tempo, usando praticamente os mesmos dados – e, muitas vezes, citando exatamente as mesmas fontes primárias –, e chegam a conclusões opostas. Talvez, no caso atual, os par-

ticipantes simplesmente precisem continuar a brigar em público e em suas publicações, na esperança de que a Verdade e a Razão saiam vitoriosas...

Como alguém que, no rastro de Herskovits e Mintz, sempre defendeu uma visão pan-afro-americana, eu também advogaria aqui a necessidade de uma comparação mais ampla, tanto em toda a afro-América quanto através das disciplinas, como forma de empurrar esses debates para além de campos de batalha ideológicos particulares. (Os historiadores norte-americanos parecem ainda mais tacanhos nesses aspectos do que seus colegas do exterior.) Isso porque, com certeza, houve processos gerais similares de construção de culturas funcionando em toda parte. Para citar apenas dois exemplos do tipo de trabalho que ajudaria a trazer a paz para as multifacetadas guerras dos historiadores norte-americanos, há um livro erudito que passou recentemente por minha mesa, "*Chi mankongo*": *Lengua y rito ancestrales en El Palenque de San Basilio (Colombia)*, no qual Armin Schwegler demonstra, primeiro, que as canções entoadas nos ritos aparentemente mais africanos dentre todos os *palenqueros*, os *lumbalú*, são (nas palavras de um crítico)

não o resultado parcialmente descreoulizado de canções originais africanas, mas criações essencialmente modernas [isto é, setecentistas ou oitocentistas], baseadas numa combinação do espanhol e do palenquero [a língua crioula local] regionais, às quais foram acrescentadas palavras e elementos onomatopaicos africanos e pseudo-africanos", e, segundo, "que a utilização ativa das línguas africanas faladas em Palenque desapareceu muito cedo, se é que, de fato, a população algum dia usou uma língua africana como meio principal de comunicação. (Lipski, 1998:357)

(Essa segunda idéia, sobre o desenvolvimento e a predominância precoces de uma língua crioula, é especialmente interessante, na medida em que Schwegler consegue mostrar que os africanos que fundaram Palenque caracterizavam-se por uma relativa homogeneidade lingüística, com as línguas bantas, particularmente o quicongo, fornecendo o substrato principal do novo crioulo.) Uma crítica recente desse livro chama-o de, "ao mesmo tempo, uma análise magistral da fugidia língua *lumbalú* e um grande avanço nos estudos afro-crioulos [...] um marco com o qual serão cotejados os futuros estudos das línguas e culturas crioulas" (*ibidem*:359-360).

Em linhas mais gerais, qual a melhor maneira de incentivar-mos nossos alunos, assim como uns aos outros, a ler e reagir a tais trabalhos? No caso, trata-se de uma obra cara, em dois volumes,

publicada na Alemanha, escrita em espanhol e concernente a uma comunidade negra do interior da Colômbia, mas é uma obra que tem lições cruciais a dar a cada um de nós que se interesse pelas questões dos “africanismos” e da etnicidade africana nas Américas, seja em Tidewater, na Virgínia, ou na Bahia. Ou ainda, tive recentemente o privilégio de ler o manuscrito do estudo histórico de Randy Matory, *Black Atlantic Religion: tradition, transnationalism and matriarchy in Afro-Brazilian candomble*, que faz uma análise brilhante do papel ideológico da etnicidade africana e da criação e redefinição contínuas de etnicidades africanas na Bahia; ele será lançado proximamente pela Princeton University press (Matory, 2004). Minha convicção pessoal é que devemos seguir essas trilhas e dar continuidade ao trabalho de interpretação histórica, deixando para outros a assunção de posturas. Em minha opinião – que, nessa matéria, não mudou em nada desde o ensaio de M&P –, a etnicidade africana continua a ser *um* (entre muitos) dos modos pelos quais os povos escravizados trazidos para o Novo Mundo pensaram (e, em algumas partes das Américas, continuam a pensar) neles mesmos, e desempenhou vários papéis em diferentes aspectos da vida, durante períodos variáveis e em diferentes locais do Novo Mundo. Talvez o resumo mais ponderado e atualizado dessa postura encontre-se num artigo de Philip Morgan (1997), no qual ele se pauta pelos dados mais recentes sobre o tráfico de escravos no Atlântico para examinar suas implicações culturais gerais para as sociedades do Novo Mundo. E, para obter materiais recentes e importantíssimos do lado africano, que dão um respaldo detalhado a essa postura, convém agora examinar o trabalho de David Northrup (2000, 2002).



Como já foi assinalado, David Scott sugeriu uma reorientação da antropologia afro-americana para longe “dessa preocupação contínua [que ele encontra no trabalho de Herskovits e Price] com a corroboração ou a verificação de passados autênticos”, deslocando-se para o “discurso” – “Entre aquele evento (a África ou a escravidão) e esta lembrança”, escreve ele, “estende-se um campo discursivo complexo, que é proveitoso chamarmos de ‘tradição’” (Scott, 1991:278). Tal como a entendo, a crítica radical de Scott negaria o objeto primário do estudo histórico – os passados que existem independentemente da imagem cultural que se faz deles. Mas não sou pós-modernista o bastante – nem tenho tanto medo

de essencializar – para me dispor a descartar, digamos, as realidades da demografia setecentista, ou da legislação colonial, ou dos relatos das torturas praticadas para recuperar os escravos fugidos. Isso porque, segundo creio, todas elas têm *efeitos*, e não apenas no discurso ou na tradição, mas no presente. Proponho que abracemos os vestígios escritos, orais e de artefatos que nos foram deixados pelo passado, com todas as suas complexidades epistemológicas (e aceitando plenamente seu caráter construído), e façamos o melhor possível para re-apresentá-los com franqueza. Os saramacanos são mais do que “uma metonímia antropológica [...], proporcionando o campo exemplar em que defender certas afirmações antropológicas” (*ibidem*:269). Eles são, ao mesmo tempo, africano-americanos social e politicamente marginalizados, com tradições heróicas dos quilombolas, que, contrariando todas as expectativas, criaram uma cultura vibrante, e cuja vida (e estilo de vida) estão hoje tão ameaçados quanto estiveram em qualquer ocasião, desde o fim das guerras coloniais, há 250 anos. Sally e eu sentimos uma profunda responsabilidade, como antropólogos e amigos, por ajudar os saramacanos a contarem sua história, em parte como um meio de autodefesa contra a repressão severa e contínua (ver R. Price, 1995, 1998b; Price & Price, 2001, 2003a).

O projeto de *First-Time* foi múltiplo, e nem todos os seus objetivos se encaixam harmoniosamente. Como qualquer trabalho ambicioso, ele tentou abordar diversas questões muito diferentes, que estavam no ar na época de sua redação. Um de seus alvos foram os historiadores céticos, esses tradicionalistas poderosos de todas as universidades que continuaram a negar a possibilidade de que os “povos primitivos” – particularmente os que não dispõem de uma escrita – pudessem ter um sentimento de seu passado que transcendesse o “mito”. Meu livro, como o de meu colega de graduação e pós-graduação Renato Rosaldo sobre os ilongotes das Filipinas (1980), pretendeu, em parte, fazer um alerta aos historiadores (e a alguns antropólogos, inclusive Sahlins e Lévi-Strauss) sobre essa questão espinhosa. Um interesse correlato, de natureza mais decididamente herskovitsiana, foi demonstrar que esses africano-americanos, em particular, tinham realmente um passado – projeto em que Scott está mais diretamente interessado. (Nesse ponto, o objetivo foi duplo – mostrar não apenas que entre os saramacanos havia historiadores que, a despeito das diferenças culturais, comportavam-se de modo muito semelhante aos nossos, mas também que sua visão coletiva do passado de Saramaca podia ser proveitosamente comparada com os registros mais tradicionais,

construídos por não-saramacanos.) Um terceiro objetivo de *First-Time* foi puramente documental – apresentar e, com isso, preservar para a posteridade “a visão histórica” dos quilombolas saramacanos (generalizados no subtítulo do livro como “um povo afro-americano”, a fim de tentar, se a memória tiver alguma serventia, apelar para um público maior do que o antropológico).¹⁹

Além desses interesses, *First-Time* procurou concentrar a atenção na dialética entre evento e memória, confiando em que os antropólogos afro-americanistas devem descobrir, em última instância, como analisar e representar *os dois*. Scott sugeriu que a “estratégia etnográfica ousada e inovadora” de *First-Time* só é plausível “na medida em que aceitemos a premissa conceitual de que o passado é passível de ser preservado e representado”, e optou por “divergir do que parece ser a visão de Price, a saber, a de que o testemunho oral de seus informantes saramacanos e os textos escritos dos colonizadores holandeses são modos culturalmente diferentes, mas conceitualmente descomplicados, de representar o passado no presente” (R. Price, 1983a:67-68). Talvez por não ser do meu feitio exibir meus pressupostos teóricos em minha manga autoral, é provável que eu seja parcialmente responsável pelo entendimento equivocado que Scott tem de minhas idéias. Assim, eu gostaria de deixar registrado que *First-Time* parte da crença em que as verdades etnográficas e as verdades históricas são sempre verdades *parciais* – como Jim Clifford entendeu prontamente (1986).²⁰ E (mais uma vez, com o devido respeito a Scott) parto da suposição de que os testemunhos orais e os documentos de arquivo são imensamente complexos em termos conceituais. Por esse prisma, meu objetivo em *First-Time* não foi corroborar as lembranças contemporâneas saramacanas, usando arquivos do século XVIII, mas mostrar como (e, em muitos casos, por que) o discurso saramacano moderno, por um lado, e os documentos coloniais holandeses, por outro, constituem verdades parciais; ou seja, sempre procurei ter em mente as influências pertinentes, de natureza política, ideológica ou outra, na seleção, transmissão e silenciamento do passado – na produção da história – em cada um dos casos. Essa estratégia impõe graves desafios à representação, razão por que *First-Time* assumiu sua organização e diagramação inusitadas. E foi também por isso que não discuti mais longamente as considerações políticas, ideológicas e outras que moldaram o discurso saramacano por mim apresentado no livro (embora tenha oferecido exemplos de como funcionam tais considerações) – ou seja, optei explicitamente por não sobrecarregar o leitor com nomes locais de pessoas e clãs

e com a história pormenorizada das disputas políticas internas. Tampouco descrevi extensamente as questões complexas da formação dos arquivos holandeses e outras fontes escritas, tema que abordei com mais detalhes num outro livro publicado no mesmo ano (1983b). De qualquer modo, minhas preocupações com a problematização das fontes orais, escritas e etnográficas estão sempre presentes em *First-Time*, creio eu, mas optei por não discorrer abertamente sobre elas, a fim de obter ao menos o nível de clareza de representação que consegui, ao apresentar realidades culturais muito estranhas e complexas a um público de língua inglesa.

Creio que, em vez de privilegiar o discurso, o que corre graves riscos, os afro-americanistas devem abraçar o discurso e o evento, descobrindo estratégias criativas de representação para lidar com os dois juntos. (Trouillot observou que, “À medida que a teoria social torna-se mais orientada para o discurso, a distância entre os dados e as afirmações nos debates sobre a criouliização [...] aumenta. As circunstâncias históricas caem ainda mais num confuso pano de fundo de preferências ideológicas” [1998:15].) Uma estratégia que usei largamente em *First-Time* consiste em ter as duas coisas em mente, mas tratá-las, alternadamente, como figura e fundo. Vários ensaios de *Silencing the Past*, de Trouillot (1995), constituem tentativas admiráveis de atingir objetivos similares com respeito ao Haiti do período revolucionário. *Alabi's World* (1990) e, em especial, *The Convict and the Colonel* (1998a) constituem outras tentativas minhas de chegar aos mesmos fins, adotando estratégias diferentes de representação. No nível mais simples, afirmo que, para compreender plenamente o “discurso” (a memória coletiva e os modos pelos quais se atribui sentido a figuras como a escravidão, a resistência, ou a África da atualidade), devemos, simultaneamente, considerar o “evento” (a demografia – inclusive a etnicidade – ao longo do tempo, a sociologia e a economia de determinados regimes das *plantations* e assim por diante). E que, para compreender o “evento” ou a “história”, devemos também considerar o “discurso” e a ideologia. Como poderíamos, por exemplo, sequer começar a compreender a importância (a monstruosidade) dos apagamentos e silenciamentos atuais do passado escravo, entre os camponeses e pescadores da Martinica, sem saber que, em certo sentido, Martinica foi a sociedade escravocrata por excelência – com 1/4 do tamanho de Long Island, mas recebendo aproximadamente o mesmo número de escravos africanos que a totalidade dos Estados Unidos (R. Price, 1998a)? Em suma, creio que nossa compreensão do passado africano-americano deve abar-

car tanto a memória quanto o evento, se quisermos compreender qualquer um dos dois. E é por isso que (em meus escritos e aulas) os romances e a poesia ombreiam tão de perto com as monografias históricas e antropológicas. A história depende, em parte, da imaginação, assim como a memória coletiva depende, em parte, de eventos passados.

Sem dúvida, há diferenças geracionais subjacentes a parte do hiato entre a crítica de Scott e minha resposta.²¹ Em certo sentido, considerar o ensaio de M&P ou *First-Time* como textos canônicos equivale a convertê-los em artefatos de um *status quo* pronto para ser ultrapassado. Dados os projetos novos e amiúde rivalizantes (ou até contraditórios) relacionados com suas respectivas problemáticas — e com todas as angústias concomitantes — no meio acadêmico moderno, não chega a surpreender que se estejam verbalizando críticas tão divergentes quanto as de Lovejoy e Scott. Apesar das continuidades nas realidades brutas do racismo norte-americano ao longo do tempo, o meio acadêmico passou por uma grande transformação nas três últimas décadas. A política da identidade, as questões da raça e do pós-colonialismo, o pós-modernismo e muitas outras coisas situam o jovem estudioso do *fin-de-siècle* num lugar muito diferente do antropólogo formado no fim do que George Stocking (1992) chamou de “período clássico” da disciplina (c. 1925-c.1965). Mas isso não impede o antropólogo de fazer novos truques. Se *First-Time* foi marcado por uma tensão entre o evento e o discurso — entre a tentativa de corroborar passados afro-americanos autênticos e a tentativa de desconstruir a produção da história —, *Enigma Variations*, um romance recente escrito com Sally (Price & Price, 1995), é marcado pela tensão entre a tentativa de seus protagonistas de avaliar a autenticidade de peças de “arte primitiva” e a tentativa dos autores de desconstruir a idéia de autenticidade. *The convict and the colonel*, que diz respeito a uma sociedade pós-colonial africano-americana bem diferente, toma o evento (a escravidão, o *bagne*), a memória (a minha, a deles) e o discurso (acadêmico, literário e “popular”), assim como a nostalgia, para examinar em linhas mais gerais de onde viemos e para onde podemos estar indo. Como constatou Stocking, é muito mais difícil historizar o presente extenso — o período iniciado na década de 1960, agora quase tão longo quanto o “período clássico” — do que o passado mais distante. Muitos dos interesses do meio acadêmico e da sociedade em geral, na época em que foram escritos o ensaio de M&P ou *First-Time*, desapareceram, e um conjunto muito diverso de interesses assumiu seu lugar. As paixões continu-

am, seja sobre a etnicidade, seja sobre o discurso, mas foram radicalmente deslocadas.



Por último, talvez num anticlímax, chegamos aos “princípios inconscientes” que Kevin Yelvington pediu-me para elucidar, quando me exortou pela primeira vez a redigir este ensaio. Nas palavras com que Trouillot hoje descreve o projeto,

Sidney Mintz e Richard Price sugerem que a herança cultural da África ocidental encontra-se principalmente em “princípios gramaticais [inconscientes e subjacentes]: orientações cognitivas, atitudes, expectativas comuns às diversas comunidades de que provinha a maioria dos escravizados. Afirmam eles que esses princípios subjacentes ordenaram o processo de criouliização, tornando certas escolhas mais atraentes ou mais significativas do que outras opções possíveis. Essa tese precisa ser apurada, à luz de pesquisas mais contínuas sobre o impacto institucional da etnicidade africana nas práticas dos escravos de territórios específicos. Em outras palavras, os princípios subjacentes destacados por Mintz e Price tiveram que agir enfrentando as tensões entre os africanos, a fim de produzir práticas significativas, e precisamos saber como e quando o fizeram. E, mais importante, como quer que se tenha obtido um *modus vivendi* pautado pela gramática cultural entre os escravos, os princípios compartilhados – antigos e novos – tiveram que sobreviver ao exercício do poder europeu. Como o fizeram? Quando e como tiveram espaço e tempo para respirar e se desenvolver? Como sobreviveram e se reproduziram o bastante para gerar novas instituições? (Trouillot, 1998:21)

A idéia de princípios inconscientes num nível profundo, como chave para desvendar o passado africano-americano, é antiga (sobre a afirmação da “gramática da cultura”, de Herskovits, ver Mintz & Price, 1992:11). Grande parte do trabalho de Sally e meu poderia ser interpretada como uma tentativa de demonstrar o poder dessa idéia em campos específicos — desde uma visão geral dos padrões afro-americanos de denominação, escrita há quase três décadas (Price & Price, 1972), até nosso livro recém-publicado, que discorre em detalhe sobre toda uma gama de campos estéticos (Price & Price, 1999). Das posturas ao vestuário, do bordado à costura de fitas, das esculturas em madeira às cabaças entalhadas, e da música e dança ao contar histórias, procuramos mostrar como princípios estéticos africanos amplamente compartilhados foram-se

transmitindo ao longo de três séculos da história de Saramaca, partindo da demografia do tráfico de escravos e abrindo caminho através dos eventos e da memória, até chegar às técnicas de produção atuais. Uma vez que esse extenso livro está agora disponível para exame crítico e que a tese relativa aos “princípios inconscientes” foi exposta com certa minúcia (ver também o artigo de Sally nesta edição da *NWIG*), nem nossas descrições e análises da “crioulização no estilo saramacano” nem nossos relatos do complexo trabalho de campo envolvido no desvendamento desses “princípios inconscientes” precisam ser repisados ou rerepresentados aqui. A prova, no que nos diz respeito, não deve estar em nossas afirmações, mas nos fatos.

Entretanto, vale a pena destacar o que esse livro – fruto de mais de três décadas de reflexão sobre o desenvolvimento da cultura saramacana – *não diz* (a rigor, não pode dizer) sobre a crioulização. Em última análise, os milagres dependem da fé, e o milagre da crioulização ainda não se mostrou uma exceção à regra. Berlin e Morgan, no tocante à América do Norte, ou Matory e os Prices, com respeito à América do Sul, fornecem uma farta contextualização dos processos de mudança cultural entre os recém-escravizados e seus descendentes no Novo Mundo. Quando essas obras atingem o que têm de melhor, é quase como se fôssemos testemunhas dos conflitos particulares, dos atos de solidariedade e imaginação envolvidos na passagem de um tipo de identidade para outro, ou de uma tradição do Mundo Antigo para uma nova tradição. No entanto, por mais que consigamos fazer retroceder no tempo os primórdios desses desdobramentos culturais, vemo-nos presos na situação paradoxal, como Aquiles no paradoxo de Zenão, de nunca poder propriamente alcançar a tartaruga. Tal como os físicos, com seu nascimento do universo surgido da Grande Explosão [*big bang*], podemos teorizar o evento (ou o processo), mas nunca parecemos aptos a observá-lo de fato. Assim, o milagre supremo da crioulização permanece, ao menos por enquanto, impenetrável. Podemos imaginar (ou teorizar) como as mulheres e homens da *plantation* X elaboraram os procedimentos – os ritos, a música, as crenças – apropriados para o nascimento de gêmeos, a partir do momento em que a primeira mãe hipotética deu à luz seus bebês no Novo Mundo, mas jamais poderemos estar presentes nesse bendito evento em si. Sabemos que ele deve ter ocorrido e que, ao longo do tempo, aconteceu em dezenas de milhares de casos, quase sempre independentes, por toda a região das Américas. Um milagre que se repetiu interminavelmente.

Com respeito a Saramaca, podemos agora fazer sua datação recuar em segurança para antes de meados do século XVIII: duas décadas de pesquisas arquivísticas desde o ensaio de M&P permitem a demonstração inequívoca de que, em geral, naquela época, as etnicidades africanas não tinham destaque para os saramacanos, culturalmente, em termos da identificação de indivíduos ou como marcadores grupais. Em outras palavras, podemos demonstrar que a sociedade saramacana, na época do Tratado de Paz de 1762, estava muito mais próxima da Saramaca de hoje, em termos do desenvolvimento cultural, do que da África. No entanto, embora tenhamos podido fazer os grandes processos de criouliização retroceder ainda mais no tempo, continuamos impossibilitados de examiná-los diretamente.

Uma vez que nosso modelo antropológico da criouliização deriva da lingüística, talvez valha a pena uma última digressão, para examinar brevemente a situação atual entre nossos primos lingüistas. Mesmo numa disciplina que se orgulha de uma relativa sistematicidade e do método científico, a ideologia e as opiniões preconcebidas (e a posição do sujeito) parecem-me ser ao menos tão predominantes nela (e por motivos similares) quanto nas outras disciplinas relacionadas com os estudos afro-americanos. As teorias exclusivistas e monocausais da gênese das línguas crioulas — quer baseadas na monogênese do *pidgin* português, nos substratos africanos, nos superestratos europeus ou na suposta programação biológica — parecem tão dominantes hoje quanto no passado. Um exemplo deve bastar. Num artigo recente de crítica sobre os crioulistas históricos, Derek Bickerton observou, em tom descontraído, mas contundente, que, “Como muitos (a maioria?) dos crioulistas francófonos, e ao contrário da maioria, se não de todos os crioulistas não-francófonos, Guy Hazaël-Massieux vê os crioulos como continuações modificadas de seus superestratos” (1999:98). Não é notável — ainda que compreensível, dada a maneira como os franceses pensam em sua língua — que os crioulistas francófonos ainda insistam (a despeito de todas as provas coletadas por crioulistas não-francófonos), por exemplo, na primazia do francês na criação do haitiano?²² Ou então, consideremos o veneno que Bickerton (idem) foi buscar para caracterizar a descrição de John McWhorter sobre a criouliização na costa oeste da África (1997), a qual, em suas palavras, é cheia de “meias verdades, inferências ilógicas e erros, [além de] simples falsificações”; e ele acrescenta que “Para corroborar essa hipótese improvável em termos sociolingüísticos, McWhorter não é capaz de produzir uma única citação, um pingço

de comprovação histórica”. Até uma simples espiada no *Journal of Pidgin and Creole Languages* mostraria que essa retórica bombástica (e interesseira) é quase a média em todos os lados do debate. Na medida em que os lingüistas crioulistas dependem dos historiadores, em última instância, para investigar o contexto sociocultural, e têm que inferir o processo efetivo de crioulização a partir de aspectos lingüísticos constatados *a posteriori*, na verdade eles se encontram em situação pouco melhor que a do resto de nós. Quer se trate dos Adãos e Evas saramacanos de Bickerton, na floresta tropical do Suriname, quer dos ancestrais dos saramacanos de McWorther, passeando por Coromantee, continuamos podendo apenas imaginar, usando todos os dados de que dispomos, um pouco de como deve ter sido.

E isso nos deixa, presumo, consideravelmente humilhados, com a tarefa de mais uma vez nos atirmos em conjunto ao batente. No cômputo final, é só quando as narrativas rivais se confrontam e são cuidadosamente cotejadas que podemos começar a elaborar as razões para dar maior crédito a esta ou àquela. Não temos muita escolha senão continuar a lavrar os campos. No começo do século XXI, a “crioulização” – mesmo resistindo à observação direta – ainda continua a ser, na oportuna caracterização de Trouillot (1998:8), “um milagre que implora uma análise”.

NOTAS:

1. Esse título inspirou-se, sem o menor pejo, na recente incursão de Michel-Rolph Trouillot no maravilhoso fenômeno da crioulização (1998, p. 8). Uma versão anterior deste artigo foi preparada para o Seminário Avançado “Da África para as Américas: Novas Direções na Antropologia Africano-americana”, da School of American Research, a ser publicado em *Afro-Atlantic Dialogues: Anthropology in the Diaspora*, organizado por Kevin A. Yelvington (Santa Fé, Novo México: SAR Press, 2004). Quero agradecer a Phil Morgan, Peter Redfield, David Scott e Rolph Trouillot, bem como aos integrantes do seminário da S.A.R. de 1999, por seus comentários generosos e úteis. Desde que este ensaio foi apresentado, reexaminei algumas questões constantes em R. Price, *s/d*. A tradução do inglês “The miracle of creolization: a retrospective” é de Vera Ribeiro.
2. Quero deixar claro desde já que, neste artigo, falo apenas em meu nome. Não discuti nenhum de seus aspectos com Mintz.
3. Escrevendo contra “os pressupostos ideológicos que servem para garantir a aparente autoridade dessas teses antropológicas concernentes [aos passados africano-americanos]”, diz Scott (1991:268):

Esses pressupostos ideológicos têm a ver com o tipo de objeto antropológico em que se tem erigido, historicamente, o afro-americano ou o afro-caribenho (ou,

enfim, o negro do Novo Mundo). Eu argumentaria que pelo menos um dos difundidos pressupostos ideológicos mediante os quais esse objeto teórico foi construído é que os povos de ascendência africana no Novo Mundo precisam de algo como a antropologia, uma ciência da cultura, para lhes fornecer a garantia fundamental de um passado autêntico.

4. Talvez valha a pena assinalar que, em contraste com a recente atenção dada por historiadores e antropólogos “de carteirinha” à *história* desses debates nos estudos africano-americanos, os estudiosos afro-americanistas da disciplina dos estudos culturais têm tendido a ignorar os debates dos últimos cinquenta anos, com isso deixando o campo retoricamente livre para suas próprias “descobertas”. Brackette Williams transmite essa idéia em sua crítica contundente de *Black Atlantic*, de Paul Gilroy (1993), quando conclama a atenção para seus silêncios. Nesse livro discutidíssimo, diz ela,

falta-nos uma ligação intelectual com os esforços do passado, para compreender processos de produção cultural que são produtos e produtores de unidades conceituais e embasadas, que são transculturais, pré-nacionais ou extranacionais [...]. Ficam silenciadas várias gerações de acadêmicos provenientes do Caribe e da América Latina e de estudiosos destes, cuja obra aborda as questões levantadas por Gilroy ao longo de *Black Atlantic*. Com diferentes graus de sucesso, esses estudiosos de vários matizes procuraram compreender os processos de produção cultural e de formação da identidade em unidades conceituais que abarcam vários espaços geográficos e regimes econômicos superpostos (Williams, 1995:181, 188).

Depois, numa nota, ela deixa claro que está fazendo referência, entre outras obras, ao ensaio de M&P. Num comentário à parte, Mintz opinou, de modo similar, que “O recente alvoroço sobre a modernidade caribenha e o Atlântico Negro é apenas a redescoberta da roda – C. L. R. James, entre outros, sabia disso há muito tempo” (1998, p. 128)

5. Lorena Walsh (1998:2) chega até a apontar – creio que com um exagero considerável – “uma ortodoxia emergente, que vê os escravos como formadores de comunidades identificáveis, baseadas em seu passado étnico ou nacional”.
6. Se essas historietas provam alguma coisa, poderíamos acrescentar que uma de minhas avós, nascida na Rússia, ensinou-me uma canção, e o avô sueco de Sally ensinou-lhe uma única frase – “Você gosta de pescar?” –, cada uma das quais constituiu as *únicas palavras* de sua língua materna que eles transmitiram diretamente, ou por meio dos filhos, a seus netos norte-americanos.
7. O uso sistemático que Thornton faz da expressão “a língua colonial” (que ele contrasta com várias línguas africanas), ao longo de seu novo capítulo sobre o século XVIII, denuncia seu *parti pris*. Em sua exposição, as línguas crioulas – que, na maioria dos territórios e em quase todas as épocas, eram o meio mais amplamente usado de comunicação entre os escravos – praticamente não existem.
8. Devo acrescentar que nada disso, ao que eu saiba, tem qualquer componente pessoal; os estudiosos que se opõem mal conhecem uns aos outros e não têm nenhum ressentimento particular de que eu tenha notícia – o que torna tudo isso ainda mais interessante, em termos intelectuais.

9. Stephan Palmié (1997) fez observações similares sobre a má utilização ou a leitura equivocada do ensaio de M&P:

Apesar de sua sofisticação teórica e sua solidez metodológica, o modelo da “rápida síntese inicial” sugerido por Mintz e Price não chegou a estimular uma historização rigorosa da antropologia africano-americana. Em vez disso, e contrariando as intenções desses autores, às vezes ele parece haver estimulado a hipostasia do conceito de crioulização, numa medida tal que permite que se dissimule a história.

10. Na tentativa de seguir um provérbio saramacano – “Diz o lagarto: ‘Velocidade é bom, mas cautela também é’” – e com isso chegar a um certo equilíbrio, talvez eu esteja protestando demais nesse parágrafo. Dois leitores deste artigo – Phil Morgan e Rolph Trouillot –, embora concordando em que a força do ensaio de M&P certamente é metodológica (uma “abordagem de”), exortaram-me (nas palavras de Trouillot) a “não abrir mão da importância central da questão da velocidade”, ainda que, é claro, “deixando espaço para a descrioulização, a recrioulização ou outros processos, o que já é outra história”, e (nas palavras de Morgan) a “me ater ao modelo primitivo da crioulização e não ceder muito terreno nesse campo [...]. Eu diria que a crioulização precoce aplica-se à maioria dos lugares”.

Aqui talvez seja o lugar para reconhecer explicitamente a influência do falecido missionário e lingüista holandês Jan Voorhoeve na idéia de crioulização precoce usada no ensaio de M&P, uma vez que surgiu recentemente uma grande reavaliação de sua obra (Meel, 1997).

11. Esse é, basicamente, o teor da visita mais recente que Sally e eu fizemos a essa questão geral, numa nota de rodapé de um livro recente (Price & Price, 1999:329-330), onde observamos que

Monica Schuler criticou R. P. por enfatizar (exageradamente) a rapidez da crioulização e, em contraste, frisou o que ela percebe como a importância contínua da solidariedade étnica africana (Schuler, 1970, 1979, 1980; ver também Karasch, 1979). Alguns estudiosos afirmaram que os fazendeiros de certas colônias, em determinados momentos, incentivaram a manutenção da solidariedade étnica africana como um meio de controle, enquanto outros apontaram para a prática largamente comprovada de outros fazendeiros, no sentido de separar os escravos de determinadas origens étnicas com a mesma finalidade (para referências, ver R. Price, 1979, p. 142). R. P. advertiu que “tais afirmações, que se originam em dados provenientes de determinadas sociedades em determinados momentos históricos, só podem ser convertidos em generalizações com o risco de obscurecer a própria variação, que é crucial para se compreender a natureza da escravatura no Novo Mundo” (*ibidem*, p. 143).

Sugerimos, em seguida, que Roger Bastide, trabalhando com material brasileiro, abraçou uma visão que desfaz muitas dessas dificuldades. “Pouco sabemos sobre as religiões afro-brasileiras naqueles tempos distantes”, escreveu Bastide,

mas, com certeza, devemos abandonar a idéia de centros de culto [africanos] que tenham sobrevivido até hoje, durante séculos, (...) e pensar, antes, numa proliferação caótica de cultos ou fragmentos de culto, que surgiram apenas para morrer e dar lugar a outros, a cada nova onda de chegadas [africanas]. Os candomblés, xangôs e batuques de hoje não são remanescentes de antigas seitas que remontem ao passado brasileiro, e sim organizações relativamente recentes. (...) Assim, de-

vemos pensar numa vida religiosa dos africanos que foi rompida e retomada, mas que, ainda assim, preservou de um século para outro (...) a mesma fidelidade à mística ou às místicas africanas. (Bastide, 1978 [1960]:47-48)

E a pesquisa recente de J. Lorand Matory (2004) sobre o candomblé da Bahia e a religião ioruba dá um respaldo considerável às afirmações de Bastide.

Por último, expressamos nossa simpatia pela crítica poética e imaginativa de Edward Kamau Brathwaite à tentativa de Monica Schuler de descrever o *myal* jamaicano como um remanescente solar do “Congo”. “Talvez”, escreve Brathwaite, “tenha sido assim na África central, mas, na Jamaica, ele foi (e é) um fragmento ou aspecto de uma forma crioula maior, que inclui o *obiah*, o *jonkonnu* e o *kumina/pukumina*, ‘convencer’, o *congo* e o *ettu*” (1979:152 e *passim*).

12. Há uma bibliografia substancial de textos que enfatizam a contribuição cultural de etnicidades africanas específicas para tal ou qual colônia do Novo Mundo. Entre os mais interessantes, eu citaria Chambers (1996); Hall (1992); Karasch (1987); Littlefield (1981); Palmer (1995); Reis (1993); Schuler (1980); Walsh (1997).
13. Mais recentemente, Thornton (1998b) sugeriu a perspectiva africanista como uma estratégia de pesquisa mais geral, embora os dois estudos de caso por ele apresentados para respaldar essa idéia – um do Congo do início do século XVIII, outro do Daomé quase contemporâneo –, por mais ricos que sejam em sua textura africana, digam-nos pouco, afinal, sobre as conseqüências dos eventos africanos específicos para as comunidades do Novo Mundo em que desembarcaram os escravos expulsos. Anos atrás, escrevi uma longa crítica a uma abordagem do estudo do léxico saramacano que se centrava (casualmente) no Congo (R. Price, 1975), tentando sugerir alguns dos perigos existentes nela – perigos que não creio estarem inteiramente ausentes nem mesmo dos trabalhos afrocêntricos recentes e mais sofisticados.
14. Na época do seminário da S. A. R. (abril de 1999), esses dois livros tinham acabado de ser publicados. No fim do ano seguinte, já haviam acumulado, em conjunto, mais de uma dúzia de grandes prêmios literários.
15. Noutro contexto, eu poderia questionar algumas das trajetórias específicas postuladas por Berlin para suas diversas regiões, como o baixo vale do Mississippi. Mas, apesar disso, sua ênfase geral na variação e no desenvolvimento não uniforme parece fundamental.
16. Num paralelo a essa postura, por uma perspectiva africana, Appiah escreveu com eloqüência sobre a natureza historicamente contingente das identidades étnicas — parte da razão por que a idéia de estabelecer uma “linha basal” africana para os estudos sobre o Novo Mundo foi tão repleta de problemas. Ele citou os comentários de Chinua Achebe sobre a relativa recenticidade da identidade “igbo” na Nigéria: “Por exemplo, tomemos o povo igbo. Em minha região, historicamente, eles não se viam como igbos. Viam-se como pessoas desta ou daquela aldeia. [...] No entanto, depois da experiência da Guerra de Biafra, durante um período de dois anos, essa se tornou uma consciência poderosíssima”. Em seguida, Appiah adverte que
Reconhecer a identidade igbo como uma coisa nova não é um modo de privilegiar outras identidades nigerianas: cada uma das três identidades étnicas centrais da vida política moderna – os haussá-fulanis, os iorubanos e os igbos – foi produto da transição turbulenta do *status* colonial para o pós-colonial. David Laitin assinalou que “[a] idéia de que havia uma única tribo haussá-fulani [...] foi, basi-

camente, uma alegação política do CPN [Congresso dos Povos do Norte] em sua batalha contra o Sul”, ao passo que “muitos dos meus parentes mais velhos, intimamente envolvidos na sociedade iorubana rural de hoje, lembram que, ainda na década de 1930, ‘iorubano’ não era uma forma comum de identificação política”. [...] A Gana moderna assiste ao desenvolvimento de uma identidade akan, à medida que os falantes dos três principais dialetos regionais do twi – achânti, fante e akuapem – vão-se organizando numa corporação contrária a uma unidade ewe (igualmente nova). [...] As identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição a outras identidades. (Appiah, 1992:177-178 [edição brasileira, p. 246-248])

17. Oriundo, em parte, do mesmo meio intelectual do ensaio de M&P – o Programa de História e Cultura do Atlântico da Universidade Johns Hopkins, nas décadas de 1970 e 1980 –, o livro de Morgan poderia ser lido (embora, é claro, seja muito mais do que isso) como a implementação mais detalhada do projeto geral de M&P já tentada em relação à América do Norte. Aliás, o texto usa uma linguagem de tipo notavelmente semelhante, ao discutir toda uma gama de questões culturais, ao longo de suas mais de 700 páginas (ver, por exemplo, p. xxii, 257, 261, 442, 559, 580, *passim*).
18. Contrastem-se essas passagens com as seguintes, extraídas do livro de Gomez (e em parte já citadas acima): “Em 1720, portanto, a comunidade escrava [da América do Norte], para todos os fins práticos, era africana. O componente americano nato estava presente e continuou a crescer, de 1740 a 1760. [...] Entretanto, muitos destes eram americanos de primeira geração, de modo que se enquadrariam na proveniência de enculturação da ascendência africana. A combinação desses negros de primeira geração com uma população africana nata resultou em sua dominação dos afro-americanos de segunda e terceira gerações” (Gomez, 1998:194).
19. Numa leitura muito própria de sua época e lugar, Scott parece sugerir que o fato de os quilombolas saramacanos representarem, particularmente vistos pela perspectiva norte-americana, uma resposta relativamente nobre à escravidão, faz com que eles (e seus etnógrafos) pareçam um tanto suspeitos. Esse raciocínio entrosa-se com o “rebaixamento” da figura dos antes heróicos quilombolas (literários) pelo movimento martinicano contemporâneo da *créolité* (ver Price & Price, 1999) e, ao que parece, faria parte de um movimento intelectual mais generalizado do Caribe pós-colonial.
20. “*First-Time*”, escreveu Clifford, “oferece um bom exemplo de parcialidade consciente e séria [...], uma prova de que a aguda consciência política e epistemológica não precisa levar ao ensimesmamento etnográfico nem à conclusão de que é impossível saber qualquer coisa ao certo sobre outras pessoas. Ela leva, antes, a uma idéia concreta de por que um conto popular saramacano, apresentado por Price, ensina que ‘saber é poder, e que nunca se deve revelar tudo do que se sabe’” (Clifford, 1986:7).
21. Para mais informações sobre o projeto de Scott de voltar a teorizar os horizontes da política pós-colonial, ver seu livro mais recente. Seu capítulo sobre a poesia de Kamau Brathwaite (Scott, 1999:106-127), no qual ele tenta “desvincular a visão de Brathwaite da epistemologia antropológica mediante a qual ele procura garanti-la” (*ibidem*:127), é particularmente pertinente às questões abordadas neste artigo.

22. Ver Price & Price (1999), para uma discussão dos extremos anti-africanos (pró-franceses) a que os *créolistes* martinicanos levaram essas discussões sobre o desenvolvimento de sua língua natal.

Referências Bibliográficas

- ALLEYNE, Mervyn (1988). *Roots of Jamaican culture*. London, Pluto Press.
- APPIAH, Kwame Anthony (1997). *In my father's house: Africa in the philosophy of culture*. New York, Oxford University Press.
- BASTIDE, Roger (1978 [1960]). *The African religions of Brazil: toward a sociology of the interpenetration of civilizations*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- BERLIN, Ira (1998). *Many thousand gone: the first two centuries of slavery in North America*. Cambridge, Mass., The Belknap Press/Harvard University Press.
- BICKERTON, Derek (1999). "Perspectives on Creole language history". *New West Indian Guide*, n. 73, pp. 97-102.
- BLASSINGAME, John W. (1972). *The slave community: plantation life in the Antebellum South*. New York, Oxford University Press.
- BRATHWAITE, Edward Kamau (1979). "Commentary three". *Historical Reflections*, n. 6, pp. 150-155.
- CHAMBERS, Douglas Brent (1996). "He Gwine Sing He Country": Africans, Afro-Virginians, and the development of slave culture in Virginia, 1690-1810. Tese de doutorado não publicada, University of Virginia.
- CLIFFORD, James (1986). "Introduction". In James Clifford e George E. Marcus (orgs.), *Writing culture: the poetics and politics of ethnology*. Berkeley, University of California Press, pp. 1-26.
- CROWLEY, Daniel J. (1981). Resenha de *Afro-American arts of the Suriname rain forest*, de S. & R. Price. *African Arts*, n. 16, pp. 27, 80-81.
- DILLARD, J. L. (1976). *Black names*. Haia, Mouton.
- FRAZIER, E. Franklin (1939). *The Negro family in the United States*. Chicago, University of Chicago Press.
- GATES, Henry Louis, Jr. (1998). "A call to protect academic integrity from politics". *New York Times*, sábado, 4 de abril, pp. A13, A15.
- GENOVESE, Eugene D. (1974). *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made*. New York, Pantheon.
- GILROY, Paul (1993). *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- GOMEZ, Michael A. (1998). *Exchanging our country marks: the transformation of African identities in the colonial and Antebellum South*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- HALL, Gwendolyn Midlo (1992). *Africans in colonial Louisiana: the development of Afro-Creole culture in the Eighteenth Century*. Baton Rouge, Louisiana State University Press.
- HERSKOVITS, Frances S. (1969). "Introduction". In Frances S. Herskovits (org.), *The new world Negro*, de Melville J. Herskovits. Bloomington, Minerva Press (orig. 1966), pp. vii-xi.

- JOYNER, Charles W. (1984). *Down by the riverside: a South Carolina slave community*. Urbana, University of Illinois Press.
- KARASH, Mary (1987). *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press.
- (1979). "Commentary one". *Historical Reflections*, n. 6, pp. 138-141.
- KEA, Ray (1992). "When I die, I shall return to my own land": an 'Amina' slave rebellion in the Danish West Indies, 1733-1734". In John Hunwick e Nancy Lawler (orgs.), *The cloth of many colored silks: papers on history and society Ghanian and Islamic in honor of Ivor Wilks*. Evanston, Illinois, Northwestern University Press, pp. 159-193.
- LEVINE, Lawrence W. (1977). *Black culture and Black consciousness: Afro-American folk thought from slavery to freedom*. New York, Oxford University Press.
- LIPSKI, John M. (1998). Resenha de "Chi ma nkongo", de Armin J. Schwegler. *New West Indian Guide*, n. 72, pp. 356-360.
- LITTLEFIELD, Daniel C. (1981). *Rice and slaves: ethnicity and the slave trade in colonial South Carolina*. Baton Rouge, Louisiana State University Press.
- LOVEJOY, Paul E. (1997). "Identifying enslaved Africans: methodological and conceptual considerations in studying the African diaspora". Trabalho preparado para o UNESCO/SSHRC Summer Institute, York University.
- MATORY, J. Lorand (2004). *Black Atlantic religion: tradition, transnationalism and matriarchy in Afro-Brazilian candomblé*. Princeton, Princeton University Press.
- MCWHORTER, John H. (1997). *Toward a new model of Creole genesis*. New York, Peter Lang.
- MEEL, Peter (org.) (1997). *Opzoek naar Surinaamse normen: Nagelaten geschriften van Jan Voorhoeve (1950-1961)*. Utrecht, CLACS & IBS.
- MINTZ, Sidney W. (1988). "Routes to the Caribbean: an interview with Sidney W. Mintz (por Ashraf Ghani)". *Plantation Society in the Americas*, n. 5, pp. 103-134.
- (1971). "The socio-historical background to pidginization and creolization". In Dell Hymes (org.), *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 481-496.
- MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard (2003). *O nascimento da cultura africano-americana*. Rio de Janeiro, Pallas.
- MORGAN, Philip D. (1998). *Slave counterpoint: Black culture in the Eighteenth-Century Chesapeake & Lowcountry*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- (1997). "The Cultural Implications of the Atlantic Slave Trade: African Regional Origins, American Destinations and New World Developments", *Slavery & Abolition* 18, 1997, p. 122-145.
- NORTHRUP, David (2000). "Igbo and myth Igbo: culture and ethnicity in the Atlantic world, 1600-1850". *Slavery & Abolition*, vol. 21, n. 2, pp. 1-20.
- (2002). *Africa's discovery of Europe, 1450-1850*. New York, Oxford University Press.
- PALMER, Colin A. (1995). "From Africa to the Americas: ethnicity in the early Black communities of the Americas". *Journal of World History*, n. 6, pp. 223-236.
- PALMIÉ, Stephan (1997). "Ekpe/Abakua in middle passage". Trabalho apresentado na conferência sobre "Escravidão e Memória", Chicago.
- PRICE, Richard (1998a). *The convict and the colonel*. Boston, Beacon Press.

- (1998b). “Scrapping Maroon History: Brazil’s Promise, Suriname’s Shame”, *New West Indian Guide* 72, , p. 233-255.
- (1995). “Executing ethnicity: the killings in Suriname”. *Cultural Anthropology*, n. 10, pp. 437-471.
- (1990). *Alabi’s world*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- (1983a). *First-Time: the historical vision of an Afro-American people*. Baltimore, Johns Hopkins University Press (segunda edição, com novo prefácio do autor, Chicago: University of Chicago Press, 2002).
- (1983b). *To slay the Hydra: Dutch colonial perspectives on the Saramaka Wars*. Ann Arbor, Karoma.
- (1979). “Commentary Two”. *Historical Reflections*, n. 6, pp. 141-149.
- (1975). “KiKoongo and Saramaccan: a reappraisal”. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, n. 131, pp. 461-478.
- (s/d). “On creolization”. In David Eltis e Stanley L. Engerman (orgs.), *Cambridge World History of Slavery*. New York: Cambridge University Press.
- PRICE, Richard & PRICE, Sally (2003a). *Les Marrons*. Châteauneuf-le-Rouge, Vents d’Ailleurs.
- (2003b). *The root of roots: or, how Afro-American Anthropology got its start*. Chicago, Prickly Paradigm Press/University of Chicago Press.
- (2001). “Maroons under assault in Suriname and French Guiana”. *Cultural Survival Quarterly*, vol. 25, n. 4, pp. 38-45.
- (1999). “A política da identidade nas Antilhas Francesas”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 35, pp. 7-42.
- (1999). *Maroon arts: cultural vitality in the African diaspora*. Boston, Beacon Press.
- (1972). “Saramaka onomastics: an Afro-American naming system”. *Ethnology*, n. 11, pp. 341-367.
- RAWICK, George P. (1972). *From sundown to sunup: the making of the Black community*. Westport, Conn., Greenwood Press.
- REIS, J. José (1993). *Slave rebellion in Brazil: the Muslim uprising of 1835 in Bahia*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- ROSALDO, Renato (1980). *Ilongot headhunting, 1883-1974: a study in society and history*. Stanford, Stanford University Press.
- SCHULER, Monica (1970). “Akan slave revolts in the British Caribbean”. *Savacou*, n. 1, pp. 8-31.
- (1979). “Afro-American slave culture”. *Historical Reflections*, n. 6, pp. 121-137.
- (1980). *“Alas, Alas, Kongo”: a social history of indentured African immigration into Jamaica, 1841-1865*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- SCHWEGLER, Armin J. (1996). *“Chi ma nkongo”: Lengua y rito ancestrales en El Palenque de San Basilio (Colombia)*. Frankfurt, Vervuert.
- SCOTT, David (1991). “That event, this memory: notes on the Anthropology of African diasporas in the new world”. *Diaspora*, vol. 1, n. 3, pp. 261-284.
- (1999). *Refashioning futures: criticism after postcoloniality*. Princeton, Princeton University Press.
- SIDBURY, James (1998). Resenha de *From Calabar to Carter’s Grove*, de Walsh. *William & Mary Quarterly*, n. 55, pp. 631-633.

- STOCKING, George W., Jr. (1992). *The ethnographer's magic and other essays in the history of Anthropology*. Madison, University of Wisconsin Press.
- STUCKEY, Sterling (1987). *Slave culture: nationalist theory and the foundations of Black America*. New York, Oxford University Press.
- THORNTON, John (1991). "African dimensions of the Stono Rebellion". *American Historical Review*, n. 96, pp. 1101-1113.
- (1992). "From the general to the particular: ethnicity and history in the slave trade". Trabalho apresentado na conferência "Transatlantic Slaving and the African Diaspora", Williamsburg, Virgínia, 11-13 de setembro.
- (1992a). *Africa and Africans in the making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge, Cambridge University Press.
- (1993). "'I am the subject of the King of Congo': African ideology in the Haitian Revolution". *Journal of World History*, n. 4, pp. 181-214.
- TROUILLOT, Michel-Rolph (1995). *Silencing the past: power and the production of history*. Boston, Beacon Press.
- (1998). "Culture on the edges: creolization in the plantation context". *Plantation Society in the Americas*, n. 5, pp. 8-28.
- WALSH, Lorena S. (1997). *From Calabar to Carter's grove: the history of a Virginia slave community*. Charlottesville, University of Virginia Press.
- (1998). "Ethnicity among Africans in North America". Trabalho apresentado na conferência "Transatlantic Slaving and the African Diaspora". Williamsburg, Virgínia, 11-13 de setembro.
- WILLIAMS, Brackette F. (1995). "Resenha de *The Black Atlantic*, de Paul Gilroy". *Social Identities*, n. 1, pp. 175-192.



A História da África nos bancos escolares.

Representações e imprecisões na literatura didática

Anderson Ribeiro Oliva

Resumo

A aprovação da lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes, gerou nos meios escolares e acadêmicos algumas inquietações e muitas dúvidas. Como ensinar o que não se conhece? Para além das interrogações, a lei revela algo que os especialistas em História da África vêm alertando há certo tempo: “esqueçamos” de estudar o Continente africano. A partir dessas constatações, o presente artigo tem como objetivo maior analisar a forma como a História da África e os africanos foram representados em um dos poucos livros didáticos de História elaborados no país que abordam a África com um capítulo específico. As muitas críticas e curtos elogios devem ser entendidos não como desconsideração ao trabalho do autor, mas como um alerta: devemos voltar nossos olhares para a África, pela sua relevância incontestável como palco das ações humanas e pelas profundas relações que guardamos com aquele Continente por meio do mundo chamado Atlântico.

Palavras-chave: História da África; representações; ensino da História; historiografia africana; africanos.

Abstract

African History at school. Representations and imprecision in the didactics literature

The approval of the 10639/03 law, which made compulsory the teaching of African and African-descendants history, has brought some

uneasiness and many questions to the academic sphere. How is it possible to teach something we do not know? Besides this questioning, the law comes up with something that African history specialists have been warning us for a long time: we “forgot” to study the African continent. Beginning from these facts, the article’s objective is to analyze how the African history and the Africans have been represented in the very few history books, made in Brazil, in which the African theme is brought up in a specific chapter. The many critics and short complements towards these books, should not be interpreted as lack of consideration to the authors’ work, but as an alert: we have to turn our attention to Africa, considering its unquestionable relevance as a stage to human actions and because of the deep relations we have with that continent through the Atlantic.

Keywords: African History, representations, history teaching, African historiography, Africans.

Résumé

L’histoire de l’Afrique sur les bans de l’école. Représentations et imprecisions dans la littérature didactique

L’adoption de la loi 10639/03, qui a rendu obligatoire l’enseignement de l’Histoire de l’Afrique et des afro-descendants, a suscité quelques inquiétudes dans les milieux scolaires et académiques ainsi que bien de doutes. Comment enseigner ce que l’on ne connaît pas ? En plus de toutes ces interrogations, la loi révèle quelque chose dont les spécialistes en Histoire de l’Afrique se soucient depuis un certain temps : on a simplement “oublié” d’étudier le continent africain. C’est à partir de ces constatations que cet article a pour objectif majeur d’étudier comment l’Histoire de l’Afrique et les Africains ont été représentés dans l’un des seuls livres didactiques d’Histoire fait au Brésil et qui aborde l’Afrique dans un chapitre spécifique. Toutes les critiques et les brefs éloges doivent être compris comme une mise en garde plutôt que comme un manque de respect pour le travail de l’auteur. En effet, on doit regarder l’Afrique à cause de son importance majeure comme une scène pour des actions humaines et aussi à cause des rapports intenses que l’on garde avec ce continent, à travers ce que l’on nomme le monde Atlantique.

Mots-clés: Histoire de l’Afrique, représentations, enseignement de l’Histoire de l’Afrique, historiographie africaine, Africains.

Não costumo iniciar minhas reflexões com perguntas diretas, já que as mesmas exigem respostas diretas. É efetivamente esta não é uma qualidade que carrego. Porém, neste momento, é difícil encontrar outra forma de chamar a atenção do leitor, provavelmente professor de História. Por isso vamos a ela: “O que sabemos sobre a África?”

Talvez as respostas sofram algumas variações, na densidade e na substância de conteúdo, dependendo para quem ou onde a pergunta seja proferida. Acredito, no entanto, que o silêncio ou as lembranças e imagens marcadas por estereótipos preconceituosos vão se tornar ponto comum na fala daqueles que se atreverem a tentar formular alguma resposta. Atrevimento sim! Quantos de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quantos tiveram a disciplina História da África nos cursos de História? Quantos livros, ou textos, lemos sobre a questão? Tirando as breves incursões pelos programas do *National Geographic* ou *Discovery Channel*, ou ainda pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África? Paremos por aqui. Ou melhor, iniciemos tudo aqui.

O ofício de historiador ou de professor — não consigo percebê-los tão separados — habilita-nos à compreensão e análise da humanidade em sua trajetória no tempo. Isto não pode ocorrer apenas por adoração às pesquisas ou ao poder de contar histórias. Voltar ao passado apenas por erudição ou curiosidade não é a nossa tarefa. O passado comunica o presente, o presente dialoga com o passado. Só assim nossa árdua função se recobre de significados e de sentidos. Desconfio que os alunos também pensem assim. Se a História da África, como um campo do pensamento humano, se justifica por si só, no nosso caso, a responsabilidade adquire um duplo peso.

Primeiro: temos que reconhecer a relevância de estudar a História da África, independente de qualquer outra motivação.

Não é assim que fazemos com a Mesopotâmia, a Grécia, a Roma ou ainda a Reforma Religiosa e as Revoluções Liberais? Muitos irão reagir à minha afirmação, dizendo que o estudo dos citados assuntos muito explica nossas realidades ou alguns momentos de nossa História. Nada a discordar. Agora, e a África, não nos explica? Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou desencontro de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos? Aí está a dupla responsabilidade. A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado, por que não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas ou projetos. Os africanos não foram criados por autogênese nos navios negreiros e nem se limitam em África à simplista e difundida divisão de bantos ou sudaneses. Devemos conhecer a África para, não apenas dar notícias aos alunos, mas internalizá-la neles. Para isso devemos saber responder, com boa argüição, a pergunta inicial do texto. Porém, chega de defesas ou apologias de uma História, e nos concentremos nas “coisas sérias”.

A História da África nos bancos escolares

Se o ensino de História no Brasil¹ passou por uma profunda transformação nos últimos vinte anos, a mesma parece não ter atingindo de forma significativa o estudo da História da África. Da criação da primeira cátedra de História no país, em 1838, no Colégio Pedro II, até o final dos anos 1970, as mudanças no ensino da disciplina foram limitadas pelo modelo positivista hegemônico em uso. Porém, os anos 1980 e 1990 reservaram um espaço fecundo e estimulante para a (re)significação de sua existência. Estabeleceu-se um diálogo, mais ou menos aberto, entre os diversos setores interessados em repensar a abordagem da História em sala de aula. Outras perspectivas teóricas — Marxismo e História Nova — passaram a inundar os livros didáticos, levando à incorporação de abordagens econômicas estruturais e temáticas dos conteúdos tratados ou determinados pelos currículos.

Aqueles que se sentaram em bancos escolares até o fim da ditadura militar tinham que se contentar, ou aturar, uma História de influência positivista recheada por memorizações de datas, nomes de heróis, listas intermináveis de presidentes e personagens. Sem contar a extrema valorização da abordagem política pouco atraen-

te, do eurocentrismo na História Geral e da exaltação da nação e de seus governantes na História do Brasil. Todos esses conteúdos eram apresentados com pouco ou nenhum perfil crítico e não existiam brechas para a participação das pessoas comuns nos fatos tratados. O ruir da traumática aventura dos militares ao poder se fez acompanhar de um esforço de historiadores, professores e técnicos na tentativa de modificar o ensino da história.

Como ressonância dos debates que circulavam nas universidades desde os anos 1950, o marxismo pareceu ser a alternativa óbvia para referenciar as modificações dos currículos e reescrever os livros didáticos. Porém, a dose de mudanças foi muitas vezes ortodoxa, limitando a história a modelos vulgares das análises marxistas e a complexas estruturas e sistemas econômicos. Outras vezes foi inócua, atingindo de forma bastante limitada a docentes e alunos. Para alguns, cristalizou-se como única proposta a ser seguida, fugir dela era renunciar ao papel de formador de consciências críticas e esclarecidas. Para outros, a troca de perspectiva teórica não se fez acompanhar da qualificação docente e do material utilizado em sala de aula. É essa perspectiva teórica, com seus avanços e obstáculos que, até o final dos anos 1990, foi, se não hegemônica, majoritária no ensino da disciplina.

Nessa mesma década — como reflexo das mudanças teóricas que inundavam os cursos de História, a partir os ventos soprados pela historiografia francesa — percebeu-se que, se a reestruturação escolar tinha sido frutífera, era ainda inadequada. Apesar da experiência paulista² dos anos 1980, é a partir de 1995 que encontramos uma presença mais marcante dos referenciais da História Nova nos livros didáticos e nas salas de aula, chamada aí de História temática. Não se pode negar os efeitos positivos dessas influências. Uma série de atividades pedagógicas,³ envolvendo abordagens diversificadas da História, associadas à escrita de novos manuais e reedições dos que já circulavam por algum tempo, informavam os novos rumos tomados pelo ensino da disciplina. Porém, e apesar dos esforços, existem lacunas e problemas de certa relevância no debate que se montou acerca da adoção do ensino temático no Brasil. A formação de alguns centros de Pós-Graduação,⁴ especializados no ensino de História, e de núcleos de pesquisa,⁵ além da promoção de congressos e encontros nacionais revelam a preocupação com as mudanças acerca do assunto. Fica evidente também, ainda hoje, por motivos conjunturais maiores, o descontentamento de boa parte dos alunos e docentes pela forma como

ainda é ministrada a disciplina História nas escolas. Porém este é um outro problema.

A partir deste quadro, de certa forma crítico, mas estimulante para aqueles que defendem mudanças ainda maiores para a História ensinada, percebemos um outro desencontro. Em artigos publicados recentemente, em duas qualificadas coletâneas (ver Abreu, 2003, Karnal, 2003; Bittencourt, 1997b), vários pensadores fizeram incursões reflexivas sobre o atual momento do ensino de História e das inovadoras e, de certa forma, problemáticas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entre as discussões levantadas, uma chamou-nos a atenção: o debate acerca do combate à discriminação racial e do ensino da História da África.

O artigo de Hebe Maria Mattos, *O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil*, merece uma referência à parte. Mesmo guardando idéias gerais, ainda que elucidativas, a autora demonstra sensibilidade e iniciativa ao levar para um palco de discussões maior um assunto lembrado por poucos: o ensino da História da África. Mattos alerta para a necessidade de um redimensionamento teórico e espacial sobre a questão. Se existia uma tendência dos estudos anteriores de olhar o negro no Brasil, a proposta da autora, influenciada pelas reflexões do britânico Paul Gilroy, é de perceber a África, os africanos, e a identidade negra do país dentro de um contexto histórico mais abrangente: o Mundo Atlântico.

Quando se rompe com uma perspectiva essencializada das relações entre identidade e cultura, decorre que qualquer abordagem sobre as ambigüidades da identidade negra no Brasil se torna indissociável do entendimento da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo Atlântico [...]. Gilroy aborda este processo [a afirmação de novas identidades negras] como construção política e histórica fundada em diferentes trocas culturais (africanas, americanas e européias) através do Atlântico, desde o tráfico negreiro, na qual a questão das origens interessa menos que as experiências de fazer face à discriminação através da construção identitária e da inovação cultural. (Mattos, 2003: 129-130)

Outra fundamental questão abordada pela historiadora é a negligência com a qual se trata a História da África nas universidades e as conseqüências de tal fato no ensino.

Ainda mais grave, há alguns conteúdos fundamentais propostos nos novos PCNs — especialmente a ênfase na história da África — que, infelizmente, ainda engatinham como área de discussão e pesquisa nas nossas

universidades, impondo-se como limite ainda maior ao esforço pedagógico que pode ser feito para uma abordagem que rompa com o europocentrismo que ainda estrutura os programas de ensino das escolas. (*ibidem*:131)

As últimas páginas de seu artigo são dedicadas à análise de como a História da África foi trabalhada em um dos novos livros didáticos utilizados no país (ver Montellato, 2000). O ponto de destaque é que o volume analisado, voltado para a 6ª série do Ensino Fundamental, utiliza uma proposta de abordagem temática da História. A autora passa a dialogar com o livro procurando salientar seus avanços e tropeços, que parecerem ser em maior número. Por exemplo, no capítulo que trata da Expansão Marítima Europeia dos séculos XV e XVI, a “África aparece apenas como uma sucessão de pontos geográficos a serem ultrapassados”. Na unidade seguinte, que estuda o “desencontro entre culturas” Mattos se incomoda que

não haja nem uma palavra sequer sobre África, africanos ou os diversos povos daquele continente e de como participaram destes desencontros. Eles entram em cena na terceira unidade, para caracterizar “a construção da sociedade colonial”, basicamente como força de trabalho.

Em outros momentos, como no debate sobre a escravidão, os autores do livro reproduzem versões tradicionais da historiografia brasileira, ao naturalizarem a escravidão por “ela”, de alguma forma, já existir em África. A África pré-colonial só irá aparecer na última unidade, porém, Mattos não realiza nenhum comentário mais específico sobre o assunto. Por fim, a autora conclui que

a tendência de conjunto [...] é o lugar encapsulado (como uma simples questão de mão-de-obra) e naturalizado (negro = africano = escravo) da questão negra no ensino da história do Brasil. Qualquer trabalho com livros didáticos anteriores aos PCNs apenas reforçaria esta tendência [...]. (*ibidem*:132-134).

Cabe ressaltar que este trabalho da autora não é especificamente sobre o ensino da História da África, mesmo que o aborde ao longo do texto, e nem ela é uma africanista. Talvez isso revele a pouca profundidade ao analisar a abordagem da África anterior ao século XIX, presente no manual. De qualquer forma, sua contribuição deve ser destacada, já que foi uma das poucas vozes entre os historiadores a publicar algum material sobre o tema. Suas conclusões gerais também demonstram sua preocupação com a formação

dos professores. Mesmo que timidamente, aponta algumas alternativas.

Desenvolver condições para uma abordagem da história da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história européia e suas influências sobre o continente americano. Já começaram a estar disponíveis em língua portuguesa alguns títulos que tornam esta tarefa relativamente viável, para além dos dois volumes monumentais sobre história da África pré-colonial, de Alberto da Costa e Silva. Ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira. (*ibidem*:135).

No que concerne ao estudo da História da África, não podemos ignorar o fato de que após o processo de libertação africano, ocorrido na segunda metade do século XX, principalmente até os anos 70, ocorreu uma expansão — quantitativa e qualitativa — significativa das pesquisas realizadas sobre a história do Continente, tanto por africanistas como por historiadores dos países recém-formados (Difuila, 1995). Porém, devido a problemas internos e ao descaso externo, esses países — falamos especialmente dos países africanos de língua portuguesa⁶ —, tiveram alguma dificuldade em transportar para seus ensinos as inovações conquistadas por seus pesquisadores. No mundo europeu, esse momento foi marcado por um novo perfil das pesquisas, até então realizadas sob a tutela do olhar colonialista. Já na América, concentraram-se, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, os maiores esforços de entendimento sobre a África, evidenciados pelas pesquisas e centros de estudos montados. Mesmo assim, se comparados com estudos realizados sobre outras temáticas, ainda são esforços pálidos.

Enfim, o momento é propício ao debate da questão, já que o atual governo, na época com poucos dias de existência, sancionou uma lei⁷ tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e da África em escolas do Ensino Fundamental e Médio. Medida justa e tardia, e ao mesmo tempo difícil de ser implementada. Isso por um motivo prático: muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. Os alunos passam assim, a construir apenas estereótipos so-

bre a África e suas populações. Portanto, seria justo perguntar: como a História da África é ensinada em nossas escolas?

Para responder a tal questão faremos um breve exercício. Na realidade, é uma espécie de teatro experimental de uma pesquisa maior, que desenvolvo em tese de doutorado na linha de pesquisa Comércio e Transculturação no Mundo Atlântico, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Em meu projeto tenciono fazer o seguinte percurso: analisar a forma como os livros didáticos de História — produzidos a partir de 1995 — utilizados nas escolas brasileiras, portuguesas, angolanas e cabo-verdianas representaram(am) por meio de imagens e textos escritos os africanos, e qual o papel reservado à História da África em meio às temáticas e conteúdos abordados.

Neste caso, farei aqui um breve, mas fundamental, teste. Nesta primeira parte do artigo tivemos a preocupação de alertar, assim como outros já o fizeram, para as graves lacunas existentes na formação acadêmica e no ensino sobre a História da África. Na segunda parte apresentaremos a trajetória das leituras realizadas sobre os africanos e que revelam as representações construídas ao longo do tempo acerca da África. E por fim, em um terceiro momento realizaremos um estudo de caso. Ao analisarmos um dos poucos livros didáticos (Schmidt, 1999) que abordam a História da África pré-colonial com um capítulo específico, intentamos iniciar uma leitura crítica sobre os acertos e desacertos da abordagem efetuada sobre a levantada temática nos manuais. Esperamos que seja uma iniciativa válida.

Os africanos sob os olhares ocidentais e notícias da historiografia sobre a África

Silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas. Poderíamos assim definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil. Das vinte coleções compulsadas pela pesquisa, apenas cinco possuíam capítulos específicos sobre a História da África.⁸ Nas outras obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outras temáticas. Tornou-se evidente também que, quando o silêncio é quebrado, a formação inadequada e a bibliografia limitada criam obstáculos significativos para uma leitura menos imprecisa e distorcida sobre a questão. Percebemos, en-

tão, que a tarefa de análise de manuais didáticos exigiria não apenas um conhecimento considerável acerca da História e da historiografia africanas. Seria preciso fazer uso de outro suporte de análise, que permitisse o entendimento de como esses livros influenciaram a construção das distorções e simplificações elaboradas sobre a África e apropriadas por milhares de alunos e professores naquele Continente, no Brasil e em Portugal.

Se o objetivo aqui é analisar a forma como os africanos e a História da África foram representados na literatura didática de História, torna-se indispensável fazermos uma incursão por alguns dos trabalhos que tentaram esclarecer como o imaginário ocidental sobre a África e os africanos foi gestado. É claro que as contribuições vão além dos conceitos que serão discutidos, passando pelo entendimento das relações sistêmicas maiores. No entanto, construir instrumentos de pesquisa e reflexão mais apurados apresentam-se como tarefas obrigatórias. Para isso, retornaremos às citadas reflexões traçando uma breve trajetória das representações elaboradas sobre os africanos, articulando-a aos caminhos seguidos pela historiografia africana.

Visões sobre a África

Em recente viagem à África,⁹ o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou a intenção do Estado brasileiro, pelo menos de forma simbólica, de quebrar o silêncio de algumas décadas nas relações econômicas e diplomáticas mais vantajosas entre as duas margens do Atlântico. Deixando de lado as perspectivas figurativas do *tour* pela região sul do Continente — São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul — o presidente, em seus improvisados, e, portanto, mais reveladores discursos, cometeu o que foi para alguns uma gafe, para outros uma dura ofensa à África. Ao fazer comentários sobre a limpeza e organização de Windhoek, capital da Namíbia, Lula evidenciou as imagens que incorporamos e perpetuamos sobre o Continente. Não tiremos as palavras do presidente, sua íntegra nos ajuda à reflexão sobre nosso imaginário acerca da África e dos africanos.

Estou surpreso porque quem chega a Windhoek [capital da Namíbia], não parece estar num país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e têm um povo tão extraordinário como tem essa cidade [...]. A visão que se tem do Brasil e da América do Sul é de que somos todos índios e pobres. A visão que se tem da África é de que também é um continente só de pobre (*Correio Braziliense*, 2003: 2).

Não iremos crucificar o presidente como outros fizeram. Não que concordemos com tal disparate conclusivo, até porque, tendo oportunidade de se corrigir nos dias seguintes, Lula afirmou que apenas constatou o óbvio. Porém, é muito mais enriquecedor analisar os pensamentos do nosso chefe de Estado por uma outra dimensão. Independente de Lula ter formação superior ou não, ser presidente ou cidadão comum, nordestino ou gaúcho, pobre ou rico, sua postura de admiração com uma “cidade limpa” na África é surpreendentemente comum. Para ser mais claro: excluindo um seletto grupo de intelectuais e pesquisadores, uma parcela dos afrodescendentes e pessoas iluminadas pelas noções do relativismo cultural, nós, brasileiros, tratamos a África de forma preconceituosa. Reproduzimos em nossas idéias as notícias que circulam pela mídia, e que revelam um Continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, os livros didáticos incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o Continente e a discriminação à qual são submetidos os afrodescendentes aqui dentro. A África não poderia ter, fazendo uma breve inversão do olhar presidencial, ruas limpas, um povo extraordinário e bela arquitetura. Seguindo esse raciocínio, a viagem não poderia ter outra dimensão do que a econômica, e o Brasil não poderia ter outra postura do que a de ajuda humanitária à África, já que, por sermos tão melhores do que eles, seria ilógico esperar algo de lá.

Para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África e incorporadas pelos brasileiros são resultado do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente. Neste caso, percebe-se que as representações deturpadas sobre o Continente africano não são uma exclusividade brasileira dos dias do presidente Lula. As distorções, simplificações e generalizações de sua história e de suas populações são comuns a várias partes e tempos do mundo ocidental. Dessa forma, se continuarmos a reproduzir leituras e falas como a citada, é muito provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África não sofra modificações significativas.

Alguns autores¹⁰ já tinham alertado sobre as dificuldades de compreensão dos olhares estrangeiros que percorreram o Continente africano. O historiador português José da Silva Horta (1995, 1991) em dois excelentes trabalhos, refletiu sobre os possíveis limitadores e influenciadores das leituras europeias realizadas

em África, leituras essas que incorporamos durante o período colonial e que foram reforçadas ao longo dos séculos seguintes. Horta defende a idéia, comungada por outros autores, de que os textos sobre os africanos — escritos ou imagéticos —, presentes nas mais diversas obras ao longo do tempo, não passam de *representações*,¹¹ ou seja, são (re)construções do real. É certo que esses textos foram escritos (pintados) a partir de uma série de referências ou categorias culturais daqueles que estiveram em África ou procuram interpretar as notícias que lá chegavam.

Ao lermos os textos europeus que retratam o Africano (o mesmo sucede, aliás, se interpretarmos ícones), mesmo os mais descritivos, temos de partir sempre do princípio de que estamos perante representações, o que é dizer, perante (re)construções do real. [...] Essa construção faz-se de acordo com as categorias culturais e mentais de quem viu, ou (e) de quem escreve [...]. A representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percepcionou e que vai ser evocada — oralmente, por escrito, por um ícone — estando ausente. (Horta, 1995: 189)

Evidencia-se dessa relação — observado/observador — um jogo não só de dominação e resistência, mas também de dificuldade de explicar e reconhecer a alteridade. Ao mesmo tempo, fica claro que as relações sociais, intelectuais e culturais só se concretizam quando ocorre entendimento. E para entendermos algo, quase sempre, fazemos uso de nossa cosmovisão e estrutura de explicação do universo, emprestando significados ao que está sendo observado ou apresentado (*ibidem*:190). Sabemos que as representações são construídas em nosso imaginário não de forma passiva. Quase sempre incorporamos outras definições e conceitos de forma consciente, e mesmo que adotemos determinada postura menos irrefletida, ela pode ser alterada a qualquer momento, dependendo dos reflexos que nos chegam e de nossas intenções.

A representação, enquanto tradução mental de uma realidade exterior percebida, implica um processo de abstração que passa pelo *gerir* — mais ou menos inconsciente — das classificações disponíveis no *stock cultural* para tornar inteligível e avaliar essa realidade. Os valores que lhe subjazem cristalizam-se assim em categorias, lugares-comuns e estereótipos, que organizam a cada momento as representações, das quais são como que a linguagem, o código de referência permanente. (*ibidem*:209)

Compete aqui lembrar que esse processo não ocorreu em uma via de mão única — europeus/africanos. Os africanos eviden-

temente elaboraram suas interpretações e significações para o que vivenciavam ao entrar em contato com os europeus.

Em suma: as representações recíprocas são uma dimensão essencial do encontro de Europeus e Africanos, de uma história em comum. Práticas e representações constituem um binômio indissociável. As últimas têm, portanto, um papel coadjuvante na explicação da natureza do relacionamento entabulado entre duas partes que se observam e que interagem. [...] Trata-se de uma convergência natural e necessária em todos os fenômenos resultantes do encontro ou confronto de culturas [...] (*ibidem*:191).

Seria plausível afirmar que os olhares sobre o Outro estariam impregnados do “estranhamento”, da dificuldade de emprestar significados e aceitar as diferenças. Ao mesmo tempo, tal relação é fundamental para a afirmação/reelaboração da própria identidade. Nesse movimento os europeus emprestaram, quase sempre, um aspecto de inferioridade aos povos da região. De certa forma, também teriam sido os contatos com os europeus que fizeram os africanos perceberem ou serem “obrigados” a aceitar que entre eles existiam elementos de proximidade e de identidade.

O psiquiatra negro Frantz Fanon,¹² ao investigar os impactos psicológicos do processo de dominação europeia na África, afirmava que “o negro nunca foi tão negro quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos” (Fanon, 1983:212). O filósofo africano Kwame Appiah confirma a ideia de que “a própria categoria do negro é, no fundo, um produto europeu, pois os ‘brancos’ inventaram os negros a fim de dominá-los” (Appiah, 1997:96).

Percebe-se, portanto, que a troca de olhares sobre o outro e sobre a própria identidade é um instrumento dinâmico, em constante resignificação e com múltiplas variáveis. Neste caso, atente-mos para as visões europeias sobre os africanos.

Desde da Antiguidade, os escritos de viajantes, historiadores ou geógrafos, como Heródoto (séc. V a.C.) e Cláudio Ptolomeu (séc. II), fazem referência à África de forma a demarcar as diferenças e a representar, a partir dos filtros estrangeiros, o Continente e suas gentes.¹³ Os elementos que parecem ter chamado mais a atenção das leituras europeias foram a cor da pele dos africanos, chamados de etíopes, e as características geográficas da região, conhecida por Etiópia. Essa própria forma de denominar a África conhecida, que no período se limitava à área acima do Saara, utilizada por gregos e romanos, levava em consideração um desses grandes

elementos de estranhamento, já que o termo grego *Aethiops*, significa terra dos homens de pele negra (Dífuila, 1995: 53).

Heródoto, em sua *História*, deixou registrada sua impressão acerca dos africanos, em um misto de estranhamento, admiração e desqualificação. Em sua lógica descritiva ele afirmava que “os homens daquelas regiões são negros por causa do calor” e os “etíopes da Líbia são entre todos os homens os de cabelos mais crespos” (Heródoto, 1988: 95, 361). A relação entre a cor e o clima, associada à ênfase no tipo de cabelos revela o impacto que a diferença de fenótipos entre os europeus e os africanos causava ao estrangeiro. Além disso, afirmava o historiador que “o sêmem por eles ejaculado quando se unem às mulheres também não é branco [...], e sim negro como a sua tez (acontece o mesmo com o sêmem dos etíopes)” (*ibidem*: 182). Em seus comentários também encontramos elogios aos etíopes, já que estes seriam “homens de elevada estatura e muito belos e de uma longevidade excepcional”. Na descrição geográfica da região o viajante grego acredita ser a Etiópia “a mais remota das regiões habitadas; lá existe muito ouro e há enormes elefantes, e todas as árvores são silvestres, e ébano (...)” (*ibidem*: 185-6).

Porém, não só de curiosidade se constituem seus escritos. Em outros trechos fica evidente a inferioridade dos etíopes perante os gregos e egípcios, já que estes eram bárbaros — sem civilização — e identificados como trogloditas.

Esses soldados, estabelecendo-se na Etiópia, contribuíram para civilizar os etíopes, ensinando-lhes os costumes egípcios (*ibidem*: 98).

Esses garamantes saem com seus carros de quatro cavalos à caça de trogloditas etíopes, pois os trogloditas etíopes são os corredores mais rápidos sobre os quais já ouvimos contar histórias. Esses trogloditas se alimentam de serpentes, de lagartos e de répteis do mesmo gênero; eles não falam uma linguagem parecida com qualquer outra, e emitem gritos agudos como os dos morcegos (*ibidem*: 250).

Ainda na Antigüidade, o geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu, baseando-se em estudos anteriores, conseguia “com sua *Geografia* a evolução máxima dos conhecimentos relativos aos contornos da África” (Djait, 1982: 119). A África não passaria da região do Equador e o clima abaixo dele seria insuportável. Sua cartografia serviria de base para os teólogos e geógrafos medievais.

No medievo, as imagens sobre os africanos foram completamente tangidas pelo imaginário europeu. A teoria camita e a fusão da cartografia de Cláudio Ptolomeu com cosmologia cristã rele-



gam a África e os africanos às piores regiões da Terra. Na cartografia medieval, os mapas seguem um padrão, sendo a Terra um círculo com as terras conhecidas — Europa, Ásia e África — distribuídas no centro em forma de um T. Na realidade, o termo mais usado para designar essas representações era “mapas TO”, de *Orbis Terrarum*. Um exemplo desses mapas é o de Psalter (1250), ao lado (Noronha, 2000). Outra idéia explica a “nomenclatura TO: ela sugere o Cristo crucificado (T) e o

oceano (O) que circunscreve todo o orbe” ou ainda o T como “representação geométrica dos três mares”, o Mediterrâneo, o Helesponto e o *mare indicum* (Noronha, 2000: 681-689 e Kappler, 1994: 24).

O paraíso terrestre aparecia sempre ao Norte, no topo, distante dos homens, e Jerusalém, local da ascensão do filho de Deus aos céus, no centro. A Europa, cuja população descendia de Jafet, primogênito de Noé, ficava à esquerda (do observador) de Jerusalém e a Ásia, local dos filhos de Sem, netos de Noé, à direita. Ao Sul aparece “o continente negro e monstruoso, a África. Suas gentes eram descendentes de Cam, o mais moreno dos filhos de Noé” (Noronha, 2000: 681-689). Neste caso, mais uma vez o desprestígio recobria a África. Segundo os textos bíblicos, Cam foi punido por flagrar seu pai nu e embriagado. Seus descendentes deveriam se tornar escravos dos descendentes de seus irmãos e habitar parte do território da Arábia, do Egito e da Etiópia.

Com as Grandes Navegações e os contatos mais intensos com a África, abaixo do Saara, os estranhamentos e os olhares preconceituosos continuam. No século XV, duas encíclicas papais — a *Dum Diversas* e a *Romanus Pontifex* — “deram direito aos Reis de Portugal de despojar e escravizar eternamente os Maometanos, pagãos e povos pretos em geral” (Lopes, 1995: 22). Além disso, o imaginário dos navegantes iria sobreviver, de forma diversa, nos séculos seguintes. Os temores sobre o Mar Oceano e a região abai-

xo do Equador iriam alimentar as elaborações e representações dos europeus sobre os africanos. Monstros, terras inóspitas, seres humanos deformados, imoralidades, regiões e hábitos demoníacos iriam ser elementos constantes nas descrições de viajantes, aventureiros e missionários. Em excelente obra introdutória à História da África, Mary Del Priore e Renato Venâncio, retrataram essas construções mentais.

Acreditava-se, também, que a parte habitável da Etiópia era moradia de seres monstruosos: “os homens de faces queimadas”. [...] A cor negra, associada à escuridão e ao mal, remetia no inconsciente europeu, ao inferno e às criaturas das sombras. O Diabo, nos tratados de demonologia, nos contos moralistas e nas visões das feiticeiras perseguidas pela Inquisição, era, coincidentemente, quase sempre negro (Del Priore e Venâncio, 2004: 56).

Para a maior parte dos autores, a descrição física da zona meridional africana se associava à idéia de intolerância climática. No século XI, Vicente de Beauvais, dominicano e leitor da real família de França, opunha o Norte e o Sul para explicar que o primeiro era seco e frio e o segundo, quente e úmido. Ao norte, os homens seriam sadios e belos; ao sul, frágeis, doentes e feios. Por culpa do clima tórrido, seus corpos negros e moles eram sujeitos a males como a gangrena, a epilepsia, as diarréias. Ao norte, os corpos, isentos de doenças, teriam uma coloração rosada (*ibidem*: 58).

Ao longo dos contatos estabelecidos nos tempos modernos os preconceitos foram apenas se alternado. A ausência da fé cristã, trocada em África por “cultos pagãos e fetichistas”, de Estados organizados aos moldes dos europeus e o convívio com padrões urbanísticos, estéticos e artísticos diversos fizeram com que as leituras européias sobre a África pouco mudassem.

No século XIX, as crenças científicas, oriundas das concepções do Darwinismo Social e do Determinismo Racial, alocaram os africanos nos últimos degraus da evolução das “raças” humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber a benfazeja ajuda européia, por meio das intervenções imperialistas no Continente. Neste mesmo período, o pensamento histórico passa por (re)adequações, surgindo uma espécie de história científica.

As perspectivas das reflexões historiográficas, do século XIX até a década de 1960, espelham, em parte, os silêncios insuportáveis que até pouco tempo se fizeram sobre a temática no Ocidente e no Brasil, e explicam a manutenção das representações construídas em relação aos africanos. Partindo da idéia de que a história é o campo das ações — mentais e materiais — humanas no tempo, a África é a região do mundo de mais longa historicidade. Berço da

humanidade, esse Continente foi palco de diversificadas experiências sociais e múltiplos fenômenos culturais. No entanto, o aparecimento da “ciência histórica”, na Europa dos oitocentos, desconsiderou, por meio de seus pressupostos, a história vivenciada naquele Continente.

Nas leituras dos autores que abordaram a trajetória da historiografia africana encontramos alguns elementos em comum na identificação de como a África aparece nos escritos historiográficos ocidentais e nos dos próprios africanos. A divisão/classificação desses escritos, realizada pelo cientista social guineense Carlos Lopes, servirá como guia de nossa incursão. Segundo Lopes, existiriam três grupos nos quais poderiam ser localizadas, por afinidades maiores, as diversas investigações ou “falas” realizadas sobre a África, a partir do século XIX: a Corrente da Inferioridade Africana, a Corrente da Superioridade Africana, e uma Nova Escola de estudos africanos. Para uma melhor apreensão dessas interpretações, é preciso lembrar que elas são herdeiras diretas de um imaginário¹⁴ já bastante distorcido acerca dos africanos.

Segundo os pensadores do século XIX, os povos africanos subsaarianos encontravam-se imersos em um estado de quase absoluta imobilidade, seriam sociedades sem história. No caso, é preciso que se frise que a História, naquele momento, passara a se confundir com dois elementos: as trajetórias nacionais — entendidas como os inventários cronológicos dos principais fatos políticos dos Estados europeus, quase sempre protagonizados por figuras ilustres ou heróis; e com o movimento retilíneo e natural rumo ao progresso tecnológico e civilizacional. Dessa forma, a idéia da transformação, da busca constante pelo novo, pelo moderno, se tornaria uma obsessão. Além disso, devido aos rigores metodológicos, o passado somente poderia ser acessado com o uso dos documentos escritos oficiais.

Observados de dentro dessa perspectiva histórica, os povos africanos não possuíam papel de destaque na história da humanidade. Primeiro pela ausência, em grande parte das sociedades abaixo do Saara, de códigos escritos — havia a predominância da tradição oral. E, segundo, por serem classificadas como sociedades tradicionais¹⁵ — quando a tradição aparece no sentido de preservar, como em uma bolha do tempo, o passado —, estando fadados a um eterno imobilismo.

Os pesquisadores que abordam a construção da historiografia africana utilizam exemplos, que hoje poderíamos chamar de “clássicos”, para descrever este estado de *coisas*. O mais citado é a

categórica afirmação do filósofo alemão Friedrich Hegel, ainda na primeira metade do séc. XIX, acerca da inexistência da História em África, ou de sua insignificância para a humanidade.

A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo. (Hegel, 1995: 174).

Apesar de Hegel não ter uma influência tão significativa assim nos historiadores do período seguinte, parece que essa idéia não ficou limitada aos oitocentos, influenciando trabalhos posteriores. Manuel Difuila lembra que um dos primeiros estudiosos das temáticas africanas, H. Schurz, comparou a “História das raças da Europa à vitalidade de um belo dia de sol, e a das raças da África a um pesadelo que logo se esquece ao acordar” (Difuila, 1995: 52). Ainda nesta direção um renomado professor da Universidade de Oxford, Sir Hugh Trevor-Hoper, demonstrou, em 1963, compartilhar das idéias de seus companheiros anteriores.

Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas [...], e as trevas não constituem tema de história [...] divertirmo-nos com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exercem nenhuma influência em outras regiões”¹⁶ (apud Fage, 1982: 49).

Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a História da África — vivenciada ou contada — teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do Continente. Não só pela ação de registrar e relatar, feita por viajantes, administradores, missionários e comerciantes do século XV ao XIX, mas principalmente pelas mudanças introduzidas pelos europeus na África.

O filósofo africano Valentin Mudimbe chamou a atenção, por exemplo, sobre as argumentações utilizadas pelos europeus para explicar as origens da técnica estatuária usada pelos iorubás, da arte do Benin e da arquitetura do Zimbabwe. Todos esses elementos de destaque da cultura africana seriam frutos de interferências de outras civilizações na África negra, e não criação africana (Mudimbe: 1988, 45). Carlos Lopes apresenta outras pesquisas neste estilo. A tendência seria, de alguma forma, preservar as afir-

mações de que a África não possuiria história, e de que tudo lá encontrado não passaria de uma cópia inferior ao produzido em outros lugares.

Ao estudar os conhecimentos astronômicos dos Dogon nos anos 40, M. Griaule e os seus discípulos ficaram fascinados com o nível de conhecimentos existente. Recentemente, o conhecido astrônomo Carl Sagan, da Universidade Cornell, decidiu avaliar esses mesmos conhecimentos Dogon, e concluiu que os “Dogon, em contraste com todas as sociedades pré-científicas, sabiam que os planetas, incluindo a Terra, giram sobre si próprios e à volta do Sol”... Como é que se pode explicar este extraordinário conhecimento científico? Sagan não duvidou um segundo que deve ter sido devido a um gaulês que atravessou aquelas paragens, e que provavelmente estava mais avançado que a ciência da época (Lopes, 1995: 23).

Inferre-se, portanto, que, há cinquenta anos, investigar o passado do Continente negro ainda era uma tarefa marcada por um certo isolamento e pelo descaso. Mesmo que percebida como inovadora, por alguns, a maioria dos historiadores a julgava desnecessária ou inviável.¹⁷ O Continente que deu vida ao próprio homem foi condenando por muitos deles ao esquecimento ou à inferioridade.

A mudança dessa perspectiva começou a ocorrer um pouco antes das lutas pelas independências, nos anos 1950 e 1960, e se estenderia até o final da década de 1970. De uma forma geral, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, aconteceu uma espécie de revolução nos estudos sobre a África. As investigações se diversificaram e ampliaram suas abordagens.

Em um primeiro momento, a fragmentação política do Continente forçava a construção de histórias nacionais para cada região “inventada” pelos europeus e reinventada pelos africanos. De forma geral, a independência criou, por parte de uma nova elite política e intelectual, a necessidade da elaboração das identidades africanas dentro do Continente, e deste perante o mundo. Para isso, era imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e da própria África. Por essa visão, o Continente possuiria uma história tão rica e diversificada quanto a européia.

Segundo o filósofo africano Kwame Appiah, era preciso ter qualidades e forças em um mundo competitivo e em uma África submersa em problemas dos mais diversos tipos. Para ele, entre esses primeiros pensares pós-independência estaria o aparecimento

de ideologias que defendiam e (re)significavam a identidade africana: o pan-africanismo e a negritude. Ambas, com intensidades e objetivos diferentes, buscavam enfatizar a existência de uma identidade comum africana, que serviria como sinal distintivo e de qualificação, muitas vezes apaixonada, dos africanos com relação ao resto da humanidade (Appiah, 1997: 19-53). Essas correntes tiveram uma grande influência nos estudos ali organizados até o final dos anos 1970, e na própria articulação e crescimento dos movimentos negros do outro lado do Atlântico.

Uma das principais gerações de pensadores desse grupo foi a dos intelectuais liderados pelos africanos Joseph Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop. A maior parte dos historiadores ligados a esse movimento supervalorizou o argumento de que a África também tinha sua história. Tal iniciativa fez com que Carlos Lopes chamasse esse grupo de “Pirâmide Invertida”, ou Corrente da Superioridade Africana. Para Lopes, não seria difícil entender ou justificar este nome, já que eles estavam ligados à iniciativa de modificar as leituras e visões sobre a África, procurando redimensionar sua história, inclusive colocando-a como o ponto de partida para explicar a História Ocidental (Lopes, 1995: 25-26).

As investigações deveriam, portanto, focar a África em sua própria trajetória. As histórias dos reinos e civilizações africanas foram utilizadas como exemplo da capacidade de organização, transformação e produção africanas, que em nada ficava a dever para os padrões europeus. Assim como os vestígios materiais deixados do passado — técnicas de cultivo, padrões de estética da arte estatutuária, ruínas dos mais diversos matizes — foram usados para evidenciar as qualidades do Continente. No entanto, os autores que abordam o período são unânimes em afirmar que os esforços dessa vertente¹⁸ resvalaram em erros anteriormente cometidos. Um dos mais evidentes era a ação desproporcional de enaltecer as características histórico-culturais da África. A imprecisão, aqui, foi cometer o mesmo erro dos estudos europeus, só que agora não utilizando o eurocentrismo, mas sim o afrocentrismo. Em alguns estudos os africanos passaram a ser percebidos como meras vítimas das ações externas, perdendo novamente o papel como agentes históricos (*ibidem*: 24-26).

No final dos anos 70 e início dos 80, passada a euforia de se pensar a África por ela mesma, surgiu, nas palavras de Lopes, uma “nova escola de historiadores africanos”, despojados das cargas emocionais dos seus predecessores e igualmente preocupados com a continuidade das investigações. Porém, no caso desses novos his-

toriadores, competia a eles a trabalhosa tarefa de ampliar os estudos sobre o Continente e integrar suas pesquisas às constantes inovações da historiografia mundial (*ibidem*: 28).

Nesse período, ficou claro que as fontes escritas não eram tão escassas para a África. Arquivos ultramarinos europeus, na própria África, além das diversas fontes em árabe, facilitavam a investigação sobre certos sistemas vigentes durante séculos na história da região. Houve também uma sofisticação do uso de metodologias no caso da tradição oral, assim como a aproximação com a Antropologia, a Lingüística e a Arqueologia, que já ocorria há algum tempo, acentuou-se.

Nos últimos anos, a historiografia africana passou a ser caracterizada por estudos ligados às epidemias, ao cotidiano, às novas tendências da economia e da ciência política, da importância do regional, do gênero, da escravidão, da cultura política, das influências da literatura e de uma quase incontável diversidade de temáticas para investigação. Pesquisas realizadas por africanos e africanistas têm procurado desvendar e explicar o Continente pelas óticas sempre diversificadas das reflexões históricas. Estudos sobre o passado remoto ou recente das regiões, do processo de formação da África atual, do entendimento da diversidade de suas culturas e povos, das releituras sobre os contatos com os europeus e sobre os complexos problemas a que submerge hoje o Continente foram alvo de uma quantidade avassaladora de investigações.

Encontros e publicações¹⁹ têm imprimido um ritmo estimulante para aqueles que se interessam pelo seu passado. Apesar dos problemas, alguns inerentes à própria situação socioeconômica da região, e às heranças e ranços historiográficos que ainda insistem em destratar ou minimizar a relevância dos estudos históricos ali desenvolvidos, as investigações aumentaram em termos quantitativos e qualitativos.

De qualquer forma, e apesar dos esforços, seria precipitado afirmar que as velhas representações sobre os africanos tenham desaparecido. Talvez a viagem de Lula à África tenha sido um sinal disso.

O livro didático de História entre representações

Se levarmos em consideração que a grande maioria dos autores de livros didáticos são historiadores, ou pelo menos professores de História, os manuais escolares — com seus textos escritos e ima-

géticos — ganham o *status* de serem representações da História. Da mesma forma, seria natural pensar que as mesmas serão (re)significadas pelos seus leitores, sejam eles professores ou alunos. Entendemos, portanto, que os textos e os recursos imagéticos presentes em um livro didático — mapas, figuras, fotografias, pinturas, charges ou desenhos — são produtos da interpretação e da representação de uma certa realidade pelos seus autores.

Os próprios manuais guardam uma larga possibilidade de entendimento a partir do contexto no qual foram fabricados, do momento historiográfico vivenciado, das diversas demandas e influências que se apresentaram na elaboração desse tipo de material e de ideologias ou mentalidades circulantes. Ao escrever um texto sobre a formação dos Estados nacionais europeus e ignorar a multiplicidade étnica da África pré-colonial, ou utilizar imagens de africanos escravizados e brutalizados e não aquelas em que aparecem resistindo ou interagindo ao tráfico, o autor está fazendo uso de uma série de critérios: sua formação acadêmica, suas convicções ideológicas, seu contexto histórico, o público para quem está elaborado o material, a intenção das editoras, as limitações de sua formação para tratar todos os assuntos e as pressões do mercado editorial. De certa forma, seu trabalho final é o resultado de seus olhares direcionados e cheios de significados e interpretações, resultando num tipo de representação da história. O livro didático

[...] é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca [...] (Bittencourt, 1997: 72)

A partir das palavras e imagens — significantes — presentes nos livros, os próprios alunos irão construir suas representações — significados — ou somente absorverão as representações elaboradas pelos autores. De acordo com Zamboni

Com relação à produção do conhecimento em sala de aula, lidamos diretamente com a construção e elaboração de imagens e palavras. Neste aspecto, a compreensão dos sentidos das palavras é de fundamental importância [...] Quando uma palavra adquire determinado significado, pode ser aplicada a outras situações: é a aplicação de um conceito a novas situações concretas, é um tipo de transferência. (Zamboni, 1998: 94-5)

Entretanto, acreditamos que a construção de significados em sala de aula não se limita às palavras ou textos escritos. As ima-

gens, além de contribuírem para o processo de ensino-aprendizagem em História (*ibidem*: 75), também informam uma maneira de os alunos olharem os indivíduos ou grupos sociais que convivem com eles.

A imagem enquanto representação do real estabelece identidade, distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, instala modelos formadores, delimita territórios, aponta para os que são amigos e os que se deve combater. (Meireles, 1995: 101)

Seria plausível, então, pensar que se uma criança africana, europeia ou brasileira for acostumada a estudar e valorizar apenas ou majoritariamente elementos, valores ou imagens da tradição histórica europeia elas irão construir interpretações ou representações influenciadas pelas mesmas. Da mesma forma, se as imagens reproduzidas nos livros didáticos sempre mostrarem o africano e a História da África em uma condição negativa, existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas culturas e das crianças africanas em sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades.²⁰

Tentaremos, neste artigo, realizar um exercício inicial sobre essas questões.

Um estudo de caso: a África na *Nova História Crítica* de Mario Schmidt

“Muitos brasileiros de hoje descendem de povos africanos. Por isso, conhecer a história da África nos faz conhecer nossa própria história”. É com esse parcial²¹ argumento que Mario Furley Schmidt²² inicia o décimo primeiro capítulo (*África*) do segundo volume de sua coleção intitulada *Nova História Crítica*. Antes de maiores reflexões sobre o tema que se registre o elogio. Juntamente com outras poucas coleções, esta é uma das obras que dedica um espaço exclusivo para tratar o Continente. Quase sempre, a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em que mergulhou grande parte dos países africanos formados no século XX. A África torna-se um apêndice ou um complemento. São poucos os livros que dão destaque à *História da África*.

Por razões que talvez espelhem as defasagens da formação acadêmica e do mercado editorial, e as circunstâncias específicas da elaboração de um livro didático, o autor do manual incorreu em

algumas imprecisões — que têm sido comuns quando o assunto é abordado. Mesmo citando uma literatura clássica sobre a historiografia africana, e apesar de vários aspectos positivos de seu texto, observar os desvios cometidos motivam a análise sobre a questão. Voltemo-nos a elas.

Apesar do título da coleção, o livro de Schmidt demonstra ter uma inquestionável influência “marxista”. O vocabulário empregado em certas passagens ao longo dos capítulos, e da própria *Introdução* da série — uma espécie de Introdução ao Estudo da História —, evidenciam uma abordagem marcadamente econômica dos temas e o uso de conceitos como o de luta de classes, ancorando parte de sua narrativa nos antagonismos entre dominados e dominadores, capitalistas e proletariados, senhores e escravos. Mesmo que, no *Manual do Professor*, o autor cite a História Social como referencial teórico, e nas temáticas abordadas dê uma atenção especial a aspectos culturais, a influência dos pressupostos da Nova História Francesa ou da História Social Inglesa é limitada. Seu texto possui uma base “marxista” e que ao poucos vai incorporando as pesquisas e idéias oriundas das novas concepções historiográficas. Na realidade, soma-se a um grande grupo de livros que se encontram em uma espécie de transição.

No que concerne ao estudo da História da África, o volume aqui analisado guarda algumas singularidades e alguns lugares comuns. No *Manual do Professor*, que vem separado do livro didático, Schmidt procura justificar a inserção de um capítulo de História da África na sua coleção.

Eis aqui um tema freqüentemente negligenciado por nosso ensino. Falta mais grave quando sabemos que todos os brasileiros são culturalmente descendentes dos africanos.

Como falar de um assunto tão vasto em tão pouco espaço? Preferimos nos concentrar em alguns aspectos fundamentais. Primeiro, mostrar aos alunos que os “africanos” são na verdade diferentes uns dos outros (e apenas alguns desses povos vieram como escravos para o Brasil). Segundo, rejeitar os clichês próprios de filmes, desenhos animados e quadrinhos etnocêntricos, ao estilo Tarzan e Fantasma. Procuramos transmitir nosso próprio sentimento de encanto e surpresa com as maravilhosas criações dos povos africanos: as pirâmides de Méroe, a vida intelectual agitada em Tombuctu, as geniais esculturas iorubás, o imponente e misterioso grande Zimbábue. (Schmidt, 1999b: 24)

Se, de fato, é um tema negligenciado pelo nosso ensino, por que o autor alerta que sua abordagem será restrita, se sua intenção é valorizar ou minimizar o esquecimento da História da África que

fizesse uma análise efetivamente abrangente. Como veremos logo a seguir, se sua coleção possui espaço para tratar a Reforma Religiosa europeia em catorze páginas, por que reservar apenas dez para toda a África pré-colonial? Escolha do autor? Da editora? Do mercado consumidor? Dos currículos?

Tais questões nos fazem percorrer rapidamente o citado volume realizando um balanço das páginas dedicadas aos assuntos. É revelador o grande espaço reservado às temáticas oriundas de uma abordagem eurocêntrica da História, e as restrições a que são submetidas a História da América e da África. Por exemplo, enquanto os capítulos que tratam de temas como Europa Medieval, Absolutismo Monárquico, Renascimento Cultural e Construção do Pensamento Moderno Ocidental²³ possuem respectivamente vinte, quinze, vinte e dezoito páginas e vasta bibliografia, a História da América pré-colombiana, América Espanhola e História da África²⁴ possuem, cada uma, onze, dez e dez páginas, e literatura de apoio restrita. Ou por falta de conhecimento ou de interesse, a escolha foi feita no sentido de conceder menor atenção para essas temáticas.

Com relação à História da África, a bibliografia citada, apesar de conter nomes importantes da historiografia africana, é ainda bastante restrita se comparada à difusão de estudos e pesquisas que a História da África passou nos últimos vinte anos. A presença dos trabalhos de Basil Davidson, Roland Oliver, Joseph Ki-Zerbo demonstra o contato com a vertente de estudos efetuados até a década de 1970. Já a citação da obra de Alberto da Costa e Silva revela um pequeno contato com os novos estudos, porém, a referência é ainda insuficiente.²⁵

Fora o capítulo específico sobre a África, ela transita em outras partes do volume. No capítulo 5 — “A Expansão Marítima” -, o Continente é retratado ora como um obstáculo a ser superado para atingir o lucrativo mercado de especiarias do Oriente, ora como uma fonte de riquezas naturais — ouro, marfim — ou de oferta de mão-de-obra — os escravos.

Apesar de tantos riscos, de tantas incertezas, aqueles bravos homens toparam o desafio. E fizeram o que nenhum outro europeu havia conseguido antes: contornar o litoral da África, alcançaram o Oriente pelo mar e chegaram à América. E tudo em apenas algumas décadas! (Schmidt, 1999: 94)

Ao contornar a África, os portugueses observavam o que podiam. Na África haviam interessantes riquezas: o marfim, por exemplo, o precioso dente do elefante, que servia para fazer objetos de luxo. Na Guiné, uma



(Schmidt, 1999: 102)

região ao sul do deserto do Saara, era possível obter ouro em boas quantidades... A África também tinha algo que atraiu a cobiça europeia: seres humanos (*ibidem*: 102).

Um ponto de destaque no capítulo é a citação sobre o viajante muçulmano Ibn Battuta, que percorreu grande parte da África setentrional deixando em sua obra, *Viajens*,²⁶ informações coletadas pelas suas observações pessoais. Com relação, ao que ele menciona sobre Ibn Battuta, alertamos para as imprecisões e a pequena relevância concedida a sua passagem sobre a África, já que Schmidt cita suas impressões acerca da Ásia.

Neste mesmo capítulo, o autor transita entre outros acertos e desacertos. Quando trata das relações da África com o mercantilismo europeu e a sua integração ao Mundo Atlântico o autor utiliza corretamente uma imagem feita por um grupo étnico que habitava o Benin, representando os europeus que chegavam ao Continente. A postura mercantil-bélica fica evidente na pequena estatuetta.

Alertar para as representações feitas de europeus pelos diversos grupos africanos é um exercício fecundo para que os alunos passem a reconhecer a diversidade cultural e a autonomia dos grupos humanos da África. Normalmente, o que ocorre é a reprodução das representações elaboradas pelos europeus sobre os africanos.



(Schmidt, 1999: 102)

Porém, ao analisar os efeitos da escravidão nas populações africanas, o texto revela uma frágil preocupação com o contexto histórico da época, sendo evidentemente carregado de juízos de valor e de um grave anacronismo.

Por incrível que pareça, alguns papas chegaram a autorizar a escravização dos africanos. A Igreja Católica alegava que essa era uma maneira de fazer os africanos “abandonarem as religiões do diabo e conhecerem o cristianismo”. (Schmidt, 1999:102)

Ao exigir da Igreja Católica do período uma postura contrária à que historicamente manteve, o autor desconsiderou as perspectivas teológicas e temporais do Catolicismo. A idéia de que a Igreja foi omissa ou permissiva não condiz com as práticas e posturas do Vaticano à época, são reflexões que encontram eco apenas a partir dos olhares contemporâneos.²⁷ Não podemos esquecer que os elementos que embasaram as bulas papais que autorizavam os reis portugueses a escravizar eternamente os muçulmanos, os pagãos e os africanos negros, foram retirados de um imaginário maior, no qual o negro e os infiéis eram tipificados como inferiores aos homens da cristandade européia.²⁸ Soma-se a esse quadro passional o uso pouco adequado de uma imagem ilustrando a relação da Igreja com a escravidão. Nela é reproduzido o estereótipo do negro passivo, submisso e sofredor.

Já no capítulo 13, “O Escravismo Colonial”, Schmidt incorre em erros tradicionais à literatura didática. Um dos mais “clássicos” é se referir à África apenas a partir do tráfico, como se o Continente não tivesse uma história anterior à escravidão atlântica. Schmidt não repete este deslize, porém, ao reproduzir o mapa do tráfico de escravos volta a uma antiga divisão, na qual a África se encontra separada em duas ou três faixas étnico-geográfico-lingüísticas de onde saíam os escravos. A diversidade e complexidade dos povos africanos ficam nubladas ao realizarmos este imperfeito fatiamento da África. Os alunos, ao terem contato com está simplista leitura passam a reproduzi-la, transformando milhares de grupos étnicos em outros dois — *bantos* e *sudaneses*. O autor do livro procura estabelecer uma outra divisão, na qual, usando ainda uma fusão de grupos lingüísticos com espaços físicos, opta por denominar as regiões do tráfico em África de Guiné, Costa da Mina e Angola, de onde viriam os “congos” e os “angolas”. Parece que soma voz às leituras científicas do século XIX que percebiam os africanos subsaarianos como iguais, em sua simplicidade e inferioridade.

Ao fazer referência do uso da escravidão no Mundo Atlântico e das motivações econômicas que alimentaram o tráfico negreiro, duas posturas do autor incomodam. Primeiro, ele não faz alusão explicativa à escravidão tradicional africana, como se a escravi-



(Schmidt, 1999: 205)

is com as mentalidades de um certo período, a análise do autor se reveste de um perigoso anacronismo. Schmidt afirma que, mesmo sendo apoiada pela Igreja, governos, comerciantes, políticos, fazendeiros e pela mentalidade da época,³⁰ a escravidão era injusta em sua própria essência e nunca poderia ter sido justificada. O autor perde os limites temporais e os critérios do relativismo, fazendo com que o aluno visualize uma história na qual todos devem ter como valores e referências de vida os padrões ocidentais atuais.

Além das necessidades econômicas, existia a mentalidade da época. A escravidão não era escandalosa como é hoje. Até mesmo os padres tiveram escravos. Já pensou se alguém disser que temos de aceitar as injustiças sociais de hoje porque no futuro alguém vai falar que no nosso tempo "as injustiças eram normais?" (Schmidt, 1999: 213).

De forma parecida, não existem menções aos africanos traficantes. Para o autor, somente os comerciantes portugueses, espanhóis, ingleses e brasileiros fizeram parte das redes de lucro oriundas de tal atividade. A participação de africanos no comércio de homens é simplesmente ignorada (*ibidem*: 205 e 211).

Com relação ao capítulo 11, "África", algumas considerações gerais a realizar. Schmidt se esforça em legitimar o estudo da África, o que não deixa de ser um ponto louvável. Porém, o critério por ele eleito nos parece falho.

Ao citar os grupos étnicos africanos que foram estudados, o autor utilizou uma difundida idéia entre os historiadores africanos

dão fosse uma invenção árabe ou europeia naquele Continente.²⁹ Mesmo sabendo das profundas diferenças entre a escravidão praticada pelos africanos e aquela utilizada sob influência dos árabes ou europeus, seria fundamental um comentário sobre o tema. Segundo, ao tentar situar o aluno perante as relações das práticas materia-

pertencentes à chamada corrente da “Superioridade Africana”,³¹ que no período próximo —anterior e posterior— às independências utilizaram padrões ou referências europeus para afirmar ao mundo e aos próprios africanos que a História do Continente negro possuía elementos sofisticados e formas de organização avançadas, e que deveriam ser estudadas. Neste sentido, encontrar os grandes “impérios”, as grandes construções e as esplendorosas obras de arte tornou-se quase que uma obsessão.³² Porém, se a África era e é uma região de grande autonomia, capacidade criativa e de fecunda participação na História geral, não seria preciso eleger padrões europeus para sua afirmação. Esta crítica já foi feita, com grande pontualidade, a alguns daqueles historiadores. Porém, Schmidt parece desconhecer-la, pois é justamente esse o critério eleito pelo escritor para selecionar o que será estudado no capítulo.

Quem não admira o povo do rio Nilo, das múmias, dos faraós, que escrevia livros de Matemática e construía pirâmides? A maioria dos egípcios antigos eram africanos e tinham a pele negra ou mulata. O que é mais uma prova contra as pessoas racistas que teimam em dizer que “os negros não foram capazes de formar uma grande civilização”. Acontece que o Egito não foi a única grande civilização da África. Existiram muitas outras. É o que descobriremos a partir de agora (Schmidt, 1999: 177).

Como se os “pequenos” grupos não tivessem relevância, ou diante da impossibilidade de atentar para os milhares de grupos que se espalham pela África, a seleção ocorreu se espelhando na História da Europa: o estudo das grandes civilizações ou reinos. Não é isso que realizamos com relação ao ensino da História? Não elegemos a Civilização Grega, o Império Romano, o Império Bizantino, a Civilização muçulmana? Não ignoramos a existência em África de organizações políticas ou sociais, com grandes semelhanças às europeias ou americanas, mas é preciso que se demonstre e enfatize suas singularidades e especificidades.

Com relação à forma de denominar ou identificar as etnias africanas, o uso de alguns termos ou conceitos como *nação* ou *civilização* parece ser por demais impreciso, diante do grande suporte que as pesquisas antropológicas e históricas já deram sobre o assunto. Soma-se a isso uma abordagem muitas vezes simplista e restrita a descrições da economia ou da formação política de reinos como o da Núbia — civilização Kush —, de Gana, do Mali, do Kongo e do Ndongo e de etnias como a dos hauças, iorubás, ibos, askans e ajas. Fica evidente que o autor encontra dificuldades em tratar os grupos étnicos africanos, e confunde ainda mais os alunos

ao usar termos ou definições que se ajustam mais especificamente ao contexto histórico europeu ou de outras regiões do que ao africano. Não que não possam ser aplicados no entendimento da África, mas, se utilizados, devem ser contextualizados. Porém, neste caso, o uso de *civilização*, *nação* e *povo* como sinônimos é uma postura pouco didática. É o que ocorre, por exemplo, ao tentar explicar que eram os hauças, da África Ocidental.

A *civilização* dos hauças começou a ser construída por volta do século XI [...]

Os hauças eram, na verdade, diversos povos que falavam uma língua semelhante.

Habitados ao comércio internacional, os hauças aceitavam conviver com pessoas de outras *nações* [...]. (Schmidt, 1999:179-180)

Outra confusão acerca da questão ocorre quando o autor refere-se aos iorubás. Na África, esse grupo passou apenas a se identificar dessa forma por volta do século XVIII. Até então eles se auto-identificavam de acordo com a origem de suas cidades ou pequenos reinos: Oyo, Ifé, Ijexá, Ketu, Ijebu. No Brasil, foram chamados, de uma forma geral, de nagôs. São praticamente inexistentes as referências que denominam os iorubás na África como nagôs. Porém, Schmidt parece desconhecer este dado.

Muitos habitantes do povo ioruba vieram escravizados para o Brasil, a partir do século XVIII. Era comum chamá-los de nagôs, embora na verdade os nagôs fossem apenas os iorubás estabelecidos onde hoje está o Benin. (*ibidem*: 181)

Quando passa a descrever algumas características gerais das civilizações africanas eleitas para estudo, o autor volta a incorrer em desacertos. Por exemplo, ao citar a cidade de Tombuctu, no Mali, Schmidt ressalta a importância cultural e comercial da região, mas insere no texto e nos seus comentários conceitos ou termos que só poderiam ser aplicados em outros contextos. É o que acontece quando ele faz referência à Tombuctu como um centro de comércio *internacional*.

Essa famosa cidade tinha dezenas de milhares de habitantes e uma das maiores universidades do mundo. Era também um grande centro de comércio internacional. Vendiam-se até livros escritos em árabe que abordavam assuntos como Medicina, Geometria, Religião, Poesia e História. (*ibidem*: 179)

Podemos perguntar: onde estavam as *nações* africanas naquele momento, já que partimos da premissa de que o comércio

internacional ocorre entre nações. Ao mesmo tempo, era de se esperar que a conversão de parte das populações da área ao islamismo fizesse da leitura do Alcorão e de outros textos em árabe uma prática comum. Por que então o espanto do autor (*Vendiam-se até livros...*)?

Ocorreram também imprecisões e simplificações, ao descrever a cultura material dos “reinos” do Kongo e Ndongo. O autor poderia ter enfatizado a relevância da metalurgia e o circuito comercial que envolvia as atividades econômicas da região, mesmo que não fosse a atividade econômica principal. Porém, ele segue o caminho da simplificação: “A organização social dos reinos Kongo e Ndongo era semelhante. Produziam ferro e sal, criavam galinhas, cachorros e cabritos” (*ibidem*: 181).

Alguns deslizos mais graves demonstram a pouca preocupação do autor em permitir a construção de conhecimento e análises por parte dos alunos. Ele antecipa essa ação e incorre em arriscadas afirmações. Isso se torna claro em passagens nas quais Schmidt tece considerações sobre o poderio militar/econômico e as práticas da cultura material de alguns grupos africanos. As imprecisões variam entre a emissão de juízos de valor e a realização de leituras anacrônicas. Ao tratar dos conflitos entre o Abomei (Daomé) e os iorubás, Schmidt comenta uma das conseqüências do conflito: “Infelizmente grande parte das riquezas do reino Abomei vieram do comércio de escravos” (*idem*). Infelizmente para quem? E por que?

Algo parecido repete-se ao citar uma das características “comuns” às culturas do reino do Kongo e do Ndongo, na qual transparece uma ação “moralizadora” ocidental despropositada em evidenciar o consumo de bebidas alcoólicas na região.

O vinho feito de palmeira era muito apreciado, embora fizesse muito mal à saúde quando bebido exageradamente. O guerreiro bêbado era fácil de ser derrotado, o sábio bêbado não passava de tolo. (*idem*)

Interessante notar que a mesma crítica não ocorre com relação aos europeus.

Outra limitação evidente é concentrar a análise na costa ocidental do Continente, reservando um pequeno parágrafo à África oriental, que é assim apresentada.

No litoral oeste da África, banhado pelo oceano Índico, muitas cidades-estados se desenvolveram em função do comércio internacional. Mercadores árabes e chineses traziam seus produtos em troca de ouro, marfim e cobre. As escavações dos arqueólogos já encontraram até mes-

mo, vasos de porcelana chinesa antiga! (Também existem pinturas chinesas antigas representando girafas africanas) (*ibidem*: 182)

No que se refere às cosmologias africanas, em nenhum momento o autor atenta para uma abordagem explicativa da relação entre as diferentes percepções e definições daquilo que os ocidentais chamam de religião para as elaborações africanas sobre a questão. A literatura existente sobre o pensamento tradicional religioso africano oferece um rico subsídio para este debate, na minha opinião, fundamental para relativizar o universo africano e demonstrar como suas estruturas de explicação das relações sociais e de suas cosmovisões são diferentes das ocidentais.³³

Schmidt incorre também em comprometedoras simplificações.

Muitos povos africanos desenvolviam o culto aos antepassados. Os parentes mortos eram adorados como deuses por seus familiares, que acreditavam que os espíritos podiam ajudar ou perturbar o cotidiano dos vivos. Por isso, era comum jogar-se um pouco de bebida na terra para que o espírito do parente morto pudesse beber e se alegrar.

[...]

Uma parte importante dos africanos acreditava num único Deus: eles se tornaram muçulmanos. (*ibidem*: 183)



Estátua de Exu, espécie de deus iorubá que une as forças da natureza dos homens. O Exu tem corpo de homem e de mulher (hermafrodita).

(Schmidt, 1999: 183)

No primeiro exemplo se empresta ao universo africano algumas práticas que, se ocorriam em certas regiões do continente, possuíam significados singulares e complexos, comuns às tradições afro-brasileiras, sem maiores explicações ou detalhamentos. Já, na segunda citação fica uma inquietante dúvida: que parte importante dos africanos era monoteísta? E esse é o único elemento que possibilitou a conversão ao islamismo? Não podemos ignorar o fato de que o fenômeno religioso em África não tem as mesmas bases do que o Ocidental. Por isso, para os povos da região seria mais adequado usar o termo cosmologia e não religião. Além disso, é difícil identificar este número tão grande de sociedades que “adoravam apenas um deus”.

Destaca-se, no entanto, a citação do orixá Exu, divindade-chave do panteão iorubá, e que foi confundida e sincretizada pelos missionários cristãos tanto em África como na América como a figura do Diabo, da tradição judaico-cristã. Schmidt chama a atenção dos alunos para as faces africanas do orixá, mesmo que de forma superficial se afastando dos significados e funções de

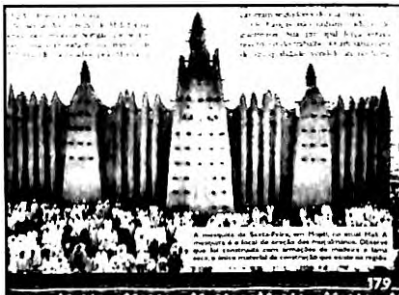
maior destaque emprestados ao orixá pelos iorubás, mas evitando estereótipos e ocidentalizações.

No uso das imagens, Schmidt parece se sair um pouco melhor, apesar das citações de fontes imprecisas ou ausentes. A apresentação do capítulo, com um conjunto de máscaras africanas, é bastante estimulante, assim como o mapa da África presente na página seguinte, que incorre, como ele mesmo alerta, em algumas imprecisões temporais, mas foge das representações cartográficas tradicionais dos manuais.



(Schmidt, 1999: 176 e 177)

As presenças de imagens da Mesquita de Sexta-feira, em Mopti, da cidade de Tombuctu, no Mali, do Grande Zimbábue, assim como de esculturas feitas pelos iorubás e no Daomé, são importantes instrumentos na apresentação das formas arquitetônicas.



Mesquita no Mali (Schmidt, 1999: 179)



A cidade de Tombuctu (*idem*)

da fisionomia dos africanos, de seus gestos, roupas e comportamentos, que recebem feições européias, é destacada pelo autor. A demonstração do preconceito europeu com o Continente, ou o olhar eurocêntrico que marcava a relação entre as partes citadas, pode se tornar uma abertura para o palco de debates e reflexões sobre a temática do racismo, da discriminação e da intolerância.

No final do capítulo, Schmidt demonstra sua preocupação em articular os conteúdos históricos estudados com o contexto presente. Porém, a imagem que ele transmite aos alunos da África contemporânea é simplista e falsa. Ninguém desconhece as dificuldades e carências do Continente, mas resumir a África a essas faces é um perigoso argumento. “Hoje em dia, os países da África são pobres e a população passa por grandes necessidades” (Schmidt, 1999: 183).

Reflexões

Acredito que, percorrido esse breve caminho sobre a abordagem da História da África em nossos bancos escolares, temos ainda não respondida a questão que introduz o artigo — “o que sabemos sobre a África?”. Talvez demore mais algum tempo para que possamos — professores e alunos — fazê-lo com desenvoltura. Porém, fica evidente que ensinar a História da África, mesmo não sendo uma tarefa tão simples, é algo imperioso, urgente. As limitações transcendem — ao mesmo tempo em que se relacionam — os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema. Por isso, não sei se aquela pergunta ainda uma tem resposta aceitável.

É obvio que muito se tem feito pela mudança desse quadro. Louve-se, nesse sentido, a ação de alguns núcleos de estudo e pesquisa em História da África montados no Brasil, como o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Candido Mendes (UCAM), e o Centro de Estudos Africanos, da USP. Enalteça-se a iniciativa legal do governo, do movimento negro e de alguns historiadores atentos à questão. Ressalte-se a ação de algumas instituições e professores que têm promovido palestras, cursos de extensão e oferecido ou proposto cursos de pós-graduação em História da África, como na UCAM e na Universidade de Brasília (UnB). Porém, ainda exis-

tem grandes lacunas e silêncios. A obrigatoriedade de se estudar África nas graduações, a abertura do mercado editorial — traduções e publicações — para a temática, até a maior cobrança de História da África nos vestibulares são medidas que tendem a aumentar o interesse pela História do Continente que o Atlântico nos liga. Talvez assim, em um esforço coletivo, as coisas tendam a mudar.

Incursionar sobre o ensino de História da África parece se algo tentador, motivador e necessário. Esperamos que o presente trabalho venha a contribuir na melhoria e continuidade de algumas iniciativas aqui abordadas, sempre objetivando à formação humana e o reconhecimento do Continente que se conecta conosco pelas fronteiras Atlânticas.

Notas

1. Sobre a temática ver os ótimos trabalhos de Nadai (1992), Munaka (2001), Fonseca (1993) e Diehl (1999), presentes na bibliografia.
2. Estamos nos referindo às importantes experiências com o ensino temático ocorridas no estado de São Paulo e em outras partes da Federação nos anos oitenta. Naquela oportunidade, os debates de (re)elaboração dos currículos de História nas Secretarias de Educação levariam à constatação de que o modelo de ensino até então adotado era insustentável e que era imperiosa a confecção de uma nova abordagem para a História ensinada nas escolas. Porém, neste momento, tirando os debates iniciais sobre a Nova História francesa que ocorriam na UNICAMP e na USP, o Brasil não possuía, nas graduações e nas pesquisas históricas, elementos suficientes para ancorar tal perspectiva. Já nos anos noventa o quadro era outro. Tanto as graduações como as pós-graduações já estavam voltadas para as temáticas comuns à Nova História, à História Social e à História Cultural, possibilitando uma "transferência" mais coesa dessas perspectivas para o ensino da História.
3. Sobre o tema ver o artigo escrito por Pereira (2001).
4. Como da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.
5. Citamos, como exemplo, o núcleo regional da ANPUH-RS, com seu Grupo de Trabalho (GT) sobre Ensino de História e Educação.
6. Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.
7. Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003.
"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil".

8. A pesquisa se encontra em fase inicial, na qual, apenas quinze, das trinta coleções de livros didáticos de História, selecionadas para análise, foram compulsadas. As obras são as seguintes: Mozer (2002), Rodrigue (2001), Macedo (1999), Dreguer (2000) e Schmidt (1999).
9. A viagem ocorreu no mês de novembro de 2003.
10. Entre os vários pesquisadores que dissertaram sobre a trajetória da historiografia africana e pensaram as questões acerca das representações encontramos nomes como Joseph Ki-Zerbo, Djibril Tamsir Niane, Elikia M'Bokolo, Kwame Appiah, Franz Fanon, Carlos Lopes, José da Silva Horta, John Fage e Philip Curtin.
11. Para Carlo Ginzburg o termo guarda em sua aplicação nas ciências humanas uma certa ambigüidade, que se revelaria por dois encaminhamentos reflexivos acerca da questão. Para alguns a representação "faz as vezes da realidade", lembrando sua ausência. Para outros, ela "torna visível a realidade representada e, portanto, sugere sua presença". Neste caso, o primeiro exemplo seria efetivamente uma representação e seria lida como tal. Já no segundo exemplo ela poderia se confundir com o que é representado, não sendo mais percebida como um instrumento de ligação, para ser o próprio objeto que está sendo representado. Ocorreria, portanto, uma oscilação entre evocação e substituição do que é representado (Ginzburg, 1999: 85). Já para Roger Chartier "[...] nenhum texto — mesmo aparentemente mais documental [...] — mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. O texto, literário ou documental, não pode nunca se anular como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção" (Chartier, 1988: 63).
12. Fanon nasceu na ilha de Martinica, na América Central, em 1925. Até sua morte, em 1962, esteve engajado na luta de libertação das colônias francesas na África.
13. Fora os trabalhos dos citados autores encontramos várias outras referências: Políbio, séc. II a.C.; Estrabão, séc. I a.C.; Plínio, o Velho, séc. I; Tácito e Plutarco, séc. II.
14. Desde da Antigüidade os escritos de viajantes ou "historiadores", como Heródoto e Plínio, o Velho, fazem referência à África. No medievo, a teoria camita e a fusão da cartografia de Cláudio Ptolomeu com o imaginário cristão, relegam a África e os africanos às piores regiões da Terra. Com as Grandes Navegações e os contatos mais intensos com a África abaixo do Saara os estranhamentos e olhares simplificantes e reducionistas continuam. No século XIX, a ação das potências imperialistas no continente e a difusão das teorias raciais reforçam os estigmas já existentes sobre a região.
15. O conceito de tradicional aqui utilizado deve ser relativizado. Trabalhamos com a perspectiva de que as sociedades tradicionais se encontram abertas e, em grande parte das vezes, absorvem os impactos causados pelas mudanças sem maiores transtornos. Sobre a temática ver a obra de Appiah (1997).
16. Estas idéias foram expostas numa série de cursos apresentados pelo professor, intitulada "The Rise of Christian Europe". Ver Fage (1982)
17. Mais à frente apontaremos os motivos disso.
18. A referência aos citados grupos de estudos sobre a África hora como "grupos", hora como "vertentes", não ocorre por um descaso nosso, mas é apenas uma forma de de-

monstrar a flexibilidade de classificação ou ordenamento de trabalhos utilizados em nossa pesquisa.

19. Desde os anos 1960, acontecem encontros e congressos sobre as mais diversas temáticas e investigações sobre a África. Porém, nos últimos quinze anos, esses eventos atingiram uma dimensão significativa, contando com um grande número de participantes e de pesquisas divulgados. Podemos citar alguns de maior relevância como o Colóquio de Construção e Ensino da História da África, as Reuniões Internacionais d História de África, os Congressos Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, os Seminários Internacionais sobre a História de Angola, o African Studies Association (ASA), nos Estados Unidos; o West African Research Association (WARA), no Senegal e nos Estados Unidos; o Women in Africa and African Diaspora (WARD), nos Estados Unidos; e o Association Canadienne des Études Africaines (ACEA/CAAS), em Toronto. As publicações também têm tido um crescimento quantitativo e qualitativo de destaque, seja em obras coletivas, seja na divulgação de investigações e reflexões individuais. Ver Bibliografia.
20. Sobre a temática ver Silva (1995).
21. A História da África é um tema obrigatório e de grande fecundidade reflexiva, mesmo sem suas vinculações com a história do Brasil.
22. Autor de uma das novas séries de livros didáticos de História lançadas na segunda metade da década de 1990.
23. Na mesma ordem capítulos 3, 6, 10 e 16.
24. Respetivamente os capítulos 7, 15 e 11.
25. Um comentário mais específico dessas obras exigiria um esforço que não se adequaria a nossa proposta.
26. Ibn Battuta, *Viagens*. Tradução francesa de M. G. Slane, 1843.
27. De novo alertamos que, não estamos desconsiderando os esforços de alguns missionários, religiosos ou teólogos contrários à escravidão. Apenas evidenciamos o debate político-diplomático-religioso de esferas hierárquicas maiores acerca da questão ou que se tornaram características gerais da Igreja.
28. Acerca da questão, ver o trabalho de Lopes (1995).
29. No capítulo 11, página 180, o autor separou um subtítulo — “A escravidão negra” — para tratar da relação entre os africanos e a citada instituição. Porém, ele não menciona, de forma explicativa, a escravidão tradicional africana. Sobre o assunto, ver os seguintes trabalhos: Selma Pantoja (2000), Paul Lovejoy (2002), Patrick Manning (1988) e Alberto da Costa e Silva (1992).
30. Por motivos que transcendiam o fator econômico, já que o africano era percebido como inferior e pagão/infel, podendo ser alvo da ação missionária e salvadora dos ocidentais.
31. O historiador guineense Maria Difuila organizou uma nova classificação para a historiografia africana, passando a dividi-la em três fases: corrente da Inferioridade Africana; corrente da Superioridade Africana; e os novos estudos africanos. Com relação à corrente da Superioridade Africana uma de suas principais características era supervalorizar o continente, ora utilizando categorias européias, no estudo de antigas civilizações africanas, ora afirmando a superioridade da África em relação ao mundo. Ver Difuila (1995).

32. Sobre a questão ver os trabalhos de Philip Currin (1982), Manuel Difuila (1995) e Carlos Lopes (1995).
33. Sobre o assunto ver as obras de Appiah (1997), Horton (1990), Ray (2000) e Mbiti (1977).

Referências Bibliográficas

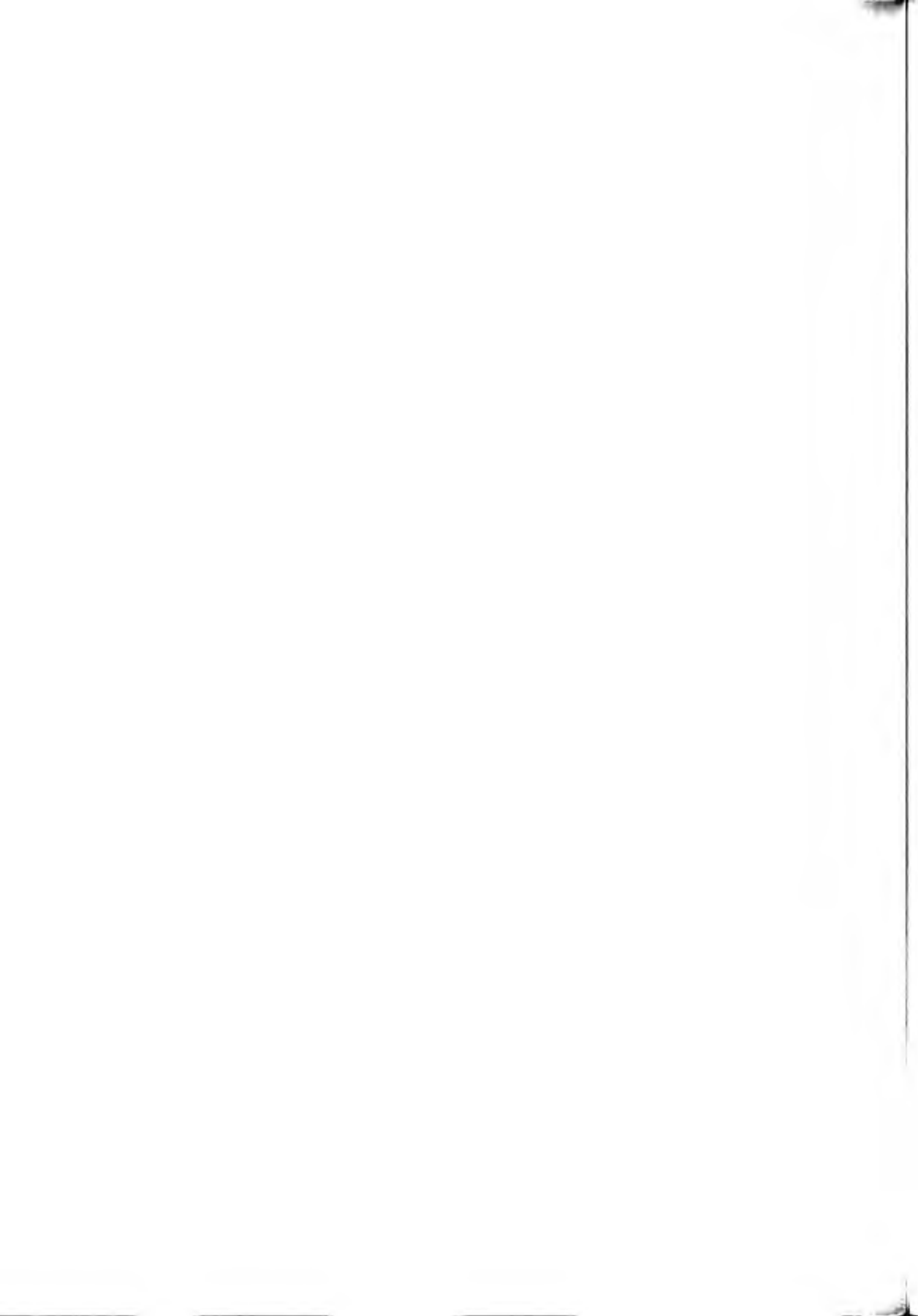
- ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (2003). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra; FAPERJ.
- APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BHABHA, Homi (2003). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BIRMINGHAM, David (1995). "History in Africa". *Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa, Linopazas, pp. 31-50.
- BIRMINGHAM, David (1992). *A África Central até 1870*. Luanda, ENDIPU/UEE.
- BITTENCOURT, Circe (org.) (1997). "Livros didáticos entre textos e imagens". In C. Bittencourt (org.), *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Contexto, pp. 69-90.
- CHARTIER, Roger (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel.
- CORREIO BRAZILIENSE, 8 de novembro de 2003, p.2.
- COSTA E SILVA, Alberto (1992). *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (2002). *A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 170*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (2003). *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CURTIN, P. D. (1982). "Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral". In J. Ki-Zerbo (org.), *História geral da África, vol. I*. São Paulo/Paris, Ática/Unesco.
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato (2004). *Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- DIEHL, Astor Antônio; CAIMI, Flávia Eloísa & MACHADO, Ironita (orgs.) (1999). *O livro didático e o currículo de história em transição*. Passo Fundo, EDIUIPE.
- DIFUILA, Manuel Maria (1995). "Historiografia da história de África". *Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'*. Lisboa, Linopazas, pp. 51-56.
- DJAÏT, H. (1982). "As fontes escritas anteriores ao século XV". In J. Ki-Zerbo (org.), *História geral da África: metodologia e pré-história da África, vol. I*. São Paulo/Paris, Ática/Unesco, pp. 105-128..
- FAGE, J. D (1982). "A evolução da historiografia africana". In J. Ki-Zerbo (org.), *História geral da África: metodologia e pré-História da África, vol. I*. São Paulo/Paris, Ática/Unesco, pp. 43-59.
- FANON, Frantz (1983). *The wretched of the earth*. Harmondsworth, Penguin.
- FONSECA, Selva Guimarães (1993). *Caminhos da história ensinada*. São Paulo, Papi-rus.

- FREUND, Bill (1984). "Africanist history and the history of Africa". In B. Freund, *The making of contemporary Africa: The development of African society since 1800*. Bloomington, Indiana University Press.
- GILROY, Paul (2001). *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro, UCAM/Editora 34.
- GINZBURG, Carlo (2001). *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HERÓDOTO (1988). *História*. Brasília, EdUnB.
- HORTA, José da Silva (1995). "Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações". *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazes.
- (1991). A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508). Dissertação de Mestrado em História, Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, julho de 1990. *Mare Liberum*, nº 2, 1991, pp. 209-339.
- HORTON, Robin (1997). "African traditional thought and western science". In R. R. Grinker & C. B. Steiner (orgs), *Perspectives on Africa: a reader in culture, history, and representation*. Oxford, Blackwell Publishers.
- KARNAL, Leandro (org.) (2003). *História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo, Contexto.
- KAPPLER, Claude (1994). *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes.
- LOPES, Carlos (1995). "A pirâmide invertida. Historiografia africana feita por africanos". *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazes.
- LOVEJOY, Paul E. (2002). *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- M' BOKOLO, Elikia (2003). *África negra. História e civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa, Vulgata.
- MANNING, Patrick (1988). "Escravidão e mudança social na África". *Novos Estudos Cebrap*, nº 21, julho, pp. 8-29.
- MARGARIDO, Alfredo (1984). *La vision de l'autre*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian.
- MATTOS, Hebe Maria (2003). "O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil". In M. Abreu & R. Soihet, *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/FAPERJ, pp. 127-136.
- MBITI, John S. (1977). *Introduction to African religion*. London, Heinemann.
- MEIRELLES, William Reis (1995). "História das imagens: uma abordagem, múltiplas facetas". *Pós-História*, nº 3, pp. 77-91.
- MUNAKA, Kazumi (2001). "História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil". In M. C. Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, pp. 271-298.
- MUDIMBE, V. (1988). *The invention of Africa*. Bloomington, Indiana University Press.
- NADAI, Elza (1992). "O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas". *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/26, pp. 143-162.

- NORONHA, Isabel (2000). "A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, nov. 1999/fev. 2000, vol.6, nº 3, pp.681-687.
- ORÍÁ, Ricardo (1996). "O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações". *Textos de História*, vol. 4, nº 2, pp. 154-165.
- PANTOJA, Selma Alves (2000). *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília, Thesaurus.
- PEREIRA, Paula (2001). "As tintas da história". *Época*, ano IV, nº 162, pp. 50-57. São Paulo.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1995). "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". *Revista Brasileira de História*, vol. 15, nº 29, pp. 9-27.
- RAY, Benjamin C. (2000). *African religions: symbol, ritual, and community*. New Jersey, Prentice-Hall.
- SILVA, Ana Célia da (1995). *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador, CEAL, CED.
- THORTON, John (2003). *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Campus.
- VILLALTA, Luiz Carlos (2001). "O livro didático de história no Brasil: perspectivas de abordagem". *Pós-História*, nº 9, pp. 39-59.
- ZAMBONI, Ernesta (1988). "Representações e linguagens no ensino de história". *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, pp. 89-101.

Livros Didáticos analisados

- DREGUER, Ricardo & TOLEDO, Eliete (2000). *História: cotidiano e mentalidades*. 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. São Paulo, Atual.
- MACEDO, José Rivair & Oliveira, Mariley W. (1996). *Brasil: uma história em construção*, vol. 3. São Paulo, Editora do Brasil.
- MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição & CATELLI JR., Roberto (2000). *História temática*. 6ª série. São Paulo, Scipione.
- MOZER, Sônia & TELLES, Vera (2002). *Descobrimos a história*, 5ª série. São Paulo, Ática.
- RODRIGUE, Joelza Éster (2001). *História em documento: Imagem e texto*. 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. São Paulo, FTD.
- SCHMIDT, Mario (1999a). *Nova história crítica*, 6ª série. São Paulo, Nova Geração.
- (1999b). *Manual do professor. Nova história crítica*, 6ª série. São Paulo, Nova Geração.



“Um raio em céu azul”.

Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira

Amauri Mendes Pereira

Resumo

O texto aborda o pensamento social brasileiro com o propósito de contribuir para a elucidação do “choque social” provocado pelas propostas governamentais de cotas e ações afirmativas. Argumenta que a razão fundamental de tais propostas impactarem a opinião pública e terem sido vistas como um absurdo, um “raio em céu azul”, é o fato da questão racial no Brasil vir sendo relegada a segundo plano no âmbito acadêmico do pensamento social – com a intelectualidade, em geral, patinando no senso comum – gerando desinformação e precária reflexão a respeito das desigualdades raciais. Como tem sido sempre intensa, rica e controvertida a interação de setores acadêmicos com a luta anti-racista, discute-se, então, sobre responsabilidades no quadro atual, em que o nível do debate social em torno das cotas e medidas de ação afirmativa é sintoma e resultado de escolhas investigativas, omissões e distorções na trajetória de instituição das Ciências Sociais no Brasil.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, negros, cotas, ação afirmativa, desigualdades sociais.

Abstract

“A lightning in blue sky”. Reflections about quota politics and the Brazilian national identity

The text talks about the Brazilian social thought in an attempt to find out the “social clash” provoked by affirmative action propositions (quotas) made by the government. It shows that the main reason why

these propositions have shocked the public opinion and have sounded like absurd, a lightning in blue sky, comes from the fact that in Brazil the racial matter has been left behind by the social thought among the academic sphere – in general, having the intellectuals expressing common sense ideas. That has led to badly-informed people and shallow reflections about racial inequalities. As there has always been an intense and controvert interaction between academics and the anti-racist fight, the present responsibilities are discussed, focusing on how the social debate about the quotas and the affirmative action measures are a result of research choices, omissions, and distortions on the way to the institutionalization of the Social Sciences.

Keywords: Brazilian social thought, Brazilian racial matter, quotas, affirmative action, racial inequalities, public policy.

Résumé

“La foudre dans le ciel bleu”. Réflexions sur la politique de cotes et l’identité nationale brésilienne

Le texte aborde la pensée sociale brésilienne avec l’intention de contribuer à l’élucidation du “choc social” provoqué par les propositions gouvernementales de cotes et actions affirmatives. On défend l’idée que la raison fondamentale de telles propositions qui causent un impact sur l’opinion publique et sont vues comme une absurdité, “la foudre dans le ciel bleu”, est le fait que la question raciale au Brésil soit réléguée au second plan dans le contexte académique de la pensée sociale – avec les intellectuels qui patinent au sens propre du terme – et cela entraîne de la désinformation et une réflexion précaire quant aux inégalités raciales. Comme elle a toujours été intense, riche et controversée, l’interaction de secteurs académiques avec la lutte anti-raciste, on discute alors sur les responsabilités dans le cadre actuel, où le niveau du bébat social relatif aux cotes et mesures d’action affirmative est le symptôme et le résultat de choix d’investigations, d’omissions et de distortions dans la trajectoire de la mise en place des sciences sociales au Brésil.

Mots-clés: pensée sociale brésilienne, question sociale brésilienne, cotes, action affirmative, inégalités raciales, politiques publiques.

A questão das cotas para negros na Universidade caiu sobre a opinião pública brasileira como “um raio em céu azul”. Esta célebre metáfora de Marx no *Dezoito Brumário* refere-se a um fato político absolutamente surpreendente (não para ele); tornou-se um alerta aos analistas, de que é necessário iluminar o fundo dos processos políticos, sociais e culturais, onde germinam os elementos que surpreenderão os incautos.

Aproveitando uma imagem utilizada por Edna Roland¹ vale comparar a proposição de cotas para negros nas universidades brasileiras, como os aviões que vieram derrubar as nossas torres gêmeas: a inquebrantável harmonia/acomodação da democracia racial no Brasil. Foi grande a surpresa quando o presidente da República tornou pública – em rede nacional, durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001 – sua decisão autorizando a delegação brasileira em Durban a defender a adoção de cotas para atenuar as desigualdades raciais. No mesmo dia, e ainda sob o impacto da medida, o Fantástico, programa das noites de domingo da Rede Globo, realizou uma enquete entre os expectadores e confirmou o susto: a maioria era contrária às cotas.

O impacto fez tremer um dos suportes da identidade nacional brasileira. Tanto mais, porque essa construção identitária vem ocorrendo em meio a tensões de variado tipo e extensão, ao mesmo tempo de forma bem-sucedida, embora fragmentadamente. Pode-se dizer que a maioria quer um país sem problemas raciais: para uns, isto significa fazer “desaparecer” os negros, ou que eles “embranqueçam”, ou sejam embranquecidos; para outros, o respeito à diferença de brancos, negros, indígenas, orientais; para outros, ainda, a mestiçagem é que redimitiria a todos... Outras idealizações se somarão e/ou se mesclarão a estas. É um processo que engendra suas próprias resoluções, efêmeras, seqüenciais, descontínuas.

O objetivo deste texto é introduzir uma abordagem do momento atual, no qual a adoção de cotas e o choque social decorrente não seriam um absurdo, um “raio em céu azul”, mas o resultado de um processo sociocultural que tem relegado a questão racial a segundo plano.

Para isto, vou discutir brevemente a trajetória do pensamento social brasileiro e, dentro dele, dos chamados Estudos Afro-Brasileiros – estudos de relações raciais e sobre as manifestações culturais de matrizes africanas – e interrogar sobre suas responsabilidades no quadro atual, em que o combate às desigualdades raciais (via cotas e medidas de ação afirmativa), parece ser sintoma e resultado, já que tem sido sempre intensa, rica e controversa a interação daqueles estudos com a luta anti-racista. O que teriam as Ciências Sociais a dizer neste momento?

É da percepção de que mesmo os pesquisadores dessa temática têm encontrado dificuldade para se posicionar que está nascendo este texto.

Relações raciais – fator de tensão social

Orientado por uma concepção nominalista de ciência, tenho defendido a existência de um desenvolvimento das relações raciais no Brasil que ainda não se deixou apreender nos conceitos e teorizações a seu respeito.

Penso que os estudos de relações raciais dialogam muito mais entre si do que com a dinâmica efetividade (presença permanente, queira-se ou não) da questão racial no processo social brasileiro. Tal efetividade pode ser concebida como uma onipresença cuja explicitação, por meio de discurso/ação racista ou anti-racista, agride, perturba, rompe hábitos e conveniências, até tornar-se intolerável. Uma vez instalada, no entanto, exige solução, alguém tem de ceder – talvez por aí se possa pensar numa originalidade brasileira. Tal efetividade lembra *o frio* da novela de Osvaldo de Camargo (1980), um mal oculto que ataca e contamina sub-repticiamente, com sintomas nem sempre diagnosticáveis, contra o qual se é normalmente impotente. Deve-se driblá-lo a todo momento, amalhando energias para (quem sabe, um dia!) enfrentá-lo.

Há pelo menos uma tentativa de captar a força daquela efetividade mediante análise sociológica. É, ao meu ver, o que faz Amauri de Souza ao identificá-la como um elemento importante na

sustentação do projeto político de Getúlio Vargas. Segundo este autor, “*os negros e mulatos eram, na realidade a componente principal do povo que Vargas transformou, de cidadãos de segunda classe em um dos principais suportes do Estado Novo*” (1971:64). Pouco importa para a análise deste autor a inexistência de referência à raça ou termo correlato nas ações de governo que ele vê como causa da “*mobilização dessa população para formar a base política do Estado Novo e depois do PTB*”. Ele avalia ainda que:

Até a implantação da legislação trabalhista, a discriminação ocupacional em virtude de fatores raciais era fato notório: não apenas era o negro, em sua grande maioria, confinado às posições ocupacionais mais baixas e menos estáveis mas, mesmo quando aí empregados, ele era sub-remunerado [...]. Não foi necessário que o apelo de Vargas se dirigisse para minorias raciais. (*idem*)

Interessante nessa análise é que, embora o autor não refira, o “escurecimento” do mercado de trabalho foi determinado pela chamada Lei dos 2/3 (em cada três trabalhadores, dois passaram a ser obrigatoriamente *nacionais*), uma lei que atendeu reclamos nacionalistas e proibiu a imigração de 3ª classe, quer dizer, de europeus pobres, já que intensa e eficaz campanha parlamentar procurava impedir a imigração regular de africanos e asiáticos. Também no texto dessa lei não há referência a raça.

Serve, também, como exemplo e sintoma da efetividade da questão racial a situação que tornou possível o primeiro general negro na história do Brasil, nos anos 60. Consta que, independente dos méritos pessoais (confirmados ao longo de brilhante carreira), o Coronel João Batista de Mattos teria o mesmo destino de outros negros talentosos (dentro e fora das Forças Armadas) não fosse a proposição de seu nome para o generalato, em reunião do Estado Maior das Forças Armadas, por um General, com cuja família teria vínculos no passado. A proposição rompeu acordo tácito ao indicar um negro, provavelmente sem tocar na raça; mas já que foi feita, naquele contexto, não se deveria desqualificá-la com o argumento da raça – aí seria intolerável... E, afinal, *um* negro general (outro, só mais de vinte anos depois) representaria um bom *escape!*

Seria, também, uma boa explicação para a trajetória do TEN – Teatro Experimental do Negro, criado em 1945, e que atuou intermitentemente até o início da década de 60. Abdias Nascimento e seus companheiros e companheiras, usaram e abusaram da efetividade da questão racial, pressionando pessoas e instituições para cessão de espaço nos quais realizavam seus espetáculos, como por

diversas vezes fizeram no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Frente à sua obstinação, aliada à qualidade artística que projetou escritores, roteiristas, músicos, atores, atrizes, bailarinos etc.,² alguns membros da intelectualidade, ou detentores de cargos públicos, ou personalidades influentes, fossem eles mais ou menos solidários e anti-racistas, em algum momento teriam de ceder. Houve mesmo quem aproveitasse a oportunidade do enfrentamento imposta pela radicalidade da militância negra para aprender a solidariedade e o anti-racismo.³

Por último, um exemplo mais recente. Em 1988, toda a mídia veiculou campanhas tocando francamente na questão racial, embora por meio de símbolos tradicionalmente aceitos em mensagens sobre o negro (correntes, mãos brancas e negras entrelaçadas, negros-velhos de carapinha branca etc), com regularidade nunca vista. Ora, pressão para isso sempre houve por parte do Movimento Negro, e o fato de essas pressões adquirirem maior força naquele período não explica, sozinho, a mudança, mesmo porque a Rede Globo começou sua campanha ainda no mês de janeiro, longe, portanto, da intensificação das pressões. A minha hipótese é de que a efetividade da questão racial, dada a sua onipotência, opera uma sintonia entre a grande maioria da população (talvez especialmente a negra) e poderes constituídos – seja num, ou noutra contexto, procura-se evitar, pelo menos em público, procedimentos ostensivos em relação a fatos e idéias que toquem na raça; mas, uma vez instalado algum problema, deve-se encontrar solução satisfatória. Em geral, segue-se a linha do politicamente correto com a reafirmação da crença, ou da vontade/exigência da igualdade racial.

A escravidão é um dos poucos referenciais históricos que atravessa – como uma ferida de débil cicatrização – o imaginário social do brasileiro de todas as raças, classes, gêneros, idades e regiões (embora, é claro, diferenciadamente). A expectativa que se anunciava no início de 1988 em torno da questão racial pode ser avaliada pela quantidade de piadas racistas que corriam “a boca pequena”, até mesmo entre negros, e por discussões cada vez mais candentes.⁴ As ansiedades geradas e a força que emanava daquele momento – o centenário da Abolição da escravidão, com seus apelos de crueldades, dores, sofrimentos, rancores, remorsos, ainda não devidamente purgados – empurrou os mais diferentes setores da sociedade a assumirem comportamentos de explicitação (os mais diferenciados, pode-se imaginar) até como procedimento cártico, em quase todos os setores da sociedade brasileira.⁵

O pensamento social é racial

A efetividade da questão racial desenvolveu-se, apesar de contextos extremamente desfavoráveis, em que as elites intelectuais se esmeraram nas teorizações e projeções a respeito do “problema negro”. Da virada do século XIX para o XX, até os meados deste, talvez não se encontre intelectual brasileiro isento de racismo, isto é, tendo a raça como centro do seu pensamento sobre a sociedade – até porque, para as elites, se apresentava como um dilema a construção de uma nação composta majoritariamente de descendentes de africanos. A instituição do Estado Nacional Republicano é simultânea ao incremento da imigração europeia incentivada e subsidiada, um sintoma da vontade, das características da identificação das elites, e do esforço de se consolidarem perfis institucionais e ideológicos assemelhados aos modelos europeus à disposição. A pregação da necessidade de *eugenia* (pseudociência do aprimoramento racial) era um tema recorrente, então tratado com desembaraço. A influência dos teóricos do racismo científico alcançava em cheio as elites intelectuais brasileiras, embora Renato Ortiz (1986) tenha sublinhado a “criatividade” dos autores nacionais que selecionavam o que lhes interessava das doutrinas racistas vigentes.

Numa rápida digressão caracterizando as abordagens de uns e outros, e ilustrando a afirmação de que o pensamento social é racial, pode-se falar da obra teórica e metodologicamente repleta de equívocos e inconsistência de Nina Rodrigues, médico-legista baiano, de duradoura influência e eivada de um racismo profundamente pessimista, a ponto de Guerreiro Ramos (1957:145), aconselhar: “*no campo das ciências sociais a melhor homenagem que se pode prestar ao cidadão comum Nina Rodrigues é fazer silêncio a respeito de sua obra*”; ou da performance de João Batista de Lacerda, representante brasileiro no Congresso Mundial das Raças, em Londres (1911), assegurando aos seus descrentes pares que a mestiçagem (contrariando Gobineau – um dos principais teóricos do racismo científico – que a via como degenerativa), no Brasil era solução. Para o então diretor do Museu Nacional, aqui estaria se procedendo a uma *redução étnica*, com a eliminação gradual da população negra pela superioridade do sangue branco. Ou referindo o racismo otimista de Oliveira Vianna, personalidade fundamental nos primórdios da Sociologia entre nós, que advogava o incremento da imigração de *dolicocéfalos-louros* para higienizar, com seu *gene superior*, o sangue do povo brasileiro – antes mesmo dos resul-

tados do censo de 1920 aquele autor já sabia que a “*evolução do povo brasileiro*” (esse é o título do seu livro publicado como introdução àqueles resultados) se processava no sentido, irreversível, da arianização. Ou, lembrando, ainda, do I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, e a participação da nata das Ciências e das Letras nacionais, com suas teses para a higienização do povo brasileiro, sob a presidência de Edgar Roquette-Pinto (um pioneiro da implantação do rádio como veículo de difusão nacional) e relatório de Ignácio do Azevedo Amaral (um ícone da Educação no Brasil), de onde se extrai aconselhamentos do tipo:

o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da República, às casas do Congresso Nacional e aos Governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República.

Ou, ainda, falando de Manuel Bonfim, um exemplo raro de intelectual brasileiro que já em 1905 superava o biologismo, pois mesmo ele, que desmascarava o darwinismo social tão presente entre nossas elites utilizando argumentos fornecidos pelo próprio Darwin, não consegue refutar inteiramente o ideal de branqueamento:

Indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuem nem qualidades, nem defeitos nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos e os imitavam. (Bonfim, 1993.236)

Não se trata, aqui, no entanto, de nos estendermos sobre aquele pensamento, que certamente não é homogêneo e sobre o qual existe farta bibliografia (Seyfert, 1997), mas de observar a sua convergência no que toca à questão racial. Houve unanimidade entre a intelectualidade quanto à importância da imigração europeia, sendo inexpressiva qualquer posição contrária ou que, de alguma forma, olhasse a situação “*dos pobres negros, despossuídos e abandonados à sua própria sorte*”.⁶ Não é preciso o domínio da bibliografia acadêmica sobre a situação da população negra nas primeiras décadas pós-Abolição para se falar do sentimento de abandono, generalizado nos meios negros das grandes cidades à época.⁷ O mesmo em relação a qualquer projeto de lei vislumbrando algum tipo de reparação aos ex-escravos. Nas áreas urbanas, para onde esses afluíam em grandes levas,⁸ formando as primeiras aglo-

merações nas grandes cidades, e nas formas de colonato ou parcerias de variado tipo nas zonas rurais do Sudeste e do Sul, a exclusividade na alocação era para os imigrantes. A perspectiva dominante entre as elites era a substituição da população, pela imigração e pela mestiçagem a mais longo prazo. Ainda em 1964, Manuel Diéguas Jr. vai insistir na importância da imigração e sua ênfase é sobre a necessidade de diversificar essa imigração, cujo “peso” de portugueses seria excessivo – mas sempre europeus. É sugestiva a forma como ele inicia o capítulo “O imigrante e o nacional” afirmando que: “*A estrutura cultural luso-brasileira [...] baseada nos elementos originários portugueses, foi salpicada pelos valores negro-africanos e indígenas*” (Diéguas Jr., 1964:342).

A trajetória do pensamento social brasileiro tem sido de permanente recomposição, dando sempre a impressão de propriedade, de cabal interpretação e controle da evolução da questão racial na sociedade. Ao que parece, essa confiança entrou em crise com o anúncio das cotas, e com os debates mais amplos em torno das medidas de ação afirmativa, de reparações. É possível observar que a grande maioria da intelectualidade não toma posição a respeito. Um ou outro se arrisca eventualmente, mas quase sempre tangenciando a questão; apoio ostensivo, nenhum; contrários frontalmente, só exceções, nunca os mais renomados.

O pensamento social brasileiro, abusando da margem de manobra concedida pela ampla hegemonia cultural e pelos mecanismos institucionais e políticos de produção de conhecimento, declinou do seu papel de encaminhar uma ampla discussão nacional sobre o racismo, porque pensou poder postergá-la indefinidamente, e indefinidamente manter a paz social apesar das flagrantes desigualdades: um crime, no mínimo, de displicência, omissão, se não de cumplicidade com a perpetuação das desigualdades raciais e as defasagens simbólicas que compõem o escopo do racismo. E hoje depara com a “volta do ponteiro” – um momento de inevitável enfrentamento da efetividade da questão racial.

Os estudos de relações raciais – um vírus inoculado

A emergência dos chamados estudos de relações raciais dentro do campo dos estudos afro-brasileiros, a partir da década de 30, permitiu algo como uma desintoxicação do pensamento social brasileiro. Essa área espinhosa, porque muito exposta às tensões inerentes à crucialidade do tema, foi sendo relegada a segundo pla-

no, tornando-se uma especialização – seus adeptos reclamam de uma certa marginalização no âmbito das Ciências Sociais – e serviu para resguardar o universo mais amplo da intelectualidade dos embates “comezinhos” gerados pela efetividade da questão racial.

Mas “quem dá o pão, dá o ensino”. Embora não possa ser vista linearmente – em quase 70 anos, foram muitas e significativas as descontinuidades e interseções teóricas, políticas, sociais –, será possível descartar qualquer ligação entre as cotas e medidas de ação afirmativa, hoje, e o papel fulcral da Fundação Rockfeller, e de outras norte-americanas, articuladas ao poder acadêmico no Brasil, na aurora dos estudos afro-brasileiros, financiando a vinda de pesquisadores norte-americanos, cujas marcas são tão visíveis? (Marinho, 2002).

Não devo enveredar por uma discussão mais complexa, sobre a sujeição, ou não, dos cientistas sociais brasileiros nessas áreas de estudos, aos ditames “imperialistas” da Sociologia norte-americana, conforme Bourdieu e Wacquant (1998). Estou sugerindo que os estudos afro-brasileiros, e dentro deles os estudos de relações raciais – nem sempre prestigiados pelas áreas mais nobres das Ciências Sociais – tiveram liberdade para instituir seus próprios cânones teóricos, naturalmente com a complacência (e porque também atendiam conveniências) dos poderes acadêmicos. O que pretendo enfatizar é que quaisquer que fossem as influências teóricas e metodológicas, elas encontravam um meio acadêmico e um ambiente social propícios: o primeiro pela sua incipiência e carência de recursos, além do desinteresse/demissão da intelectualidade, da sua presunção de universalidade – o seu pensamento expressaria a totalidade, incapaz de questionar o “lugar social” de onde fala; o segundo, porque refletia aquele desinteresse, que tem o alibi de um período de sucessivas crises políticas e institucionais – os meados do séc. XX – em que o apelo à unidade nacional sobrepujava tudo, inclusive a necessidade de desvendamento da questão racial, em função da afirmação do país num mundo competitivo em aceleradas transformações.

O resultado foi, então, a perda do controle. Um “descolamento” teórico e político de alguns estudiosos que, na busca de novas possibilidades explicativas, foram atraídos pela comparação com o que havia de mais visível: o contexto norte-americano. E se afastaram, então, do clima e da malha de interesses políticos e acadêmicos que acumpliciavam os estudos afro-brasileiros, o âmbito mais extenso das Ciências Sociais, e os setores políticos e instituci-

onais “formadores de opinião” – mídia, Educação, religiões, e personalidades influentes.

Sociólogos como Alberto Guerreiro Ramos e Luiz Aguiar da Costa Pinto, teoricamente tão diferenciados – além de inimigos pessoais – tiveram em comum a rejeição à “culturalização” do negro brasileiro (esta, sim, atravessando obras de quase todos os escritores nacionais), em detrimento da apreciação séria do problema racial. A insensibilidade da intelectualidade brasileira não conseguiu aproveitar a contribuição mesmo de Florestan Fernandes e de outros cientistas sociais influentes, que em trabalhos alentados alertaram para a importância de maior atenção à questão. O distanciamento olímpico da intelectualidade brasileira se manteve apesar da repercussão mundial dos embates travados no auge do Movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos. A partir daquele momento – anos 60 e 70 – talvez se possa falar de uma guinada para a “americanização” dos debates teóricos sobre o racismo e das lutas políticas contra o racismo, no Brasil, dos quais o Movimento Negro tem sido o motor e a ponta-de-lança. Uma nova geração de pesquisadores brancos e negros norte-americanos trouxe a público seus trabalhos. Thomas Skidmore (que viera ao Brasil para estudar a era Vargas e se sentira confrontado pelo escamoteamento da questão racial), e Carl Degler, lançam seus livros nos EUA (Skidmore, 1989; Degler, 1976), que logo adiante seriam traduzidos, com sucesso, para o português. E em 1979, é traduzida para o português a tese de Carlos Hasenbalg, defendida nos EUA, que veio a se tornar um marco na literatura de relações raciais no Brasil. Entre outras inovações teóricas, questiona o cerne da concepção da chamada Escola Paulista (com Florestan Fernandes à frente) do racismo como um arcaísmo, um resquício da escravidão, apresentando a materialização da discriminação racial através de mecanismos institucionais e de estatísticas sobre as desigualdades raciais.

Pós-Durban

Não surpreende que Ricardo Henriques (2001) agradeça, na página de rosto do seu texto “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”, a Carlos Hasenbalg, pelos comentários. Esse texto e seu autor tornaram-se referências obrigatórias na cruzada atual pelas medidas de ação afirmativa – devido, principalmente, à potência de seus conteúdos estatístico e

analítico sobre as desigualdades raciais, mas também pelo fato de representar a posição de um pesquisador “oficial”, do IPEA — Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento. Vejo-os como a culminância de duas décadas de produtividade intensa e articulada das pesquisas com esse viés no Brasil, em que se destaca Hasenbalg, a partir do êxito em articulações e da produção acadêmica do Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM, que ele dirigiu de 1982 a 1997. É de se observar o nível de engajamento pessoal e teórico de pesquisadores influentes junto aos centros de poder — Ricardo Henriques e o então presidente do IPEA, Roberto Martins, são dois deles — empenhados na ampliação da discussão especificamente focada nas desigualdades raciais. E mais ainda, a sua mais que perfeita interação com o que podemos designar provisória e cautelosamente de setores de ponta do Movimento Negro. Além de subsidiar projetos e ações estratégicas das ONGs e de personalidades negras *vis-à-vis* agências fomentadoras de variado perfil, eles se dispuseram, em dado momento, a intermediar a incorporação de pesquisadores negros e de seus projetos de pesquisa à agenda de órgãos oficiais de apoio à pesquisa, e até mesmo no interior do próprio IPEA.”

A argumentação que venho esboçando neste tópico pretende resumir (muito rapidamente) a formulação provisória de como o pensamento social brasileiro se omitiu de discutir a questão racial e “segregou” os estudos afro-brasileiros; de como, nesse âmbito, vão conquistando proeminência os estudos de relações raciais; e o crescente “descolamento”/autonomização, de um determinado viés desses últimos: o foco nas estatísticas e análise das desigualdades raciais. E que isso representaria a “perda de controle” por parte das elites intelectuais, desinteressadas da publicização, intensificação, aprofundamento, desses temas.

Ao longo do processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo (2000/2001) foi se formando um leque de alianças entre militantes do Movimento Negro e de outros Movimentos Sociais (quase sempre negros), setores acadêmicos, uns poucos setores de mídia, setores governamentais e também do Legislativo e Judiciário, que tem dado mais e mais visibilidade à questão das desigualdades raciais e à necessidade de implementação de ações afirmativas. Esse contexto de alianças vem se consolidando e tem sido amplamente vitorioso na hegemonização do discurso e ações anti-racistas no Brasil. Isso ficou explícito na atuação complementar (embora permeada por tensões) das delegações oficial e de ONGs negras no processo de mobilização, no Brasil, e nas ins-

tâncias oficiais da Conferência Mundial Contra o Racismo. E aquelas alianças se confirmaram no pós-Durban, municiando discursos e medidas governamentais no que toca ao enfrentamento das desigualdades raciais, e também junto aos poderes Legislativo e Judiciário e a alguns setores da sociedade civil. Uma característica central desse contexto de alianças, todavia, é que ele tem tratado exclusivamente da materialidade do racismo (enfoque precioso, por sinal, em terras de "racismo camuflado"), mas que relega suas dimensões históricas, simbólicas, a segundo plano.

Cabe, agora, refletir sobre a complexidade desse processo social e político e indagar da pertinência ou não das conjecturas que venho desenvolvendo: se, realmente, a intelectualidade brasileira – os "formadores de opinião" via mídia, debates políticos e acadêmicos etc. – perdeu o controle, seja da discussão teórica, seja dos encaminhamentos práticos/estratégicos de enfrentamento das desigualdades raciais, enquanto, à sua revelia, podem se desenvolver antagonismos de mais difícil equacionamento.

Em caso negativo, deveremos buscar outros caminhos para a compreensão do porquê da surpresa e comoção nacional frente às propostas de cotas e ações afirmativas. Ainda mais se lembrarmos que Fernando Henrique Cardoso, o presidente da república, como sociólogo, se especializou nessa área de estudos e, ao longo do seu governo, tocou várias vezes no assunto e assumiu oficialmente, em foros internacionais, a existência do racismo, além de apoiar militantes negros com quem privara de certa proximidade política e de prestigiar a liderança da Marcha de Zumbi dos Palmares, de 1995, criando, a seguir, um Grupo de Trabalho Interministerial de combate ao racismo.¹⁰ E nada disso conseguiu despertar a letargia das elites intelectuais sobre o problema.

Se, afirmativamente, é imperativo avaliar responsabilidades. Por enquanto tem sido difícil, às vezes ríspido, o diálogo entre os pró e o contra as ações afirmativas. A bem da verdade, os primeiros têm sido propositivos, articulados e eficazes, conclamando ao debate e esgrimindo estatísticas e argumentações substanciais. Seus discursos têm falado na emergência e transitoriedade das cotas e ações afirmativas e na necessidade do enfrentamento da questão racial em todos os setores da sociedade. Os segundos têm sido mais reativos e reiteram, em geral, a postura universalista que sempre caracterizou o senso comum em torno da mestiçagem e da vocação brasileira para a harmonia racial, da importação desse problema etc. Contrapõem-se a medidas preferenciais para negros em setores dos serviços públicos, para apresentações na mídia etc., se bem

que não respondem aos reclamos de que esses são tradicional e ostensivamente brancos. Reafirmam a exigência do mérito (que se manifestariam nas melhores notas nos vestibulares) como único critério para galgarem vagas nas universidades públicas, e alertam para a racialização intrínseca aos procedimentos que estão sendo adotados. *A quem interessa a cristalização dessas posições?*

Um dado adicional é a surpreendente contrariedade de estudiosos da questão racial, como o professor Peter Fry, por exemplo, com o desaguar desse processo.¹¹ Ele é favorável às medidas de ação afirmativa, mas contrário às cotas, que vê como fator socialmente disruptivo, ao enfatizar as diferenças raciais e levar ao caminho da intolerância. Esse influente estudioso das relações raciais, inglês de nascimento, naturalizado brasileiro, foi responsável, inclusive, pelo apoio maciço e decisivo à linha de pesquisas desenvolvida por Hasenbalg e outros, no início dos 80, quando dirigente da Fundação Ford – uma das agências de fomento mais atuantes no que toca à questão racial, no Brasil – onde seu pensamento sempre gozou de respeitabilidade.

O que terá acontecido? Estaria a ação problematizadora das desigualdades raciais, radicalizada na prescrição de cotas, em descompasso com a “tradição” de cautelosa e resguardada interação do campo científico com a efetividade da questão racial?¹² Teria havido uma ruptura política e estratégica de alguns agentes (acadêmicos/políticos) a partir do êxito da linha de estudos que enfatiza as desigualdades raciais? (Como exemplos: já em 1999, em seu livro *Racismo e anti-racismo no Brasil*, o professor Antônio Sérgio Guimarães, da USP, pôs um título provocativo no terceiro capítulo: “Tomando partido”, com sólida argumentação a favor das medidas de ação afirmativa). Mesmo após a saída de Roberto Martins e de Ricardo Henriques do IPEA, continuam nesse órgão do Ministério do Planejamento as análises que ressaltam a importância do enfrentamento das desigualdades raciais. Estariam aquelas rupturas acadêmicas/políticas provocando ou, antes, expressando (ou ambas as coisas) rachaduras nas “torres gêmeas” da identidade nacional brasileira?

Muito se tem escrito, nas Ciências Sociais, a respeito de identidades. Sob a ótica das teorizações atualmente mais influentes a respeito, poderia soar quase como um anacronismo referir a efetiva construção da identidade nacional como uma solução na perspectiva complexa de interações raciais e étnicas dos brasileiros. Quem sabe?

Hall, mapeou

as mudanças conceituais através das quais, de acordo com alguns teóricos, o sujeito do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno. (Hall, 2001:46)

Penso que algo semelhante se poderia propor para uma concepção de identidade nacional. Algo como o captado por Chatterjee (2000), analisando a luta anticolonial na Índia. Ele identificou um momento em que o nacionalismo rejeitou o direito do Estado colonial de intervir em aspectos essenciais da identidade cultural da nação. Era uma dimensão do nacionalismo que se instituía a partir de espaços resguardados de significações no seio da população. A construção desses espaços implicaria considerável energização dos esforços de afirmação étnica/racial em populações subordinadas. Poder-se-ia desconhecer/menosprezar esses acúmulos que teceram *auras* de heroísmo que recheiam a crônica das lutas anticoloniais e de conquistas libertárias de tantos povos?

Não há, nem linearidade, nem tanta distância conceitual, entre as lutas de libertação nacionais, no outrora chamado Terceiro Mundo, e as lutas da população negra na sociedade brasileira. Como desprezar aquelas referências frente à apropriação pela identidade nacional brasileira de tantos símbolos negros de origem, e ao mesmo tempo recusar a ultrapassar o meramente simbólico e enfrentar as demandas da população negra por igualdades de oportunidades em todas as instâncias da vida nacional?

Não vejo identidade nacional como uma simples transposição/coletivização de identidades particularizadas. Mas a discussão de Hall (1998) sobre a descentração do sujeito do iluminismo e sua reconstituição na "modernidade tardia", ajuda a pensar o esforço de homogeneização/assimilação que as elites pretendem impor à população negra brasileira. A crença nessa homogeneidade ontológica traz a perplexidade, quando o combate do Movimento Negro ao racismo, face à obstrução de outros caminhos, é levado à significação da diferença. Para Hall, os sujeitos sempre respondem a interesses. O contrário do que transparece na discussão psicológica/filosófica de Giddens (1991), na qual este induz a existência de um âmbito íntimo na constituição do ser, que não seria dado à reflexividade, à cognição, à consciência – o que ele designa *conscientização prática*. Se, por um lado, ele questiona as bases do racionalismo que fundamentam a civilização ocidental, por outro, deixa de perceber a heterogeneidade, a complexidade de interações presente na discussão de Hall. Este não teme, nem consagra a dife-

rença; ela pode ser transitória no fluxo de identificações em sociedades complexas. Aquele deixa transparecer a sua vontade de que haja a homogeneização. Penso que há, entre os dois, uma diferença crucial de caráter político-ideológico que os distancia: a formação de ambos, o lugar "racial" de onde estão falando, uma bagagem construída socialmente, que os informa, por trás de suas posturas teóricas. Giddens (e outros teóricos, junto aos quais se sentiriam à vontade eminentes pensadores sociais brasileiros) ao falar de identidades, que elas são construídas, inventadas, está falando "dos outros". Ele não questiona o seu "lugar de enunciação" e o quanto esse "lugar" compromete o suposto universalismo de sua formulação.

Problematizando identidades africanas em contextos pós-coloniais, quando elas muitas vezes antagonizam processos de transformação nacional e tentam enfeixar diferentes perspectivas em camisas-de-força de tradições étnicas idealizadas, Appiah diz

sou aplicado o bastante para me sentir atraído pela enunciação da verdade, mesmo que o mundo venha abaixo; e sou animal político o bastante para reconhecer que há lugares em que a verdade prejudica mais do que ajuda. (Appiah, 1997:243)

Não me parece que ele esteja falando apenas de questão de ética, que procura não romper, buscando alternativas para esse enunciado. O que ele está afirmando é que a construção da solidariedade africana não pode passar pela afirmação da raça e das tradições nacionais, que seriam "*falsidades inúteis, ou pior, perigosas: que um outro conjunto de história nos construirá identidades através das quais possamos fazer alianças mais produtivas*" (*ibidem*). Aproveitando esta reflexão para o caso brasileiro, poderiam se questionar as bases do mito da democracia racial que apontam para um passado idealizado, fundamentando a construção de uma identidade nacional idealizada, no qual o elogio da mestiçagem serve como anteparo da hierarquia racial, e no qual a branquidade se encontra no topo; tudo isso exigindo da população negra que se renda a tais idealizações. Penso que tal exigência seria (tem sido) nociva, do ponto de vista de que a diversidade representa a maior fonte de riqueza na constituição de um povo. É paradoxal, porque postula que a população negra deveria renunciar ao combate às desigualdades, à demanda de plena integração social à nacionalidade brasileira; quando tal perspectiva, em se tornando realidade, redundaria em fortalecimento dessa mesma sociedade nacional.

Considerando a consistência desses alertas é razoável propor que nem sempre são armadilhas as demandas de rompimento com identidades nacionais, instituídas sobre bases suspeitas da universalidade dos setores hegemônicos, e de construção de outras, que partam da heterogeneidade.

A idealização de um país sem problemas raciais é uma vontade forte (e bonita) demais para se descuidar dela. Ela vem se equilibrando entre a ilusão e o sonho da igualdade. A cristalização das desigualdades, de um lado, e a exacerbação das diferenças para combatê-las, por outro, podem fazer degenerar aquela condição tênue, paralisando/obstruindo o fluxo de identificações que (embora diferenciadas e até conflituosas), no caso brasileiro, vêm representando um alento, emoldurando as imagens distorcidas no espelho e (apesar de tudo!) criando suas próprias soluções parciais.

A despeito de uma hegemonia racial em todas as instâncias de poder, emergiu – a partir da profícua interação do Movimento Negro com a delegação oficial (agentes de governo e de Estado) ao longo do processo preparatório e durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001 – um contexto de alianças contra-hegemônico altamente eficaz no incremento das discussões sobre as desigualdades raciais. É tentadora a oportunidade de lembrar a famosa imagem usada por Marx, ainda no *18 Brumário*, em relação a situações de fato: "Aqui é Rodes, salta aqui". Frente ao desafio do quadro atual, não resta ao pensamento social e ao universalismo que transborda para o senso comum configurando a identidade nacional brasileira, mais do que fazer acontecer a vocação de igualdade e harmonia que sempre proclamou. Começa por enfrentar a discussão, e isso pode e deve se dar acadêmica e politicamente em bases democráticas. Se a solução não passa pelas cotas, qual a proposta? A inércia e as digressões – como a alegação de que em vez das cotas se deveria oferecer ensino público de qualidade a todos (como se isso fosse contraditório com a proposta emergencial das cotas) – não são mais cabíveis.

Preconizar a adoção de cotas fortalece a questão da raça – o que é um problema. Mas como um movimento tático, de caráter emergencial e temporário, cumpre o duplo papel de tensionar a sociedade em direção ao enfrentamento das desigualdades, e de expor a fragilidade, nesta questão, do pensamento social brasileiro, obrigando-o a se voltar sobre si mesmo, observando suas lacunas, com a oportunidade de engajar-se na efetiva construção do universalismo, em vez de esvaziá-lo em insensata proclamação idealista. A intelectualidade brasileira não quis e/ou não foi capaz de enfren-

tar os preconceitos e a discriminação racial que grassavam à sua volta, nem sequer conter a dissensão teórica e metodológica gerada em suas entranhas pelos estudos de relações raciais.

Pensando ainda com Appiah, ele enfatiza a necessidade de os cientistas sociais continuarem dizendo suas verdades, mas que é importante incorporar

um intenso sentimento da marginalidade desse trabalho para a questão central da resistência ao racismo e à violência étnica [...] a verdadeira batalha não é travada nos círculos acadêmicos. (Appiah, 2001:248)

Notas

1. Militante negra brasileira que fez parte da delegação oficial ao longo do processo preparatório e na Conferência Mundial. Por sua destacada atuação, foi indicada pela representação brasileira e eleita a relatora oficial daquele evento.
2. Os nomes de Ruth de Souza, Léa Garcia, Mercedes Batista, Haroldo Costa, que consolidariam suas carreiras adiante, são emblemáticos. Abdias do Nascimento chegou a contracenar com Cacilda Becker.
3. O sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos confessa ter rejeitado, a princípio, o assédio de Abdias Nascimento, que considerou "*um reivindicador contumaz*". Aos poucos foi percebendo suas razões e assumindo posturas teóricas e engajamento político como negro.
4. Uma piada que chegou a causar muita confusão e incontáveis pequenos conflitos (muitos deles noticiados pela imprensa) era de que a Lei Áurea se esgotaria e se poderia voltar à escravidão. Um outro indicador do nível de tensão a que se poderia chegar foi a sucessão de artigos nos principais jornais, discutindo a oportunidade e as características do Programa Nacional do Centenário da Abolição, capitaneado pelo Ministro da Cultura, Celso Furtado (intelectual de renome), e instituído no dia 21 de março pelo presidente da República, José Sarney. O livro de Edson Lopes Cardoso, *Bruxas, espíritos e outros bichos* (1992), arrola e comenta notícias e artigos publicados naquele período. Ali se encontra parte da pesquisa que gerou a dissertação de mestrado em Comunicação defendida pelo autor na UnB, em 1990.
5. Uma incursão ao conteúdo dos jornais das grandes cidades entre março e maio de 1988, assim como um levantamento dos eventos realizados nas mais diversas instituições da sociedade civil e dos Movimentos Sociais, comprova o que foi observado empiricamente por quantos estivessem voltados a isso. Ainda a leitura dos jornais em todo o país, no dia 12 de maio, oferece um bom retrato do que foi o absolutamente desproporcional aparato de repressão que escandalizou a mídia nacional e internacional (não se vira tal quantidade de tropas desde 1968, nem nas campanhas pela Anistia, ou pelas Diretas), e que foi mobilizado pelo Comando Militar do Leste contra uma passeata mobilizada pelo Movimento Negro no dia anterior, no Rio de Janeiro. Não foram apenas a quantidade de militantes (estimada em cerca de quinze mil pela PM, cujos serviços de informação haviam previsto), nem o alegado ataque que se faria à estátua de Duque de Caxias, os fatos responsáveis pelo desatino dos militares. O

- relato de membros do Comando da Marcha (jornal *Força Negra*, novembro de 1988), de que, inclusive, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro – Hélio Saboya – se confessara perplexo: “*os militares estão loucos*”, permite se pensar que maior do que a força do Movimento Negro – que eles tinham como contabilizar e, se fosse o caso, controlar – era o temor da dimensão que poderia alcançar um evento daquele tipo, com tamanha carga emocional, capaz de potencializar a efetividade da questão racial, colocando aquele contexto à beira da ruptura, do enfrentamento desabrido dos militantes contra as forças policiais e militares.
6. Frase extraída do jornal *Tribuna Negra*, órgão da Imprensa Negra paulistana, 1935.
 7. A frustração com o fato de a abolição da escravidão não ser seguida de outras medidas que atenuassem as desigualdades raciais e promovessem a efetiva integração do negro à sociedade, teria se tornado ressentimento contra a crueza das instituições republicanas, gerando fenômenos como a guarda negra. Ver, a respeito, artigo de Carlos Eugênio Líbano Soares (1993).
 8. José Correa Leite e Cuti. *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
 9. Tenho conhecimento direto de pelo menos uma organização negra com quem estive em estreito contato: o CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, que produziu um “Programa Nacional de Pesquisas e Análise de Políticas Públicas para os Afro-Brasileiros” como “proposta para o IPEA”.
 10. Em 1995 – ano do Tricentenário de Zumbi dos Palmares –, a sociedade brasileira assistiu a um incremento extraordinário de eventos capitaneados, em geral, por militantes do Movimento Negro. Uma das principais articulações de militantes realizou, em novembro, a “Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”. Foi uma mobilização nacional que desaguou na Esplanada dos Ministérios, num grande comício com a participação de importantes lideranças políticas e artistas. Ao final, “Missa dos Quilombos”, de Milton Nascimento, com orquestra e coral, em quase duas horas de espetáculo.
 11. Entrevista de Peter Fry ao jornal *Capital Cultural*, Rio de Janeiro, junho de 2002.
 12. Não pretendo, aqui, entrar no mérito da importância do MN para essa nova conjuntura da luta contra o racismo.

Referências Bibliográficas:

- APPIAH, K. A. (1997). *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto.
- BHABHA, Homi (1998). *O local da Cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- BONFIM, Manuel (1993). *A América Latina – Males de Origem*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc (1998). *Prefácio: sobre as artimanhas da razão imperialista*. In P. Bourdieu, *Escritos de Educação*. Petrópolis. Vozes.
- CAMARGO, Osvaldo (1980). *A descoberta do frio*. São Paulo, Edições Populares.
- CARDOSO, Edson Lopes (1992). *Bruxas, espíritos e outros bichos*. Belo Horizonte, Mazza Edições.
- CHATTERJEE, Partha (2000). *Comunidade imaginada por quem? In G. Balakrishnan (org.), Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro, Contraponto.

- DEGLER, Carl (1976). *Nem preto nem branco*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil.
- DIÉGUES JR., Manuel (1964). *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro, CBPE/INEP.
- GUERREIRO RAMOS, A. (1957). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes.
- GIDDENS, Anthony (1991). *Modernity and self identity*. Oxford, Polity Press, caps. 2 e 3.
- HALL, Stuart (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo, DP&A.
- HASENBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- LEITE, José Correia & Cuti (1992). *E disse o velho militante Jose Correia Leite*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.
- MARINHA, Maria Gabriela M. C. (2002). *Norte-americanos no Brasil. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. São Paulo, Edusp.
- ORTIZ, Renato (1986). *Cultura e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- SEYFERT, Giralda (1997). *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. MANA, vol. 3, nº 1.
- SKIDMORE, Thomas (1989). *Preto no branco*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano (1993). "Na flor da gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 24.
- SOUZA, Amaury de (1971). "Raça e política no Brasil urbano". *Revista de Administração de Empresas*, out./dez.

O *Valor* da Diversidade Racial nas Empresas

Aaron Myers

Resumo

Apesar de constituir quase metade da população brasileira, os afro-brasileiros são sub-representados nas empresas, em particular nos altos escalões. Algumas empresas no Brasil estão desenvolvendo iniciativas em favor da diversidade que visam à inclusão de afrodescendentes, entre outros grupos historicamente discriminados, no mercado de trabalho. Durante cinco meses, o autor desta comunicação investigou e entrevistou representantes desses programas de diversidade no Rio de Janeiro e em São Paulo. Serão apresentados os resultados de sua pesquisa, que analisa as estratégias, justificativas e impacto da promoção da diversidade racial no setor privado.

Palavras-chave: negros, diversidade, recursos humanos, responsabilidade social empresarial, investimento social privado.

Abstract

While Afro-Brazilians make up nearly half of Brazil's population, they are under-represented in businesses, especially in the upper echelons. Some businesses in Brazil are developing initiatives to promote diversity that seek to increase the representation of Afro-Brazilians among other historically discriminated groups in the private sector. During five months, the author of this report investigated and interviewed representatives of these diversity initiatives in Rio de Janeiro and São Paulo. It analyzes the situation of blacks in the labor market and in businesses, the ethical and economic justifications for diversity initiatives, and the strategies and results of such initiatives.

Keywords: Blacks, diversity, human resources, corporate social responsibility, social private investment.

Résumé

La valeur de la diversité raciale dans les entreprises

Même s'ils constituent presque la moitié de la population brésilienne, les afro-descendants sont sous-représentés dans les entreprises, surtout dans les postes de haut niveau. Au Brésil, certaines entreprises sont en train de mettre sur pied des initiatives en faveur de la diversité et qui favorisent l'inclusion d'afro-descendants, parmi d'autres groupes historiquement discriminés, sur le marché du travail. Pendant cinq mois, l'auteur de cet article a fait des enquêtes et a interviewé des représentants de ces programmes de diversité à Rio de Janeiro et à São Paulo. On présente ici les résultats de cette recherche qui analyse les stratégies, les justifications et l'impact de la promotion de la diversité raciale dans le secteur privé.

Mots-clés: Noirs, diversité, ressources humaines, responsabilité sociale des entreprises, investissement social privé.

Introdução

Durante os anos 90, a globalização, o multiculturalismo, e o movimento pela responsabilidade social empresarial provocaram mudanças sobre como pensarmos e agirmos diante uma sociedade e um mercado cada vez mais diversos. No Brasil, esses desenvolvimentos junto às reivindicações do movimento negro e do movimento sindical colocaram em pauta as questões de discriminação e diversidade raciais e geraram um diálogo nacional em torno delas. As instituições públicas, privadas e as do terceiro setor começaram a assumir o desafio de diminuir a discriminação racial e ao mesmo tempo procurar maneiras de abraçar a diversidade racial que caracteriza o país. Surgiram ações afirmativas na forma de cotas raciais em algumas universidades e alguns Ministérios, estimulando ainda mais o debate. As empresas não podiam ficar fora da discussão por muito tempo e começaram a tomar medidas em resposta às cobranças da sociedade e/ou em função da disseminação de políticas e práticas de diversidade, oriundas de suas matrizes localizadas em países estrangeiros.

As políticas de diversidade têm por objetivo “a adoção de iniciativas, atividades e medidas que reconheçam e promovam a diferença entre pessoas ou grupos como um valor positivo a ser desenvolvido como instrumento de integração social, em benefício da produtividade da empresa e da democratização das oportunidades de acesso e tratamento no mercado de trabalho” (Alexim, 1999). Esse relatório analisa as atividades das empresas na área de promoção de diversidade com foco na população afro-brasileira. A primeira parte do relatório resume e analisa as estatísticas e a literatura relacionadas com discriminação e diversidade racial no mercado de trabalho e nas empresas. A segunda parte resume e analisa as experiências de treze empresas brasileiras na promoção de diversidade racial. O relatório conclui com uma série de recomendações. Dada a dificuldade que muitas empresas têm em lidar com questões raciais, o objetivo da pesquisa é destacar a importância da in-

clusão racial no setor privado e sugerir linhas de ação para as empresas realizarem o *valor* da diversidade racial.

Revisão da literatura e apresentação dos dados

Este relatório começa por mostrar a situação dos negros no mercado de trabalho e nas empresas. O grau de exclusão observado nas empresas é uma reflexão da exclusão que acontece no mercado de trabalho. Essas tendências se revelam nas estatísticas do IBGE e nos estudos recentes do DIEESE e do Instituto Ethos. Depois de apresentar os números, responderei a duas explicações oferecidas pelas empresas: 1) há poucos negros porque poucos deles têm uma formação superior; e 2) a discriminação no Brasil é mais econômica e social do que racial.

Números nacionais: Segundo os números do IBGE, o Brasil tem uma população autodeclarada negra de 46% (dos quais 5,6% são pretos e 40,4%, pardos), a população economicamente ativa conta com um contingente negro de 43,3% (Instituto Ethos, dezembro 2003:15).¹ O diploma universitário é privilégio de 6,8% da população com mais de 25 anos; dessa população com mais de 25 anos e nível superior, 82,8% são brancos, 14,3% são negros (12,2% pardos, 2,1% pretos) (Escóssia, 3/12/2003). Os números do IBGE também mostram que o rendimento médio mensal da população negra ocupada é 50% menor que o salário médio da população branca, mesmo que os negros possuam em média 1,5 anos de estudo menos do que os brancos (Instituto Ethos, 2003:6; Ballan, 2002:37).²

Números metropolitanos: Em 1999, o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR) publicou o *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho no Brasil*, uma pesquisa realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife, e Distrito Federal.³ A população negra abrange 43,7% das seis regiões metropolitanas e constitui 41,7% da população economicamente ativa, havendo diferenciações regionais (INSPIR, 1999:15). O *Mapa* revela que a remuneração do negro é inferior quando comparada com a do branco que exerce a mesma função. Na maioria das capitais pesquisadas, o rendimento médio do trabalhador branco é mais do que o dobro do do negro e os rendimentos dos homens negros são inferiores aos das mulheres brancas em todas as regiões pesquisadas (INSPIR, 1999:6, folheto bilíngüe). Em todas as capitais pesquisadas, os di-

ferenciais de rendimentos entre negros e brancos aumentam à medida que aumenta a escolaridade; ou seja, o retorno de educação é menor para os negros (Bento, 1999:123). Por fim, as taxas de desemprego são maiores entre os trabalhadores negros, e na maioria das capitais a duração do desemprego é bem maior do que o tempo gasto pelos brancos (57 semanas *versus* 50 semanas) (INSPIR, 1999:16, versão popular).

Números nas empresas: O Instituto Ethos lançou, em dezembro de 2003, o relatório *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. A constatação principal desse relatório é a predominância de homens brancos com alto grau de instrução nos principais cargos executivos (Instituto Ethos, 2003:5). E à medida que vai descendo na hierarquia empresarial (níveis: funcional, chefia, gerência, e executivo), encontra-se um número maior de negros, mas o número de negros nas empresas é longe da sua proporção na população nacional. As estatísticas no relatório revelam essas e outras discrepâncias entre funcionários negros e brancos e fornece informações sobre as ações das empresas voltadas para a promoção de diversidade. Segue abaixo um resumo desses dados:

Olhando para dentro das empresas, o relatório do Ethos revela que o retorno de educação é menor para os negros e que estes enfrentam mais barreiras para promoção. Para cada ano de estudo a mais, os brancos têm sua renda elevada em 1,25 salário mínimo, enquanto para os negros essa elevação é de 0,53 salário mínimo (*ibidem*:6). E enquanto a maioria dos negros do quadro executivo (53,8%) têm mais de quinze anos de empresa, só 37,4% dos executivos brancos e 29,7% dos amarelos estão nessa mesma condição. Isso significa que os poucos negros a atingir o topo demoraram mais tempo para consegui-lo que os executivos de outras raças (*ibidem*:18).

O Instituto Ethos também solicitou que o presidente desse sua opinião sobre a situação dos negros em cada nível hierárquico da empresa. Em 74% das empresas não há negros no quadro executivo (primeiro escalão) e 4% não têm essa informação. É também alto o índice de empresários que declaram não haver negros em nível de gerência (42%, segundo escalão), e 1% deles admitiram que não há negros nem mesmo no quadro funcional (*ibidem*:22).⁵ Chama a atenção a situação da mulher negra, que constitui apenas 0,1% e 1,0% dos quadros executivo e de gerência, respectivamente (*ibidem*:14).

Em relação às iniciativas das empresas em favor da diversidade, 40% das que responderam dizem promover ações desse tipo. Dentre as iniciativas, no entanto, poucas organizações têm políticas claras de promoção de diversidade étnica ou de gênero (*ibidem*:7). É significativo o apoio a projetos na comunidade que vissem melhorar a oferta de profissionais qualificados provenientes de grupos usualmente discriminados no mercado de trabalho (não exclusivamente negros), citado por 24% das empresas. Por outro lado, apenas 1% das empresas dizem manter programas para melhorar a capacitação profissional de negros (*ibidem*:23).⁶

Interpretação dos Dados. Diante desse quadro preocupante de informações, as empresas costumam dizer que não existem negros qualificados ou que poucos negros têm uma formação acadêmica e técnica tão competitiva como a dos brancos (Vassallo, 6/9/2000: 164). Por exemplo, “É objetivo da empresa contratar pessoas negras, mas essas pessoas têm que ter especialização em área específica e a empresa encontra dificuldades nesse recrutamento” (Bento, 2002:58).⁷ Por isso, muitas das iniciativas de diversidade racial das empresas estão voltadas para a educação, como veremos mais tarde. Outro discurso comum para explicar a sub-representação de pretos e pardos nas empresas em todos os níveis é que, “No Brasil, as barreiras para contratação não são raciais; são sociais e econômicas” (Vassallo, 27/9/1995:75).⁸

Penso que a falta relativa de escolaridade e de preparo profissional dos negros não é uma explicação adequada para o grau de exclusão registrado pelas estatísticas acima. Reinaldo Bulgarelli, um consultor e especialista na área de diversidade, observa que “Não são apenas os negros e pessoas com deficiência que têm pouca escolaridade, mas a população brasileira em geral. A discriminação vivida por estes dois segmentos agrava a situação, mas não pode ser usada como desculpa para a não existência de pessoas qualificadas para o trabalho. Há barreiras internas no mercado de trabalho, até mesmo nas grandes empresas, nacionais ou multinacionais (que teriam acesso a melhores práticas e boas tecnologias) que precisam ser consideradas também” (Bulgarelli, 24/1/2004, e-mail). Essas barreiras existem não somente na hora da contratação dos negros, mas também na hora de sua promoção. Por exemplo, no relatório do Ethos entre os diretores com pós-graduação ou mestrado, o grupo racial que mais se destaca são os pardos: 44,7% deles estão nesse grau de escolaridade. Seguem-se os amarelos, com 40,5%, os brancos, com 31,9%, e os pretos, com 21,5% (Instituto Ethos, 2003:19). O fato de que os negros levam mais tempo para alcançar

os altos escalões, mesmo com mais escolaridade que os brancos, sugere que os negros ainda enfrentam barreiras na sua trajetória dentro da empresa.

Ao mesmo tempo, o ponto de vista de que as barreiras enfrentadas pelos negros no mercado de trabalho podem ser explicadas por condições sociais e econômicas é incompleto. Os números do IBGE, INSPIR, e do Instituto Ethos demonstram uma situação de desigualdade para os trabalhadores negros (salários mais baixos, apesar dos mesmos níveis de escolaridade, mais tempo para subir na hierarquia empresarial, apesar de jornadas mais longas e mais anos trabalhando na empresa etc.) e que a discriminação racial interfere em todos os espaços do mercado de trabalho brasileiro e em todos os níveis das empresas (INSPIR, 1999:117). Combate à discriminação e a redução da desigualdade são duas das justificativas citadas pelas empresas por lançarem iniciativas de diversidade. Essas justificativas são analisadas na próxima seção.

Proposição

As empresas oferecem uma variedade de razões para a adoção de políticas e práticas da promoção de diversidade. As justificativas podem ser divididas em duas categorias: ética e vantagem competitiva. Ou seja, há uma possibilidade de se pensar na promoção de diversidade a serviço de interesses econômicos e sociais (Bellan, 2002:17). Essas duas dimensões —uma baseada nos valores da cidadania e outra na estratégia empresarial— são um reflexo do fato de que as empresas são tanto instituições econômicas como instituições sociais que têm um impacto profundo nas comunidades onde estão inseridas. O ambiente de trabalho, com seus projetos, suas relações, suas políticas de contratação, oferece uma oportunidade única para tratar de diversidade e inclusão; as inúmeras vantagens e sinergias que um ambiente diversificado trazem para o desempenho da empresa e da sociedade são praticamente inexploradas (Carneiro, 2002:2).

Ética

Por um lado, a promoção da diversidade faz parte de responsabilidade social empresarial. O tema da diversidade, apesar de presente no meio educacional desde a década de 80, foi incorporado pelo movimento de responsabilidade social empresarial (RSE)

durante os anos 90 (Bulgarelli, julho 2002:6). Segundo o Instituto Ethos, responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.⁹ A responsabilidade social visa a uma sociedade mais próspera e justa e envolve ações das empresas contra a pobreza e a desigualdade na própria realização dos negócios (Bulgarelli, julho 2002:7). Ética é a base da responsabilidade social e se expressa por meio dos princípios e valores adotados pela organização.¹⁰

Um dos valores de muitas empresas é o respeito às pessoas. A promoção da diversidade estimula as pessoas a demonstrarem esse valor. A valorização da diversidade é o respeito às diferenças, o exercício da tolerância, do diálogo, das construções coletivas, de relações de parceria e de complementaridade que têm como base a ética e a valorização, a proteção, o cuidado com a vida e a responsabilidade sobre ela e tudo que diz respeito ao bem comum (Bulgarelli, 17/12/2003: *slide* 10). A promoção da diversidade concretiza esses valores de cidadania abraçados pelas empresas socialmente responsáveis.

Um dos ditados de responsabilidade social empresarial é que não se pode ter uma ilha de prosperidade num mar de miséria. Essa crença motiva as ações sociais das empresas em parceria com organizações da sociedade civil nas áreas de educação, saúde, e meio ambiente, por exemplo. Do ponto de vista das empresas que exercem responsabilidade social, tais intervenções ou investimento em iniciativas sociais (chamado investimento social privado) que melhora as pessoas e protege o meio ambiente garante a sustentabilidade da sociedade e ao mesmo tempo da empresa.

Implícita nos programas de diversidade e na responsabilidade social em geral é a idéia de redistribuição de oportunidades/renda. O Brasil não é um país pobre, mas um país profundamente injusto, ou seja, não se trata de limitação de recursos, mas de sua distribuição, pois a desigualdade de renda não muda no Brasil há pelos menos trinta anos (Ministério de Trabalho e Emprego, 2003:33). Os brancos são 88% do seletor grupo dos 1% mais ricos do país, enquanto os negros são 68% do mais pobres (Loyola, 26/6/2003). Segundo o Professor Hélio Santos, “O país tem uma perda colossal em termos estratégicos por não aproveitar em todos os níveis a mão-de-obra das mulheres e negros – 50,5% e 45%, respectivamente, da população brasileira. Pode-se afirmar que as empresas ao discriminarem esses dois segmentos estão operando na contramão do desenvolvimento sustentável do país” (Santos,

18/12/2003). Num país com sérios problemas raciais, não é possível ao movimento de responsabilidade social empresarial ignorar o papel das empresas no combate aos prejuízos que a discriminação tem causado a todos, principalmente às mulheres negras (Bulgarelli, julho 2002:7). Para construir um país mais justo e mais sustentável, faz-se necessário combater a discriminação racial que gerou e sustenta muito das desigualdades existentes.¹¹

É importante anotar que a promoção da diversidade e o combate à discriminação constituem dois lados da mesma moeda. São estratégias complementares. A primeira trata do que quer construir e o segundo trata do que precisa desmontar. Tem que ter os dois para garantir maior equidade nas empresas. Os sindicatos têm contribuído muito ao inserir a questão de não-discriminação na agenda empresarial, mas o assunto é pouco discutido nas empresas (Bulgarelli, 17/12/2003). Existe uma condenação formal da discriminação nas empresas, mas nem sempre processos e ferramentas para reduzir a discriminação. É relativamente mais fácil mobilizar os funcionários pela proposta de promover a diversidade porque aborda a realidade de exclusão de uma maneira positiva. A promoção da diversidade não fala daquilo que queremos rejeitar, mas daquilo que queremos promover, estimulando discussões e práticas com base em valores éticos (*ibidem*). No entanto, a professora Maria Aparecida Bento, do CEERT, diz que “É importante destacar aqui que o termo diversidade não raro é utilizado pelas instituições para relativizar e evitar o enfrentamento da discriminação racial” (Bento, 1999:131; 2000:29).

Vantagem Competitiva

Pelo lado econômico, a promoção da diversidade apresenta-se como uma vantagem competitiva, como uma estratégia empresarial para garantir a permanência e competitividade da empresa no mercado. Além dos benefícios do ponto de vista ético, programas de diversidade trazem uma série de benefícios econômicos: desempenho financeiro fortalecido; rotatividade de mão-de-obra reduzida; maior produtividade; aumento de satisfação dos empregos nas atividades profissionais; menor vulnerabilidade das empresas face às leis trabalhistas; valorização da imagem empresarial junto aos consumidores e opinião pública em geral; reconhecimento adequado do desempenho e do potencial dos trabalhadores (Bellan, 2002:17).¹² Adaptação ao mercado e inovação/criatividade-

de são as justificativas econômicas mais relevantes à promoção de diversidade.

Adaptação aos Mercados/Clientes: Diversidade representa uma exigência do mercado atual (Bulgarelli, janeiro 2002:1). A globalização tem aumentado o volume do comércio internacional, o número de fusões e aquisições de empresas entre países, e tem provocado mudanças demográficas e culturais na sociedade. Por isso, é preciso conhecer e adaptar-se aos mercados nacionais e internacionais que estão ficando cada vez mais diversos. "Em um mercado crescentemente diverso, empresas devem estar preparadas para fazer negócios com consumidores, competidores, e parceiros que também estão crescentemente diversos" (Ministério do Trabalho e Emprego, 2003:18). O motor da diversidade é a busca cada vez maior de competências e conhecimento do mercado para manter a competitividade (Vassallo, 6/9/2000:154).

Uma equipe diversificada permite que a empresa aumente seu mercado consumidor. Por ter dentro da empresa pessoas diferentes que entendem os gostos e preferências dos vários grupos na sociedade, a empresa pode melhor atender as demandas do mercado. Consumidores conscientes, independentemente do grupo ao qual pertencem na sociedade, compram produtos e serviços das empresas que projetam uma imagem de diversidade.¹³ A promoção da diversidade e a aquisição de competências *cross*-culturais são fundamentais para o relacionamento da empresa não somente com os consumidores, mas também com todas as partes interessadas, da comunidade local até os governos estrangeiros nos países onde a empresa tem negócios. A vantagem competitiva de uma empresa será determinada em grande medida pela qualidade da relação que ela mantém com as pessoas, interna e externamente. Essa qualidade está diretamente relacionada ao problema da inclusão ou exclusão de diferentes grupos sociais (Instituto Ethos, dezembro 2003:25). Para que os negócios sejam espelhos de seus mercados, é preciso promover a diversidade dentro da empresa (Vassallo, 6/9/2000:104).

Inovação/Criatividade: A segunda justificativa pela promoção da diversidade é inovação/criatividade. A mistura de pessoas, de experiências e de idéias estimula a criatividade e permite que a empresa encontre soluções inovadoras para os desafios colocados pelo mercado e pela concorrência. Um grupo homogêneo terá mais dificuldade de vender para um mercado multicultural, global e cada vez mais segmentado que um grupo diverso. Nelson Savioli, o diretor de Recursos Humanos da empresa Unilever, aponta que

“uma equipe formada só por homens, jovens, brancos frequentadores das mesmas universidades, nas mesmas cidades, pode fazer um bom produto, mas uma equipe múltipla fará um produto excelente e, provavelmente, com menor custo e fará isso porque carrega muito mais informação” (*ibidem*:156). Bulgarelli observa que “Equipes marcadas pela diversidade são mais criativas, produtivas, inovadores, atraentes para talentos que chegam e ficam em nossas empresas, trazendo novas perspectivas para o conjunto e formando um ‘mix’ que traduz a contribuição de cada um, gerando uma sinergia que transcende essas contribuições individuais ($1+1=3$)” (Bulgarelli, janeiro 2002:1). A promoção da diversidade também aumenta a qualidade do ambiente de trabalho e o relacionamento entre funcionários, que têm implicações importantes para a produtividade da empresa. Quando todos se sentem confortáveis na empresa e sentem que a empresa se preocupa com eles, isso aumenta a lealdade, o entusiasmo, a motivação; os funcionários dão o máximo de si, a produtividade fica melhor, e as taxas de rotatividade e de absenteísmo ficam muito menores (Somoggi, novembro 1999:114).

As justificativas pela promoção de diversidade partem de focos distintos. O conceito de diversidade, a partir do interesse econômico das empresas, visa à adequação a um mercado mais exigente em termos de imagem e desempenho, aglutinando eficiência e compromisso social; e, sob o ponto de vista da sociedade, visa à superação das práticas discriminatórias e de exclusão (Alexim *apud* Bellan, 2002:15). Mesmo assim, a promoção de diversidade volta à políticas sociais de equidade e inclusão social e políticas econômicas de gestão de diversidade podem se complementar (Bento, 2002:58). No final de contas, tanto a empresa como a sociedade ganham com a promoção de diversidade no setor privado.

Correlação entre desempenho dos negócios e a valorização de diversidade: Esses argumentos em favor da promoção de diversidade são persuasivos, mas será que a promoção de diversidade traduz em benefícios econômicos para as empresas que abraçam essa idéia? Pois, diversidade é apenas um de um leque de fatores que impacta a produtividade e a rentabilidade de uma empresa. Cox, autor do livro *Cultural diversity in organizations* (1994), diz que as diferenças de identidade individuais (tanto físicas como culturais) interagem como uma complexa gama de fatores individuais, grupais e organizacionais (o clima da diversidade) para determinar o impacto da diversidade nos resultados individuais e organizacionais (Fleury, 2000:20). Um aumento na diversidade nas organizações provoca-

rá impactos tanto em termos da eficácia organizacional como individual e o contexto organizacional é relevante para determinar se esse impacto será positivo ou negativo (*idem*).

A proposta não é simplesmente promover diversidade e pronto. Há uma ciência de gestão de diversidade que precisa ser estudada pelas empresas que assumem um compromisso com a promoção da diversidade para que seu impacto seja positivo. Segundo Maria Tereza Leme Fleury, da Faculdade de Economia e Administração da USP, o objetivo principal da gestão da diversidade racial é administrar as relações de trabalho, as práticas de emprego e a composição interna da força de trabalho a fim de atrair e reter os melhores talentos dentre os chamados grupos de minoria e adicionar valor à companhia (*ibidem*:21, 24).

Evidência empírica das empresas que efetivamente promovem e gerenciam diversidade tem mostrado que empresas que superam a discriminação, contratando e promovendo minorias e mulheres, são mais rentáveis (Ministério de Trabalho e Emprego, 2003:18). Por exemplo, num levantamento feito pela revista *Fortune*, as ações das 50 empresas americanas consideradas modelos de diversidade tiveram um desempenho muito superior à média do mercado de capitais (Vassallo, 6/9/2000:155). Segundo Christopher Wells, o analista de Investimentos Socialmente Responsáveis do Unibanco, “Não existe ainda nenhuma pesquisa científica que comprove a correlação entre empresas financeiramente bem-sucedidas e aquelas, social e ambientalmente responsáveis, mas verificamos que em mais de 50% dos casos, a relação é válida” (Instituto Ethos, 11/7/2001). Os critérios de avaliação das empresas e os procedimentos para ter acesso a esse capital variam muito, mas incluem a existência de mulheres na alta diretoria e os investimentos na diversidade (*ibidem*). A promoção da diversidade é uma das alavancas para melhorar o desempenho financeiro da empresa e atrair capital estrangeiro.

Diversidade e ação afirmativa: Concluindo essa seção, a promoção da diversidade significa considerar as diferenças como uma riqueza, como algo que adiciona valor na hora de tomar decisões, de realizar escolhas (Bulgarelli, 17/12/2003:slide 10). Olhar para a diversidade é também reconhecer que determinados grupos têm dificuldades históricas para se incluir na sociedade, diz a socióloga Rebecca Raposo, diretora executiva do Grupo e Institutos, Fundações e Empresas (Gife). “Eles terão de ser privilegiados por políticas sociais para que isso aconteça” (Loyola, 26/6/2003). Não há valorização de diversidade e mudanças reais na demografia interna

das empresas sem ações afirmativas (Bulgarelli, 17/12/2003:slide 20).

Ação afirmativa é o conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário concebidas com vistas à promoção de populações historicamente discriminadas e ao combate à discriminação.¹⁴ Requer um tratamento diferenciado a determinados grupos que se encontram em desvantagem na sociedade que não lhes permita ascender socialmente. “Ação afirmativa não é sinônimo de cotas. As cotas são não a única, mas uma das estratégias das ações afirmativas” (Soares *apud* Bellan, 2002:22). Segundo Ivanir dos Santos, presidente da ONG CEAP, “Ação afirmativa é a empresa investir, dar bolsas e qualificar seus quadros, direcionando-se à população negra” (Herculano, 24/11/2003:1). No final desse relatório, considero os pontos de vista das empresas quanto ao conceito e à prática de ação afirmativa.

Ação afirmativa não é uma fonte de discriminação, mas veículo para remover os efeitos da discriminação. Sueli Carneiro, fundadora e dirigente do Geledés – Instituto da Mulher Negra, diz que o princípio que orienta a adoção de políticas de ação afirmativa – e um de seus instrumentos, as cotas para negros – se baseia num imperativo ético e moral de reconhecimento das desvantagens historicamente acumuladas pelos grupos raciais discriminados numa dada sociedade, que sustentam os privilégios de que desfrutam os grupos dominantes e explicam as desigualdades de que padecem os dominados (Carneiro, 2002:12). O consultor Reinaldo Bulgarelli reforça essa perspectiva ao declarar que é fundamental que os programas de promoção da diversidade tenham como método as ações afirmativas, meio pelo qual se pretende: 1) corrigir as situações de desvantagem simbólicas e concretas enfrentadas por alguns segmentos da sociedade; 2) promover oportunidades iguais efetivamente para todos, tratando os desiguais de maneira desigual, ou seja, promovendo equidade (Bulgarelli, 17/12/2003:slide 11). Dadas as estatísticas apresentadas no início desse relatório, o uso de ações afirmativas e a inclusão de negros devem ser critérios básicos para qualquer programa de diversidade no contexto brasileiro (entrevista com Bulgarelli, 21/1/2004).

Estudos de caso

Tendências gerais. Meu levantamento identificou treze empresas com políticas e/ou práticas de promoção da diversidade que visam à inclusão de negros, entre outros grupos historicamente ex-

cluídos. Esses casos foram avaliados em três dimensões: história e discussão da diversidade, prática/mecanismos de promoção da diversidade racial, e os resultados/impactos da promoção da diversidade racial. Não incluo, nesse artigo, o resumo de cada iniciativa, mas gostaria de fazer algumas constatações sobre tendências de programas de diversidade e mencionar algumas empresas que adotaram cotas de contratação para negros.

Enquanto estava pesquisando as iniciativas de diversidade no setor privado brasileiro, constatei que, apesar da natureza ampla da palavra diversidade, o conceito de diversidade adotado por essas companhias é geralmente restrito a um ou dois grupos de pessoas historicamente discriminados no mercado de trabalho. Frequentemente, as mulheres e/ou os portadores de deficiência são o(s) foco(s) da iniciativa da diversidade. Seguem abaixo alguns exemplos:

Mulheres	Port. de Deficiência	(Múltiplo Grupos)
Avon	Avape	ACS (port. de def., mulheres, terceira idade)
General Electric	Prodram	Gelre (port. de def., presidiários)
Mercedes-Benz	White Martins	Intermédica (port. de def., terceira idade)

Durante a revisão da literatura e as entrevistas, muitas outras empresas foram citadas como tendo um compromisso com a diversidade, mas não consegui confirmar a existência de uma política e/ou prática de promoção da diversidade nessas empresas utilizando os recursos disponíveis.¹⁵ Pode-se dizer que as empresas com iniciativas de diversidade acham mais fácil promover a inclusão/ascensão de mulheres e portadores de deficiência do que a inclusão/ascensão dos negros. Parte da explicação é que as mulheres, equivalentes a 50,3% da população, representam 54,3% dos que têm nível superior — um dos requisitos essenciais de muitas empresas.¹⁶ Quanto aos portadores de deficiência, há uma lei que diz que todas as companhias com mais de cem funcionários estão obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com portadores de deficiência (Buchalla e Martins, 7/6/2000:118).¹⁷

Outra constatação do meu levantamento de iniciativas de diversidade é a existência de cotas de contratação em três empresas. Esses casos não foram analisados em detalhe porque duas das empresas não estão dentro do âmbito geográfico dessa pesquisa (São Paulo e Rio de Janeiro) e a outra empresa adotou cotas tão re-

centemente que não deu tempo para pesquisá-la. Por estes casos representarem um dos tipos de ação afirmativa, é importante incluí-los aqui.

Cotas para afrodescendentes nas empresas: Em 1999, a Prefeitura de Porto Alegre firmou um acordo com a rede de hipermercados Zaffari para que a empresa garantisse a contratação de no mínimo 5% de empregados negros como condição para uma nova loja na cidade (Heringer, 2000:315). O acordo diz que as vagas não poderão ser apenas em postos de menor remuneração (*idem*). A empresa Ford implantou uma fábrica em Camaçari, Bahia, em outubro de 2001, e estabeleceu uma meta mínima de 40% de mulheres e 70% de afrodescendentes em suas contratações, de acordo com a proporção desses grupos na população regional (Imprensa Ford, março de 2002:1-2). O presidente da Ford no Brasil, Antonio Maciel Neto, disse, “Estamos comprometidos com as ações afirmativas. Elas não são positivas só para os afrodescendentes, mulheres e deficientes; elas são benéficas para toda a sociedade” (*ibidem*:2). É importante anotar que a Ford procura reproduzir *no chão da fábrica* (ênfase minha), na medida do possível, a mesma composição cultural, étnica e sexual da região onde está instalada, diferente do acordo entre a Prefeitura de Porto Alegre e a rede Zaffari, que exige contratação não somente no nível funcional da empresa (Sigollo, 2001:149). O mais recente exemplo de cotas de contratação de negros ocorreu em São Paulo, em janeiro de 2004. Lá, um acordo entre o Sindicato dos Comerciantes, filiado à Força Sindical, fechou um acordo com a rede de lojas Camisaria Colombo estabelecendo que 20% das vagas da empresa serão para negros (*Diário de São Paulo*, 10/1/2004).

Conclusão

Resultados

Ao começar essa pesquisa, eu postulava que as únicas empresas com iniciativas de promoção da diversidade racial fossem subsidiárias de empresas estrangeiras, especificamente norte-americanas, e que essas filiais brasileiras só assumiram um compromisso com a promoção da diversidade racial porque a matriz exigiu a criação de programas desse tipo. Algumas das informações que eu colhi por meio da revisão de literatura e as entrevistas me surpreenderam. Para poder comparar as iniciativas e as empresas que as administram, criei uma matriz. Os nomes das empresas se

encontram na parte superior da matriz e, no lado esquerdo desta, os critérios de comparação estão baseados, em parte, nos Indicadores Ethos, uma ferramenta para avaliar responsabilidade social. Nos seguintes parágrafos, farei uma série de constatações sobre as tendências reveladas pela matriz e pelos estudos de caso. Concluirei minha análise apresentando minhas recomendações para as empresas atuais e futuras que querem realizar o *valor* (em termos éticos e econômicos) repleto de diversidade racial.

Observações

A maioria das empresas com uma iniciativa de promoção da diversidade racial estão sediadas nos Estados Unidos, e a maioria delas têm iniciativas em função de políticas/programas de diversidade na matriz. Chama a atenção o fato de que duas delas são empresas nacionais. Também foi interessante aprender que três das iniciativas são únicas e existem somente no Brasil. As outras três iniciativas são oriundas de um compromisso da empresa com a responsabilidade social empresarial (RSE).

Um estudo recente sugere que as preocupações de responsabilidade social com questões sociais e ambientais ajudam a sensibilizar a empresa para a diversidade. O IPEA fez um cruzamento dos dados da pesquisa *Ação Social das Empresas* com os da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) para saber se as empresas que praticam ação social contratam proporcionalmente mais negros; para as empresas que fazem algum tipo de ação social, a média é um trabalhador negro para dezessete brancos, e para as empresas que não fazem nenhum tipo de ação social essa relação é de um para 22 (GIFE, 11/11/2002). Entidades que defendem os interesses dos negros também desempenharam um papel importante ao colocarem em pauta o assunto da diversidade racial nas empresas. A partir de 1997, por iniciativa de membros do movimento negro, desenvolveram-se algumas ações que visavam ao contato com empresas norte-americanas que aplicavam políticas de diversidade em suas matrizes, mas discriminavam negros nas filiais brasileiras (Bento, 2000:27).

Retornando à matriz, a maioria das iniciativas de diversidade são recém-lançadas,¹⁸ e embora todas as empresas declarem que diversidade ou respeito às pessoas e/ou diferenças é um valor corporativo, a maneira como elas valorizam a diversidade racial varia bastante. Geralmente, as empresas procuram promover a diversi-

dade racial em uma ou mais de três áreas: recursos humanos, investimento social privado, e/ou compras. As duas na área de compras têm uma parceria com a ONG Integrare e valorizam a diversidade por apoiar as atividades da Integrare e compra bens e serviços de fornecedores cujos donos são negros ou membros de outras minorias (as chamadas EFIs — Empresas Fornecedores da Integração). Na área de Investimento Social Privado, quase metade apóia financeiramente bolsas de estudos e/ou programas de educação para jovens negros que geralmente oferecem oportunidades para fazer um estágio na empresa afiliada. Apesar de beneficiar um grupo relativamente pequeno de estudantes e fornecedores negros, tanto as iniciativas na área de compras como as na área de investimento social privado são compromissos de longo prazo. Neide Fonseca, do INSPIR, comentou que a maioria das iniciativas de diversidade nas empresas não altera a realidade e são tímidas em relação à magnitude do problema (entrevista com Fonseca, 15/12/2003). Mas John Jansen, da DuPont, sugeriu que se outras empresas tomassem essas iniciativas como um exemplo e fizessem a mesma coisa, faria uma diferença (entrevista com Jansen, 21/1/2004).

Recomendações

Não dá para dar uma receita para um programa de diversidade (entrevista com Bulgarelli, 21/1/2004). Mas, refletindo sobre os casos nessa pesquisa, posso oferecer algumas dicas para ingredientes importantes para iniciativas da promoção da diversidade racial. Organizei essas recomendações em quatro categorias, as mesmas utilizadas nos estudos de caso: História e Discussão, Prática, Impacto, e Comentários. Muitas das minhas recomendações são uma reflexão daquelas feitas pelo Instituto Ethos e incluem:¹⁹

- 1) criar um comitê/conselho de diversidade,
- 2) realizar treinamentos internos e externos (com fornecedores),
- 3) iniciar um diálogo/criar parcerias com entidades do terceiro setor e com outras empresas sobre e para a promoção de diversidade,
- 4) buscar alinhamento entre ações externas e ações internas na promoção da diversidade,
- 5) mensurar o número de minorias no quadro de funcionários,

- 6) estabelecer metas específicas de longo prazo para aumentar a presença dessas minorias na empresa em todos os níveis,
- 7) oferecer incentivos financeiros aos gestores para cumprirem essas metas,
- 8) adotar ações afirmativas.

História e Discussão: Analisando a história das treze empresas, muitas das iniciativas contaram com o apoio da direção da empresa durante as fases iniciais. Segundo o superintendente de FMC, “se os líderes da empresa não se convencerem de que a diversidade dá resultados melhores, o processo não caminha” (Vassallo, 6/9/2000:160). Além da direção, é fundamental que os outros funcionários estejam comprometidos com a promoção da diversidade. Para fazer isto acontecer, é preciso criar um corpo formal (um comitê ou um conselho de diversidade) que administre as atividades de promoção de diversidade, e realizar treinamentos regulares para sensibilizar os funcionários sobre o valor da diversidade (veja a próxima seção). Alguns dos papéis do comitê/conselho de diversidade são construir uma agenda e metas de acordo com a realidade da empresa e da comunidade em que está inserida, coordenar a implementação do programa, acompanhar e avaliar o progresso do programa, e revisar/aperfeiçoar as atividades para realizar os objetivos do programa.

Prática: Outro papel do comitê/conselho de diversidade deve ser organizar palestras, oficinas, fóruns e/ou treinamentos para sensibilizar os funcionários sobre culturas diferentes e sobre os benefícios da diversidade. Na minha opinião, eles são tão importantes para os resultados das iniciativas de promoção da diversidade quanto a direção, porque eles são responsáveis pela implementação das atividades. Se eles não forem convencidos do valor da diversidade, não vão implementá-la com muito vigor, e o resultado será muito menos do que esperado. Muitas empresas nessa pesquisa registraram dificuldades em realizar os objetivos das iniciativas de diversidade, e nos casos das filiais americanas não é incomum que as pessoas vejam nessa questão da diversidade a importação de um problema que não tem nada a ver com a realidade brasileira (Esteves, 1999:7). Para mudar esse ponto de vista, mais da metade das empresas realizaram treinamentos, palestras, e fóruns internos sobre diversidade e, em alguns casos, o foco da discussão foram os negros.

Algumas empresas foram além do público interno, visando engajar os fornecedores na promoção da diversidade. Na área de compras, IBM e DuPont informalmente encorajam os fornecedores a identificar e comprar das EFIs. A Fersol enviou uma exigência formal às empresas terceirizadas pedindo que lhe enviassem currículos de candidatos negros, e o CPFL realiza oficinas práticas com seus fornecedores para ajudá-los a diversificar suas fontes de recrutamento para que haja mais candidatos das minorias. O ABN-Amro/Banco Real foi a primeira empresa a criar um banco de currículos de candidatos negros e, assim como a Fersol e o CPFL, divulgam suas vagas pelas entidades negras, fontes nas quais essas empresas anteriormente não buscavam candidatos.

Entidades negras não devem ser vistas apenas como meios de divulgação de oportunidades, mas como parceiros potenciais na promoção da diversidade. Além das parcerias existentes entre entidades negras e empresas, Kodak e IBM estão construindo novas parcerias com o Afrobras e o QualiAfro, por exemplo.²⁰ As empresas podem e devem iniciar um diálogo com entidades negras e com outras empresas com o objetivo de disseminar a cultura de promoção da diversidade racial no setor privado. A Shell, por exemplo, possui um Grupo Empresarial de Valorização da Diversidade que tem representantes de 35 empresas diferentes e fazem três reuniões por ano. O professor Hélio Santos, do CEERT, e um representante do QualiAfro falaram sobre estratégias para a inclusão dos negros nas empresas durante uma reunião recente (entrevista com Kepler, 4/2/2004). Diálogos e parcerias deste tipo sugerem que a promoção da diversidade não tem necessariamente que ser um processo de cima para baixo, mas que pode ser de baixo para cima.

Minha última recomendação com respeito à promoção da diversidade na prática é que as empresas busquem um alinhamento entre suas ações internas e externas com relação à promoção da diversidade. Se a diversidade é um valor da empresa, ela deve ser difundida por todas as áreas da empresa e deve marcar a forma de agir da organização em sua totalidade. Olhando para a matriz na categoria de recursos humanos e a de investimento social privado, vemos que empresas como DuPont e Kodak apoiam programas bolsa-estágio para jovens negros e, dentro da empresa, têm corpos formais e informais de diversidade e realizam atividades de sensibilização sobre diversidade. Por outro lado, empresas como Dow, Fundação BankBoston e Xerox também investem em programas de educação fora da empresa, mas não têm, dentro dela, corpos

estruturados, nem atividades voltadas para a promoção da diversidade.

Ivanir Santos, do CEAP, diz que não basta investir na diversidade fora da empresa e não promover diversidade dentro da empresa também (entrevista com Santo, 2/2/2004). O consultor Reynaldo Bulgarelli fez comentários semelhantes, dizendo que é requisito para uma empresa investir num grupo historicamente discriminado fora da empresa e não contratar membros daquele grupo para trabalhar dentro da empresa (entrevista com Bulgarelli, 21/1/2004). Dois dos entrevistados acharam que as atividades comerciais da Monsanto com transgênicos são contraditórias ao conceito de responsabilidade social e à iniciativa de diversidade da empresa, o Projeto Afro-Brasileiro (entrevistas com Fonseca e Oliveira, 15/12/2003 e 15/1/2004, respectivamente).

Das empresas incluídas nessa pesquisa, quem mostrou o melhor alinhamento entre o valor, o discurso e a prática da promoção da diversidade racial foi a DuPont, com atividades em todas as áreas de atuação identificadas: recursos humanos, investimento social privado e compras. Por outro lado, tem a Levi's. Apesar de ter políticas de valorização da diversidade, a Levi's realizou poucas atividades para concretizar a diversidade e nem tem material escrito sobre o assunto porque, segundo representantes de recursos humanos, "[a diversidade] é algo muito natural na Levi's" (entrevista com Padilha e Staich, 27/1/2004).

Impacto: Minhas recomendações para melhorar o impacto das atividades de promoção da diversidade dizem respeito à mensuração e aos incentivos à diversidade racial. Na segunda subcategoria de recursos humanos da matriz, vemos que além de estimular a participação dos negros nos programas de estágio e de capacitação dentro da empresa, mais da metade das empresas sabem o número de funcionários negros, mas nem sempre monitoram mudanças nesse número e/ou não sabem em que patamar da hierarquia os negros estão. Duas empresas, a Fundação BankBoston e a Levi's, não medem o número de funcionários negros porque acham que isso seria discriminatório.

Ainda estamos longe da igualdade porque as empresas têm medo de corrigir a situação, pensando que estão discriminando por pedir aos seus funcionários que indiquem sua cor/raça (Herculano, 22/7/2002). Para saber seu desempenho na promoção da diversidade, o Instituto Ethos diz que é fundamental "realizar um acompanhamento das informações a respeito de seus empregados, identificando as discrepâncias e mudanças nas situações compara-

tivas de mulheres, negros ou outros grupos relevantes para a empresa” (Instituto Ethos, dezembro de 2003:28). Segundo Reinaldo Bulgarelli, “uma organização que divulga a idéia de que somos todos diversos não tem problemas em identificar as pessoas, nem as pessoas se sentem ameaçadas com isso” (Herculano, 22/7/2002). O primeiro passo para uma iniciativa de promoção da diversidade deve ser saber quantos são e em que nível estão os funcionários de grupos historicamente discriminados.

Para garantir que a iniciativa da diversidade alcance seus objetivos, é preciso estabelecer metas específicas de longo prazo e oferecer incentivos concretos para as pessoas responsáveis pela implementação das atividades. Por isso, o Instituto Ethos recomenda que as empresas adotem a diversidade como um parâmetro orientador das políticas de desenvolvimento e remuneração das pessoas da empresa (Instituto Ethos, dezembro de 2003:28). Para duas empresas, IBM (compras) e Monsanto, o desempenho na promoção da diversidade é um dos parâmetros da avaliação periódica dos gestores (*idem*). No caso da IBM, o gerente de compras Brasil tem um objetivo anual para a diversidade entre os fornecedores (o número de EFIs – Empresas Fornecedoras de Integração) que aumenta a cada ano, e uma parte de seu bônus depende do cumprimento dessa meta. É impressionante observar que quem alcançou os melhores resultados na promoção da diversidade dentro da empresa é uma empresa brasileira — a Fersol. Trinta e oito por cento dos funcionários da empresa são negros.

Comentários: Terminei este relatório com algumas constatações sobre os comentários dos entrevistados. Quando perguntado sobre as justificativas da promoção da diversidade, a maioria citou os benefícios econômicos. Duas exceções foram a Dow, que mencionou solidariedade, e a Fersol, que falou da necessidade de corrigir uma injustiça de séculos quanto ao gênero e à raça. No final das contas, os motivos importam menos do que as ações concretas das empresas e a inclusão efetiva dos negros e outros grupos historicamente discriminados no mercado de trabalho.

Os comentários dos entrevistados refletem uma certa nebulosidade sobre o que constitui ação afirmativa na prática. Essa pesquisa constatou várias práticas empresariais voltadas especificamente para os negros,²¹ mas, na minha opinião, poucas delas podem ser chamadas ações afirmativas. Por exemplo, a incubação/tutoria de fornecedores ou estagiários negros mencionada por algumas empresas já fazia parte do trabalho delas com fornecedores e estagiários independentemente do perfil deles, e não tinham/têm

como objetivo a superação das desvantagens historicamente acumuladas pelos grupos raciais discriminados. Considerando o segundo critério de ação afirmativa – tratamento desigual dos desiguais – para favorecer somente a mulheres ou negros em casos de empate, não passa por ação afirmativa. Uma das maneiras para tratar de uma maneira desigual os desiguais é reservar vagas para pessoas dos grupos historicamente discriminados, mas nenhum dos entrevistados aprovou da idéia de cotas. A DuPont declarou que cotas representam uma desigualdade necessária para que haja condições de igualdade, mas não tem cotas de contratação. Por outro lado, a IBM reforça cotas para portadores de deficiência (em função da lei), mas nunca adotou cotas para outros grupos.

Então, o que é ação afirmativa, na prática? Na minha opinião, programas como o Programa Afro-Brasileiro, da Monsanto, o Geração XXI, da Fundação BankBoston, e o Afro-Ascendentes, do Instituto Xerox, podem ser qualificados como ação afirmativa. São investimentos sociais privados, dirigidos aos negros com o objetivo de dar-lhes condições para superar as barreiras históricas e contemporâneas na sociedade brasileira.

Dentro de uma empresa, posso citar um exemplo de ação afirmativa na prática: a Fersol montou um banco de dados com currículos de mulheres, negros, portadores de deficiências e de pessoas com mais de 45 anos; cada nova vaga que a empresa abrir é oferecida prioritariamente para as pessoas qualificadas desses grupos. Se a vaga não for preenchida, só então é divulgada para outras pessoas (Instituto Ethos, janeiro de 2002). Na hora de contratação, a Fersol segue uma regulamentação interna para privilegiar pessoas historicamente excluídas na seguinte ordem: 1º) mulheres; 2º) negros/afrodescendentes; 3º) portadores de talentos especiais; e 4º) pessoas com mais de 45 anos), mesmo quando o candidato com esse perfil seja menos qualificado que um candidato com um perfil tradicional. Por exemplo, se tivesse um candidato tradicional com 100 pontos e outro candidato geralmente excluído com 80 pontos, a Fersol vai selecionar o candidato excluído. Se o candidato excluído tivesse 50 pontos, é provável que a Fersol não desse preferência ao segundo candidato (entrevista com Manchesski e Haradom, 6/2/2004).

Hoje, na Fersol, pessoas de grupos historicamente discriminados estão representadas nas seguintes porcentagens: mulheres – 71%; negros – 38%; portadores de talentos especiais – 3%; e pessoas com mais de 45 anos – 20%.²² A razão de a Fersol ter obtido resultados tão impressionantes na promoção da diversidade se deve a

que a empresa adotou ações afirmativas. Essa evidência empírica reforça a declaração feita no final da primeira seção desse relatório: não há promoção de diversidade sem ação afirmativa.

Conclusão

Concluindo, é fácil dizer que não discrimina e que valoriza a diversidade, mas colocar esse valor na prática e realmente diversificar o quadro de funcionários são tarefas bastante difíceis. Os comentários dos entrevistados refletem essa dificuldade; segundo Wagner Celeste — Gerente de Recursos Humanos da CPFL, “iniciar um programa não quer dizer iniciar uma prática, há uma dificuldade/distância entre a proposta e a prática. O CPFL não tinha noção da profundidade do processo de criar um programa de diversidade” (entrevista com Celeste, 20/1/2004). E o superintendente de FMC disse, “quem aposta na ação afirmativa tem de estar preparado para despertar conflito e lidar com frustrações” (Vassallo, 1995:74). Não é fácil para uma corporação madura, com pouca diversidade, mesclar-se rapidamente (Zachary, 6/9/2000). É um processo lento de mexer na estrutura e processos internos das empresas para que haja mais diversidade (Bulgarelli, 17/12/2003). Uma mudança nesse sentido não acontece do dia para a noite, é um processo de longo prazo (Somoggi, novembro de 1999:114).

Mas há que acreditar que enfrentar essas dificuldades e frustrações vai valer a pena. Apostar na diversidade, e especificamente na diversidade racial, é contribuir para uma sociedade mais justa e uma economia mais competitiva. Parabenizo essas treze empresas que estão caminhando nesse sentido. Tomara que minha pesquisa contribua para o aperfeiçoamento e expansão das suas iniciativas e inspire outras empresas a abraçarem o *valor*, tanto ético como econômico, da diversidade.

Notas:

1. O método de determinar a cor no Brasil é autodeclaratório; a pessoa define sua cor ou raça. As categorias utilizadas são as de IBGE: preto, pardo, branco, índio, e amarelo.
2. A segunda estatística vem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.
3. Pesquisa realizada em 1998 pelo INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados, e DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos.

4. O Instituto Ethos é uma associação sem fins lucrativos, que visa mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável. Site: <http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>.
5. As não-respostas à pergunta sobre cor ou raça dos funcionários oscilaram entre 23% e 27%. Isso indica haver certa dificuldade nas empresas para tratar do assunto (Instituto Ethos dezembro 2003: 15). As empresas também têm tido dificuldade em cumprir a Portaria do Ministério do Trabalho (1.470/99) que determina que o empregador deve informar raça/cor dos empregados na declaração da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, Bulgarelli julho 2002: 11). É um censo que todas as organizações deve preencher anualmente 1999 foi o primeiro ano em que o quesito raça/cor foi incluído no formulário (GIFE, 11/11/2002). A inclusão da raça/cor no formulário foi questionada como uma prática racista (Herculano, 22/07/2002; Bulgarelli, 17/12/2003).
6. Essas empresas são: Variglog, Citibank, e Fundação BankBoston. "Segundo Dagoberto Campigoto do RH [de Variglog], houve algumas iniciativas sobre o assunto na empresa, mas não tiveram continuidade. E não havia nada muito estruturado. Quem cuidava disso era uma subgerente, Renata Cota, que se especializou no tema. Mas ela saiu da empresa para desenvolver um trabalho sobre diversidade numa universidade em New Orleans, nos EUA, focalizando a América Latina". (e-mail de Benjamin S. Gonçalves. Gestão da Informação, Instituto Ethos, São Paulo, no dia 27/11/2004).
7. Palavras de um dos representantes das empresas participantes do Encontro Tripartite sobre Implementação de Políticas Voltadas à Diversidade em São Paulo em 1996.
8. Palavras de Felipe Westin, então diretor de recursos humanos de Monsanto.
9. Site: <http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>.
10. Site: <http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>.
11. Combate à discriminação é aqui justificada pela ética, mas poderia ser justificada por razões econômicas também, pois discriminação causa prejuízos econômicos. Segundo Sueli Carneiro, a urgência em implementar políticas para promover a igualdade racial no país atende a um imperativo de ordem econômica, na medida em que a exclusão dos negros do desenvolvimento conduziu o Brasil a uma situação de aleijamento de metade de sua população dos processos de desenvolvimento—comprometendo a capacidade competitiva do país diante de outras nações do mundo, numa conjuntura em que um dos principais ativos econômicos é uma base social ampla, educada, em condições de se apropriar do desenvolvimento cultural e tecnológico, que resulta em maior produtividade, maior competitividade, e melhores condições de consumir (Carneiro 2002: 13-14.).
12. Fonte original: Instituto Ethos (dezembro 2003:26-27).
13. Segundo Oded Grajew, fundador do Instituto Ethos, estudos mostram que as empresas que usam a responsabilidade social apenas como marketing correm grandes riscos. Elas vão enganar durante determinado tempo, mas quando esse engano é revelado os resultados são danosos (Observatório Social outubro 2003: 42). Neide Fonseca do INSPiR mencionou dois casos interessantes. Banco Itaú lançou cheques com foto de famílias negras, mas raramente contratam negros para trabalhar no banco. Ela falou que Ceda introduziu produtos de beleza negra, mas utilizou termos in-

- sultantes como “cabelos negroides” durante a pesquisa que levou a criação dos produtos (Entrevista com Fonseca no 15/12/2003).
14. “Ação Afirmativa Atitude Positiva” 2003 (folheto).
 15. Iniciativas de diversidade não identificadas: Banco Chase Manhattan, CIA, Citibank, Coca-Cola, Compaq, Cummins, Elma Chips, General Motors, Gessy Lever, Intel, Johnson & Johnson, JP Morgan, Lucent, Motorola, Natura, Novatis-Agro, Pão de Açúcar, Procter & Gamble, Seiko, e Wal-Mart.
 16. Escóssia (3/12/2003). Segundo dados do IBGE, citado durante entrevista com Pacheco, em 16/12/03.
 17. Esta lei, de 1999, nem sempre é cumprida.
 18. A iniciativa da Monsanto, o Projeto Afro-Brasileiro, é uma das mais antigas e precedeu à iniciativa do programa Geração XXI, da Fundação BankBoston, que muitos chamavam a primeira iniciativa empresarial de ação afirmativa para negros, por cinco anos.
 19. Duas referências excelentes do Instituto Ethos são: “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” (dezembro 2003); e “Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade” (setembro de 2000).
 20. As parcerias existentes incluem: Integrare com DuPont e IBM, Geledés com a Fundação BankBoston e o Instituto Xerox, CEAP com o Instituto Xerox, e Banco Real com o CEERT.
 21. Atividades observadas: diversificação das fontes de recrutamento e seleção (através de divulgação de vagas para entidades negras, oficinas de sensibilização para os fornecedores/empresas terceirizadas, e pedidos formais [às empresas terceirizadas ou nos anúncios de jornais] para candidatos negros), fóruns ocasionais que convocam funcionários e representantes de entidades negras, comemoração de feriados de interesse da comunidade negra (Dia Nacional da Consciência Negra, Dia Internacional de Combate ao Racismo etc.), criação de um banco de currículos de candidatos negros e encaminhamento desses currículos para diretores regionais, e tutoria de fornecedores ou estagiários negros, investimento social privado em programas de capacitação/educação para negros etc.
 22. Entrevista com Manchesski e Haradom, da Fersol, 6/2/2004. Os números aqui apresentados somam mais que 100% porque alguns funcionários pertencem a mais de um grupo.

Referências Bibliográficas

- ABRAHÃO, Júlia I. e ALMEIDA, Angela M.O. (1999). *Diversidade: gestão e capacitação da força de trabalho*.
- ALEXIM, J. (1999). “A diversidade no âmbito da educação profissional e do mercado de trabalho”. *Revista Internacional do Trabalho*. Brasília, Ed. Projeto OIT/TEM.
- . (1999). *As questões de diversidade e o papel da educação profissional*. Brasília, OIT.
- ALMADA, Sandra (2003). “Mãos à obra: empresários negros driblam dificuldades e com muito trabalho começam a trocar salários por lucros como empreendedores de sucesso”. *Raça*, Ano 7, nº 71, novembro/dezembro, pp. 58-62.

- AMCE (2003). "Valorização, promoção e gestão da diversidade". São Paulo, AMCE. Site: www.amce.com.br/comoãtuamosãderalhe.asp?atuãID=9, seção Como Atuamos.
- BANCO REAL. Site: www.bancoreal.com.br, seções Responsabilidade Social e Oportunidades.
- BARBOSA, L. (2001). "A diversidade no seu devido lugar". In C. Vassallo, *Guia Exame de boa cidadania corporativa*. São Paulo, Editora Abril, v. 754, pp. 40-42.
- BASF (2003). "BASF lança conceito de diversidade no Brasil". *Informativo Gerencial: Edição Especial*. São Bernardo do Campo, julho. Documento interno.
- (2003). "Diversidade, a química da diferença". *BASF Notícias*, Ano XXVI, nº 301, novembro/dezembro, p. 14 (jornal da empresa).
- (2003). "Visão EC Missão". São Bernardo do Campo, Folheto.
- (2003). "Visão 2010, valores e princípios do Grupo BASF". São Bernardo do Campo, Folheto.
- BELLAN, Ana Clara (2002). "Diversidade e discriminação". In J. Dias & L. Freire (orgs.), *Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho. Ensaios e reflexões*. Brasília, OIT, pp. 15-24.
- ; ALEXIM, João Carlos; DIAS, Jussara & FREIRE, Luciene (orgs.) (2002). *Referencial de planejamento: diversidade e educação profissional*. Brasília, OIT.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva (2002). *Pactos narcísicos: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Dissertação de Doutorado, São Paulo, Instituto de Psicologia de São Paulo, 169 pp.
- (2002). "Raça-Cor/Etnia: reflexões sobre programas de diversidade no Brasil". In J. Dias e L. Freire (orgs.), *Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho: ensaios e reflexões*. Brasília, OIT, pp. 49-61.
- (2000). "Tratamento da diversidade na área de recursos humanos". *Gênero no Mundo do Trabalho, I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil, Fundo para a Equidade de Gênero, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA)*. Brasília.
- (2000). "Igualdade e Diversidade no Trabalho". In M. A. da S. Bento (org.), *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo, Casa do Psicológico, pp. 11-32.
- (1999). "Igualdade e diversidade no trabalho". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Ano 5, nº 10, pp. 121-133.
- (1998). "Os psicólogos de RH: a igualdade e a diversidade no trabalho". *Jornal do Federal. Ciência & Ética*, Ano XIII, nº 56, dezembro, p. 6.
- (1998). *Racismo no trabalho: o lugar do movimento sindical e do Estado*. São Paulo, mimeo.
- & CASTELAR, Marilda (orgs.) (2001). *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo, Conselho Regional de Psicologia.
- BUCHALLA, Anna Paula e MARTINS, Juliana (2000). "Cotas de 10% — Empresas multinacionais estão reservando vagas para minorias. Principalmente Negros". *Veja*. Ano 33, nº 23, 7 de junho, pp. 118-119.
- BULGARELLI, Reinaldo (consultor de AMCE Negócios Sustentáveis) (2003). Apresentação na oficina "Políticas de Valorização da Diversidade no Trabalho: constru-

- indo uma agenda". Seminário "Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial". São Paulo, SESC Vila Mariana, 16 e 17 de dezembro. Coordenação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.
- (2002). "A diversidade e a empresa moderna". São Paulo, AMCE, janeiro. Site: www.amce.com.br/opinios.htm, seção Valorização de Diversidade.
- (2002). "Valorização, promoção e gestão da diversidade: desafios para as organizações no século XXI". São Paulo, AMCE, julho. Site: www.amce.com.br/opinios.htm, seção Valorização de Diversidade.
- (2001). "Paz, tolerância e diversidade". Conferência Magna: IV Conferência dos Direitos da Criança do Adolescente do Ceará. Fortaleza, AMCE, outubro. Site: www.amce.com.br/opinios.htm, seção Valorização de Diversidade.
- (2001). "Diversos somos todos". (Folheto resumindo uma palestra). São Paulo, Banco Real/ABN-Amro, novembro.
- (s/d). "Diversidade e responsabilidade social das empresas". UNESCO, Seminário Nacional Cultura de Paz, Transdisciplinaridade e Direitos Humanos: Cultura e Paz – Distintos Olhares. São Paulo: Fundação BankBoston. Site: www.amce.com.br/opinios.htm, seção Valorização de Diversidade.
- CAMPOS, Stela (2002). "Descobrimos os melhores talentos entre os que têm menos oportunidades". *Valor Econômico*, 22 de janeiro.
- CARBONE, Geraldo (Presidente do BankBoston Brasil). "O poder da diversidade". *Revista Exame*.
- CARNEIRO, Sueli (2002). "Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial". *Reflexão*, Ano 3, nº 8, setembro.
- CEAP (2003). "Ação afirmativa, atitude positiva". Rio de Janeiro, CEAP, folheto.
- CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Site: www.ceert.org.br
- CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola (2003). "Parceria CIEE e Monsanto Fund/Projeto Afro-Brasileiro/Exercício de 2003 – 1º Semestre". São Paulo, CIEE. Relatório interno do progresso do programa.
- (2000). "Parceria para desenvolver talentos". *Agitação*, Ano VI, nº 34, julho/agosto, pp. 43-45, publicação do CIEE Nacional.
- CIEDS (2003). "Afro-ascendentes". Site: www.cieds.org.br/estatico.asp?arq=projetoafroascendentes, seção Projetos/Educação para o Desenvolvimento.
- CPFL (2004). *Expresso: Jornal da CPFL Energia*, Ano 2, n. 67, 9 de janeiro (documento interno).
- (2003). "Esta é uma empresa que valoriza a diversidade". Site: www.cpfl.com.br/new/conhecaenergia/recursos.asp
- (2003). *Respeito às diferenças: Programa CPFL de valorização da diversidade*. Campinas, CPFL, folheto.
- (2002). *Código de ética e de conduta empresarial*. Campinas, CPFL, setembro, folheto.
- DUPONT (2002). "Integrare". São Paulo, Dupont. Site: www.dupont.com.br/public/port/compromisso/projeto/#16 (seção Compromisso Social/ Projetos Sociais).
- (2002). *Balanco social 2002*. São Paulo, Printon Gráfica & Editora.

- ESCÓSSIA, Fernanda da. "Só 5,8 milhões têm curso superior no Brasil". *Folha de S. Paulo*, 3 de dezembro.
- ESTEVES, Sérgio A. P. (1999). *Diversidade nas organizações, uma visão atualizada*. Brasília, OIT/Mtb/CERT/Div. OIT.
- EXAME. *Guia de Boa Cidadania Corporativa*. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2002.
- FELISBERTO, Fernanda & DRUMOND, Kátia (2003). "Camélias pela inclusão: mais oportunidades para a população negra". *Afirma: Revista Negra Online*, 17 de novembro. Site: www.afirma.inf.br/camelias.htm
- FISCHER, Rosa Maria (s/d). *O desafio da colaboração. Práticas de responsabilidade social entre empresas e o terceiro setor*. São Paulo.
- FLEURY, Maria Tereza Leme (2000). "Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 40, nº 3, julho/setembro, pp. 18-25.
- FONSECA, Neide (s/d). "Brasil e as ações afirmativas: a nossa luta faz a lei". São Paulo, INSPIR.
- FRANCO, Simon (2000). "Combata o preconceito: exclusão é arraso. Deve ser refutada coletiva e individualmente". *Exame*, 28 de junho, p. 131.
- FOLHA DE S. PAULO. (2003). "Desigualdades", 8 de maio.
- FOLHA DE S. PAULO/O ESTADO DE S. PAULO (2003). "Faculdade terá 45% de vagas para negros e promete mensalidades mais baixas", 14 de maio.
- FUNDAÇÃO BANKBOSTON (2003). "Geração XXI". Site: www.bankboston.com.br/fundacao/projageracao.asp, seção "Projetos".
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações, e Empresas (2002). "Discriminação racial é menor nas empresas que investem no social". São Paulo: redeGIFE, 11 de novembro. Site: www.gife.org.br
- (2002). "Diversidade. O investimento social precisa de mais incentivo". São Paulo, redeGIFE, 22 de julho. Site: www.gife.org.br
- (2002). "GIFE promove oficinas sobre investimento social privado e diversidade de gênero e raça". São Paulo, redeGIFE, 22 de julho. Site: www.gife.org.br
- (2002). "Marta Suplicy fala sobre diversidade em Encontro do GIFE". São Paulo, redeGIFE, 4 de março. Site: www.gife.org.br
- GROTTERA (1996). *Qual é o pente que te penteia?: o perfil do consumidor negro no Brasil*. São Paulo, GROTTERA.
- HARVARD BUSINESS REVIEW (2001). *Harvard Business Review on managing diversity*. Cambridge, MA, Harvard Business School Press.
- HENRIQUES, Ricardo (2003). "Silêncio – o canto da desigualdade racial". Rio de Janeiro, IETS, 20 de novembro. Site: www.iets.org.br, seção Desigualdade e Pobreza/Ponto de Vista.
- (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília, IPEA, julho.
- HERCULANO, Mônica. "Ações pela diversidade estão mais no conceito do que na Prática". São Paulo, redeGIFE, 24 de novembro. Site: www.gife.org.br
- (2002). "Diversidade aumenta criatividade de equipes em empresas e organizações da sociedade civil". São Paulo, redeGIFE, 22 de julho. Site: www.gife.org.br

- HERINGER, Rosana (2003). "The challenge of practice: affirmative action and diversity programs in Brazil and the U.S.". Washington, DC, Woodrow Wilson Center, setembro.
- (2003). "Promoção da igualdade racial no Brasil: 2002-2003". *Tempo e Presença*, Ano 25, nº 330, julho/agosto. Suplemento Especial, pp. 1-12.
- (2001). "Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, julho/dezembro, pp. 291-334.
- (1999). *A cor da desigualdade. Desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro, Aerographic.
- IMPRESA FORD (2002). "Programa de diversidade da Ford é citado como exemplo". São Paulo, Ford, março. Site: www.ford.com.br/institucional/noticias/124.asp.
- INSTITUTO ETHOS (2003). "Padaria Saint Germain é 'Top 30' por valorizar funcionários e apoiar comunidade". São Paulo, Instituto Ethos, 17 de abril. Site: www.ethos.org.br
- e Ibope Opinião, em parceria com FGV-SP, Ipea, OIT, e Unifem (2003). *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*. São Paulo, Instituto Ethos, dezembro.
- (2002). "Fersol aposta na contratação de pessoas de grupos excluídos para crescer". São Paulo, Instituto Ethos, 20 de janeiro. Site: www.ethos.org.br, veja Banco de Práticas/Público Interno/Attitude, p. 1-3).
- , Ipea, OIT, Unifem e FGV-EAESP (2002). *Perfil social, racial e de gênero das diretorias das grandes empresas brasileiras*. São Paulo, Instituto Ethos, janeiro (panfleto).
- (2002). "Valorização da diversidade faz parte da cultura da Dupont". São Paulo, Instituto Ethos, 16 de janeiro. Site: www.ethos.org.br, veja Banco de Práticas/Público Interno/Casos (pp. 2-26).
- (2002). "Dupont investe na promoção de minorias". São Paulo, Instituto Ethos, 1 de novembro. Site: www.ethos.org.br
- (2002). "BankBoston busca melhorar condições de competição dos jovens negros na sociedade". São Paulo, Instituto Ethos, 13 de março. Site: www.ethos.org.br
- (2001). "Mulher é questão de primeira importância na política da Fersol". São Paulo, Instituto Ethos, 31 de julho. Site: www.ethos.org.br
- (2001). "Analistas recomendam compra de ações de empresas socialmente responsáveis". São Paulo, Instituto Ethos, 11 de julho. Site: www.ethos.org.br
- (2000). "Ford do Brasil investe na diversidade e difunde trabalho comunitário". São Paulo, Instituto Ethos, 8 de novembro. Site: www.ethos.org.br
- (vários autores) (2000). *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*. São Paulo, Instituto Ethos, setembro.
- (2000). "Projeto Geração XXI". São Paulo: Instituto Ethos, 1 de setembro. Site: www.ethos.org.br, ver Banco de Práticas/Public Interest/Attitude, pp. 2-25).
- INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. Site: www.inspir.org.br
- (2004). "Afinal, o que são ações afirmativas?". *Revista Inspir-Ação*, dez/jan/fev.
- (2002). *Igualdade: Viver sem preconceitos*. São Paulo, Editora Raiz da Terra Ltda.
- (s/d). *INSPIR: Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial* (folheto bilíngüe). São Paulo, Brasil Editora.

- (1999). *Mapa da população negra no mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Centro de Solidariedade AFL-CIO, outubro. Relatório completo (133 páginas) e versão popular (26 páginas).
- INTEGRARE: Centro de Integração de Negócios. Site: www.integrare.org.br
- (2003). *Welcome to Brasil*. São Paulo, Integrare, novembro.
- JORNAL DE PSICOLOGIA (1999). "Diversidade Mostra que o Preconceito é Improdutivo". São Paulo, Ano 17, nº 118, setembro/outubro, p. 15.
- KLISKSBERG, B (1997). *O desafio da exclusão*. São Paulo, Ed. Fundap, p. 25.
- KODAK (2002). "Kodak brasileira lança Fórum da Diversidade no Brasil". São José dos Campos, Kodak, 22 de janeiro. Site: wwwbr.kodak.com/country/BR/pt/novidades/noticiasLocais/teforum.shtml.
- LOYOLA, Leandro (2003). "Desafio da inclusão é superar dificuldades históricas". *Valor Econômico*, 26 de junho, p. F-1.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2003). *Núcleos de promoção da igualdade de oportunidade e de combate à discriminação no trabalho*. Brasília, MTE, Assessoria Internacional.
- /Ministério da Justiça/OIT (1996). *Encontro tripartite sobre implementação de políticas voltadas à diversidade*. São Paulo, OIT/MJ/MTE, outubro.
- MONSANTO (2003). *Perfil Monsanto do Brasil*. São Paulo, Babenko/Activa Design, agosto.
- (s/d) "Monsanto e a Comunidade". Site: www.monsanto.com.br/institucional/index.htm (seção Institucional).
- MONTEIRO, Jorge Aparecido (2003). "Jorge Aparecido Monteiro defende o fortalecimento do empreendedorismo negro no Brasil". São Paulo, Instituto Ethos, 11 de novembro. Site: www.ethos.org.br/sistemas/comunicacao/noticias/vnoticia-saïmp.asp?destaque=5359.
- (2003). "Empresários negros e desigualdades de oportunidades". *Conexão Negra*, Ano 1, n. 2, p. 12.
- (2001). *O empresário negro. Histórias de vida e trajetória de sucesso em busca da afirmação social*. Rio de Janeiro, OR Editorial.
- (1989). "A questão racial e a administração de recursos humanos nas empresas brasileiras". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 29, n. 1, pp. 53-59.
- MONTEIRO, José Pinto & BRILHANTE, Vandrê (2002). *Afro-ascendentes: uma proposta de ascensão para o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Xerox/CIEDS.
- MYERS, Aaron (2002). *The emergence of affirmative action in Brazil*. Tese de mestrado, New York, Columbia University School of International & Public Affairs (SIPA).
- OBSERVATÓRIO SOCIAL (2003). "Com a palavra, os atores sociais". *Responsabilidade Social Empresarial*. Florianópolis, BANGRAF, outubro, ano 2, n. 4, pp. 37-43.
- (2002). *ABN Amro: Comportamento Social e Trabalhista*. Florianópolis: BANGRAF, novembro.
- OIT/MTb (1998). *Brasil, gênero e raça. Todos unidos pela igualdade de oportunidades. Discriminação: teoria e prática*. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, OIT/MTb.

- OLIVEIRA, Lúcia Helena; PORCARO, Rosa Maria & ARAÚJO, Tereza Cristina N. (1985). *Lugar do negro na força do trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE.
- OLIVEIRA, Maurício (2000). "Mercado de trabalho já valoriza as minorias". *Gazeta Mercantil*, 19, 20, e 21 de maio.
- PACHECO, Edmundo Dantes (2002). "KBL diversity initiatives" (apresentação de PowerPoint, em inglês). São José dos Campos, Kodak (Documento interno).
- PADILHA, Darcilene (2000). "A experiência da Levi Strauss no Brasil". In M. A. da S. Bento (org.), *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo, Casa do Psicólogo Pgs. 185 – 194.
- PIZA, Edith (2000). "O teto de vidro ou o céu não é o limite". In M. A. da S. Bento (org.), *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 99-122.
- QUALIAFRO. Site: www.portalafro.com.br/qualiafro/qualiafro.htm.
- ROSENBERG, Cynthia (2002). "Dow: com sotaque". *Guia de boa cidadania corporativa*. São Paulo, Editora Abril, dezembro, pp. 42-43.
- SANTOS, Helio (2003). "Sustentabilidade e diversidade". Apresentação no lançamento do Programa CPFL de Valorização da Diversidade. Campinas, SP, 18 de dezembro (documento interno de CPFL).
- SANTOS, Helio (2003). Apresentação na oficina "Políticas de valorização da diversidade no trabalho: construindo uma agenda" no seminário "Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial", 16 e 17 de dezembro. São Paulo, SESC Vila Mariana. Coordenação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.
- SCHARF, Regina (2001). "ONG vai certificar empresas de negros e de minorias". *Gazeta Mercantil*, 16 de agosto, p. A-8.
- SILVA, Cidinha da (org.) (2003). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo, Summus.
- SILVA, Jorge da (2001). "Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho, e participação no poder". In A. Vogel (org.), *Trabalhando com a diversidade no PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador): raça/cor, gênero, e pessoas portadores de necessidades especiais*. São Paulo, UNESP/OREAL/MTE/FAT/FLACSO.
- SILVA, Márcia Regina de Lima (2001). Serviço de "branco", serviço de "preto". Um estudo sobre "cor" e trabalho no Brasil urbano. Tese de doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS.
- SILVA JR., Hédio (2000). "Ação afirmativa na Constituição de 1988". In M. A. da S. Bento (org.), *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- SIGOLLO, Walter. "Igualdade e diversidade no trabalho". In M. A. da S. Bento e M. Castelar, *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 145-154.
- SOMOGGI, Laura (1999). "Combinação produtiva: reunir num único ambiente pessoas de diferentes raças, religiões, idades, e estilos de vida é uma estratégia eficiente. Essa é a opinião do BankBoston e de muitas outras empresas". *Você S.A.*, Ano 2, n. 17, novembro, pp. 112-115.

- SUCUPIRA, João (2001). "O balanço social das empresas". In M. A. da S. Bento e M. Castelar, *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 137-141.
- ROOSEVELT JR., Thomas R. & WOODRUFF, Majorie I. (1999). *Building a house for diversity: how a fable about a giraffe & an elephant offers new strategies for today's workforce*. New York, NY, AMACOM.
- UPDATE: *Revista mensal da Câmara Americana de Comércio de São Paulo* (2003). "Para fazer negócios: Entidade que promove inclusão social por meio de laços empresariais reafirma necessidade de políticas específicas", Ano XIX, n. 398, outubro, pp. 48-49.
- VALENTE, Edson (2002). "Contratação afirmativa". *Folha de S. Paulo*, 3 de fevereiro, p. E4.
- VASSALLO, Cláudia (2000). "Viva a Diferença!. Porque a diversidade do capital humano pode tornar as empresas mais criativas, competitivas e poderosas". *Exame*, 6 de setembro, pp. 153-164.
- (1995). "Afro-brasileiros primeiro: As filiais americanas introduzem no Brasil a ação afirmativa. Ela garante oportunidades no trabalho para negros, mulheres...". *Exame*, n. 593, 27 de setembro, pp. 74-76.
- WESTIN, Felipe Vasquez (2001). "Experiências empresariais no Brasil. O conceito de diversidade da Monsanto". In M. A. S. Bento e M. Castelar, *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 163-168.
- XAVIER, Paulo Roberto (Presidente Associação Paulista de Administração de Recursos Humanos) (2003). Apresentação na oficina "Políticas de valorização da diversidade no trabalho: construindo uma agenda" no seminário "Desafios das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial", 16 e 17 de dezembro, São Paulo, SESC Vila Mariana. Coordenação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.
- XEROX do Brasil (2003). "Afro-Ascendentes". Rio de Janeiro.
- ZACHARY, G. Pascal e VASSALLO, Cláudia (2000). "Mestiçagem Global". *Exame*, n. 722, 6 de setembro, pp. 166-171.



Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano¹

Ivo de Santana

Resumo

Este artigo traz algumas reflexões acerca da presença empresarial brasileira no mercado africano, enfocando particularmente a experiência africana da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Objetiva responder a três questões principais: sob que motivações o comércio Brasil-África obteve um notável crescimento entre os anos 70 e 90? Quais as perspectivas que se apresentam para o empresário brasileiro que deseje iniciar negócios na África? Qual o estado atual de iniciativas que emergiram naqueles anos? Mediante pesquisa bibliográfica e entrevistas com executivos que atuaram na África, além de especialistas em comércio exterior, constatou que, nos anos mencionados, o governo brasileiro concedia generosos incentivos aos empreendimentos que se voltassem para o mercado africano, estimulando a criação de muitas empresas e o direcionamento de muitas operações para aquele Continente. Com o fim dessa política privilegiada, muitas empresas fracassaram, enquanto outras permanecem em atividade, a exemplo da Câmara, que evidencia dificuldades de prospectar novas oportunidades de negócios, exigindo a revisão de sua forma de gestão, ao mesmo tempo em que sua trajetória propicia importantes lições a empreendedores que desejem iniciar negócios no mercado africano. Conclui que, a despeito da redução do apoio estatal e das mudanças no ambiente econômico interno e externo brasileiro, as oportunidades comerciais no Continente africano existem e não podem ser ignoradas pelos homens de negócios, que tendem a julgar a África como um todo em função dos aspectos negativos ressaltados pela im-

prensa, da mesma forma que muitos empresários africanos desconhecem a qualidade dos nossos produtos e serviços.

Palavras-chave: Brasil, comércio internacional, África, relações econômicas internacionais, Câmara de Comércio Afro-Brasileira.

Abstract

Economic relations between Brazil and Africa: The African-Brazilian Chamber of Commerce and the business interchange on the African market.

The text's objective is to answer three major questions: Under which motivations did the African-Brazilian commerce reach a noticeable growth between the 70's and the 90's? What are the perspectives presented to whoever Brazilian businessman that wants do some business in Africa? Nowadays, how are the businesses that began back then? Making use of bibliographical research and interviews with executives who have worked in Africa, besides specialists in exterior commerce, it was concluded that during this period the Brazilian government gave generous contributions to undertakings that focused on the African market, by stimulating the creation of companies and directing operations to that continent. With the end of this privilege policy, many companies bankrupted, while others remained with their activities. An example of the latter is the Chamber of Commerce, that points out the difficulties in creating new business opportunities, and this demands an administrative reevaluation. At the same time, the history of the Chamber teaches us important lessons to executives who want to do business on the African market. It concludes that, in spite of the reduction of the public support and the changes on the Brazilian intern and extern economic environment, the commercial opportunities on the African market really exist and cannot be ignored by the businessmen, who tend to misjudge Africa as a whole, given the negative aspects shown by the press. Besides, many American businessmen are unaware of the quality of our products and services.

Keywords: Brazil, international commerce, Africa, international economic relations, African-Brazilian Chamber of Commerce.

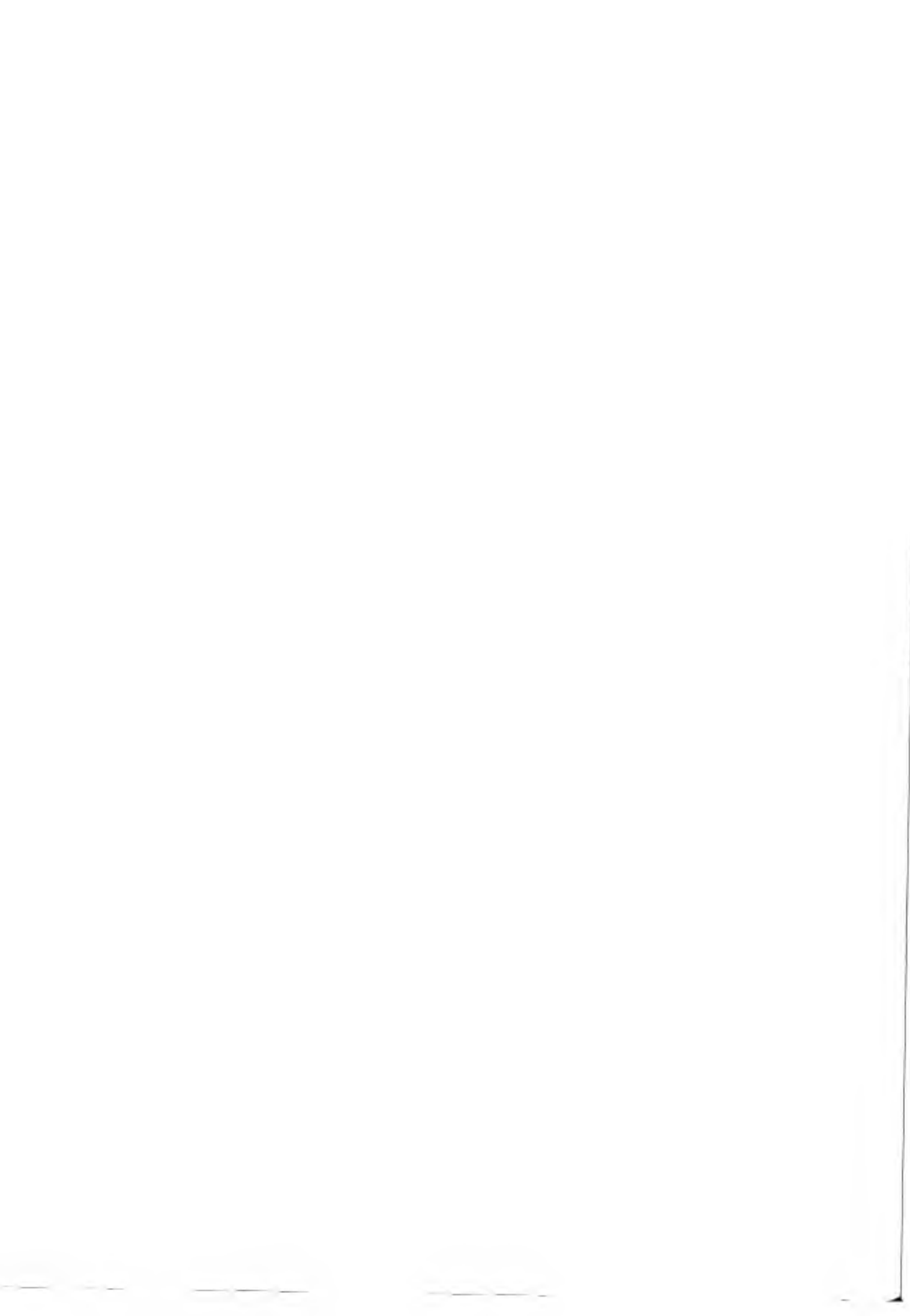
Résumé

Les relations économiques Brésil – Afrique: la Chambre de Commerce Afro-Brésilienne comme l'intermédiaire des affaires sur le marché africain

Cet article a pour but de répondre à trois questions majeures: qu'est-ce qui justifie l'extraordinaire croissance du commerce entre le Brésil et l'Afrique dans les années 70 à 90 ? Quelles perspectives s'ouvrent aux chefs d'entreprises brésiliens souhaitant entamer des affaires en Afrique ? Quel est l'état actuel de ces initiatives qui ont surgit pendant ces années-là ?

À travers une recherche bibliographique et des entretiens avec des cadres qui ont travaillé en Afrique, en plus de spécialistes en commerce extérieur, on a constaté que pendant ces années-là le gouvernement brésilien accordait de généreux avantages à tous les investissements dirigés vers le marché africain, en stimulant la création de beaucoup d'entreprises et en dirigeant de nombreuses opérations vers le continent africain. La fin de cette politique privilégiée a causé la faillite de beaucoup d'entreprises tandis que d'autres sont encore en activité comme la Chambre de Commerce qui a des difficultés à trouver d'autres opportunités d'affaires ; cela lui impose de réviser ses modes de gestion en même temps que sa trajectoire donne d'importantes leçons aux investisseurs qui veulent débiter des affaires sur le marché africain. On conclut que, en dépit de la réduction de l'aide de l'état et des changements dans le domaine économique, interne et externe, au Brésil, les chances commerciales sur le continent africain existent et ne doivent pas être ignorées par les hommes d'affaires; ceux-ci ont tendance à juger l'Afrique comme un tout, à partir des aspects négatifs mis en relief par la presse, mais en même temps par bien de chefs d'entreprises africains qui méconnaissent la qualité de nos produits et de nos services.

Mots-clés : Brésil, commerce international, Afrique, relations économiques internationales, Chambre de Commerce Afro-Brésilienne.



Ao voltarmos nossa atenção para o processo que envolve as relações comerciais entre o Brasil e a África nas décadas compreendidas entre 1970 e 1990, observamos que se trata de um período de intensas transformações no desenvolvimento desse intercâmbio, registrando destacados picos de elevação e declínio. Percebemos, também, que são muitas as razões, várias as circunstâncias, e extenso o número de atores cujos esforços individuais e coletivos possibilitaram a alavancagem desse intercâmbio, promovendo ações concretas que permitiram, ao longo do período, o crescimento desse comércio. No âmbito empresarial, esse esforço possui grande significação, haja vista que, embora sem apoio governamental não exista exportação, é a presença e o empenho do segmento empresarial que representa a pedra fundamental e indispensável nesse processo. Não é à toa que, ao decidir, política e estrategicamente, buscar mercados, o governo convoca os empresários privados, os quais são obrigados, por vezes, a enfrentar negociações morosas e complexas para que suas empresas possam atuar com eficácia.

Este artigo tem como propósito apresentar algumas reflexões acerca da presença empresarial brasileira no mercado africano enfocando, particularmente, empreendimentos nacionais que se voltaram ao comércio Brasil-África entre as décadas de 70 e de 90, um período de grandes transformações no desenvolvimento desse intercâmbio e, portanto, rico em acontecimentos e experiências. Trata-se, sobretudo, da tentativa do autor em esclarecer indagações pessoais advindas do seu exercício profissional, enquanto servidor público de instituição voltada ao acompanhamento das atividades de comércio exterior. Nesse sentido, o presente texto objetiva responder a três dessas questões. Primeiramente, sob que motivações o comércio Brasil-África obteve um notável crescimento no período compreendido entre os anos 1970 e 1990? Em segundo lugar, quais as perspectivas que se apresentam para o empresário brasileiro que deseje efetuar negócios junto ao mercado africano? Em terceiro, qual o estado atual de iniciativas empresariais que

emergiram nessa fase em que a história brasileira registra não apenas o mais alto crescimento desse intercâmbio, como também o seu mais forte declínio?

No aprofundamento dessas questões empregou-se como recurso a pesquisa bibliográfica junto a universidades e instituições brasileiras voltadas para o comércio exterior.² Além disso, foram de importante significado os depoimentos colhidos junto a executivos envolvidos em operações comerciais no mercado africano e a especialistas em comércio exterior, bem como informações obtidas em fontes documentais de entidades de reconhecidas participações no incremento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a África: a Construtora Norberto Odebrecht e a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, cuja trajetória singular será focalizada neste artigo.

No decorrer da pesquisa pode-se constatar que abordar temas que envolvem as relações comerciais entre o Brasil e a África é tarefa complexa, considerando-se que não são apenas os Estados que estão em causa, mas também os povos e os interesses dos agentes econômicos, determinando circunstâncias históricas e também momentos distintos. Este parece ser o entendimento de Renouvin (citado por Almeida, 1998:22) ao afirmar que “estudar as influências que se exercem sobre as relações internacionais deixando de lado o conjunto de circunstâncias de um momento ou de uma época seria falsear a perspectiva histórica”. Dessa forma, perseguindo uma visão mais ampla das relações econômicas Brasil-África nas considerações, tornar-se-ão inevitáveis as alusões a fatores políticos e econômicos que influenciaram o comportamento empresarial brasileiro nas suas relações com o Continente africano.

Por outro lado, ainda que o propósito deste artigo seja aprofundar o conhecimento da experiência empresarial brasileira sem adentrar na análise das histórias individuais de seus atores, emergiu desta pesquisa a trajetória de vida de um dos executivos entrevistados, o qual nos surpreendeu tanto pela singularidade do caminho que percorreu na luta pela ascensão econômica e política dos descendentes de africanos no Brasil, quanto pelo exemplo de carreira empresarial de sucesso, calcada numa articulada ação político/comercial de promoção do intercâmbio Brasil-África. Por conseguinte, entendemos que um breve relato dessa história possa propiciar algum grau de compreensão sobre o processo de desenvolvimento das relações comerciais entre o Brasil e a África, e até mesmo oferecer a oportunidade de maior aproximação com essa fonte viva de pesquisa.

Adalberto Camargo, um empresário negro na política africana do Brasil

A seguir, um pouco da história do ex-deputado federal Adalberto Camargo, cujas atividades em prol do intercâmbio Brasil-África têm sido alvo de manifestações diversas da classe dirigente brasileira.

Negro, de origem humilde, Adalberto nasceu em Araraquara (SP), em 1928, enfrentando condições que aparentemente o predestinariam a uma vida de simples conquistas. Órfão de mãe aos cinco anos, foi morar com tios em uma fazenda no interior de São Paulo, onde vendia leite nas redondezas, atividade que mais tarde foi substituída pelas de vendedor de doces, na estação ferroviária, engraxate e ajudante de cozeiro. Por conta disso, teve curta permanência nos bancos escolares. Frequentou a escola até o quarto ano primário, concluído aos 16 anos, idade em que viu o seu pai pela primeira vez.

Nessa idade, sem profissão definida, mudou-se para a capital paulista, onde, sozinho, manteve-se trabalhando como marceneiro, atendente de armazém, vendedor de *lingerie* e auxiliar de tabelião, entre outras ocupações, até transformar-se em proprietário da maior frota de carros alugados do país – a Auto-Drive, inspirada em experiência americana, que revolucionou o negócio de automóveis em São Paulo. A partir desse negócio, fundou e dirigiu outros empreendimentos, como a Mecanova S/A, a Afro-América Importação e Exportação e a Táxi Amarelinho, uma das pioneiras do ramo no Brasil, que consagrou a utilização do Volkswagen como carro de aluguel, rendendo-lhe grande prestígio junto aos altos círculos empresariais do país. Elegeu-se membro executivo do Conselho da Câmara de Comércio Estrangeiro, dirigiu a Federação do Comércio e também o Centro do Comércio do Estado de São Paulo.

Sua ascensão social é surpreendente, dados os grandes obstáculos que se interpõem aos negros que pretendem atingir patamares mais elevados na pirâmide social brasileira (Santana & Camargo, 1999; Santana, 2000). Entrementes, foi no campo político que sua figura mais se notabilizou. Em 1966, aos 43 anos de idade, candidatou-se à Câmara Federal pelo Estado de São Paulo, vencendo as eleições daquele ano com o suporte do “voto racial” da comunidade negra e o respaldo de suas entidades representativas (Aristocrata Clube, Casa da Cultura Afro-Brasileira, Grupo de Trabalho dos Profissionais Liberais e Universitários Negros, entre

outras), que em seu primeiro mandato lhe renderam expressivos dezoito mil votos. Para isso contribuiu a retórica de seu discurso, voltado para a ascensão da comunidade negra, que buscava ampliar seus espaços de luta na sociedade. Nesse sentido, Adalberto declarava que:

[...] o negro se comporta como um mato sem raízes, só que mato sem raiz não dá frutos. Devido ao processo de colonização africana e da escravidão no Brasil, a comunidade brasileira descendente de africanos ficou distante de suas raízes e marginalizada no contexto internacional, em termos de construção da família negra no mundo. Por isso é muito importante que nós negros não estejamos apenas inseridos nos relacionamentos ditos culturais, mas também que estejamos inseridos nos relacionamentos comerciais e políticos que envolvem o Brasil e a África, pois são esses últimos que envolvem dinheiro e poder. Isso a nossa comunidade precisa para buscar uma maior afirmação e respeito da sociedade brasileira e mundial. Por isso é importante para nós trabalharmos no sentido de buscar interesses mútuos, tanto para a África como para o Brasil, pois nessa aproximação o Brasil terá oportunidade de resgatar de maneira pacífica a grande dívida que contraiu ao longo da história com o povo africano e, conseqüentemente, com os seus descendentes.

No pleito seguinte, Camargo conseguiu reeleger-se, com 43 mil votos, fato que repetiu em sucessivas eleições, mantendo-se no cenário político até 1978. Com os noventa mil votos obtidos no pleito de 1974, tornou-se “a maior expressão eleitoral negra no Brasil” (Santos, 1993:8), servindo de estímulo para que outros candidatos negros se lançassem às urnas, muitos deles obtendo surpreendentes vitórias. Revela ele:

[...] quando comecei a freqüentar o MDB, percebi que todos os candidatos negros até então só foram candidatos pelo processo paternalista. Um negro se aproximava de uma liderança política qualquer, solicitava e conseguia uma legenda. Naturalmente, para demonstrar que não havia discriminação, porque eles não davam aquele suporte necessário para o indivíduo se eleger. Ele tinha compromisso e dívida de gratidão com seu padrinho político. Se eleito nada podia oferecer à comunidade porque tinha de prestar obediência ao elemento que o apadrinhou. Isso me levou à conclusão de que devia ingressar na vida pública sem ter padrinho. Eu não sou caudatário de nenhuma corrente partidária. Nunca fui da corrente classista, nem ideológica, nem estudantil, nem sindicalista. Eu era um homem comum, um homem do interior que veio para São Paulo tentar a vida. Eu fui eleito graças ao meu comportamento ao longo de toda a minha vida. Se eu tive capacidade de vender táxi, de ter uma empresa de locação de veículos, posso ser um político, porque o marketing está aberto. O negro anseia por alguma coisa e eu vou fazer a minha campanha só no meio negro. Eu quero a resposta para a pergunta: há realmente na comunidade negra a expectativa de se auto-afirmar no país? Eu não vou re-

resolver problema nenhum, vou sim iniciar um processo e os outros que continuem. A sociedade é mutável e, para o negro, a mutação é no sentido de melhorar a sua posição dentro da sociedade. Fui eleito dentro do meu projeto político. Elegi a Theodosina Ribeiro, o Paulo Rui e criei a Câmara de Comércio Afro-Brasileira para desenvolver um trabalho de aproximação com nossas origens. Criei, assim, o fenômeno histórico da maior importância nesse Estado, o negro nas três casas de representação popular, representação em todos os níveis. Só esse fato é suficiente para que a comunidade começasse a se conscientizar de que a sociedade é representativa, e pela primeira vez estávamos representados. Se representamos bem ou mal, não importa, porque o negro nunca teve tradição de vida pública, nem exercício da prática política e muito menos partidária. Negro nunca teve partido no Brasil. Nunca influenciou em nenhum partido. Só começou a ter importância depois do meu advento. O problema do negro é a causa e não o partido, o negro nunca pertenceu a partido nenhum [...]. (Valente, 1983:72)

Ao final dos anos 60, funcionavam, em São Paulo, 45 câmaras de comércio, voltadas a estimular o intercâmbio com diferentes países e constituídas por empresários que tinham interesses nesses países. Conforme declara Adalberto Camargo, dada a inexistência de congêneres voltada para o mercado africano, ele fundou, em 1968, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, quando, "para muita gente, na África só tinha Tarzan e Chita". Visava ao incremento do comércio bilateral entre o Brasil e o Continente africano, intensificando a aproximação entre esses povos e fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, científicas, tecnológicas e de cooperação.

Câmaras de Comércio

Por definição, as câmaras de comércio são associações sem fins lucrativos³ que congregam comerciantes e industriais que compartilham interesses em determinado ramo de atividades econômicas ou de negócios. Podem ter caráter regional ou ser de âmbito internacional, e destinam-se a apoiar as relações empresariais e econômicas entre os países, promovendo a criação dos meios institucionais mais adequados para o reforço e desenvolvimento dessas relações (Sandroni, 1999:74).

Prestam serviços de informações de mercados (recolhendo e divulgando dados sobre indicadores econômicos e sociais, legislação, tecido empresarial, prospecção de oportunidades etc.). Estudam e analisam problemas suscetíveis de dificultar o relacionamento empresarial, propondo às entidades oficiais competentes

formas de sanar as dificuldades. Realizam encontros de empresários para esclarecimento e apresentação de programas e oportunidades, além de oferecer apoio logístico nos contatos com empresários e entidades estrangeiros (Daemon, 1986:218).

Histórico e implantação da Câmara

Em 1968, ano de criação da Câmara, a África ressurgia no contexto do governo militar como uma opção que atendia a amplos interesses do Brasil. O país buscava reduzir a sua dependência histórica em relação aos Estados Unidos e aumentar o seu poder de barganha internacional. Para tanto, iniciava uma política de ampliação de suas relações com o Terceiro Mundo. Instalam-se novos postos diplomáticos no Continente africano e inauguram-se linhas marítimas regulares para diversos portos da África. Conforme Skidmore, o ano de 1968 marcou a efetivação do trabalho, levado a cabo nos anos anteriores, de promoção da mentalidade exportadora: o governo concedeu incentivos à exportação, além de simplificar regulamentos e de promover a melhoria dos transportes internos (Skidmore, 1978:22).

De acordo com seus estatutos, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira (CCAB), objetivava: a) promover a cooperação das entidades congêneres nos respectivos países; b) instituir e desenvolver esquemas informativos sobre mercadorias, tarifas, direitos e isenções aduaneiras, câmbio, navegação, tratados comerciais, legislação e jurisprudência relacionadas ao convênio bilateral; c) promover, organizar ou participar de congressos, seminários, simpósios, conferências, feiras, exposições e reuniões; d) formular proposições e elaborar programas visando ao aperfeiçoamento das trocas comerciais entre o Brasil e a África; e) organizar, coordenar e prestar assistência a missões comerciais brasileiras na África e vice-versa; elaborar e publicar análises setoriais e conjunturais das economias africanas; f) recepcionar delegações dos países do Continente africano em visita ao território brasileiro; promover a capacitação de recursos humanos para as atividades do comércio internacional, qualificando mão-de-obra especializada; g) editar revistas, jornais, boletins informativos, monografias, perfis promocionais e publicações similares, a fim de divulgar tudo que possa interessar à promoção, bem como à intensificação da atividade diplomática, comercial e cultural entre o Brasil e os países do Continente africano.

O surgimento de uma entidade com o perfil da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, nessa conjuntura, revestiu-se de singular relevância. Fazendo eco às propostas do governo de ampliar as relações com o Continente africano, a nova entidade ganhava as atenções e o importante apoio governamental em muitas das iniciativas por ela protagonizadas. Sua representatividade reforçava-se pelo fato de sua liderança ser exercida por um empresário negro bem-sucedido, que era, ao mesmo tempo, um político ligado ao governo militar, o que certamente possibilitou que a Câmara obtivesse simultaneamente expressiva aceitação no seio do empresariado nacional, notoriedade nos círculos governamentais e a simpatia das representações africanas.⁴

Até o início de 1972, as atividades da Câmara limitaram-se ao estabelecimento de contatos iniciais e ao levantamento de dados⁵ com vistas à composição de seu acervo documental e à formação de sua biblioteca. Em maio desse mesmo ano, em cooperação com a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, a Câmara organiza a 1ª Semana Afro-Brasileira, levando à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o ministro encarregado dos Negócios da Nigéria e vários embaixadores africanos.

Aproveitando a via de negociações aberta em novembro de 1972, com a visita oficial do ministro Gibson Barbosa a diversos países da África Ocidental, a Câmara iniciou um projeto similar: reuniu empresários brasileiros e os estimulou a comercializar diretamente com empresas africanas, eliminando as costumeiras triangulações efetuadas pelas *tradings* européias que reexportavam os produtos brasileiros para o Continente africano. Para tanto, uma equipe de técnicos da FAG – Traço, Arquitetura Promocional S.A., empresa brasileira contratada pela CCAB – viajou por diversos países africanos em trabalhos de prospecção. Estabeleceu contatos preliminares e realizou estudos de viabilidade que se concretizaram na 1ª Missão Comercial Brasileira a Países da África, cujo propósito era promover a colocação de produtos e serviços brasileiros no mercado africano por meio da mostra direta e de contatos pessoais com importadores, comerciantes, industriais, financistas e homens de governo.

A primeira missão comercial brasileira a países da África

A iniciativa teve lançamento oficial em maio de 1973, num jantar para quinhentos convidados no Hotel Hilton-SP, com a pre-

sença do ministro das Relações Exteriores do Brasil, do governador do Estado de São Paulo, de embaixadores africanos e de diversas lideranças governamentais e empresariais, o que demonstra o prestígio da entidade e a representatividade do evento. Em discurso pronunciado naquela oportunidade, o ministro Gibson Barbosa enfatizava:

Esta missão pioneira [...] realmente corresponde à intenção com que o Governo enviou uma missão oficial à África, pois é isso que queremos. Nós podemos apenas abrir as portas e indicar caminhos e dar a moldura legal, jurídica, através de acordos internacionais para que os senhores, simultaneamente, façam a verdadeira obra de aproximação e de cooperação com todos esses países. Essa iniciativa, portanto, só pode ser objeto dos aplausos mais sinceros por parte do Governo.⁶

A viagem realizou-se no período de 25 de setembro a 29 de outubro de 1973, com a participação de 37 representantes de indústrias brasileiras,⁷ além de cinco funcionários governamentais,⁸ fortalecendo a representatividade da delegação que percorreu Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, República Popular do Benim (antigo Daomé), Nigéria, Camarões, Zaire e Líbia. Acompanhava a Missão uma mostra itinerante com mais de duzentos produtos de origem brasileira que eram apresentados em exposições montadas em cada uma das capitais visitadas.

Assim, compradores e governos africanos tomavam conhecimento do estágio de desenvolvimento brasileiro e, aos participantes da delegação brasileiras, eram proporcionados meios de aferirem a realidade econômica dos países independentes da África. Os empresários brasileiros pouco conheciam da realidade africana, o que pode ter criado dificuldades para a realização de muitos negócios. Além disso, a influência política do presidente da Câmara junto ao empresariado e ao governo da época representava um grande trunfo para a viabilização de empreendimentos promovidos pela entidade. Tudo isso fica evidenciado neste depoimento de Adalberto Camargo:

Nenhum de nós tinha ido para a África antes. Ninguém sabia nada, nem tinha informações em lugar nenhum. Aí eu fiz um questionário para poder elaborar o projeto e informar à comunidade brasileira [...] quanto a reservas de hotéis, traslado, custo de viagem, eu fiz um acordo com o Banco Real através da Turismo Real. Eu expliquei para o Diretor do Banco qual era o objetivo e a proposta e eles financiaram os empresários. O empréstimo foi feito sem a mínima obrigação. Só com a minha garantia. Na base do meu pedido, de meu nome. Em função disso mais tarde, eu propiciaria a ele a oportunidade de começar os contatos para abrir uma

agência do Banco Real na Costa do Marfim. [...] eu exigi do governo que a delegação tivesse representante do governo e então eles me indicaram cinco representantes. O Delfim Neto numa audiência que teve comigo me prometeu dois, representando o Ministério da Fazenda. O Gibson me pediu para incluir a Libéria no roteiro e veio fazer o discurso de lançamento da Missão [...].

Competia à Câmara representar oficialmente a exposição perante os poderes públicos nacionais e estrangeiros; convidar governos e empresários para participar da mostra ou visitá-la; manter serviços de divulgação, segurança, orientação e assistência aos expositores; promover a aproximação entre os membros da delegação e as entidades interessadas.

A realização de uma missão comercial na África pela Câmara de Comércio Afro-Brasileira foi um empreendimento marcado pelo pioneirismo, dada a complexidade que envolve tal operação, o variado leque de atores, recursos e cenários envolvidos.⁹ Sem contar que o reduzidíssimo número de executivos negros em posição de comando nas empresas brasileiras implicaria a formação de uma comitiva cuja ausência de afro-brasileiros poderia causar constrangimentos, com repercussões negativas no decurso das negociações.

Eu fiquei preocupado de levar uma missão comercial para a África que não tinha empresário negro. Eu mandei fazer uma pesquisa para levantar quais eram os empresários negros preparados e não achei. Eu fui obrigado a travestir onze negros como empresários para levar nessa missão. Eu tive que fazer uma certa ginástica, pois eu fiquei pensando: bem, vou fazer uma missão comercial do Brasil para a África, levando quarenta e cinco empresários brasileiros e vou levar quarenta e cinco brancos? Vão ver isso como missão de capitão do mato na África. Sabe o que eu fiz? Consegui que onze empresários permitissem que eu escolhesse onze negros para ir lá representar suas empresas e fazer o jogo. Esses negros foram ganhando. E eu fui fazendo o meu cinema, meu filme. Fui tomar conta do filme. Eu fiz isso, eu consegui convencer as empresas, dentre elas uma empresa israelense.

Outra situação delicada enfrentada pela delegação relacionava-se à comparação que com certeza se estabeleceria entre as empresas brasileiras e aquelas tradicionalmente estabelecidas no Continente africano. As intensas ligações mantidas com a Europa e a longa tradição de contato com empresas e produtos europeus haviam desenvolvido vínculos de confiança e preferência entre os consumidores africanos. Além disso, uma cotidiana troca de informações permitia a atualização constante desses consumidores em

relação aos produtos e serviços europeus, tornando-se plausível que as ex-metrópoles, por meio de empresas instaladas na região, buscassem exercer o controle sobre as novas iniciativas que se apresentassem, conforme se pode depreender do seguinte depoimento:

O Banco Nacional de Paris na época era o único que atendia ao esquema de pagamento do comércio entre a África e o resto do mundo. Aí o seu presidente, Joseph Ferré, mandou me chamar por conta da Missão. Disse que queria colaborar e fez uma pequena cartilha recomendando a cada membro da delegação que abrisse uma conta no BNP, quer dizer: ele previu que dessa missão iriam surgir muitos negócios e queria todos nós, exportadores, como clientes do BNP, porque, como ex-colonizadores, eles dominavam o esquema financeiro da África. Todas as transações internacionais dependiam do BNP e eles queriam manter esse controle sobre a delegação brasileira.

Por fim, a complexidade de uma operação desse quilate acentuava-se na medida em que a África, rica em sua diversidade cultural e em potencialidades de comércio, constituía um mercado praticamente desconhecido para a quase totalidade dos empresários brasileiros. Nesse aspecto, Pereira apontava na época que:

O modo como a África é vista ou a imagem que dela nos é dada para consumo constitui um exemplo marcante desse colonialismo cultural. Apresentada como uma totalidade amorfa, onde a diversidade só é mostrada pela atomização tribal, a África é analisada ainda hoje entre nós em termos discriminatórios. Nessa visão europocêntrica da História impera uma concepção dualista, falsa, maniqueísta. Segundo ela, as metrópoles possuíam cultura de valor; a África, costumes exóticos. O que é filosofia e religião na Europa toma os nomes de credice ou superstição na África. As lutas sociais nas metrópoles, analisadas pela sociologia e pela ciência política, na África são reduzidas a lutas tribais – chave explicativa para todos os conflitos – e entregues ao estudo de uma antropologia de matriz colonial. No estudo da formação de nossa nacionalidade, a participação dos africanos e de seus descendentes é escamoteada e relegada a uma “contribuição ao folclore, à culinária e ao misticismo”. A África permanece para a maioria dos brasileiros reduzida a uma imagem simplificada por quatro t: tribo, tambor, terreiro e... Tarzan (Pereira, 1978:16).

Para atenuar as dificuldades, o corpo diplomático brasileiro forneceu o apoio logístico: recepção, chancela oficial da operação, facilitação dos trâmites burocráticos e acesso a personalidades locais. Cabe ressaltar que em 1973, sob o Governo Médici, desenvolvia-se um amplo projeto comercial voltado para o Continente africano em que diplomacia e agências de governo articulavam-se no sentido de fornecer um tratamento especial às iniciativas orientadas nessa direção. Dessa maneira:

[...] a delegação foi acolhida com grande simpatia pelos parceiros africanos, sendo importante a participação do governo brasileiro que, através do Itamaraty e das embaixadas brasileiras nos países visitados, facilitou os contatos com os governos e empresários africanos. Então, quando a delegação chegava em cada país, já estava tudo organizado e programado. Tudo esquematizado, convites distribuídos e contatos agendados com as personalidades do governo e empresários africanos...

Sob o ponto de vista do intercâmbio comercial, a Missão rendeu dividendos positivos, especialmente às empresas que dela participaram, fazendo aumentar o interesse de compradores africanos por produtos brasileiros, como também o de importadores brasileiros por produtos africanos. Isso pode ser inferido parcialmente das estatísticas oficiais brasileiras no ano imediatamente seguinte: de 1973 para 1974, as exportações brasileiras cresceram 129,1%, passando de US\$ 190.001.000 para US\$ 435.323.000, enquanto as importações originadas do Continente africano tiveram o expressivo crescimento de 300,2%, avançando de US\$ 169.903.000 para US\$ 679.998.000.

Quadro 1
Exportações e Importações Brasileiras
para a África – 1972-1974 (em US\$ 1.000)

Ano	Exportações	Importações
1972	90.390	152.967
1973	190.001	169.903
1974	435.323	679.998

Fonte: Banco do Brasil, Cacex.

O apogeu da Câmara

A partir de 1973, os contatos brasileiros e africanos se intensificaram. A Câmara experimentou um efetivo crescimento do seu quadro de filiados, que em 1976 somavam 102 empresas, indicando o aumento na solicitação de serviços. Com isso, aumentava a especialização de seu quadro operacional, cuja estrutura apresentava novo dimensionamento, com quatro diretorias e vários departamentos, além da presidência e da vice-presidência. Da mesma forma, amplia-se o número de correspondentes associados no Brasil e no exterior, demonstrando um esforço agressivo em busca de novas oportunidades no Continente africano. Cresce também o nú-

mero de participações da Câmara em feiras, missões comerciais e outros eventos no Brasil e no exterior.¹⁰

O trânsito político do então deputado federal Adalberto Camargo dava à entidade maior visibilidade, favorecendo os contatos nos meios diplomáticos e empresariais. Nas palavras do embaixador Asdrúbal Pinto de Ulysseia, chefe do Departamento de África do Ministério das Relações Exteriores:

O deputado Adalberto Camargo é um amigo de longo tempo e conhecido do Itamaraty. Nós todos, lá, temos por ele um apreço muito grande. Não só ele tem dado muito de si para esse trabalho de congraçamento com a África, mas ele tem sido também um assessor que conosco troca pontos de vista. E nós, naturalmente, que não nos consideramos donos da verdade, nos sentimos extremamente felizes em poder trocar idéias com homens como Adalberto [...]. (*AfroChamber*, 1983:12)

Nesse contexto, o quadro associativo da Câmara chegou a contar com cerca de trezentos filiados – empresas de médio e grande porte que se utilizavam do assessoramento da entidade na busca de informações sobre a África.¹¹ A esse respeito, os convênios mantidos com órgãos governamentais relacionados ao comércio exterior eram de fundamental importância, bem como o acervo documental da entidade, mantido por meio da assinatura ou intercâmbio de periódicos e revistas africanos, de cujo noticiário se extraía material editorial para o Relatório Informativo distribuído quinzenalmente aos seus associados. Editada pela Câmara, a revista *AfroChamber* chegou a atingir uma tiragem de vinte mil exemplares,¹² apresentando um painel atualizado com informações sobre empresas, oportunidades de negócios, feiras e eventos, no Brasil e na África. Dirigida a empresários, era também distribuída entre representações governamentais brasileiras e de outros países.

Por sua vez, a proximidade do seu presidente junto aos altos círculos de poder atraía a presença, a adesão e o respaldo do Estado aos eventos promovidos pela Câmara, a exemplo do 1º Simpósio Brasil-África de Comércio, realizado em novembro de 1980 com o objetivo de identificar possibilidades e interesses que pudessem estimular novos esforços de cooperação mútua. Os Ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, juntamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e o Banco do Brasil, foram os patrocinadores do simpósio, que teve como palestrantes o gover-

nador do Estado de São Paulo, ministros e embaixadores brasileiros, entre outras autoridades.

Ao final do ano seguinte, a participação africana no total das exportações brasileiras cresce a níveis surpreendentes, alcançando 8,4%. O comércio Brasil-África atinge sua "época de ouro". De fato, podemos observar que em 1984 as exportações para aquele Continente chegam a US\$ 1,976 bilhão, representando 7,3% das exportações totais brasileiras, e em 1985 alcançam o pico de US\$ 2,021 bilhões, ou seja, 7,9% das exportações totais.

Tabela 1
Exportações Brasileiras - 1979-1986 (em US\$ 1.000)

Ano	Total	Variação (%)	África	Participação no Total (%)	Variação (%)
1979	15.244.377	20,4	692.882	4,5	4,3
1980	20.132.401	32,1	1.313.199	6,5	89,5
1981	23.295.356	15,7	1.963.267	8,4	49,5
1982	20.180.966	-13,4	1.390.229	6,9	-29,2
1983	21.903.182	8,5	1.237.555	5,7	-10,8
1984	27.006.553	23,3	1.976.458	7,3	59,4
1985	25.639.028	-5,0	2.021.688	7,9	2,3
1986	22.348.713	-12,8	945.123	4,2	-53,4

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secex.

O declínio da Câmara

Nesse contexto, a figura parlamentar de Adalberto Camargo enfrenta o declínio político. Não conseguindo a reeleição no pleito de 1984, ele se afasta da vida política, o que parece afetar diretamente o dinamismo que a entidade havia alcançado na década anterior. A perda do espaço político certamente retirava-lhe certo poder de manobra e de influência junto ao empresariado e ao governo no sentido de mobilizá-los e atraí-los para as iniciativas de interesse da entidade. As atividades da Câmara se reduzem e os relatórios de atividades enviados aos filiados deixam de ser produzidos.

Por sua vez, o novo panorama que ao fim da primeira metade dos anos 80 se descortina no Brasil, na África e no sistema internacional impõe dificuldades em ambos os lados do Atlântico. Diante disso, decai o interesse brasileiro pelo Continente africano. As taxas de juros do dólar, que eram de 3% a 4% em 1973, se elevam

para 22% e 23% em meados dos anos 80. Na África, os golpes de Estado e a instabilidade política marcavam a vida do Continente. Os efeitos da dívida externa, a insuficiência de recursos para o desenvolvimento e os rigorosos programas de ajustamento estrutural coordenados pelo FMI e pelo Banco Mundial fragilizaram as economias africanas, reduzindo a capacidade destas em ampliar o comércio exterior para os mercados do Sul.¹³

No Brasil, a dívida externa passa de US\$ 25 bilhões em 1975 para US\$ 105 bilhões em 1985, e a sua renegociação resulta em perda de liquidez da economia. Com isso, reduz-se também a capacidade do país em dar sustentação a sua política comercial em direção ao mercado africano (d'Adesky, 1998:2). Em 1986, o volume das exportações para a África sofre uma redução significativa, de US\$ 1.076.575.000, com a participação no total das exportações brasileiras diminuindo de 7,9 para 4,2%. Essa queda vai tornar-se mais acentuada nos anos 90, quando as exportações para a África experimentaram, de 1992 a 1996, um quadro de estagnação, com resultados em torno de US\$ 1,5 bilhão, muito aquém do pico alcançado em 1985. Com tudo isso, em 1996 o mercado africano representava apenas 3,2% das exportações brasileiras.

Tabela 2
Exportações Brasileiras - 1985-1996 (em US\$ 1.000)

Ano	Total	Variação (%)	África	Part. no Total (%)	Variação (%)
1985	25.639.028	5,0	2.021.688	7,9	2,3
1986	22.348.713	12,8	941.694	4,2	-53,4
1987	26.223.956	7,3	1.018.038	3,9	8,1
1988	33.789.567	8,8	983.259	2,9	-3,4
1989	34.382.619	,7	1.000.510	2,9	1,8
1990	31.413.759	8,6	1.033.783	3,3	3,3
1991	31.620.461	,6	1.132.553	3,6	9,6
1992	35.792.985	3,2	1.098.301	3,1	-3,0
1993	38.554.712	,7	1.108.025	2,9	0,9
1994	43.545.162	2,9	1.346.746	3,1	21,5
1995	46.506.282	,8	1.584.953	3,4	17,7
1996	47.746.728	,6	1.521.987	3,2	-4,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secex.

Como se vê, a crise da “década perdida” arrefeceu o comércio com o Continente africano, fazendo reduzirem-se ainda mais as atividades da Câmara. Na atualidade, esta já não exhibe o vigor nem o dinamismo antigos, tampouco a imagem arrojada que a consagrou nos anos 70 e possibilitou a realização de diversos negócios, incrementando o comércio entre o Brasil e a África. A criação da Câmara foi, sem dúvida, uma iniciativa pioneira e de grande significado para o crescimento desse intercâmbio. Atualmente, contudo, ela demonstra pouca expressão na conquista de novos negócios e reduzida capacidade de atrair novas filiações ou mesmo de atender solicitações de serviços que costumava prestar. A esse respeito, considere-se que as receitas auferidas pelas câmaras de comércio, embora estas sejam caracterizadas como entidades sem fins lucrativos, provêm de quotas pagas por seus filiados e das atividades de prestação de serviços que elas realizam. Qual seria então a estratégia a implementar para dinamizar a Câmara e aumentar o número de filiados e de atividades de prestação de serviços?

Seguramente, as oportunidades de negócios no Continente africano existem; o que falta é mais agressividade da ação empresarial para aproveitá-las. Como exemplos, podemos tomar países que exibem elevados níveis de exportações para o Brasil, sem que haja uma correspondente contrapartida de exportações brasileiras. Aí estariam incluídos a Argélia, o Congo e a Costa do Marfim, de onde o Brasil importa uma elevada quantidade de produtos, mas para os quais não exporta em nível proporcional. Trata-se de importantes mercados consumidores que, por falta de uma agressiva política de colocação da oferta exportável brasileira, tornam-se cativos compradores de produtos europeus, conforme demonstramos abaixo:¹⁴

No ano 2000, enquanto as exportações brasileiras para a Argélia foram de US\$ 41.405.084, as importações provenientes daquele país alcançaram a cifra de US\$ 1.507.250.981. A Argélia é uma das mais ricas nações da África. Importa de países como Itália, Estados Unidos, França e Espanha cerca de 40% dos alimentos consumidos por sua população, além de veículos e bens de capital. Trata-se de itens que o Brasil produz e em relação aos quais o mercado exportador brasileiro exige a busca de fórmulas inovadoras que viabilizem operações.

Exportando para o Brasil um montante de US\$ 3.823.934 em contrapartida a uma importação de US\$ 74.008.278, o Congo é uma economia fundamentada principalmente na agricultura de subsistência. Possui poucas indústrias manufatureiras e a quase to-

talidade dos produtos industrializados que consome provém da França e da Holanda. Suas principais indústrias processam produtos agrícolas, tecidos, cimento, calçados e presunto. Desde 1998, está sendo implementado um plano de reconstrução nacional para a reabilitação de serviços de transporte, telecomunicações, saúde e administração pública.

De acordo com o *Anuário Abril-2001*, a Costa do Marfim é uma das nações mais prósperas do Oeste africano em razão de sua produção agrícola e mineral. Nos últimos anos o governo tem estimulado o crescimento de setores da indústria alimentícia (como os de palmito e peixes) e têxtil, mas o volume das importações é elevado, com predominância de produtos oriundos da França, Estados Unidos, Holanda, Gana, Itália e Burkina Faso. As exportações brasileiras para a Costa do Marfim no ano 2000 foram de US\$ 21.629.840, tendo o cacau como principal produto, enquanto as importações, pelo Brasil, de produtos daquele país atingiram US\$ 63.288.588.

As novas oportunidades de negócios não se encerraram nos exemplos desses grandes exportadores de petróleo, pois, segundo Pimentel (2000:17), outros mercados também revelam uma oferta potencial de novas oportunidades comerciais para o Brasil, tendo inclusive motivado recentes incursões de empresas brasileiras, assentadas sobre um projeto âncora ou uma idéia-força. Nesse caso se incluem: a República dos Camarões, país em que a Andrade Gutierrez vem desenvolvendo empreendimentos promissores; o Gabão, onde se efetuam negociações para a instalação de uma mini-siderúrgica pela Iscom; Gana, que se tem distinguido no interior da CEDEAO¹⁵ pelo equilíbrio da atuação diplomática e pelo estímulo à integração econômica; a Guiné Equatorial, onde a Braspetro desenvolve negociações; o Mali, alvo de atenções do Banco Mundial e para o qual a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf elaborou importante projeto; a Namíbia, que oferece condições excepcionais para a entrada de produtos brasileiros em território africano e com a qual a Marinha do Brasil mantém exemplar cooperação.

Pontos de estrangulamento na Câmara

Como se vê, tais mercados mereceriam maior investimento de esforços da Câmara no sentido de identificar negócios que despontam nesses países e que são do interesse de empresas brasileiras.

No entanto, a participação da Câmara em feiras internacionais, um instrumento potencializador de oportunidades, diminuiu e a sua atuação na dinamização do comércio com esses países se vê limitada em função da restrição de seus recursos técnicos, humanos e administrativos para a promoção de negócios. Por exemplo, a partir de 1994 a Câmara parou de editar a revista *AfroChamber*, importante veículo de promoção de negócios, fechando um eficiente canal de comunicação com empresas e governos, potenciais demandadores de seus serviços. Segundo o presidente da entidade, reduziu-se “bastante” a demanda de prestação de serviços da Câmara, bem como o número de seus filiados, que “caiu para cerca de 50”.¹⁶ O quadro interno de funcionários também se restringiu, e hoje “gira em torno de 10 pessoas”.

A esse respeito, entendemos que, para executar as atividades previstas nos seus estatutos, a entidade conta com um reduzido quadro de recursos humanos, o que certamente limita a sua dinamização, considerando-se que, diferentemente de suas congêneres,¹⁷ a atuação da CCAB pretende abarcar um vasto leque de países que nem sempre dispõem de sistemas de informação eficientes. Se compararmos a atuação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira com outras de atuação bilateral, deveremos constatar um nível mais baixo de produtividade na realização de seus serviços, com reflexos inclusive na qualidade da informação. A nosso ver, as câmaras de comércio bilateral favorecem o aprofundamento e a qualidade de processamento das informações, tornando possível melhorar o nível de especialização de seus funcionários. Acreditamos que no caso da Câmara de Comércio Afro-Brasileira a segmentação dos serviços em departamentos regionais (África do Norte, África do Leste, África Austral etc.) poderia constituir-se em alternativa a ser estudada para aumentar a produtividade e mesmo a especialização, dados os poucos recursos humanos de que ela dispõe.

A entidade é administrada a partir de uma estrutura hierárquica simples, liderada desde a sua criação pelo mesmo presidente, ao qual se subordinam um vice-presidente, um diretor e uma secretária, além dos demais funcionários, que executam os serviços demandados à entidade. Percebe-se ali uma estrutura de comunicação do tipo “cubo e raios”, em que o presidente representa o pólo difusor e receptor de todas as informações. Sob esse aspecto, a estrutura da entidade se assemelha às de organizações do tipo “empresa familiar”, em que as estratégias empresariais e sua sistematização são repassadas da “cabeça do proprietário-controlador” para

seus colaboradores (Berneft, 1989). Como sugere o depoimento seguinte, há uma forte concentração de poder e de controle das decisões sobre um único indivíduo, o que pode ocasionar dificuldades adicionais para implementar processos de mudança na organização, além de criar obstáculos ao curso sucessório na entidade: “Qualquer informação tem que ser comigo. Ninguém aqui está autorizado a dar informação sem minha ordem” (Hartmann, 1997:48; Scheffer, 1993).

Nessas condições, entendemos que os sistemas de administração e comunicação carecem de práticas modernas de gestão e de descentralização de poderes com vistas a permitir a maior difusão das informações, especialmente por se tratar de organização voltada para o comércio exterior, o qual se desenvolve num ambiente internacional de contínuas transformações e incorpora fatores altamente sensíveis a modificações. A esse respeito, Sato (2000:138) salienta que:

[...] mudanças tecnológicas, por exemplo, em um curto espaço de tempo, podem alterar fluxos comerciais e financeiros tornando um grande negócio de hoje uma atividade econômica inviável amanhã. Disponibilidade de mão-de-obra e de recursos naturais deixaram de ser, a médio prazo, garantias para as nações. Mesmo estruturas industriais maduras, para não serem ultrapassadas, precisam modernizar-se continuamente tanto do ponto de vista tecnológico quanto administrativo [...]. Países e regiões não se transformam na mesma direção e quando, porventura, o sentido das mudanças pode ser considerado semelhante, a velocidade com que esse processo ocorre difere substancialmente de lugar para outro [...].

Constatamos na Câmara um reduzido grau de aproveitamento das modernas tecnologias de informação. A Internet, por exemplo, é uma importante ferramenta empresarial, por permitir a troca de informações a um custo baixo e de maneira simples e rápida. Nas operações de comércio exterior, trata-se de instrumento imprescindível no que se refere a pesquisas, atualização de dados e envio de correspondência. Embora a CCAB disponha de um endereço eletrônico, grande parte de sua correspondência ainda é enviada, desnecessariamente, por via postal, o que implica custos mais elevados e menor agilidade da informação.

Além disso, a inexistência de um *website* da Câmara limita o alcance de sua visibilidade no mercado. Com uma *homepage*, poder-se-iam trocar informações de parte a parte com muito mais eficiência, sanar dúvidas, gerar curiosidade e interesse em brasileiros e africanos, contribuindo para reduzir o ainda grande desconheci-

mento desses mercados. Conforme se depreende da fala de Aderaldo O. Anjos, vice-presidente da CCAB, há necessidade de maior informatização da entidade:

[...] o banco de dados e os nossos arquivos já estão meio defasados, inclusive estamos levantando dados sobre o que você faria para viajar, comer, tentando atualizar. Antes a gente tinha tudo isso em pasta, atualmente vai ter que se jogar tudo isso no computador e [...] se aparecer uma pesquisa de um determinado país, temos que recorrer ao próprio país, porque nosso banco de dados está desatualizado. Para mim, o futuro é informatizar toda a Câmara para atender aos associados de uma maneira rápida e com dados atuais [...].¹⁸

Por outro lado, a rede mundial de computadores parece provocar uma certa redução da demanda dos serviços das câmaras de comércio, restringindo-lhes as fontes de receita. A esse respeito, poder-se-ia tomar como exemplo a experiência da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., sediada em Belo Horizonte, que usa a Internet para identificar negócios de interesse da empresa: "O serviço é utilizado com o objetivo de propiciar o desenvolvimento das ações iniciais que possam conduzir à materialização de negócios", afirma o engenheiro Victório Duque Semionato, diretor de negócios estratégicos da empresa, acrescentando ainda que, levantadas as informações comerciais dos novos negócios, juntam-se "as informações recebidas das embaixadas brasileiras, que nos permitem ter conhecimento das oportunidades existentes em vários países e analisar as tendências dos negócios no mercado internacional. Assim, no caso de interesse em determinados negócios, solicitam-se informações adicionais para análise" (Web, 2001).

A partir de 1998, o Ministério das Relações Exteriores criou a Brazil Trade Net (www.braziltradenet.gov.br), serviço de informações gratuito voltado para a atividade exportadora e para a atração de investimentos estrangeiros. Nesse *site*, que recentemente atingiu a faixa de 500 mil acessos, estão cadastradas cerca de 49 mil empresas estrangeiras e 13 mil nacionais, apresentando oportunidades de negócios e estudos de mercados na área de serviços e de produtos não-tradicionais (Itamaraty, 2001).

Torna-se evidente que, para permanecer atuando no mercado e aumentar a eficiência de seus resultados, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira precisa ampliar o seu quadro de filiados e, mais que isso, implementar ações no sentido de atrair negócios que promovam o crescimento da demanda de serviços da entidade. Percebe-se que iniciativas potencialmente catalisadoras de negócios,

como seminários, missões comerciais e participação em feiras internacionais, deixaram de acontecer ou perderam a frequência dos anos iniciais da entidade. Isso, além de reduzir o peso e a força da entidade na atração de novos filiados, implicou a perda de diversas oportunidades de prestação de serviços.

A Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana: um exemplo a seguir?

Uma nova Câmara de Comércio emerge no cenário das relações Brasil-África. Trata-se da Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana, criada em 1991, cuja atuação oferece importante contribuição ao crescimento do comércio brasileiro com a África do Sul, país que, a partir de 1994, se tornou o maior importador de produtos brasileiros no Continente africano. Uma visita técnica à Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana conduziu-nos à percepção de que ali se desenvolve um exemplo modelar da nova experiência empresarial brasileira no Continente africano. Entendemos que, por se tratar de nações cujos sistemas de informação nem sempre são eficazes, o relacionamento bilateral parece produzir maiores resultados do ponto de vista do estreitamento de relações e da cooperação entre órgãos representativos dos dois países. Ademais, esse relacionamento se nos afigura a conduzir a um maior aprofundamento e especialização das informações, constituindo-se num instrumento importante na elaboração de estratégias de atração de negócios dessa Câmara.

Entre outras constatações, observamos que a Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana faz uso de modernos recursos de administração, o que lhe garante maior rapidez e qualidade nas informações, as quais provêm de um banco de dados atualizado por especialistas em comércio exterior. Verificamos também que seu trabalho se desenvolve em estreita colaboração com a Embaixada da África do Sul, em cuja *homepage* estão inseridas informações sobre a entidade, conferindo-lhe maior visibilidade e representatividade no mercado empresarial. Constatamos ainda que existe um extenso cronograma de visitas, palestras e missões comerciais, evidenciando a existência de uma coordenada política de atração de novos negócios e filiados.¹⁹

Nesse sentido, observa-se que, ao longo desses anos, a entidade vem se tornando uma referência para empresários interessados em exportar para a África do Sul. Demonstrando o empenho

dessa Câmara em gerar oportunidades que se convertam em negócios, Fernando Tomé, *manager* da Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana, declara que:

[...] a matéria-prima do nosso trabalho é a informação comercial. Toda-via, em virtude da representação relativamente pequena que a África do Sul tem no Brasil, a Câmara acaba extrapolando a área comercial e presta informações das mais diversas voltadas a turistas, estudantes e a quem estiver interessado em conhecer um pouco mais do país, pois entendemos que dessa forma estamos incentivando indiretamente o comércio. O papel político também é considerado, uma vez que acordos diplomáticos, comerciais e técnicos aproximam ainda mais os dois países. Por isso, cultivamos um relacionamento estreito com o Ministério das Relações Exteriores, assim como estamos sempre presentes nas recepções de autoridades sul-africanas aqui no Brasil. O estreito contato com associações de classe (Federações de Indústria, Sebraes, associações de fabricantes etc.) tem se mostrado eficiente, fazendo-nos atingir um maior número de candidatos à exportação/importação para/da África do Sul. Mantemos um convênio com universidades sul-africanas onde duas vezes por ano recebemos turmas de executivos e futuros executivos, estudantes de MBA, para quem ministramos palestras e os acompanhamos em visitas para conhecimento da realidade brasileira. [...] A divulgação de feiras sul-africanas para empresários brasileiros vem sendo feitas de várias maneiras e alcançando muito sucesso, pois sabemos que é uma das maneiras mais simples e eficazes de introdução do produto *made in Brazil* no mercado sul-africano. Por exemplo, nessa última feira em 2001, o estande do Brasil, que nós coordenamos, ganhou o primeiro lugar entre todos os estandes da feira. As feiras sul-africanas a cada dia se especializam e crescem em ramanho e importância, na mesma medida que vem crescendo o interesse do empresariado brasileiro na África do Sul.²⁰

A tais afirmações, deve-se acrescentar que a estrutura de recursos humanos da Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana compõe-se de doze profissionais de formação especializada ou de nível superior que se utilizam de modernas ferramentas de gestão e abordagem de negócios. Isso sugere haver ali a efetiva visão de negócios que parece ter se enfraquecido ao longo do tempo na Câmara de Comércio Afro-Brasileira, o que teria contribuído para reduzir a eficiência dos seus resultados.

Diante dessas considerações, entendemos que o modelo de atuação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira necessita de séria revisão no sentido de dotá-la de maior dinamismo para atender a um mercado cada vez mais exigente e que requer das empresas o desenvolvimento de sua capacidade estratégica. Para tanto, listamos aqui alternativas que, em nossa visão, poderiam contribuir para a reversão da tendência declinante dessa atuação:

- a) criação de departamentos regionais (África do Norte, África Oriental, África Austral etc.) chefiados por especialistas;
- b) na ausência de recursos para contratação de especialistas, seria essencial limitar a atuação da Câmara, escolhendo regiões ou países estratégicos, como por exemplo produtores de petróleo, países de língua portuguesa etc;
- c) produção de relatórios anuais e de perfis socioeconômicos de cada país;
- d) arregimentação de novos sócios com campanhas de telemarketing e de assinatura da revista *AfroChamber*;
- e) dinamização dos contatos mediante a organização de visitas de empresários africanos ao Brasil;
- f) realização de pesquisas de mercado para produtos específicos;
- g) criação de banco de dados com atualização permanente;
- h) produção de página na *web*.

Entendemos que a entidade tem muito a contribuir, especialmente no horizonte desta nova ordem mundial em que novas formas de integração política e econômica se estabelecem buscando maior cooperação nos vários setores, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,²¹ da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul²² e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community – SADC),²³ destinadas a promover a aproximação entre seus membros e formar parcerias para fortalecer ações bilaterais e negociações junto aos países industrializados.

Além disso, acreditamos que a dinamização do comércio Brasil-África continua sendo um imperativo estratégico na razão direta dos nossos progressivos déficits na balança comercial com aquele continente. As potencialidades desse intercâmbio existem, pois, em que pese à debilidade da situação econômica de muitos países, há várias economias africanas que desde 1994 vêm obtendo taxas anuais de desenvolvimento econômico superiores a 5%, com alguns desempenhos individuais destacados acima de 10%, o que justifica maior interesse e agressividade das empresas brasileiras (Pimentel, 2000:6).

Por fim, entendemos que a Câmara de Comércio Afro-Brasileira teve destacado papel na dinamização das relações entre o Brasil e o Continente africano, e que a vasta experiência acumulada ao longo dos anos constitui importante legado para o

desenvolvimento de negócios. Ademais, não se podem desprezar as oportunidades abertas, o vasto número de africanos formados por escolas brasileiras que ampliaram o conhecimento mútuo das realidades de lá e de cá, tampouco o vasto legado de capital humano composto por engenheiros, técnicos e diplomatas brasileiros que viveram na África no período áureo do comércio bilateral. Um capital que vem sendo reforçado por associações de empresas que demonstram claramente um elevado interesse em fechar negócios com os países africanos, como o COLYMAR (Círculo Olympio Marques – Centro de Empresários Afro-Brasileiros), o CEM (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento de Empreendedores) e o CEABRA (Coletivo de Empresários Afro-Brasileiros).

Perspectivas empresariais em horizonte futuro: últimas considerações

Ao voltar a atenção para as relações comerciais Brasil-África, observamos tratar-se de um intercâmbio de há muito estabelecido, mas que, no cômputo geral, ganhou relevância no período compreendido entre os anos 70 e 90. Marcado por elevados picos de crescimento e declínio, o comércio Brasil-África nessa época tem sua condução fortemente estimulada pelos sucessivos governos que incentivavam a conquista de novos mercados e a exportação de artigos de maior valor agregado, fazendo com que nesse período se observe uma marcante presença do empresariado brasileiro no mercado africano.

Como pudemos observar, essa movimentação empresarial em direção ao Continente africano, iniciada nos anos 70, foi conduzida no âmbito da estratégia governamental de substituição de importações, tratando-se, mais especificamente, de um desdobramento dessa estratégia, ou seja: à medida que o crescimento da indústria nacional via substituição de importações gerava estoques invendáveis, o governo se via forçado a incentivar não apenas as exportações de artigos de maior valor agregado (manufaturados), mas também a conquista de novos mercados.

Estimulada pelas emergentes relações Sul-Sul,²⁴ que estimulavam o intercâmbio de países do Terceiro Mundo, a busca por novos mercados vai encontrar na África uma nova opção para o destino das exportações brasileiras. Essa opção era favorecida não apenas pela destacada fonte de suprimento de petróleo e outras matérias-primas cruciais ao desenvolvimento do modelo econômico

implantado no Brasil em que se constituíam os países africanos, mas igualmente pela manifesta disposição destes em encontrar parceiros no contexto Sul-Sul.

Assim, no início dos anos 70, multinacionais estrangeiras com filiais no Brasil e empresas de capital nacional são fortemente estimuladas pelo governo brasileiro a direcionarem parte de suas exportações para o Continente africano. Pudemos perceber que a adesão das empresas ao esforço exportador do governo foi conseguida, em grande parte, à custa de generosos incentivos fiscais, creditícios e cambiais, entre outros, que eram colocados à disposição de empresas voltadas para a exportação – setor de atividades bastante privilegiado entre os anos 70 e 80, em função de interesses do governo, aos quais se associava a “vontade de potência”, de elevar o País a um patamar superior no concerto das nações.

Nesse particular, como se pôde inferir, a reaproximação do Brasil com a África nos anos 70 não foi um fato natural, decorrente dos anos de contatos com o Continente africano, mas um ato político decorrente de um projeto de inserção internacional para o Brasil que buscava na África atender interesses materiais e políticos de afirmação de autonomia no mundo. Assim, sob o impulso do Itamaraty e de outros órgãos de governo, o Estado investiu maciçamente na conquista de novos mercados na África. Estreitaram-se laços políticos, criaram-se Embaixadas, promoveram-se eventos diversos, estimulando-se também o desenvolvimento de novos meios e formas de facilitar as exportações para o continente africano. Apostava-se nas potencialidades da região, ao tempo em que se buscava persuadir setores influentes da sociedade para se engajarem no esforço exportador do governo. Isso pode ser percebido pelo grande número de eventos patrocinados pelo governo brasileiro nesse período, além das facilidades e incentivos (fiscais, creditícios, cambiais, entre outros) concedidos aos empreendimentos que exportavam para a África.

As atividades de fomento à exportação fizeram com que diversas empresas surgissem nesse período ou voltassem seus empreendimentos para o mercado africano, contribuindo, dessa forma, para que a participação africana no total do comércio exterior brasileiro, ao início dos anos 80, se elevasse a índices jamais alcançados. Essa situação chama a atenção na medida em que o auge dessas relações foi alcançado num período, do ponto de vista econômico, bastante conturbado para o Brasil – a década de 80 foi considerada uma “década perdida”, de grave desequilíbrio nas contas externas e de inflação alta, quase incontrollável. Mas, a despeito

desse elevado crescimento do comércio Brasil-África na década de 80, no decênio seguinte o intercâmbio comercial, pelo contrário, regrediu. A crise econômica que abalou o mundo ao final dos anos 80 refletiu-se negativamente nos anos seguintes, atingindo profundamente as economias africanas ao retirar-lhes a capacidade de ampliar suas relações com o Hemisfério Sul. O Brasil, por sua vez, ao efetuar a renegociação da dívida externa, perdeu parte de sua liquidez e conseqüentemente grande parcela de sua capacidade de sustentar uma política em direção à África, concedendo subsídios, incentivos e demais facilidades às exportações.

A política de estabilização da economia e a reforma do Estado brasileiro exerceram consideráveis influências no arrefecimento desse comércio, na proporção em que levaram o País a eleger uma política cuja abertura comercial privilegiava a relação com os tradicionais parceiros industrializados (Estados Unidos e União Européia) e priorizava uma política regional em direção ao Mercosul. Isso torna-se evidente nas palavras do ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 1995, ao afirmar que uma prioridade da política externa brasileira "é o processo de consolidação do Mercosul, o seu eventual engrandecimento com a incorporação de novos parceiros, o seu relacionamento com outras comunidades econômicas, *com destaque para União Européia e Nafta e sua incidência na estabilização e na retomada do crescimento*" (Lampreia, 1975:115). Com a reforma do Estado, percebe-se que, do ponto de vista do comércio externo, o País se distancia da África. Conformando-se com os princípios da globalização e do livre mercado, que estimulavam a desregulamentação e a privatização, o papel do Estado vai progressivamente diminuindo.

Como se pôde observar, nas duas primeiras décadas do período estudado o empresariado brasileiro foi alvo de ponderáveis medidas de fomento à exportação para o mercado africano, razão do sucesso de muitos empreendimentos, alguns dos quais ainda hoje prosseguem atuando em operações voltadas para o comércio africano, como a Câmara de Comércio Afro-Brasileira que se reveste de exemplo significativo da ação empresarial brasileira na África.

A CCAB obteve o importante apoio do governo brasileiro nas suas operações direcionadas ao mercado africano. Isso incluiu o estabelecimento de várias condições especiais e de mecanismos facilitadores como o *countertrade*, a viabilização da implantação de linhas aéreas e marítimas, a concessão de financiamentos e linhas de créditos especiais monitoradas por bancos estatais, a designa-

ção de funcionários governamentais brasileiros para assessorar operações comerciais além de participação e envolvimento direto em eventos promovidos pela Câmara.

A Câmara de Comércio tinha na sua liderança um parlamentar de considerável influência no círculo governamental, e isso certamente contribuía para chamar a atenção da classe política para as iniciativas dessa entidade, conferindo-lhe prestígio e promovendo a maior adesão de interessados no comércio Brasil-África. Além disso, a estreita aproximação com os altos círculos de um governo disposto a colaborar com iniciativas voltadas para a África permitia facilitar trâmites burocráticos e sensibilizava as autoridades para a redução de obstáculos e a obtenção do apoio de órgãos oficiais. Desse modo, as atividades da Câmara de Comércio no exterior tinham o decisivo suporte do Itamaraty e de outros organismos do governo brasileiro, cujos serviços e até funcionários eram disponibilizados nos eventos promovidos pela entidade, respaldando ou mesmo viabilizando suas operações. Exemplo dessa atitude pode ser observado na inclusão de funcionários governamentais acompanhando a missão comercial a países africanos organizada pela Câmara em 1973.

Não se pode desprezar a disposição do empresariado brasileiro em aproveitar as oportunidades de negócios surgidas no âmbito do comércio Brasil-África, como também o seu empenho no enfrentamento de dificuldades nada convencionais. Aí estariam incluídos o conflito angolano, a preferência africana por produtos e serviços europeus, a insuficiência de transportes diretos e o desconhecimento mútuo das respectivas realidades.

Como se afirmou anteriormente, a partir dos anos 90 houve uma redução progressiva da intervenção do Estado brasileiro na economia. Ao mesmo tempo, os números do comércio Brasil-África diminuíram significativamente e, da mesma forma, percebe-se que as atividades da Câmara se reduziram. O vínculo entre a redução da intervenção estatal no comércio Brasil-África e o arrefecimento das atividades da Câmara torna-se visível na medida em que, nesse período, se reduzem os eventos promovidos pela entidade. Certamente por isso, deixa-se de publicar o relatório de atividades anteriormente enviado aos filiados, extingue-se a revista *AfroChamber*, diminui o número de filiados e de solicitação de serviços.

Tais elementos parecem sinalizar para uma redução da capacidade da Câmara de atrair novos negócios na África, bem como de ampliar o número de interessados brasileiros no comércio africa-

no. Isso torna-se preocupante em se tratando de uma entidade privada que busca a aproximação de comerciantes em busca de oportunidades de negócios que, em nosso entendimento, não têm sido devidamente exploradas, embora sejam de efetivo interesse para empresas brasileiras e africanas, especialmente as pequenas e médias.

Em face de uma insuficiente conformação aos novos ditames do mundo dos negócios, a Câmara parece ter se engessado, o que sugere a perda de uma parcela de sua força negocial. A atuação em um mercado cada vez mais exigente e competitivo requer das empresas o desenvolvimento de sua capacidade estratégica, o que significa ampliar o horizonte de visão dos negócios, criando e desenvolvendo uma postura pró-ativa e antecipatória. No caso de uma entidade de negócios atuando num mundo cada vez mais globalizado, esta necessita não apenas ser hiperativa, mas também manter uma constante reciclagem.

Como Santos (1992), entendemos que o futuro de qualquer empresa é um campo aberto de possibilidades, mas que é possível influir na construção desse futuro, desenvolvendo a capacidade de perceber tanto as ameaças e oportunidades no ambiente externo como as forças e fraquezas no ambiente interno, potencializando dessa forma os pontos fortes e minimizando os pontos fracos de uma gestão empresarial. Acreditamos que a Câmara esteja a necessitar da implantação de um modelo de gestão estratégica que incentive o compartilhamento e a construção de um projeto coletivo para a entidade. Como ponto de partida, um bom exemplo seria instituir reuniões de coordenação, um espaço formal da entidade em que, mediante encontros sistemáticos entre os seus integrantes, se constrói a estratégia de ação e se faz o acompanhamento das ações da organização.

Esse espaço, se bem estruturado, colaboraria para a formação e o desenvolvimento de capacidades estratégicas dos seus componentes, pois pessoas com visões e percepções diferentes discutiriam seus pontos de vista sobre um mesmo tema, chegando a acordos e tendo como resultado um trabalho de fato coletivo. Isso permitiria a antecipação de problemas e sua solução, bem como a melhor administração de conflitos e o fortalecimento da ação da entidade no mercado.

Por sua vez, os novos cenários do mundo dos negócios exigem a utilização intensiva de modernas ferramentas de gestão. Estas parecem incorporar-se de forma bastante lenta ao dia-a-dia da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, que não possui uma pági-

na na *web* e parece utilizar pouco a Internet, além de possuir um banco de dados que carece de atualização. Tais constatações estariam a indicar a necessidade de sérias reformulações na forma de atuação da Câmara a fim de que esta possa continuar a exercer o significativo papel desempenhado nos “anos de ouro” do comércio Brasil-África. Seu nome, sua história e seu passado constituem um legado que não se pode desprezar, tendo em vista a ampla experiência e o grande conhecimento acumulados ao longo dos anos no desenvolvimento de negócios no Continente africano.

Entre outras medidas recomendadas ao longo deste texto, entendemos de grande potencial a intensificação da atuação da Câmara mediante a organização de seminários para empresários, visitas a associações de classe, viagens e encontros internacionais com grupos de empreendedores africanos, com a finalidade de apresentar as potencialidades do comércio brasileiro, proporcionando condições para a ampliação do diálogo entre homens de negócios dos dois lados do Atlântico.

A despeito das mudanças no ambiente econômico brasileiro e da redução progressiva do apoio estatal nos anos 90, constatou-se na pesquisa que a Construtora Norberto Odebrecht experimentou uma continuada ampliação de suas atividades no continente africano. Ela se instalou em outros países da região e, por meio do “efeito vitrine”, ampliou o seu raio de ação para outros continentes. Por tais constatações, a experiência dessa empresa estaria a demonstrar que as relações comerciais com o Continente africano são viáveis, suscitando diversas indagações: será que hoje em dia uma grande empresa brasileira que desejasse iniciar negócios na África poderia conseguir êxito seguindo o modelo adotado pela Odebrecht? E no caso de uma pequena ou média empresa?

Diante do que apresentamos ao longo deste estudo, percebe-se que as condições no Brasil se modificaram e, portanto, empresas que desejarem iniciar operações no mercado africano já não podem copiar aquele modelo de atuação. Uma empresa brasileira que, na atualidade, resolva dirigir suas exportações para o mercado africano terá de partir de novas bases, já que não poderá contar com a vasta gama de incentivos creditícios e financeiros concedidos no passado pelo governo brasileiro. Extinguiram-se as linhas diretas semanais que ligavam o Brasil a diversas cidades africanas, como Lagos (Nigéria), Abidjan (Costa do Marfim), Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique). À exceção dos dois vôos diretos semanais para a África do Sul, os contatos aéreos com o Conti-

nente africano se efetuam de forma triangular, com passagem pela Europa.

Por sua vez, diferentemente dos “anos de ouro” do comércio com a África, a empresa não vai mais encontrar uma economia que, dada a elevada prioridade atribuída à exportação, colocava os recursos da burocracia estatal à disposição das empresas interessadas nessa atividade. Assim, com o capital financeiro escasso no Brasil e nos países africanos, em lugar dos empréstimos a juros subsidiados, antes concedidos por bancos oficiais, as empresas são hoje obrigadas a contar com seus próprios recursos ou recorrer a empréstimos a taxas de juros de mercado oferecidos pelos bancos privados. Em contrapartida, no horizonte do século XXI, o Brasil, da mesma forma que os países africanos, ampliou o conhecimento sobre esse intercâmbio. Cresceu no País o número de centros de estudos sobre a África, contabilizando um reforço em termos de capital intelectual e de recursos humanos proveniente do maior número de africanos e brasileiros que atuaram nesse comércio.

A rede mundial de computadores facilitou o conhecimento de oportunidades de negócios. Análises de possibilidades de países e mercados africanos podem ser inferidas de *sites* de organismos internacionais, como os da ONU, ONUDI, OUA e FAO, entre outros. A BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br), *site* do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, oferece gratuitamente um amplo conjunto de oportunidades de negócios, informações e pesquisas sobre produtos e mercados, endereços úteis, notícias, *links* e outros dados de interesse para exportadores brasileiros. Nesse *site*, a empresa pode incluir uma oferta de exportação para ser consultada por congêneres de fora do Brasil, além de obter informações sobre as condições gerais de acesso de seu produto a um país ou bloco econômico. Assim, uma pequena ou média empresa que esteja procurando negócios no mercado africano deve incorporar a Internet a sua rotina de trabalho. A isso se deve acrescentar a busca de oportunidades junto a câmaras de comércio,²⁵ consulados e embaixadas de países africanos no Brasil.

Já no caso de uma grande empresa, cujo aporte financeiro é mais elevado, a especialização e o aprimoramento dos recursos humanos e tecnológicos revestem-se de importância capital. Dispondo de departamento de exportação próprio, a permanente atualização de seus quadros, em sintonia com as tendências mundiais, a torna mais capacitada para atuar nesses mercados. A assinatura de periódicos especializados em África, o envio de representantes

para conhecer pessoalmente as potencialidades dos países africanos, o permanente contato com empresas estrangeiras e nacionais que detêm o conhecimento dos mercados locais constituirão importantes ferramentas a serem consideradas. Em certas circunstâncias, seria recomendável buscar a associação com outras empresas em torno de projetos de *joint-venture*. Convém ainda ressaltar que, a exemplo das grandes empresas européias, norte-americanas e asiáticas, a intenção de permanecer no continente africano parece fator de grande importância para o sucesso nesse tipo de empreendimento, haja vista que essa presença contínua tende a propiciar um maior domínio dos mecanismos comerciais, assim como maior rapidez na adaptação aos mercados.

A atuação da Odebrecht no Continente africano revela a experiência bem-sucedida de uma empresa do setor de exportação de serviços – um setor importante que dispõe da propriedade de produzir impactos positivos sobre a economia do país de origem, com destaque para a geração de outras exportações de bens de capital, serviços e produtos. Ao mesmo tempo, a condição empresarial brasileira nos dias atuais é, reconhecidamente, de grande potencial instalado, com altos níveis competitivos e tecnológicos, especialmente nessa área de exportação de serviços. Tanto assim que, no caso dos projetos de consultoria, engenharia e construção, o Brasil detém tecnologia de ponta, sendo esse o único setor da economia nacional em que as empresas são consideradas verdadeiramente multinacionais, com competência mundialmente reconhecida. A engenharia nacional, por exemplo, está presente em mercados altamente competitivos do Primeiro Mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

Assim, será que as empresas que exportam projetos de consultoria, engenharia e construção, atividades em que o país detém tecnologia de ponta, são aquelas com maiores possibilidades de êxito no mercado africano? Que outros empreendimentos foram bem-sucedidos? Quais deles fracassaram? Quais as razões desses sucessos/fracassos? Como se pode ver, são muitas as questões cujas respostas poderiam nortear outras pesquisas cujos resultados certamente contribuiriam para aprofundar o conhecimento da experiência empresarial brasileira dos anos 70 aos 90.

Caberia acrescentar que as considerações aqui apresentadas advêm do entendimento de que as conjunturas brasileira, africana e internacional estão continuamente a criar novas oportunidades e desafios que não podem ser ignorados pelos homens de negócios deste País, a despeito das dificuldades que sempre existirão nas re-

lações com qualquer país ou região. No caso africano, tais dificuldades estariam vinculadas, sobretudo, à recorrente instabilidade política e econômica de boa parte desses países, determinando um "custo África" que cria obstáculos à instalação ou operação de empresas brasileiras naquele continente.

Buscando averiguar quais os mercados africanos que se apresentariam como promissores para o desenvolvimento de negócios brasileiros nos horizontes do ano 2002, o pesquisador consultou Especialistas em África e deles recolheu impressões que nos levaram à conclusão de que, excluídas algumas grandes empresas que procuraram consolidar sua presença no Continente, o setor privado brasileiro não está familiarizado com as diferenças entre os diversos países africanos. Por isso, tende a julgar a África como um todo em função dos aspectos negativos ressaltados pela imprensa, da mesma forma que, em sentido inverso, muitos empresários africanos desconhecem a qualidade de nossos produtos e serviços.

Percebeu-se ainda que as relações comerciais entre o Brasil e o Continente africano hoje se concentram, em grande medida, nos países petrolíferos, como Líbia, Nigéria, Gabão, Argélia, Angola e Congo Brazzaville. Além desses países, destaca-se a África do Sul, que desponta como parceiro de elevado valor estratégico em função de sua posição geográfica e do seu nível de desenvolvimento industrial, que é elevado em comparação com os de outros países africanos. Brasil e África do Sul são os pólos mais desenvolvidos do capitalismo em seus respectivos continentes, o que se expressa não só na grandeza de seus PIBs, mas também nos respectivos graus de sofisticação industrial. Acrescente-se a isso a condição privilegiada de observador de que a África do Sul desfruta no Mercosul, além do fato de poder ser considerada um trampolim para a penetração em todo o subcontinente da África Austral, região de apreciável valor econômico derivado da produção e reserva de vários minerais estratégicos, situada entre os oceanos Índico e Atlântico e fronteira ao cone sul da América Latina.

Também o mercado dos países africanos da CPLP foi apontado como um mercado potencial para a venda de mercadorias e serviços, tais como a construção civil, a agropecuária etc. A língua portuguesa comum e o interesse político do governo brasileiro em desenvolver maior cooperação representariam um grande atrativo para impulsionar um intercâmbio comercial de grandes potencialidades. Trata-se de um mercado com cerca de quarenta milhões de pessoas cujas afinidades culturais e familiaridade com o Brasil são estimuladas por condições semelhantes em termos de terreno e de

clima. Além disso, as empresas brasileiras possuem vantagens comparativas para participar no desenvolvimento africano, pois o patamar tecnológico dessas empresas permite a atuação em setores de média complexidade, dotados de capacidade indutora, como a formação profissional, a construção civil, a agricultura e outros.

Tratam-se de perspectivas múltiplas e atraentes, que ainda assim nos apontam para novas questões: sob que outras formas de atuação empresas brasileiras se estabeleceram no continente africano no período estudado? Que situações poderiam ser apontadas como potencializadoras do sucesso (ou do fracasso) dessas iniciativas? Em tempos de globalização, com o peso hegemônico das relações econômicas Norte-Sul, seria possível ou desejável reativar o intercâmbio Sul-Sul? Será que, no contexto da globalização, o governo brasileiro deveria voltar a priorizar as relações com a África? São questões, como muitas outras, cujas respostas seriam de muita utilidade para pesquisadores interessados no tema das relações comerciais Brasil-África, além de ampliar o conhecimento sobre o comportamento do empresariado nacional, provendo o campo da administração, (fortemente contaminado por influências estrangeiras) com informações retiradas do contexto brasileiro – rica fonte de ensinamentos para as novas gerações de empreendedores.

NOTAS:

1. Este artigo resultou de dissertação de mestrado. Agradeço ao professor Dr. Jacques d'Adesky pelos comentários e orientação.
2. O desenvolvimento da pesquisa ressaltou a quase inexistência de estudos sobre negócios brasileiros a partir da realidade nacional, justificando as ponderações de Aquino (1986) quanto ao estudo da administração em nosso país ser fortemente contaminado por influências estrangeiras fazendo com que um vasto número de experiências empresariais e de gestão sejam pouco exploradas, o que poderia fornecer substanciais contribuições ao campo da administração, provendo instituições responsáveis pela formação de novas gerações de empreendedores de informações retiradas do próprio contexto nacional.
3. Embora caracterizadas como sem fins lucrativos, as receitas dessas entidades provêm de quotas pagas por seus filiados e das atividades de prestação de serviços que realizam
4. A imagem do presidente da Câmara refletia um empreendedor negro de sucesso.
5. Esses dados eram obtidos em sua maioria junto a fontes européias e nos países interessados, pelo que se imagina serem muitas vezes incompletos e desatualizados. Essa situação evidencia o insuficiente conhecimento da África não apenas da parte do empresariado, mas da sociedade brasileira como um todo, já que as informações divulgadas pela imprensa eram poucas, produto de agência internacionais. Quase não ha-

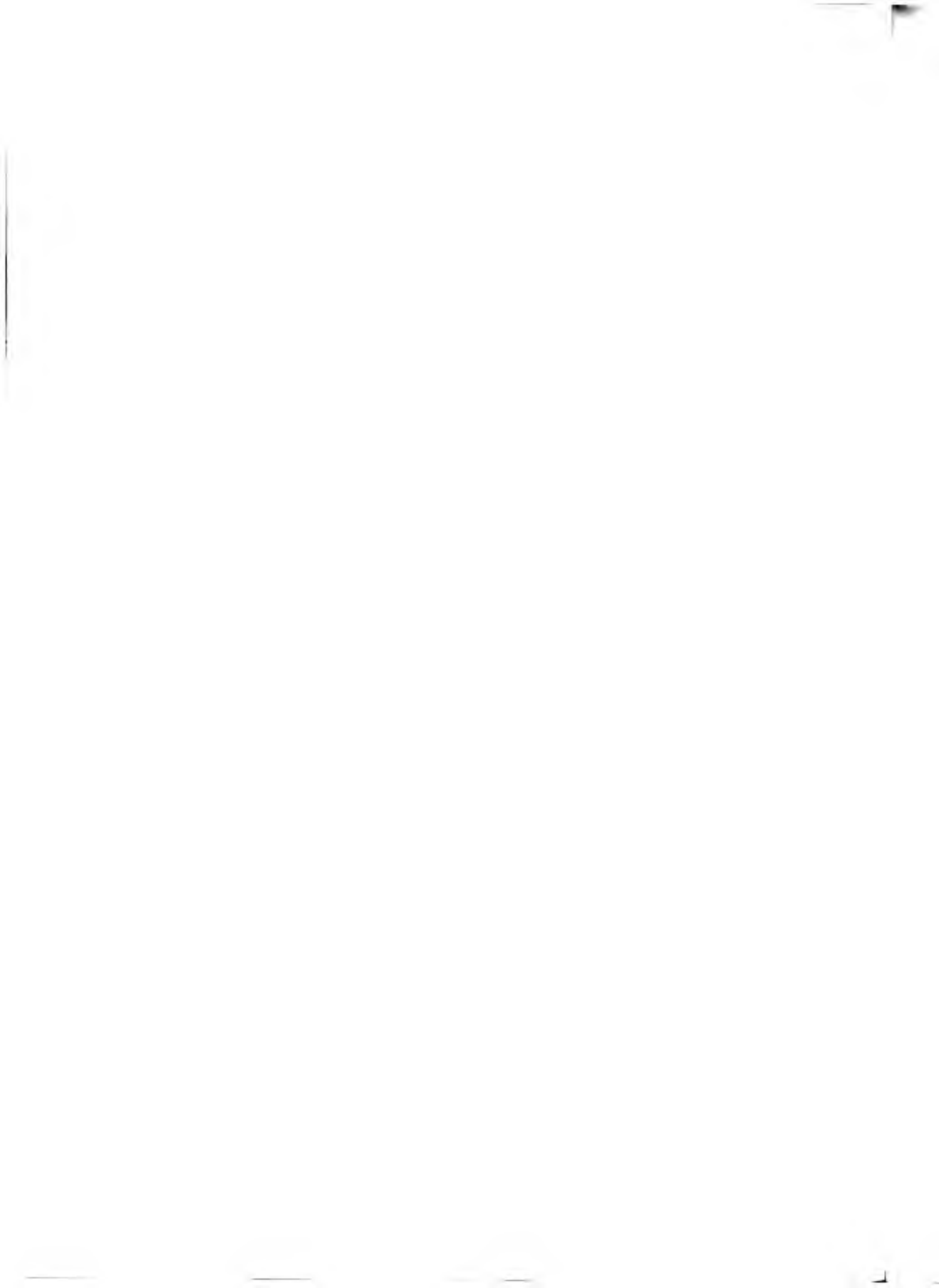
- via livros, ainda que traduzidos, sobre a África, e existiam apenas dois centros de estudos africanos: o CEAO na Bahia e o CEEA no Rio de Janeiro.
6. Discurso proferido na solenidade de lançamento da Missão.
 7. A Missão prestou serviços de representação de produtos de 62 firmas brasileiras de diversos setores de atividade, como a Plantel Import. e Export., a Evasian Indústria de Calçados, a Afro-América Import e Export Ltda., a Persianas Colúmbia S.A., a Eucatex, a Suzano Pffeifer Ind. de Papéis, a BSA Consultoria Financeira e Export., a Ind. de Sacos Acácio Camargo etc. Fonte: documento cedido pela CCAB.
 8. As entidades governamentais que enviaram representantes foram: Ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, Cacex, Companhia de Promoção de Exportação de Manufaturados do Estado de São Paulo – Copeme e Lloyd Brasileiro. Fonte: documento cedido pela CCAB.
 9. A África compunha-se de nações ainda em processo de descolonização e outras recém-independentes – em estágio de formação de quadros políticos.
 10. A CCAB participou de feiras internacionais na Nigéria (1973), Senegal (1974), Zaire (1975), Gana (1976) e Moçambique (1979), além de missão comercial a Zâmbia, liderando um grupo de empresários brasileiros. Essas informações constam de relatório dirigido aos filiados com um balanço das atividades executadas pela Câmara até o final de 1982. A partir desse ano, o relatório deixou de ser emitido, possivelmente para evitar a divulgação do decrescente desempenho da Câmara nos anos seguintes.
 11. Os serviços disponibilizados pela Câmara aos seus filiados compreendiam o fornecimento de informações referentes ao mercado africano no que tange à exportação e importação de produtos, incluindo tarifas aduaneiras, direitos de importação, promoções de produtos e serviços brasileiros, assessoramento e trâmites diplomáticos no exterior, oportunidades comerciais, emissão e autenticação de certificado legais e documentos para credenciamento em concorrências internacionais, pedidos de cotação etc.
 12. A *AfroChamber* tinha periodicidade bimestral, com versões em português (dez mil exemplares), inglês (cinco mil) e francês (cinco mil).
 13. Entre 1980 e 1984, os investimentos brutos nos países africanos, vinculados a aportes das agências multilaterais, diminuíram 22%, passando de 18,6% para 10,8% do PIB (Pimentel, 2000:10).
 14. Os dados referentes aos países mencionados foram recolhidos do site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em www.mre.gov.br, e do *Anuário Abril 2001*.
 15. CEDEAO ou ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, órgão regional de cooperação econômica.
 16. A divulgação dos filiados é uma ação que as câmaras costumam realizar quando solicitadas. Redunda em propaganda para entidade. Do conhecimento de quantos e quais são seus filiados, pode-se inferir o peso da organização e a sua representatividade. Não foi permitido ao pesquisador o acesso a essas informações o que poderia sugerir que ou não existem filiados na quantidade informada ou a entidade não tem a representatividade que tenta demonstrar.
 17. Câmara de Comércio Brasil-Angola, Câmara de Comércio Brasil-Nigéria, Câmara de Comércio Brasil-República Sul Africana.

18. Trechos da entrevista concedida pelo Sr Aderaldo O. Anjos, vice-presidente da CCAB.
19. Essa Câmara, tem como filiados empresas, de grande porte e notoriedade, como General Motors, Mercedes Benz, Petrobrás, Ypiranga, entre outras.
20. Trecho de entrevista de Fernando Tomé concedida ao pesquisador na sede da CCBRAS.
21. A CPLP foi criada em Lisboa, em 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos – Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – no propósito de buscar: a concertação político-diplomática entre seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da língua portuguesa.
22. A ZPCAS foi estabelecida em 1986 pelos países da costa ocidental da África e pelos países latino-americanos banhados pelo Atlântico Sul. Esses 24 países buscam uma forma de integração e colaboração regional.
23. A SADC criada em 1992 com o objetivo de incentivar as relações comerciais entre os quatorze países-membros da África meridional, visando criar um mercado comum e estabelecer a paz e segurança na região.
24. As relações Sul-Sul correspondem a um movimento implementado no seio dos países do Terceiro Mundo incentivando as trocas recíprocas como forma de reforçar os laços econômicos e reduzir a sujeição global aos países desenvolvidos.
25. As câmaras voltadas para o comércio com a África são: Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Câmara de Comércio Brasil-Angola, Câmara de Comércio Brasil-República Sul-Africana e Câmara de Comércio Brasil-Nigéria.

Referências bibliográficas:

- AFROCHAMBER (1983). Discurso proferido na solenidade de fundação da Câmara de Comércio Brasil-Nigéria em 22 de setembro, p. 12.
- ALMEIDA, P. R. de (1998). *Relações internacionais e política externa do Brasil: do descobrimento à globalização*. Porto Alegre, UFRGS.
- BERNOEFT, R. (1989). *A empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida*. São Paulo, Nobel.
- D'ADESKY, J. (1998). "O paradoxo das relações comerciais Brasil-África". *Network*, vol. 7, nº 3, set.-dez.
- DAEMON, D. (1986). *Negociações em mercados internacionais: análise e casos de operações comerciais na Europa Oriental, África, Oriente Médio*. Rio de Janeiro, FGV/Nova Fronteira.
- HARTMANN, J. (1997). "Empresa familiar: negócios em extinção? Empreendedor oportunidade de negócios". *Mulher de Negócios*, vol. 2, nº 25, nov.
- "ITAMARATY intensifica ajuda a empresários na busca de novos mercados". *Relnet Resenha Econômica*, disponível em <<http://www.relnet.com.br>>, acesso em 20 de novembro de 2001.
- LAMPREIA, L. F. (1975). "Apresentação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados". *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 76.

- PEREIRA, J. M. N. (1978). "Colonialismo, racismo, descolonização". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 2, pp. 16-29.
- PIMENTEL, J. V. de S. (2000). "Relações entre o Brasil e a África subsaariana". *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 43, pp. 5-23.
- SANDRONI, P. (1999). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Best Seller.
- SANTANA, I. de. (2000). "Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social". *Afro-Ásia*, nº 23, pp. 199-237.
- & CAMARGO, C. L. de (1999). "Infância e adolescência de executivos negros: um estudo retrospectivo". *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, vol. 9, nº 2, pp. 74-89.
- SANTOS, G. G. dos. (1993). Partidos políticos: etnia negra em São Paulo. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, PUC-SP.
- SANTOS, L. A. A. dos (1992). *Planejamento e gestão estratégica nas empresas*. São Paulo, Atlas.
- SATO, E. (2000). "A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e percepções". *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 43, pp. 138-169.
- SCHEFFER, A. B. B. (1993). "Sucessão em empresas familiares: dificuldades e ações preventivas". In: ENANPAD, 17.
- SKIDMORE, T. (1978). "O papel do Brasil em face do sistema internacional: implicações em relação à política norte-americana". In: R. Roett, *O Brasil na década de 70*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 22-37.
- VALENTE, A. L. E. F. (1983). Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982. São Paulo, FFLCH/USP.
- "WEB é atalho para comércio exterior". *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, São Paulo, 5.11. 2001.



Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis

Érika Mesquita

Resumo

Este trabalho vem contribuir para um (re)pensar a obra e a postura intelectual de um dos grandes pensadores brasileiros, Clóvis Moura, profícuo estudioso da história social do negro no Brasil. Analisa a conduta acadêmica deste cientista social radical e expõe, de forma incipiente, parte de sua trajetória de vida que muito contribuiu para suas acepções teóricas e práticas. Traz à tona a questão de sua tardia receptividade nos círculos acadêmicos.

Palavras-chave: Clóvis Moura, história social do negro, Brasil, negro, Sociologia da práxis.

Abstract

Clovis Moura and the sociology of praxis

This work contributes to a (re)thinking of the work and intellectual position of one of the greatest Brazilian thinkers, Clovis Moura, a very important Brazilian thinker of the Negro social history. It analyzes this radical social scientist's academic career, and it shows, as well, a part of his life story that has contributed to his theoretical and practical ideas. And it also highlights his late acceptance among the academic circles.

Keywords: Clovis Moura, Negro social history, Negro, Brazil, sociology of praxis.

Résumé

Clovis Moura et la Sociologie de la praxis.

Par ce travail, on veut contribuer à repenser l'oeuvre et la démarche intellectuelle de l'un des grands chercheurs brésiliens, Clovis Moura, dont les études sur l'histoire sociale du Noir au Brésil sont fructueuses. On y analyse la démarche académique de ce spécialiste radical des sciences sociales et l'on présente de forme succincte une partie de la trajectoire de sa vie qui l'a beaucoup aidé à mettre en place ses acceptions théoriques et pratiques. On souligne également le fait que les milieux académiques ne l'ont reconnu que tardivement.

Mots-clés : Clovis Moura, histoire sociale du Noir, Noir, Brésil, Sociologie de la praxis.

Quando começamos a pensar sobre Clóvis Moura, deparamos com muitas indagações. As mais freqüentes, de meus colegas alunos de pós-graduação, eram “quem foi Clóvis Moura”, e “no que ele contribuiu para pensar o Brasil?” Ao mesmo tempo, havia pronunciamentos eufóricos, principalmente de professores, tais como: “que bom que alguém se lembrou dele”. Bem, diante deste quadro – esquecido ou preterido –, começamos a refletir sobre suas proposições. Este artigo é fruto de nossa dissertação de Mestrado em Sociologia sobre a obra deste autor, e não tem a pretensão de ser exaustivo ou de dar uma resposta conclusiva a respeito do intelectual Clóvis Moura. Nossa proposição é dar o pontapé inicial para muitos outros estudos sobre sua obra. Buscaremos trazer algumas possíveis hipóteses de análise da trajetória intelectual – pode-se dizer radical –¹ deste autor, acima de tudo ético.

Como pretendemos resumir sua compreensão de Brasil, e estamos analisando algumas de suas interpretações com o intuito de revelar suas proposições, sua história de vida ganha relevo. Este recorte de estudo traz à tona partes, consideradas por nós, importantes de sua biografia.

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu no outono de 1925, em Amarante, Piauí, membro de uma família de classe média-baixa (na linguagem cabocla seria o equivalente a remediado, isto é, nem pobre, nem rico). Filho de mãe branca e pai negro tem, entre seus antepassados, um barão do império prussiano, seu bisavô Ferdinando von Steiger; pelo lado paterno, a escrava Carlota, sua avó, diga-se em tempo, escrava de seu avô, mais um dos muitos senhores de engenho do Nordeste açucareiro. Clóvis, ainda criança, muda-se com a família para Natal (RN), onde residiu de 1935 a 1941. Inicia seus estudos num colégio de padres maristas, o Colégio Santo Antônio. Ainda muito jovem funda, à revelia dos irmãos maristas, o Grêmio Cívico-Literário “12 de Outubro”, onde eram realizadas reuniões semanais para discussão de literatura e política. Segundo Moura, o grêmio cresceu e prosperou, chegando a possuir quarenta membros, participantes ativos, “cada um com seu

patrono à maneira da Academia Brasileira de Letras”.² Comenta, ainda, que “o Grêmio contou com sócios honoráveis, como Luís da Câmara Cascudo, Elói de Souza, dentre outros autores regionais de renome”. Possuiu também um jornal literário de nome *O Potiguar*, sob sua direção, no qual publicou o primeiro de muitos artigos sobre o Brasil, este versando sobre a Inconfidência Mineira.

Quando Clóvis Moura e seu irmão se mudaram para Salvador, em 1942, finda-se o Grêmio, muito conhecido pelos debates e publicações literárias. Na Bahia, Clóvis não chega a graduar-se em Humanidades naquele ano,³ e ingressa na carreira jornalística por meio do jornal *O Momento*, diário do Partido Comunista Brasileiro – PCB. É quando há o contato com o PCB, que se constitui na oportunidade para que ele se aprofundasse nas teorias marxista e pecebista da III e IV Internacionais. Já em 1945 torna-se militante e em 1947 elege-se deputado estadual pelo Partido, mas tem sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral devido a uma manobra política proveniente dos partidos de ocasião, em torno de um comício no qual estava em Juazeiro, no dia 1º de maio. Sabemos que houve, em 1947, mais um dos cancelamentos do registro do Partido Comunista, partido pelo qual se elegera.

Por conta desse acontecimento político, Moura transfere-se para São Paulo em 1949, e começa a atuar na Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais. Além de militar no Partido Comunista, Moura profissionalmente atua como jornalista, trabalhando para Samuel Wainer e, posteriormente, para Assis Chateaubriand, nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, pesquisava sobre a rebeldia negra, a luta de classes no período colonial, tendo como foco o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista culturalista, que começava a ser abordado no momento, mas – e principalmente – social, desdobrando-se para os planos político e econômico. Em 1959 publica seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da senzala*.

Foi com esse pioneiro livro, revisionista da escravidão, bem como da história social do negro, que Clóvis Moura se inseriu no cenário intelectual brasileiro, sendo que as luzes da ribalta nacional tardiamente voltaram seu foco para ele. A questão que se coloca é: por que o autor foi preterido da discussão acadêmica, principalmente logo após sua “inserção” como mais um pensador da escravidão e da história do negro no país? Talvez a resposta a este questionamento esteja na própria leitura feita pelo autor da história so-

cial brasileira. Com grande acuidade e criticidade, verificou que para a construção desta sociedade cobra-se um alto custo dos setores subalternos, em especial dos negros; esta leitura era incômoda para as classes dominantes.

O fato é que seu primeiro livro, *Rebeliões da senzala* foi, eufemisticamente, pouco acolhido pelos intelectuais brasileiros, pertencentes ou não ao Partido Comunista, que resistiram à sua tese. Talvez por suas acepções estarem em desajuste com o stalinismo⁴ pregado pelo PCB, sua ligação com o Partido nunca foi de aceitação das teorias divulgadas pela Internacional Comunista, daí sua aproximação das análises de Brasil feitas por Caio Prado.⁵ Assim como este autor, suas análises também utilizam o marxismo, mas apenas como instrumento para diagnosticar as realidades contraditórias das diversas fases históricas do país, levando em consideração, principalmente, a questão racial. É, por conta de sua posição, digamos radical, dentro do “Partidão”, desde logo, por causa de suas interpretações consideradas aberrações por seus companheiros de partido, Moura começa a ser isolado ou “desqualificado” dentro da verdadeira e profícua bandeira de luta do PCB – a luta de classes que, à época, para os partidários do comunismo, nada tinha a ver com questão racial. Segundo Moura, os PCs brasileiros, bem como os latino-americanos, tinham [e de certo modo ainda têm] dificuldades em entender a questão “raça”/classe que envolve a problemática do afrodescendente brasileiro, bem como do afrodescendente latino-americano (Moura, 1994).

O intelectual radical e a Academia

Sobre a questão “intelectuais e os partidos de esquerda”, Marco Aurélio Garcia coloca uma distinção entre o “intelectual de partido” e o intelectual “simpatizante”. Para Garcia, o “intelectual de partido” é aquele que segue à risca a disciplina imposta pelos ditames internacionalizantes vindos do Partido Comunista russo; já o “simpatizante” não tende ao mesmo rigor. Ainda em sua análise, entende também que a separação entre “intelectual de partido” e “simpatizante” pode ser arbitrária, pois amiúde os dois conceitos se fundem e se confundem. Garcia apresenta exemplos da forma “simpatizante” de intelectual de esquerda:

Pablo Neruda, por exemplo, morreu militante e dirigente do PC chileno, e Jorge Amado chegou a ser deputado do Partido Comunista Brasileiro, mas seus perfis se ajustam mais aos de “simpatizantes” do que pro-

priamente aos de “intelectuais de partido”. No caso de Amado, a crise do movimento comunista dos anos 50, que provocaria tamanhos desgastes em suas fileiras e entre os “simpatizantes”, acabou por afastá-lo do PCB. [...] Caio Prado Júnior, que também foi deputado do PCB, a despeito de ter produzido uma das mais significativas obras sobre a realidade econômica, social e política do Brasil, sempre foi um marginal no interior do PCB, na medida em que sua produção historiográfica contraditava fundamentalmente o modelo de interpretação vigente no PC sobre o caráter da sociedade brasileira”. (Garcia, citado em Soares, 1985:98)

O interessante é percebermos que o “intelectual de partido” possui, na acepção de Garcia, um sentido muito estrito, referindo-se sempre a um intelectual acadêmico, desconsiderando o intelectual “radical”. Utilizando a intelecção de Garcia para analisar o intelectual Clóvis Moura, seguramente este se enquadraria na ala dos intelectuais “simpatizantes”, que tal como Pablo Neruda, Jorge Amado e Caio Prado, não seguia disciplinadamente os ditames do Partido Comunista. Com isso podemos igualmente explicar a marginalização de Moura no interior do Partido. Garcia expõe que os intelectuais que pretenderam assumir seu pensar individual acabaram por sofrer de uma marginalidade que o “espírito de partido” carrega.

As relações intelectuais/partido aparecem também subsumidas nas fórmulas “o partido como intelectual coletivo”, com o que se pretende sublinhar o caráter “social” da elaboração teórica e minimizar as intervenções individuais. Sem subestimar a importância desta proposta metodológica, é importante assinalar que ela tem ocultado, na maioria dos casos, um processo monocórdico de reflexão, onde as dissonâncias teóricas são estigmatizadas como verdadeiras heresias ou, simplesmente, confinadas a posições onde não têm repercussão. Trata-se da aplicação dos princípios do “centralismo democrático” à atividade intelectual. (*ibidem*:99)

Esbarramos também em outra questão, a do intelectual inserido na universidade e daquele autônomo. Mas, além da condição de estar ou não no meio acadêmico, essa situação carrega consigo a ilação de uma ideologia particular, que no caso de Moura é a de não estar à venda (quer dizer, a serviço do capital), de poder ter uma desvinculada e mais ampla liberdade de expressão, sem se preocupar em agradar esse e desagradar aquele, portanto, de possuir integridade, no significado mais amplo desta palavra. Logo, de postar-se na contramão do capitalismo e de suas estruturas, no caso a academia. A postura do autor era a de buscar conhecer a realidade e a partir dela produzir conhecimento por meio dos ques-

tionamentos feitos, sem se preocupar com carreira acadêmica, política ou militância.

Inserimos a militância nessa nossa abordagem pois Moura, assim que amadureceu, podemos dizer, intelectualmente, como ele mesmo nos revela, conseguiu verificar a incongruência entre livre pensador e militante, ou seja, o verdadeiro intelectual em sua concepção e para evitar possíveis bifurcações de seu pensamento e conduta, não deve militar em nenhum partido. Esse patamar de interpretação só pode ser alcançado pela vivência e pela militância. Ele entende que é possível ser crítico e ser de “esquerda” sem pertencer a um determinado partido, e ele prefere assim. Desde a década de 80 se desvinculou da militância, passando a contribuir intelectualmente para uma ou outra causa e proposta, mas sem levantar nenhuma bandeira partidária, a não ser aquela dos excluídos do sistema, principalmente negros e não-brancos. Mas não podemos esquecer de observar que esta postura é individual de Clóvis Moura, e que outros intelectuais conseguiram militar e continuar sendo pensadores críticos, como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes.

A questão aqui não é desmerecer os verdadeiros intelectuais acadêmicos, mas sim sublevar a modéstia e a coragem que possuiu nosso autor, que pregava e vivia o que realmente deveria ser a figura do intelectual, em nosso entendimento, o de exercer diariamente o papel da rebeldia, sendo um criador e procriador do desassossego e da dúvida, tomando partido do progresso das minorias, que no seu caso, são os negros na sua luta contra o racismo, logo, contra a desigualdade e o capitalismo. O autor não se preocupou em fazer carreira acadêmica, mas sim em contribuir com uma interpretação, no mínimo, autêntica da realidade brasileira, e acima de tudo em bases dinâmico-rebeldes, isto é, com uma postura crítica e uma proposta radical de mudança da sociedade. Portanto, podemos aplicar o conceito de “intelectual” revolucionário” a Clóvis Moura, com todo o peso e o significado que este conceito possui e agrega. Konder, analisando o papel do intelectual, escreve: “O artista, o escritor, o intelectual não devem ‘servir aos donos da vida’. [...] Devem, no entanto, preservar sua autonomia individual” (Konder, 1991:48). Ainda utilizando as acepções de Konder, podemos adotá-las para averiguar a contribuição de Clóvis Moura e seus estudos para o revisionismo da história do negro no país:

A concepção da história como um processo no qual a dilaceração da comunidade humana, a divisão social do trabalho, a competição em torno

da propriedade privada, a exploração e a opressão impedem os seres humanos de aproveitarem a crescente dominação das forças naturais para se tornarem mais livres é uma concepção que cobra daquele que a adota uma reflexão mais crítica a respeito dos caminhos que os homens têm percorrido e uma disposição mais resoluta no sentido de superar o peso morto do passado e forjar uma história nova, diferente, melhor. (*ibidem*:131)

Daí podermos pensar no grande incômodo que, para muitos, caracterizou as proposições mourianas. Neste ínterim, ressaltamos o pano de fundo histórico da cultura brasileira na qual se inclui a fase de sua obra mais representativa.

A década de 1960 foi marcada, a princípio, por uma tentativa de reorganização mais democrática e justa da sociedade por parte de um setor social que, como sabemos, não obteve sucesso, devido ao contragolpe de parte das elites, concretizado na tomada do poder pelos militares e sua conseguinte ditadura, com isto evitando o fim de alguns privilégios e a modificação da estrutura social vigente.

Para esta análise, buscamos em Carlos Guilherme Mota (2000) a periodização que para nós mais cabe aos estudos mourianos, que se inserem na "Era de ampliação e revisão reformista" que Mota data entre 1957 e 1964. Esse momento caracteriza-se pelo revisionismo nos estudos sociais, principalmente em leituras histórico-sociológicas, e um dos temas desta grande releitura foi a revisão da história do negro. Fora um momento fecundo nas Ciências Sociais no país, pois a escola de Florestan Fernandes dá os primeiros, de muitos frutos. Também não podemos deixar de mencionar, para o fértil momento, a contribuição profícua da política desenvolvimentista que atingiu também a vida cultural e universitária do país.⁷ De acordo com a análise de Mota, esse período é um momento em que os estudos históricos se unem aos estudos sociológicos e políticos. Observa:

A temática central dessas produções [da produção intelectual dessa fase] está ligada ao estudo das mudanças sociais e políticas no Brasil, em perspectiva histórica. Muitos autores foram diretamente ao cerne do processo histórico, procurando estudar a fisionomia própria (ou não) dos modos de produção no Brasil, e suas manifestações nas diversas instâncias da realidade, não descuidando totalmente da inserção do Brasil na economia mundial. A perspectiva geral era antiimperialista, mas o estudo cuidadoso da temática da dependência ainda não se impusera. (Mota, 2000: 41)

É nesta fase que também ocorre a institucionalização dos quadros intelectuais. Ainda utilizando suas análises, concordamos

que: “A tradição radical [de intelectuais] – que se opõe à tradição afortunada – não se constitui em setor dominante, mas em fração diminuta da intelectualidade” (*ibidem*:51) Então, mesmo em momentos de transição, a locomoção dos intelectuais, ou seja, do mundo da cultura, é lenta com relação à maior velocidade da esfera da produção; logo, os momentos de crise não foram suficientes para acelerar uma transformação maior na esfera dos intelectuais vinculados ao sistema. O que ocorreu foi que os intelectuais tradicionais tornaram-se “intelectuais orgânicos”⁸ de uma determinada classe social, neste caso, muitos da classe dominante.

O poder da academia também se verifica nas citações; foi o que notamos em muitas obras de inúmeros intelectuais brasileiros que não citam Clóvis Moura, principalmente nas décadas revisionistas de 70 e 80. Podemos cogitar que talvez não tinham realmente o conhecimento de sua análise, mas não podemos descartar a possibilidade de não citá-lo porque este autor não fazia parte do seleto grupo dos intelectuais vinculados à academia. Interpretamos essa preterição como sendo uma questão de poder, ou seja, Moura era um intelectual autônomo, isto é, sem poder, então, citava-se um autor ou não como forma de fazer política. Muitos, digamos, pseudo-intelectuais por pura demagogia citavam as obras de autores vinculados a determinados grupos e a instituições de pesquisa, por suposto, recheados de poder, com outra intenção desta de contribuir para a compreensão das esferas da vida, das estruturas e relações sociais da sociedade, e sem a pretensão de contribuir de alguma forma para buscar a modificação e transformação da realidade em prol da construção da verdadeira democracia, e da nação.

Estamos pisando em terreno minado, pois caímos na velha discussão da parcialidade ou imparcialidade das Ciências Sociais, e conseqüentemente do intelectual, o que não é nossa pretensão fazer, mas aproveitamos para lançar mão da aceção de Michael Löwy, com que concordamos:

Entretanto, contrariamente ao que permite deduzir Mannheim, que tende a absolutizar esta autonomia, não há intelligentsia verdadeiramente “neutra” e acima das classes. A flutuação dos intelectuais, como aquela dos balões de ar quente na noite de São João, é um estado provisório: eles terminam, geralmente, cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes classes sociais de luta (burguesia, proletariado, às vezes campesinato). (Löwy, 1979:2)

No caso de Moura, o seu *balão* caiu na classe proletária e excluída, que é a da maioria dos negros brasileiros. Deparamos aqui

com o seguinte questionamento: por que essa exclusão? E é em cima dessa desigualdade entre negros e brancos gritante no Brasil, que o autor parte para teorizar o preconceito racial, e o grande e importante outrora papel dos negros na transformação da estrutura brasileira pretérita, bem como de seu caráter relevante para que haja as vindouras e futuras transformações.

Moura incorre no viés hegeliano de marxismo, conjetura o passado permeável à razão, e assim apropria-se do fato histórico consubstanciado para entender o processo de construção nacional. Sendo assim, a nação apresenta-se como uma etapa necessária na ultrapassagem das relações capitalistas de produção. Logo, nosso autor explica a realidade social brasileira a partir de bases materiais e de relações de classe, bem aos modos marxianos, mas deixando bem claro que apenas utiliza o marxismo como ferramenta para pensar o Brasil, e não o seu contrário, o de encaixar o país num modelo engessado de marxismo. Daí sua proximidade com as análises de Caio Prado Júnior.

Ele questiona a sociologia acadêmica em sua obra *A sociologia posta em questão*, escrita em 1971, publicada no Brasil em 1978. É interessante analisarmos suas colocações nesse trabalho para podermos entender sua postura intelectual. Moura divide as Ciências Sociais, enfocando, principalmente, a Sociologia em duas categorias: a acadêmica e a dinâmico/radical da práxis. A sociologia acadêmica é aquela estreitamente vinculada às classes dominantes e divulgadora de sua ideologia. No seu entender, é aquela que apresenta soluções parciais para diversos tipos de conflitos, procurando bloquear soluções mais radicais. Ainda em sua generalização sobre a sociologia acadêmica, deslinda que esta não contempla a dinâmica da sociedade e não contém a crítica radical ao sistema capitalista, e expõe o por que da sociologia acadêmica não poder conter a radicalidade:

[...] a sociologia acadêmica pode, no máximo, em determinados momentos, ser uma ideologia crítica de alguns segmentos, das classes dominantes, porém nunca uma ciência que esteja em consonância com o ritmo do dinamismo emergente da sociedade. É sempre um elemento estruturalmente limitado porque não acompanha as contradições que se manifestam em consequência do próprio desenvolvimento do seu objeto de estudo. Em outras palavras: a sociologia acadêmica, em determinados momentos, pode, quando muito, refletir apenas uma consciência crítica, reformista, mas nunca uma consciência revolucionária. (Moura, 1978:11-12)

O autor compreende a sociologia acadêmica engessada pela estrutura estruturante, por assim dizer, do sistema capitalista, e desde logo, sem a radicalidade, dinamicidade e plasticidade que a sociologia dinâmico/radical ou sociologia da práxis revolucionária, entendida pelo autor como sendo a verdadeira sociologia, possui. E, justamente, fica a cargo dessa sociologia dinâmico/radical uma proposta real de mudança social, bem como de uma nova estruturação das Ciências Sociais. Escreve:

A sociologia acadêmica reflete, interpreta e justifica, assim, na sua estrutura conceitual e na sua aplicação prática, a inércia social e o conservadorismo político nas suas diversas conotações. Desta forma há necessidade, nesta constatação de teorias que configura a decomposição do pensamento social e das ciências sociais acadêmicas, de uma reformulação radical dessas categorias. [...] Na sociedade capitalista – especialmente na sua etapa atual – qualquer tipo de reformismo é, portanto, uma forma refinada de impedir a revolução social. Daí o gradualismo da Sociologia acadêmica funcionar como força de retrocesso ou estagnação social. Sua vinculação com a ordem estabelecida impede-a de colocar-se ao lado daquelas forças, grupos ou instituições que são a expressão da necessidade de projeção de uma nova sociedade. Nasce, então, toda uma sistemática justificatória do que existe e condenatória do *vir a ser* que passa a ser considerada utopia ou pensamento quiliástico. (*ibidem*:116-117)

Por essas análises sobre as Ciências Sociais institucionalizadas ou acadêmicas, tecidas por nosso autor, podemos compreender a posição tomada por ele, que dentro do que entende por ser intelectual, fez jus ao seu papel ou missão de intelectual, pois, não só trabalhou teoricamente, mas principalmente pôs em prática suas intelecções. Para Moura, a intrínseca ligação entre a academia e a classe dominante da sociedade capitalista pode ser facilmente detectada pelos fomentos destinados a tal ou qual projeto feitos por agências mantenedoras estatais ou privadas que, por suposto, seguem a cartilha racionalista e teoricista da ideologia capitalista. Colocando a academia numa posição de instituição tática subordinada e, portanto, auxiliar da manutenção da estrutura em vigor, aponta que:

[A sociologia acadêmica é] uma técnica refinada que racionaliza as suas contradições. Os institutos de pesquisas, as fundações de auxílio, todo o conjunto de instituições que beneficiam esse tipo de atividade através de compensadores financeiros, corrói a visão dinâmico/radical do cientista social, deixando-o ideologicamente desarmado para entender a irracionalidade global do sistema, pois, através de um condicionamento habilmente preparado, vai sendo alienado pelo próprio reflexo das idéias dominantes e passa a aceitar como ciência – embora isto não se manifeste

num plano consciente — apenas aquelas técnicas altamente refinadas que são elaboradas nos círculos universitários. (*ibidem*:12)

Neste pequeno trecho, parece-nos que ele mesmo se questionou sobre a sua “exclusão” do debate intelectual no meio acadêmico, talvez por apresentar uma posição ímpar da praticada nesse meio. Nessa análise, nos dá a impressão que o intelectual, para ser reconhecido por seus pares, deve ser moldado de uma mesma forma, com um mesmo molde, ou seja, dentro de determinados padrões. Caso essa modelagem ou padrão não seja seguido à risca, como numa linha de montagem, o produto em deformidade é descartado e ou inutilizado. Cabe aí o seguinte questionamento: podemos entender que, sendo assim, só é reconhecido como intelectual aquele que aceita a institucionalização das Ciências Sociais, fazendo parte dela em algum momento? O capitalismo corrói todas as esferas da vida, infectando também a esfera intelectual e, portanto, apresenta-se bastante difícil digressionar-se de sua abrangência e, neste viés, observa Giannotti que a esfera intelectual está atrelada à lógica capitalista:

O autor escreve um valor-de-uso, cujo direito de reprodução cede ao editor; este o reproduz em milhares de exemplares com o fito preciso de auferir lucros, uma parte dos quais cede ao escritor. Sob esse aspecto, cientista e autor surgem como uma espécie de latifundiário ou de usurário transferindo ao capitalista industrial o direito de explorar um monopólio. (Giannotti, 1977:24-25)

Entendemos que, devido a sua postura radical contra o capitalismo, Moura adotou a posição de intelectual radical, ou seja, minimamente ligado ao sistema. Devemos ressaltar que Clóvis Moura, como tantos outros intelectuais, teve problemas quanto ao recebimento de direitos autorais. Numa destas peijas com editoras, doou mais de duzentos exemplares, não vendidos pela editora e que iriam ser incinerados, para o MST — Movimento dos Sem-Terra.

Ainda analisando o intelectual Clóvis Moura, colocamos em questão o assim denominado por Bourdieu “campo intelectual”. Entendemos que o campo intelectual do qual fala Bourdieu é o que conhecemos como campo intelectual-acadêmico, e não campo intelectual como um todo. Bourdieu expõe em seu conceito de campo intelectual, que este se caracteriza

em interesses específicos, não somente em Paris, mas também em Moscou, cargos acadêmicos ou contratos editoriais, resenhas ou cargos universitários, e também sinais de reconhecimento e gratificações freqüen-

temente imperceptíveis para quem não pertence ao universo em questão, mas através das quais ocorrem todos os tipos de pressões e censuras sutis. (Bourdieu, 1983:56)

Podemos entender, de acordo com a compreensão de Bourdieu de campo intelectual, que seu conceito é amalgamado e generalizado, não cabendo nele a ala dos intelectuais radicais, desvinculados de instituições de ensino e pouco seduzidos pela fama ou reconhecimento de sua genialidade intelectual. Podemos concordar com o conceito de campo intelectual somente em dois aspectos: quando Bourdieu ressalta as percepções dadas aos indivíduos que estão inseridos neste campo, que mesmo os intelectuais radicais sabem entender e decodificar os códigos daí provenientes, e pela questão dos jogos de poder e sua vinculação com o campo político. Devemos, então, levar em conta essas particularidades no que diz respeito ao campo intelectual como um todo, mas sempre considerando as diferenças entre intelectuais acadêmicos e radicais, que, por suposto, comungam de distintos interesses, quer em Paris, Moscou ou em outra parte do mundo.

Clóvis Moura está claramente preocupado com a transformação social, e com isso norteia sua postura intelectual entendendo que o pensador independente possui maiores e mais concretas possibilidades de fomentar a mudança da sociedade, pois não está preso a nenhum tentáculo do sistema. Em sua ilação, expõe que “o sociólogo profissional usa de um conjunto de técnicas para servir à estrutura; não é um cientista independente que procura uma práxis para transformá-la” (Moura, 1978:28). Moura não se aliava ao Estado⁹ (entendido por ele como expressão das elites); muito pelo contrário, questionava-o diletantemente, juntamente com suas instituições, que, para ele, se mostravam coniventes com o atual sistema. Ele guiou-se por uma ação vinculada a uma proposta extremamente radical de mudança, atitude esta que foi entendida por muitos como sendo anticientífica. Analisamos a marginalidade, principalmente de suas primeiras obras dentro da academia durante algum tempo,¹⁰ e, por este viés, sua postura.

Diante da então sociologia acadêmica, Moura chega ao prognóstico nefasto da crescente fragmentação do conhecimento. Nesta está intrínseco um grande problema, a falta de perspicácia investigativa dos cientistas, que resulta numa estreiteza ideológica intelectual, lógica esta imanentemente fomentada pelo capitalismo. Escreve:

O refinamento metodológico, a necessidade de corpos de especialistas em aspectos menos relevantes, cada vez mais requintados e bem remunerados, no entanto, conduz à apatia ideológica e à miopia teórica. [...] Apesar [dos intelectuais] trabalharem em equipe são cada vez mais introvertidos, virados para dentro de si mesmos, vendo em cada colega mais um concorrente na carreira universitária do que um colaborador científico. (*ibidem*:27)

Quanto à questão da profissionalização do intelectual, o autor observa que, de uma certa forma, o assalariamento do intelectual contribuiu para que ele, juntamente com outros trabalhadores, pudessem, juntos, questionar a estrutura social vigente, na busca pela real democracia e por uma renovação social. Mas, ele depara com o fato de que a ordem dos intelectuais não é coesa, e muitos sucumbiram às benesses do capital e abandonaram o barco da mudança social, chegando a desqualificá-la por completo. Em sua análise, para realmente termos verdadeiros intelectuais é preciso buscar a concretização de uma sociedade mais justa, nos quais estes possam realmente desempenhar seu papel, que muitos se olvidaram (Moura, 1978).

Walnice Galvão, em sua aceção incisiva sobre o intelectual acadêmico brasileiro, expõe:

[...] que, com maior ou menor boa vontade, voluntariamente ou a contragosto e mesmo com raríssimas exceções honrosas, os intelectuais brasileiros aderem à ideologia da classe dominante e procuram não enfrentar o Estado, do qual depende diretamente sua subsistência. (Galvão, citada em Coutinho, 2000:53)

É, no mínimo, interessante uma das ilações a que chega Pécaut (1990) sobre o “mundo” dos intelectuais, que estes “formam um mundo heteróclito”, ou seja, um mundo extravagante. Não concordamos com essa aceção de Pécaut, pois entendemos que o “campo intelectual” é, assim como outros campos específicos, pululado de linguagens e códigos só reconhecidos e decifráveis pelos seus componentes, mas esta característica não permite dizermos que o mundo dos intelectuais é um mundo singular; pelo contrário, é o mesmo mundo, os intelectuais são cidadãos como os outros cidadãos, mas com uma significativa particularidade, a possibilidade de questionar o que está dado, o que está no lugar. O legítimo intelectual tem a função de colocar as “idéias fora do lugar”, tirá-las da “ordem”, e não só as idéias, mas essencialmente as atitudes, a começar pela sua, no fomento de um movimento verdadeiramente democrático que transforme a sociedade.

Clóvis Moura seguiu à risca a premissa de que o intelectual deve ser solidário às minorias, aos subjugados, aos oprimidos, aos discriminados, quando em seu trabalho intelectual buscou enaltecer a importante participação do negro na constituição da sociedade brasileira, este discriminado, preterido etc., e sua luta ofuscada, principalmente no que tange à incansável batalha para pôr fim à escravidão. Colocou-se também como um dos porta-vozes dos negros em sua luta de séculos por uma verdadeira cidadania social e política, quando questiona o modelo atual de globalização, o capitalismo dependente brasileiro, o conceito de “democracia social”¹¹ e a historiografia “oficial” que ofuscou e esvaziou a importante participação negra na construção do Brasil.

Compreensão e reconhecimento tardio de um grande intérprete do Brasil

Percebemos que é a partir da década de 80 que a obra de Moura passa a ser mais consultada e compreendida. Talvez a resposta a este congelamento e descongelamento de sua obra se dê pelo próprio processo social, que fez com que muitas idéias fossem postas à prova, e também à evolução das Ciências Sociais como um todo, principalmente as pesquisas, que trouxe à tona um outro lado da história social brasileira, fazendo com que as pioneiras acepções mourianas não fossem vistas mais como um simples trabalho romântico e diletante, ou de qualidade científica duvidosa.

Schwartz, em fins da década de 1980, exalta que os trabalhos sociológico-historiográficos mais interpretativos da rebelião negra¹² foram os de Clóvis Moura, dentre aqueles feitos pelos revisionistas da história do negro no Brasil. Escreve Schwartz:

O interesse pela resistência escrava aumentou muito nas duas últimas décadas [70 e 80]. Isso aconteceu, em parte devido à conscientização cada vez maior da desigualdade racial no Brasil, a uma pesquisa autocrítica de exemplo e tradição historiográficas feita pelos intelectuais revisionistas e afro-brasileiros e a um clima histórico geral no qual cresce o interesse pelos atos dos escravos. [...] Mais interpretativos são os trabalhos de Clóvis Moura, que se concentram nas comunidades de escravos fugitivos (quilombos) e nas rebeliões. (Schwartz, 2001:39-40)

Para Lilia Moritz Schwarcz, a interpretação de Clóvis Moura é a primeira de uma série de outras que surgiriam posteriormente, principalmente das décadas de 60 e 70, provenientes da chamada “Escola Paulista”, com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan

Fernandes. Reconhecendo o pioneirismo de Moura, Lilia Schwarcz deslinda que:

[...] alguns procuravam mostrar os sofrimentos por que passava o negro cativo, bem como sua revolta com relação à própria condição. Clóvis Moura faz a primeira tentativa no sentido de entender os movimentos de rebelião negra. (Schwarcz, 1987:20)

Também para Carlos Magno Guimarães, a análise mouriana foi a pioneira nos estudos valorativos da rebeldia negra, contribuindo, por sua vez, para a liquidação da escravidão e, desde logo, para que houvesse a transição do trabalho compulsório para trabalho livre e assalariado. Relata Carlos Magno Guimarães:

Clóvis Moura, dentro desta corrente, merece destaque por ter sido quem, pela primeira vez, afirmou a importância do estudo das várias formas de rebeldia escrava para se entender a dinâmica da sociedade escravista. É dentro desta perspectiva que vê o escravo rebelde enquanto elemento de desgaste do escravismo, contribuindo para a transição para o trabalho livre".(Guimarães, 1988:20)

Daí a importância da aceção de Clóvis Moura, pioneira em ressaltar a história e a contribuição dos negros à nação brasileira de uma forma revisionista da sua ação como ator social ativo, elencando suas revoltas e participações em inúmeros levantes. A maior força dos seus estudos está em identificar a grande atuação do negro, esboçando resoluções, mas, detidamente se atém a sublinhar o papel do negro como ator social no processo de transformação da sociedade escravista, bem como na capitalista. O autor buscou conhecer a sociedade brasileira com o intuito de seriamente tentar desvendar os liames obscuros de sua formação, com relação ao negro. Dedicou-se a diagnosticar imperfeições pelas diversas veredas interpretativas oficiais, indicando-as e, concomitantemente, pesquisando rigorosamente vias alternativas que, melhor categorizadas, pudessem verter-se em caminhos seguros na interpretação da história do negro no país. Nas palavras de Antônio Cândido:

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar. (Candido, 2000:41)

O intelectual Clóvis Moura é, com certeza, um intérprete relevante da história brasileira, e sua obra uma profícua contribuição para se pensar o Brasil. Atualmente podemos dizer que sua contri-

buição para se pensar sociologicamente a história da formação do país, tendo como premissa a história crítica e revisitada do negro, conseguiu atingir o zênite das respeitáveis interpretações do Brasil, ou seja, o de gerar desdobramentos por meio de seguidores e mesmo críticos.

Atualmente, muitos sociólogos e historiadores compreendem a grandeza de suas proposições, quer em concordância ou tendo críticas, e dando forma a outras interpretações com base na sua. Muitos movimentos negros tomam suas premissas como fundamentação teórica para nortear suas ações nas diversas lutas sociais que travam. Contudo, poder balizar movimentos negros em prol de uma verdadeira democracia e, mesmo tardiamente, serem valorizadas suas intelectões no meio acadêmico, significa o reconhecimento deste singular intelectual como mais uma das importantes figuras da inteligência brasileira.

A obra de Clóvis Moura é atuante em alguns dos muitos movimentos negros, principalmente na UNEGRO – União de Negros pela Igualdade. Ressaltamos que a UNEGRO busca exclusivamente nas obras de Clóvis Moura sua fundamentação teórica, no entender de que a sociedade e o Estado brasileiros têm no racismo um de seus pilares de edificação e formação. Diante deste quadro nefasto, Moura propõe uma “mudança radical” do sistema econômico e da estrutura social. Dennis de Oliveira, membro da Coordenação Estadual, da Executiva Nacional e um de seus fundadores, comenta:

Clóvis Moura fez uma análise que a gente acha interessante do racismo brasileiro [...]. Essa idéia que o Estado brasileiro foi formado com base racista. [...]. É também uma homenagem ao Clóvis Moura [...]. A questão racial para Clóvis Moura não é mais um estudo. É o estudo dele. E a gente acha uma injustiça da academia com ele. Eu acho que ele deu grandes contribuições, porque ele sistematizou, ele se debruçou sobre o tema. Outros também se debruçaram, mas tem outros temas também, não foi o tema central. (Depoimento citado em Calderano, 2002:100)

Segundo a leitura de nosso autor sobre as revoltas negras, principalmente no período colonial, o negro apresentou sua potencialidade na modificação do Estado brasileiro e criação de uma verdadeira nação. E, talvez seja a grande utopia do nosso autor a transformação radical do Brasil, encabeçada por aqueles que são duplamente oprimidos, os negros. Essa abordagem de Moura serve como inspiração e argumento para a UNEGRO nos debates so-

bre a questão racial e, desde logo, social no país. Nas palavras de Dennis de Oliveira:

Você não vai superar o racismo se for mantido esse Estado brasileiro – essa é uma discussão nossa. Essa foi a grande inovação que a UNEGRO colocou. Lógico, você vai lutar por políticas públicas de combate ao racismo, ação afirmativa... nós estamos nessa luta, sem dúvida. Agora, nós temos a convicção que sem mudar esse Estado brasileiro, essa estrutura básica, o racismo não acaba. Pode melhorar, mas não acabar com o racismo. (*ibidem*:108)

Moura, deslindando a problemática racial, questiona também, em sua análise, a dependência econômica do país e suas consequências nefastas para a ocorrência da democracia em todos os sentidos. A questão é que nosso autor dá crédito à revolução proletária com o intuito de modificar o modelo atual capitalista, que traz consigo a desigualdade social e, desde logo, dando ênfase às diferenças de cor da pele, mas não de uma forma romântica, e sim madura e científica, embasado nos estudos que fez do pretérito e da atual realidade. Ele crê que a Revolução acontecerá, mas não será para agora, e que virá como resultado de um processo lento de deterioração da sociedade que vem se apresentando, e de uma conscientização proveniente da periferia do capital. E, essa revolução, no seu entender, será comandada pela classe que é majoritariamente pobre e duplamente oprimida quer social e etnicamente, que são os negros (Moura, 1994).

Como podemos perceber, felizmente as análises feitas por Clóvis Moura, mesmo não canônicas, e repletas de dissonâncias com o pensamento historiográfico e sociológico “oficial” desde a época de sua aparição, vem paulatinamente galgando preciosos degraus no *score* das mais autênticas e fecundas interpretações do Brasil. Sua postura crítica e radical de entender e analisar a história social do país, com certeza contribuiu para que além de compreendermos melhor o passado, possamos vislumbrar uma outra história para o futuro.

NOTAS:

1. Utilizaremos o termo radical como Michael Löwy utiliza em sua obra *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários. A evolução política de Lukács (1909-1929)*, no qual ele utiliza o adjetivo para expressar a posição dos intelectuais que pretendem, no mínimo, questionar veementemente o capitalismo. Em suas palavras, “O intelectual ‘radicalizado’ é aquele que vê no capitalismo a causa profunda do ‘mal da civilização’, e que por isso deseja aboli-lo” (Löwy, 1979:4).

2. A Academia Brasileira de Letras, durante as três primeiras décadas do século XX, foi uma das instituições culturais mais prestigiadas, e "lugar de fala" da intelectualidade brasileira. Temos que ressaltar que nesta época, a ABL ainda estava nos tempos áureos de sua existência, coisa que já não acontece atualmente.
3. Conclui sua graduação nove anos mais tarde.
4. O stalinismo, em sua forma mais ortodoxa, segundo Löwy, "implica a obediência acrítica e incondicional a todas as tendências e manobras da direção soviética e de seus instrumentos internacionais (Comintern, Cominform etc.)" (Löwy, 1979: 230).
5. Podemos dizer que a análise mouriana foi grandemente influenciada pela interpretação marxista caiopradiana.
6. Löwy analisa de forma bastante fecunda o que seria a categoria de intelectual e, teorizando, escreve: "Que é um intelectual? Trata-se, sem dúvida, de um ser bizarro e difícil de classificar. A primeira evidência é que o intelectual pode ser recrutado em todas as classes e camadas da sociedade: pode ser aristocrata (Tolstói), industrial (Owen), professor (Hegel) ou artesão (Proudhon). Em outros termos: os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais" (Löwy, 1979:1).
7. De acordo com Madeira e Veloso (1999:180), foram nas décadas de 40 e 50 que as ciências sociais começaram a se institucionalizar, rompendo com a tradição "ensaiística" dos anos de 20 e 30. Duas instituições de ensino se destacaram: a USP – Universidade de São Paulo e o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, desde logo com posicionamentos distintos. Segundo as autoras, "a USP adota critérios que afirmam a autonomia da pesquisa acadêmica e da universidade diante de outras instâncias de poder, buscando pôr em prática um *ethos* os procedimentos científicos internacionalmente válidos. Surge, nessa instituição, um grupo de pesquisadores, liderados por Florestan Fernandes, que garante a continuidade dos estudos sobre o modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil". O ISEB, vinculado à estrutura do Ministério da Educação, por sua vez reúne um grupo de cientistas sociais, dentre eles, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, que se propõem a elaborar um modelo de desenvolvimento para a sociedade brasileira. "Formulam também um tipo de ideal desenvolvimentista, entendido como possibilidade de inserção autônoma do país no sistema capitalista internacional. O grupo participa da elaboração do 'plano de metas' do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), responsável pelo surto modernizador do período" (*ibidem*:181). Ver mais sobre o assunto em Daniel Pécaut (1990).
8. Essa análise nos remete a Gramsci e seu conceito de "intelectual orgânico", que se caracteriza justamente por intelectuais provenientes de um determinado grupo, e que passam a ser porta-vozes desta ou daquela organização social. Este conceito gramsciano cabe muito bem para caracterizarmos o intelectual Clóvis Moura, por suposto

- “intelectual orgânico” de alguns movimentos negros, que trataremos adiante. Ver Gramsci (1978).
9. Na concisa interpretação de Florestan Fernandes, “O Estado é uma realidade histórica. Ele não existe e tampouco se transforma em si e por si. A primeira denúncia a ser feita contra um Estado que espolia os cidadãos de seus direitos, a Nação de seu caráter de comunidade nacional, e que só se realiza em favor do crescimento do privilégio e dos privilegiados, consiste em ressaltar que ele é usado socialmente contra a coletividade” (Fernandes, citado em Bosi, 1992:221).
 10. Lembramos, aqui, do conceito foucaultiano de “formação discursiva”, que nos permite analisar como surgem os discursos, e o peso relativo de cada discurso em determinada época histórica. Podemos sumariar que os discursos são representações cuja vigência dependerá do poder e da influência institucional que irá sustentá-la. Logo, o prestígio de tal ou qual representação depende do aval favorável da instituição encarregada de conferir este poder. No caso do discurso mouriano, não houve o aval da instituição encarregada do ordenamento e “controle” dos mesmos.
 11. Moura contribuiu para retirar o véu da existência, no país, de uma democracia racial, enfocando que o capitalismo e a democracia são, por essência, contraditórios.
 12. O estudo da resistência negra tenta ligar a forma e a frequência dos atos rebeldes dos escravos a situações sociais e econômicas amplas.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero.
- CALDERANO, Maria Leticia Cotta (2002). *Concepções e práticas do exercício do poder: a experiência vivida pela UNEGRO*. Campinas, Unicamp, mimeo.
- CANDIDO, Antônio (2000). *Literatura e sociedade*. São Paulo, Publifolha.
- CARVALHO, José Murilo de (2001). *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson (2000). *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio de idéias e formas*. Rio de Janeiro, Editora DP&A.
- BOSI, Alfredo (1992). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo, Editora Ática.
- GARCIA, Marco Aurélio (1985). “Os intelectuais e os partidos de esquerda”. In M. S. A. Soares (org.), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- GRAMSCI, Antônio (1978). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, Carlos Magno (1983). Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte, UFMG, mimeo. Primeira Edição em 1988 (São Paulo, Editora Ícone).
- KONDER, Leandro (1991). *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- LÖWY, Michael (1979). *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo, Lech Livraria Editora Ciências Humanas.
- MESQUITA, Érika (2002). Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira. Campinas, Unicamp, mimeo.

- MOTA, Carlos Guilherme (org.) (1995). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- (2000). *Ideologia da cultura brasileira (1933 – 1974)*. São Paulo, Editora Ática.
- MOURA, Clóvis (1978). *A sociologia posta em questão*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- (1984). *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- (1988). *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto.
- (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática.
- (1994). *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, Editora Ática.
- PÉCAUT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Editora Ática.
- PÊCHEUX, Michel (1990). *O Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, Editora da Unicamp.
- SAES, Décio Azevedo Marques de (1985). "Os intelectuais e suas associações". In M. S. A. Soares (org.), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (1987). *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Stuart, B. (2001). *Escravos roceiros e rebeldes*. Bauru, SP, EDUSC.
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica (1999). *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.



Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde

José Carlos Gomes dos Anjos

Resumo

Este artigo examina dois processos correlacionados à constituição de elites intelectuais em Cabo Verde: a disputa das várias versões sobre a identidade cultural das ilhas e a problemática da mediação política e cultural, isto é, de como diferentes lógicas (política, literárias) se articulam na relação entre a posição de produtor cultural e a condição de mediação cultural e política. Em Cabo Verde essa condição de mediador político-cultural tem sido disputada, ao longo deste século, por grupos que se definem como intelectuais. Além de demonstrar o caráter arbitrário da invenção de “essências” nacionais como a “cabo-verdianidade”, pretende-se aqui estabelecer correlações entre as lutas de legitimação das diversas versões de identidade nacional e a constituição de um espaço de mediação entre as multiplicidades culturais locais e as formulações oficiais sobre a identidade nacional e que proporciona importantes lucros materiais e simbólicos àqueles que estão incluídos nessa disputa.

Palavras-chave: identidade, elites intelectuais, mediação política, Cabo Verde, África.

Abstract

Intellectual elites and the national identity resignation in Cabo Verde

The article studies two processes related to the intellectual elites' constitution in Cabo Verde: the dispute between the several versions about the islands' cultural identity and the questioning concerning political and cultural mediation, this dispute meaning how different kinds of thought (political and literary) are articulated inside the relation between the cultural producer role and the political and cultural

mediation condition. In Cabo Verde, this political-cultural mediator condition has been disputed, throughout this century, by groups who define themselves as intellectuals. Besides demonstrating the arbitrary characteristic concerning the invention of the national "essence" exemplified by the "cabo-verdianidade", it is intended here to establish a correlation between the attempts of legitimizing different versions of national identity and the constitution of a mediation space between the local cultural multiplicity and the official thought about national identity, which gives material and symbolic profit to those who are included in this dispute.

Keywords: Identity, intellectual elites, political mediation, Cabo Verde, Africa

Résumé

Les élites intellectuelles et la confirmation de l'identité nationale au Cap Vert

Cet article s'intéresse à deux processus liés à la constitution d'élites intellectuelles au Cap Vert: la dispute entre les diverses versions relatives à l'identité culturelle des îles et la problématique de la médiation politique et culturelle, c'est-à-dire comment plusieurs logiques (politique, littéraires) s'articulent dans la relation entre la position de producteur culturel et celle de médiation culturelle et politique. Au Cap Vert, cette condition de médiateur politico-culturel a été disputée tout au long de ce siècle par des groupes qui se définissent comme intellectuels. Au-delà de la démonstration du caractère arbitraire de l'invention d'"essences" nationales, comme la "capverdianité", on prétend ici établir des liaisons entre les luttes de légitimation des diverses versions de l'identité nationale et la constitution d'un espace de médiation entre les multiplicités culturelles locales et les formulations officielles sur l'identité nationale; c'est cela qui procure d'importants avantages matériels et symboliques à tous ceux qui prennent part à cette dispute.

Mots-clés: identité, élites intellectuelles, médiation politique, Cap Vert, Afrique.

Introdução

O objeto deste artigo é analisar a relação entre as elites intelectuais e o nacionalismo em Cabo Verde. Situado a 650 km da costa senegalesa, todo o processo de construção da identidade nacional cabo-verdiana tem o Continente africano como referência, seja para uma afirmação de distanciamento, ou para uma afirmação de proximidade ou de pertencimento. Colonizadas por Portugal desde 1460, as ilhas foram povoadas por diversas etnias da parte da costa africana, então conhecida como Guiné. A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como “fusão cultural de europeus e africanos”. Essa “fusão cultural” numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional. Sob esse prisma, parte da elite cabo-verdiana ostenta com orgulho o seu avanço em direção à modernidade se comparado com as demais nações africanas. Sua “fragilidade, em termos de raízes culturais de longa profundidade histórica” (Duarte, 1994:14), é compensada por uma pretensa unidade cultural e racial. Desse modo, estaria esconjurada, definitivamente, a situação de grande parte dos países africanos, constantemente ameaçados de ruptura nacional pelas divisões étnicas mal assimiladas pelo processo de construção de uma unidade nacional sobre um território recortado segundo os interesses exógenos do imperialismo.

Aborda-se, neste artigo, a partir das especificidades cabo-verdianas, em primeiro lugar as discussões sobre identidades racial e nacional; num segundo momento pretende-se uma sociologia da importação e uso emblemático de categorias como instrumentos de lutas sociais. O eixo mais geral de análise é a problemática da mediação política e cultural, mais precisamente, de como diferentes lógicas (políticas, literárias) se articulam na relação en-

tre posição social, posição de produtor cultural e a condição de mediação cultural e política.

Se a situação empírica em pauta é pertinente para o balizamento das problemáticas conceituais listadas acima, é na medida em que na sociedade cabo-verdiana associam-se demandas por importação de símbolos políticos do Ocidente e a dependência econômica quase total do exterior. Nessa situação, a importação de modelos, instituições, fórmulas e símbolos políticos tende a ser igualmente intensa, o que confere às problemáticas da mediação política e cultural e da importação de modelos uma configuração quase experimental de análise.

A questão do uso social das categorias oriundas das Ciências Sociais ganha uma tonalidade específica e instigante na história do nacionalismo cabo-verdiano. Por um lado as representações intelectuais sobre a gênese da nação cabo-verdiana apresentam Cabo Verde como o caso paradigmático de anulação de diferenças e desigualdades raciais. Por outro lado, constata-se que a trajetória ascendente dos intelectuais, desde fins do século passado, fundamenta-se no acesso limitado às instâncias de importação de modelos e diálogo com a intelectualidade das metrópoles. Resumindo, até fins do século XIX, a sociedade colonizada cabo-verdiana se estruturava sob a dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população; em fins do século XX Cabo Verde é uma sociedade estruturada sob a dominação de elites que, pela manipulação dos códigos político-culturais ocidentais, fazem a mediação entre o sistema internacional e a população local. Desaparecem internamente as contraposições assentadas em critérios raciais e/ou étnicos, ao mesmo tempo em que se reforçam as distâncias culturais, não mais diferenciando grupos étnicos, mas criando elites destacadas pelo desempenho e manipulação dos códigos dominantes ocidentais.

O caso cabo-verdiano pode ser situado no contexto comum das nações africanas, no qual as elites, que questionaram a superioridade racial e cultural europeia e que, em alguns casos, empreenderam uma longa luta armada contra o imperialismo europeu e pela libertação nacional, utilizam hoje o domínio dos códigos ocidentais como principal instrumento de dominação interna.¹

Para os efeitos deste trabalho, não nos interessa tanto a estrutura interna da economia e da sociedade cabo-verdianas nessa passagem da dominação racial, até fins do século passado, para a atual dominação de elites nativas formadas no Ocidente. Buscamos sobretudo o jogo de imposição de novas classificações e princípios de

identidade que se expressam nos diferentes estados do campo intelectual e político ao longo deste século.

O caráter insólito desse processo cabo-verdiano de dissolução e restauração de modalidades racistas de dominação pode ajudar-nos a revelar princípios de visão de mundo e estruturas mentais, que tendo sobrevivido a mudanças objetivas – como o desaparecimento de um contingente de ascendência exclusivamente europeia – estão de tal modo incorporadas e eufemizadas que raramente são contestáveis.

Nas peculiaridades dessa situação empírica, os temas listados (sobre os fundamentos das classificações e tomadas de posições identitárias, a formação de elites, a importação de modelos políticos e sobre as condições de mediação político-cultural entre grupos orientados para a comunidade e aqueles orientados para a nação) adquirem toda uma “atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente *sobre* eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente *com* eles” (Geertz, 1978:34). Não temos a pretensão de aqui resenhar o conjunto da bibliografia sobre esses assuntos, já que nos cabe apenas situar este trabalho no ponto de extensão e aprofundamento dessas problemáticas com relação à situação empírica em análise. É isso que faremos, em seguida, para cada uma das problemáticas específicas, buscando sempre mantê-las articuladas entre si.

Concepção racial da intelectualidade cabo-verdiana

Com relação à primeira das problemáticas conceituais listadas acima, aquela do uso social das classificações raciais, o que a situação empírica que tomamos para a análise confere de revelador é a forma como, em diversas conjunturas ao longo de quase um século, a definição da identidade local como mestiça insere-se num conjunto de práticas de mediação entre a população do arquipélago e a metrópole – Portugal.

A afirmação de Sansone, para a situação atual brasileira, de que “a mestiçagem, além de fenômeno biológico, pode também ser considerada um estilo de vida e uma maneira de pensar o mundo, envolvendo cordialidade” (Sansone, 1996:214), adquire, na situação cabo-verdiana, toda uma outra conotação que, em vários aspectos, poderia, inclusive, lançar novas pistas de análise sobre a situação brasileira. Exploraremos, sobretudo na conclusão, as possibilidades de tal estudo comparativo. Por enquanto, sugerimos

uma outra leitura passível de ser comum à “cordialidade brasileira” e à “morabeza” cabo-verdiana. A categoria cabo-verdiana “morabeza”, correspondente à “cordialidade brasileira”, pode ser analisada enquanto inserida numa estratégia de dominação, tomando a conotação moral da “abertura em relação ao estrangeiro”. Nossa argumentação não vai apenas na direção apontada por Sansone e pelos ideólogos da *crioulitude* caribenha que diz que as sociedades definidas como mestiças são sociedades particularmente aptas a englobar e transformar símbolos e influências que provêm de outros lugares (ver Mintz & Price, 1985). Pretendemos, inversamente, verificar em que medida, pelo menos no caso específico da sociedade cabo-verdiana, as elites fundam sua dominação sobre a fratura entre modelos simbólicos importados e a cultura local. Uma sociedade cujas estruturas estatais são exteriores à cultura da maioria da população é uma sociedade fraturada entre a elite, que tem acesso aos códigos ocidentais, e o resto. Nesse sentido, a mestiçagem aparece não apenas como a ideologia que alivia as tensões internas propondo uma imagem de coletividade homogênea, mas é também um *modelo de* (Geertz, 1978) encompassamento de diferenças, que operacionaliza a forma como modelos simbólicos exteriores podem ser integrados e, por fim, justifica essa importação.

Para se compreender como a categoria *mestiço* ocupa esse lugar-chave na cultura dominante cabo-verdiana, é indispensável alicerçar a crítica a essa categoria na história social da utilização das classificações raciais em Cabo Verde.

Nas primeiras décadas do século XX, na Europa, América do Norte e América Latina, o discurso do racismo científico começa a sofrer seus primeiros abalos pela dissociação entre os conceitos de raça e cultura.² É o início de um discurso que, cada vez mais, enfatiza a determinação histórica e cultural dos grupos humanos sobre as determinações biológicas. O discurso de contraposição de raças começa a ceder lugar ao pensamento da mescla de culturas.

Alguns estudos têm debatido se a apologia da mestiçagem cultural nas décadas subseqüentes representa apenas um deslocamento retórico em relação ao cientificismo racista dos finais do século XIX, ou se há, de fato, uma mudança conceitual tal, que se possa falar de um novo paradigma. Martínez-Echazábal (1996:121), estudiosa cubana da questão, em uma série de trabalhos tem defendido que, na verdade, o deslocamento no interior desse discurso sobre raças tem sido mais retórico do que conceitual.

A invenção da identidade mestiça, em Cabo Verde, é caudatária desse deslocamento (seja ele retórico ou conceitual³) do dis-

curso do racismo científico ocorrido na Europa e América no início deste século e retomado na América Latina no discurso da mestiçagem, tal como reformulado a partir dos anos 20. Em 1936, Freyre definia a mestiçagem do Nordeste brasileiro como “zona de confraternização” de brancos, negros e mestiços num clima de intimidade e cooperação. Não desaparecem os pólos branco e negro, mesmo que possa ser detectada a presença, “a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro” (Freyre, 1957:279) no corpo e/ou na alma do branco. Se há aqui uma resignificação cultural da cor, ela é parcial, na medida em que não anula “o alvo, de cabelo louro” como traços identitários, portanto, distintivos, sendo a presença negra, neste caso, reservada ao plano espiritual. Separados na superfície, unidos na profundidade espiritual, união essa simbolizada espiritual e fisicamente por essa crescente massa mestiça.

Em Cabo Verde, mais do que como “zona de confraternização”, a mestiçagem é percebida como ponto de anulação dos pólos de antagonismo numa síntese completa, na medida em que não há sequer a separação de superfície. É relevante nesse sentido que, na literatura cabo-verdiana, o fenótipo das personagens não apareça enquanto negro ou branco, é como se o desaparecimento da classe dominante de ascendência europeia anulasse qualquer percepção de fenótipo. Nos termos do poeta cabo-verdiano Mariano, o principal teórico da mestiçagem em Cabo Verde da década de 60, “o cabo-verdiano não se dá conta nem da sua cor, nem do seu cabelo, nem das suas feições, enquanto está em Cabo Verde” (Laban, 1992:368). Na reciclagem simbólica do discurso latino da mestiçagem, a intelectualidade cabo-verdiana elimina os pólos branco e negro, vislumbrando a realização completa da mestiçagem.

Enquanto na América Latina a postulação da mestiçagem aponta no sentido de uma cultura (racializada) *por vir*, que eliminaria as contradições ainda presentes, a peculiaridade do caso cabo-verdiano reside, em primeiro lugar, no fato de os ideólogos da mestiçagem partirem do pressuposto de que, nessas ilhas, a mescla racial-cultural anula o conceito de raça. Em segundo lugar, e por consequência, essa enunciação é feita a partir de um ponto diferente (Foucault, 1987:141) com relação à identidade que o enunciador se atribui. No caso cabo-verdiano, é o próprio mestiço que fala de sua mestiçagem, diferentemente do lugar do discurso intelectual sobre a mestiçagem na América Latina, que se faz da posição do vir a ser mestiço (de quem ainda não é completamente), a partir de uma ascendência europeia, que fala sobre uma maioria

mestiça. Um terceiro deslocamento, em relação ao discurso latino, é quanto ao principal destinatário do discurso: enquanto o discurso latino sobre raças constitui um espaço interno de debate sobre as identidades nacionais, o discurso cabo-verdiano visa a convencer a metrópole sobre o papel que o cabo-verdiano deve desempenhar no processo colonial.

A anulação dos signos diacríticos, no plano interno, não significa a ausência de uma concepção racial a partir de parâmetros morfológicos. Na abertura da década de 60, Teixeira de Sousa, médico e uma das eminências da literatura cabo-verdiana, definia o cabo-verdiano entre o “branco-europeu” e o “afro-negro” da seguinte forma:

À estruturação somática – cuja formação se realiza num ritmo necessariamente normal, por isso relativamente lento –, respondeu uma aceleração dos processos culturativos que evoluíram no sentido ascensional de aristocratização [...] a aculturação unilateral pela conquista duma parte e renúncia progressiva da outra. O substrato afro-negro ressalta mais da estrutura racial do tipo crioulo, da sua índole e exteriorização emocionais, do que das suas tendências intelectuais e das atividades ligadas às especulações do espírito. (Sousa, 1958:8)

Tal definição do ser cabo-verdiano carrega as cinco preposições da versão clássica da doutrina racista, segundo Todorov (1989:114-117). Em primeiro lugar, reafirma-se a existência de raças sob pressupostos biológicos: pressupõe-se que a “estruturação somática” de brancos e negros permite a classificação dos dois grandes grupos humanos, e que a mestiçagem – do ponto de vista biológico – dar-se-ia como um processo de (re)“estruturação somática” “relativamente lento”. Isto é, quando a intelectualidade cabo-verdiana na década de 50 – em grande parte, ainda hoje –, refere-se às raças, assenta-se sobre uma idéia biológica de raça nos termos em que se colocava na Europa no fim do século passado, matizada por conceitos culturalistas como “processos culturativos” e “aculturação”.

A segunda premissa subjacente é a da correlação entre características físicas das duas raças e características morais, ou seja, a pressuposição de que seres humanos diferem entre si, também, por características mentais inatas. Vinculam-se brancos às tendências intelectuais e “atividades ligadas às especulações do espírito” (associado a “valores aristocráticos”) e a afro-negros atribui-se uma certa “índole e exteriorização emocional”. No caso específico da mestiçagem cabo-verdiana, as características morais – predominante-

mente emocionais – afro-negras teriam sido complementadas pelas tendências brancas intelectuais.

As premissas da determinação do indivíduo pelo grupo racial e da hierarquia única de valores que coloca brancos como superiores aos negros ficam subentendidas na colocação de que o processo de aristocratização do cabo-verdiano é, antes de mais nada, o resultado do cruzamento de raças que coloca o mestiço numa trajetória “ascensional” que vai do negro ao branco. Portanto, o darwinismo social, assim como o evolucionismo, dominantes na Europa do século XIX, é ingrediente implícito da formulação da identidade mestiça cabo-verdiana, pelo menos até a primeira metade deste século.

Finalmente, se levarmos em conta que essa definição do tipo cabo-verdiano tinha um endereço político, visava a resgatar um tratamento diferenciado para o cabo-verdiano em relação aos angolanos, moçambicanos e outros nativos da colonização portuguesa, a quinta premissa racialista fica corroborada: por uma política social fundada num saber sobre as raças.⁴

A identidade nacional

Dois tipos de perspectiva teórica têm enquadrado a questão do nacionalismo: sob um ponto de vista substancialista buscam-se os fundamentos da construção da nação, os critérios por meio dos quais se pode definir o ser da nação e avalia-se a natureza mais ou menos incompleta das realidades nacionais emergentes, as fronteiras que é necessário dar ao próprio objeto para que ele seja algo palpável e bem delimitado. Esse é o tipo de análise que discute a definição da nação e/ou do nacionalismo a partir dos atributos considerados mais essenciais: a língua, a cultura, o território, a religião...

Geralmente esse tipo de perspectiva acaba se apropriando do tempo sob a forma de uma narrativa mítica em que o passado fornece as justificativas essenciais da nação ao mesmo tempo que no presente se formulam as bases para uma projeção da nação no futuro. A esse respeito, Neiburg (1997) aponta o risco que ronda todas as formulações sobre a nação:

O fato de que para ser compreendida e valorada, toda a formulação sobre a nação tenha que aspirar a essa dupla legitimidade impõe uma ameaça aos estudos sobre mitologias nacionais: a de limitar seu resultado à produção de uma nova versão daqueles mesmos mitos que pretendiam analisar. (Neiburg, 1997:86)

A segunda perspectiva, a que adotamos aqui, toma as diferentes definições de nação em jogo, em cada situação empírica sob análise, como partes do processo de luta em que categorias (inclusive as oriundas das Ciências Sociais) são idéias-força ou instrumentos utilizados pelos agentes na construção da “realidade nacional”. Sob essa perspectiva, ficam sob o crivo da análise as próprias relações das Ciências Sociais com as lutas nacionalistas, na medida em que seus princípios, ostentados sob o estandarte das ciências, convertem-se em princípios de identidade e oposição.

Por outro lado, nossa própria perspectiva sujeita-se a várias outras críticas: pode-se objetar que ela tem normalmente um caráter intelectualista, na medida em que existem outras narrativas provenientes de outros grupos sociais e que, ao privilegiar, no recorte do objeto, a narrativa do grupo mais exposto às influências ocidentais, estaria se submetendo a análise a uma concepção eurocêntrica e estatal de nação.

Quanto a esse ponto, é nevrálgica a observação de Pinto (1986) de que a escolha de interrogar os textos eruditos mais do que as profundezas da “alma” ou da “mentalidade” do “povo” pode parecer ditada por uma tomada de posição intelectualista “[a ideologia da nação precede o sentimento nacional] apenas se nos esquecermos de que as propriedades ligadas ao modo de engendramento dos princípios de classificação constituem o primeiro objeto que uma análise científica deve considerar” (Pinto, 1986:48). Parece-nos ainda que a questão do etnocentrismo fica mal colocada quando definida ao nível do recorte do objeto. Não é pelo fato de se tomar a *intelligentsia* e/ou o Estado como delimitações empíricas do objeto de estudo que se está universalizando uma história particular.

Sob essa perspectiva relacional, a identidade nacional de um país é analisada enquanto resultado de lutas sociais, não existindo independentemente dos agentes que disputam o lugar de intérprete e definidor de sua essência.

As elites comerciais e intelectuais cabo-verdianas, desde o século XVI se vincularam ao empreendimento imperialista de Portugal na África negra como mediadores do contato entre as sociedades tradicionais e os portugueses, sobretudo na Guiné-Bissau. É a partir dessa condição de mediadores dessas elites que se produz a identidade mestiça enquanto identidade de um grupo. É interessante a perspectiva de Trajano Filho (1993:15) da sociedade crioula como sociedade que se estrutura em círculos concêntricos em que, no centro, está uma elite lusitanizada que mais se articula e se

aproxima do reduzido número de europeus (comerciantes e oficiais da administração colonial). Nas bordas desse centro crioulo os recém-chegados – no caso cabo-verdiano –, os camponeses que se aproximam da periferia dos centros urbanos. Até início desse século a grande maioria da população camponesa estava inserida em outros círculos socioculturais com relações pouco intensas com os dois principais centros urbanos: Praia e Mindelo.

O recorte dessa análise toma essa identidade crioula em seu momento de emergência – no início do século –, intelectualizada e formulada enquanto identidade mestiça geral para o conjunto da população cabo-verdiana. Poderíamos ver nessa emergência da identidade mestiça o simples efeito da importação de um modelo identitário externo – a ideologia latino-americana da mestiçagem combinada à intensificação de uma situação de liminaridade entre a africanização e a lusitanização da sociedade crioula.

Não por acaso, será na maior cidade portuária do arquipélago, no auge das transações marítimas pelo porto de Mindelo no início desse século, que a identidade mestiça se expressa numa literatura da elite crioula do arquipélago. Como entreposto situado na zona de contato entre as culturas tradicionais africanas e a metrópole, “a sociedade crioula defronta-se como o dilema de ser liminar e intermediária” (Trajano Filho, 1993:15). Deixar a identidade específica dessa sociedade, dada pela condição de intermediação, submergir em uma das duas vertentes mais amplas – a lusitanidade ou a africanidade – é o perigo que, rondando a sociedade crioula, estimularia a obsessão pela questão da identidade – segundo Trajano Filho.

Pretendemos conjugar nesta análise um terceiro componente que se acresce aos dois anteriores, à situação de liminaridade da sociedade crioula entre Portugal e as comunidades tradicionais africanas e à disponibilidade de um modelo externo para pensar a situação de intermediação – o modelo da mestiçagem tal como formulado por intelectuais no Brasil. O terceiro componente a ser analisado quanto às bases sociais da definição cabo-verdiana da mestiçagem é a questão dos múltiplos interesses da elite intelectual das ilhas. Efetivamente, a identidade mestiça só é enunciada como identidade geral para a população das ilhas quando a ampliação do espaço de exercício da administração colonial vocaciona os intelectuais cabo-verdianos para cargos intermediários na administração das demais colônias portuguesas em África. Urgia, então, entre as décadas de 1920 e 1950, desembaraçar a província de origem desses funcionários dos sinais de uma pura africanidade. Mestiço,

portanto distinto dos demais nativos, o intelectual cabo-verdiano é o mediador por excelência da colonização portuguesa em África. É o conjunto desses componentes que torna a questão da identidade cabo-verdiana tão debatida no seio da elite intelectual de Mindelo na primeira metade deste século.⁵ A obsessão em definir o “povo cabo-verdiano” como não sendo nem português nem africano é a problemática de uma elite familiarizada com os valores básicos da cultura europeia, mas colocado como cidadão de segunda classe no império português. O primeiro par de contraste, Cabo Verde *versus* África, distingue a elite cabo-verdiana como dotada da capacidade de lidar com os códigos ocidentais. O segundo par de oposição, Cabo Verde *versus* Portugal, cria as condições para reivindicações regionalistas fundamentadas em projeto de inserção na administração colonial.

A ruptura com o Estado colonial e a reivindicação nacionalista só se dá na década de 60, quando o crescimento do número de intelectuais ao nível de Cabo-Verde esbarra na ausência de espaços de inserção e ascensão nos quadros da administração colonial.

Cabo Verde – imaginado como a nação mestiça por excelência – a é a ficção da possibilidade de se engendrar um grupo corporado a partir das relações de dependência em relação ao Ocidente. A possibilidade de se engendrar grupos corporados a partir de relações diádicas passa pela transcendentalização do grupo, por esse ato de sacralização que torna imortal o corpo social. Daí os atos de “naturalização” da identidade de grupo: fundada na natureza, por isso eterna.⁶

A descolonização, a seu modo, reconstrói a epopéia da gênese Europeia do Estado moderno esmerando-se em garantir a “unificação do território ou, mais exatamente, a construção, na realidade e nas representações, do Estado como território unitário, como realidade unificada para a submissão às mesmas obrigações” (Bourdieu, 1993:54).

É importante concentrarmo-nos na seguinte nota de Pinto (1986) de que a nação não se edifica sob a ruptura completa com a fidelidade pessoal, ela reformula-a. Na idade média europeia, mais precisamente no século XIII, a sociedade política, escapando simultaneamente aos particularismos locais da fidelidade, ao universalismo cristão e à fidelidade pessoal, produziu a representação de *societas civilis*, com suas ordens em vias de formação e sua consciência de comunidade.

Simplificando e esquematizando muito (passando aqui para o nível da teoria política) diria que o nacionalismo moderno nada mais é do que a associação de elementos teóricos que não se juntaram ao de “comunidade política” senão após a Antiguidade: do conceito de “comunidade política” (autoridade, origem e exercício do poder e do direito à soberania, pessoa jurídica, contrato social etc.) e do conceito original de lealdade política, isto é, de “fidelidade”, no quadro muito antigo da “nacionalidade” que por esse fato torna-se a nação moderna. (Pinto, 1986:46)

No caso cabo-verdiano é como se a fidelidade ao padrão ganhasse um conteúdo transcendente: fidelidade à nação. Essa redefinição não rompe como o princípio da fidelidade que sustenta o clientelismo. Essa problemática da construção da identidade nacional se liga assim ao tema do clientelismo, que por sua vez remete à reciprocidade e à temática da dádiva, tratados primeiramente por Malinowski (1976) e por Mauss (1974).

Vários autores, nomeadamente Legendre (1976), Lagroye (1985), têm explorado o tema do dom no exercício legítimo do poder nas sociedades modernas. Se é difícil seguir Legendre quando este vincula às manifestações simbólicas Estados burocráticos contemporâneos ao direito, dividindo-o entre o direito público situado do lado do puro, do nobre, da dádiva sem contrapartida, enquanto o direito privado estaria do lado do impuro, certamente é pertinente analisar as manifestações da “velha” concepção do poder doador em outros fenômenos como as redes de clientela “intersticiais, suplementárias ou paralelas” ao sistema institucional de poderes (Wolf, 1980).

No caso cabo-verdiano, mais do que isso, a nação e seus governantes se constituem como o núcleo de um imaginário do poder como doador e como mediador de doações. É na imagem de um país sem recursos, que recebe ajuda das potências estrangeiras e as redistribui para a população garantindo a sobrevivência desta, que se edifica uma concepção global e personalizada do poder.

O que exploramos neste trabalho é a hipótese de que – no caso cabo-verdiano – uma identidade assentada sobre uma certa noção de fidelidade (o crioulo como o dependente do senhor branco), ao elevar-se a identidade nacional manter os esquemas de pensamento e as relações sociais da qual se originou. Pretendo que na concepção de mestiçagem está inserido um modelo de relação de reciprocidade branco-nativo, com o qual a concepção de nação não rompe, mas sim reformula. Isso tanto para o nacionalismo enquanto doutrina e como sentimento nacional (Smith, 1979:168).

O deslocamento da soberania que antes residia nos símbolos portugueses, para os novos símbolos de uma nova identidade emergente – a identidade nacional cabo-verdiana – certamente exigirá uma reinterpretação das categorias éticas ligadas à sujeição pessoal. Assim se produz um deslocamento da própria criolitude que de símbolo de fidelidade pessoal ascende a símbolo de identidade nacional.

A nação – como comunidade imaginária – constitui-se nesse deslocamento da sujeição pessoal à dependência internacional com relação às potências ocidentais “doadoras”, “financiadoras” e “investidoras”. Em outro trabalho (Anjos, 2002) utilizamos o conceito de patronagem internacional, nos termos de Dezalay, como relação “tanto mais difusa quanto repousa sobre linhas de relações pessoais e que ela se inscreve nos saberes”. Com efeito, ela cria nos “Estados-clientes” toda uma categoria de clero que deve o essencial de sua legitimidade e, portanto, muitas vezes também as posições privilegiadas que detêm no aparelho de Estado – a um saber ocidental de que são os depositários e os importadores (Dezalay, 1995:29). Se o dois termos – Cabo Verde como nação (cliente) e o Ocidente como potência (patrão) são construídos em grande parte imaginários, a atualização concreta dessas construções permite à elite político-intelectual cabo-verdiana se sustentar politicamente como intermediária privilegiada dessas doações, financiamentos e investimentos. É através das estratégias de importação de modelos simbólicos do Ocidente para a configuração da nação que essa elite se constitui como cliente numa relação de patronagem internacional.

Não desprezamos aqui a possibilidade de haver outras narrativas nacionalistas que não as da elite intelectual vinculada ao Estado, mas, para os objetivos deste trabalho, trata-se, basicamente, de expor as propriedades ligadas ao modo de produção dos princípios de classificação, que, estando na base da definição da identidade nacional, foram institucionalizados e consagrados pelo Estado. As identidades sociais legitimadas enquanto identidades nacionais pela sanção de uma autoridade Estatal competem de forma desigual com outras narrativas de identidade na medida em que “o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão conforme a suas próprias estruturas, é o lugar por excelência de concentração e exercício de poder simbólico” (Bourdieu, 1993:55).

Através do sistema de ensino, o Estado consagra e repassa as narrativas (sobretudo literárias e históricas) que constituem a na-

ção enquanto conjunto definido de representações com as quais os indivíduos de um determinado espaço social e geográfico devem se identificar.

Isso não significa que esses princípios dominantes de identidade – impostos principalmente pelo sistema de ensino – não possam ser reavaliados pelos grupos e classes dominados de acordo com os respectivos *ethos*. Porém, mais do que as reelaborações práticas, interessam-nos as propriedades ligadas ao modo de engendramento dos princípios de classificação fundamentais na definição da identidade nacional.

É certo também que as próprias narrativas populares tendem a ser reatualizadas ou reinventadas pelo Estado sob a forma de coleta de tradições (orais) consagradas e repassadas para o sistema de ensino. Assim, as contradições inerentes à importação de modelos exteriores de autoridade sobre a necessidade de ostentar valores próprios é um dos campos fecundos para a análise.

Pretendemos tomar a mestiçagem como ícone de uma narrativa elaborada pelas elites cabo-verdianas que atua junto às populações que têm acesso à escolarização e aos meios de comunicação de massa, no sentido da construção da identidade nacional. A narrativa do processo da mestiçagem tem um grande poder retórico no sentido de demarcar e manter fronteiras entre a comunidade imaginada – Cabo Verde – e as referências de contraposição: a África e Portugal. Essa narrativa emerge de forma típica na fala do escritor já citado, Teixeira de Sousa, uma dos mais acérrimos defensores da mestiçagem:

O povoamento das ilhas foi iniciado, pouco depois do seu achamento (1460), com africanos e portugueses. Ao longo de séculos, foram trazidos para o arquipélago contingentes africanos de diversas etnias. Desnaturalizados das culturas de origem, esses grupos étnicos haviam forçosamente de olvidar os valores próprios para se integrarem noutros padrões, embora num processo de transculturação entre colono e colonizado que viria mais tarde a definir a identidade cultural cabo-verdiana. Identidade cultural que hoje se confunde com a identidade nacional. Ao fim e ao cabo, o meu país deixou de ser África e deixou também de ser Europa para apenas ser Cabo Verde. (Laban, 1992:205)

A narrativa do processo de mestiçagem define a cabo-verdianidade no espaço, no tempo e na concepção de pessoa. O espaço das ilhas, enquanto deslocado do Continente, estabelece-se na narrativa como fronteira “natural”. No tempo, cinco séculos de encontro entre portugueses e africanos teriam definido essa unidade fundamental da nação que é a pessoa cabo-verdiana. Nesse sen-

tido, analisamos a mestiçagem como termo-síntese de um mito de fundação da nacionalidade.

Ao apresentarem-se as evidências de uma mestiçagem geral, que teria atingido a todos os cabo-verdianos, a operação essencialmente política de montagem de uma unidade nacional nos é apresentada como processo “natural” – o fenótipo é naturalmente mestiço; logo, a unidade nacional está naturalmente alicerçada por essa evidência biológica que a todos atinge. A naturalização da mestiçagem, cujo modelo é dado pelo fenótipo, reaparece na língua, na culinária e na música. Toda uma série de signos são exibidos como distintivos de uma essência mestiça.

Entre os obstáculos que o estudo científico da constituição da identidade deverá transpor, o mais importante é certamente constituído pelo obstáculo essencialista: ele resulta, com certeza, da tendência de apreender os grupos de forma ingenuamente realista encontrando neles mesmos seu princípio explicativo; mais resulta também da lógica de sacralização ideológica que implica em celebrar a identidade do grupo pela negação das contingências históricas. Pode se ver em qualquer populismo [...] a forma acabada de um discurso de legitimação visando fundar a nação na natureza. (Pinto, 1986:46)

Todos os grandes empreendimentos políticos em Cabo Verde, desde o fim do século passado, precisaram se fundamentar num discurso racista-culturalista que constitui e unifica o povo cabo-verdiano, seja na mestiçagem ou na africanidade. A naturalização do grupo sobre uma territorialidade, como a que confere autoridade e justificativa ao empreendimento nacionalista, já foi ressaltada por vários autores, nomeadamente Smith (1979) e Shafer (1955). No caso cabo-verdiano, é sobre uma definição racial homogênea que se disputa a “natureza” da nação.⁷

É a partir de uma identidade de grupo, fundada em relações de reciprocidade, que emergiu a identidade mestiça. Pretendo mostrar que essa identidade mestiça só muito recentemente se apresentou como identidade geral de todos os cabo-verdianos e, mais recentemente ainda, ela busca apresentar-se como a identidade nacional. Essa identidade, elaborada nos círculos intelectuais, sobrepõe-se às identidades locais dos bairros, das vilas, das ilhas e das formas de religiosidade, com a pretensão de unificá-las numa essência comum e natural: a mestiçagem cultural e biológica.

A naturalização da identidade cabo-verdiana na mestiçagem, até a primeira metade deste século, não implicou numa postura nacionalista. Quando, na década de 60, emerge um movimento de reivindicação nacionalista – conformando o Partido

Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – é numa concepção contrária à ideologia da mestiçagem, isto é, no resgate da africanidade do arquipélago.

Tanto a reivindicação regionalista da primeira metade do século, que institui uma elite literária cabo-verdiana, quanto o movimento de libertação nacional, fundamentam na natureza racial da população uma identidade que territorializa o arquipélago. Se, na década de 90, o processo de abertura democrática institucionaliza de novo a identidade mestiça como a essência da nação cabo-verdiana, o trabalho do antropólogo, menos do que o de definir qual dessas identidades corresponde de fato à essência nacional, é o de “desconstruir o trabalho de universalização imposto a todos os grupos sociais de se reconhecer numa categoria política, cuja aparição está ligada a interesses sociais historicamente condicionados” (Pinto, 1986:46).

O intelectual como produtor cultural e como mediador

O caso cabo-verdiano é mais uma demonstração do quanto as identidades (sobretudo as nacionais) são fluidas, de como se desmancham e se recompõem no tempo, do quanto mudam, retornam e desaparecem. O que se pretende evidenciar aqui é o caráter ideológico da identidade nacional, no sentido de construto mental que visa legitimar construções e relações políticas. Sob esse aspecto, as diferentes versões da identidade nacional adotadas pelas elites politicamente dominantes buscam construir a “evidência” de que as principais opções da governação estão fundadas nos “traços” mais sólidos da identidade do “povo”.

Se o estudo da identidade nacional não pode ser reduzido ao seu aspecto ideológico, certamente sua proclamação pelos “mediadores”, numa situação marcada por certas relações de poder, exige da análise um enfoque privilegiado sob o quanto essas identidades mascaram, legitimam, justificam, servem de modelo para ou de ações de poder.

No caso da identidade cultural forjada pelos intelectuais cabo-verdianos, se tem enfatizado, além da mestiçagem, os temas também míticos das grandes secas e mortandades que teriam homogenizado cultural e socialmente os diversos estratos da população cabo-verdiana. Certamente, a imagem recriada e repetida na literatura (ensinada ao longo de toda a adolescência) dos cenários de fome funciona como uma memória extremamente violenta que

imprime nos espíritos a imagem da morte física dos indivíduos que compõem o grupo e, portanto, da ameaça latente de desaparecimento do grupo. Seu poderoso narcótico reside no fato de se associar a ameaça da morte abstrata do grupo à necessidade individual de se continuar subsistindo.

Não sendo mero derivado das heterogêneas culturas dos múltiplos grupos, ilhados não apenas geograficamente, a proclamação da identidade nacional muda as culturas, pela mobilização emblemática de alguns traços que, sendo superestimados, levam a desequilíbrios nas anteriores correlações de valores. A construção da identidade nacional supõe, portanto, um trabalho sobre as culturas particulares. Mais precisamente,

o acesso de uma língua ou de uma cultura particular ao universalismo tem como efeito reenviar os outros à particularidade; em outros termos, pelo fato de que a universalização das exigências assim instituídas não se faça acompanhar da universalização do acesso aos meios de satisfazê-lo, ela favorece simultaneamente a monopolização do universal por alguns e a não-posse de todos os outros, assim mutilados, de alguma forma, em sua humanidade (Bourdieu, 1993:55)

Esse trabalho sobre as culturas se dá por uma reapropriação do espaço e do tempo pela linguagem mítica do poder, sendo o espaço percebido como o lugar que fornece (e retira) as condições de vida material para a reprodução do grupo e, que, portanto recria formas específicas de sociabilidade. Nos termos de determinados arautos da *mestiçagem*, é a peculiaridade do espaço cabo-verdiano que fez com que negros e brancos colocados numa situação de insularidade e de carência material de espaço quase inóspito se fundissem numa cultura original.

A apropriação do tempo nessa linguagem mítica se dá, por um lado, por uma espécie de “amnésia” que visa eliminar das consciências formas de expressão de experiências que possam colocar em risco a unidade do grupo. Por outro lado, o passado se torna particularmente propício à “invenção de tradições”, atividade essa hoje em grande parte estatizada num setor do Ministério da Cultura – o Instituto Cabo-verdiano de Investigação Cultural (INIC) – que tem como projeto coletar traços tradicionais antes que desapareçam sob o efeito da modernização. Martin (1992:586) conceitua como “intermediários” a esse tipo de atores sociais especializados na harmonização da identidade política:

O processo de construção identitário vai consistir em harmonizar, de um lado, as estratégias em vistas do poder por um grupo de “intermediários”

políticos e, de outro, sentimentos difusos compartilhados por uma parte tão vasta quanto possível da população [...]. A identidade supõe a eliminação, o recalque, mesmo que temporário, de tudo o que pode dividir; ela impõe um núcleo ou mais, de aglutinação, ao lado dos quais outros elementos do vivido devem ser considerados secundários. (Martin, 1992:587)

A comunidade nacional recriada por essa apropriação mítica do espaço e do tempo é, em todo o caso, uma “comunidade imaginária”, na expressão que Anderson (1993) cunhou para o senso comum antropológico.

É comum também à abordagem clássica da antropologia da identidade (Barth, 1976), tomar a construção e a qualificação da identidade como o resultado de um mecanismo dialógico: a construção de Si com relação aos Outros é indissociável da definição de si pelos Outros, sendo que tanto as endodefinições como as exodefinições são móveis, podendo existir várias exodefinições de um mesmo grupo. O que se destaca no caso das identidades mestiças é a forma como a exodefinição é incorporada pelo grupo estigmatizado (na categoria mestiço) como estratégia de reforço da estigmatização de um outro grupo que não aquele que o definiu como tal. O *mestiço* se assume como tal ao se vislumbra como sendo superior ao *negro*. Tal como a tendência geral o indica, no processo de construção dessa identidade dominada, o arauto da *mestiçagem* lança mão da linguagem do dominador a fim de proclamar a positividade de seu “ser” coletivo. Assim o fazendo, ele reforça os princípios hierárquicos estabelecidos pelo dominador.

É claro que esse processo de identificação e estigmatização, aderência ao estigma e reforço do estigma sobre um terceiro não pode ser analisado apenas sob o ângulo da manipulação. Para a maioria dos que encarnam uma determinada identidade, estão em jogo sentimentos difusos, freqüentemente elaborados sob os registros do medo, angústia, revolta diante da dominação e da exploração. Porém, os mediadores (literatos, ideólogos, políticos) poucas vezes escondem os objetivos mobilizadores que os levam a defender determinadas identidades em detrimento de outras, a dizer que o grupo existe sob determinadas insígnias, a produzir narrativas míticas para se apropriarem do passado e conformá-lo aos seus projetos atuais.

Resumindo, algumas das conjunturas de transformações sociais em Cabo Verde, à luz dessa perspectiva de análise exposta acima: a primeira dessas conjunturas é a da virada do século em que os *morgadios* começam a entrar numa decadência, cujo golpe final se-

ria dado pelo Banco Nacional Ultramarino na década de 20. As mudanças na estrutura social que levam a um processo crescente de diferenciação social contudo não atenuam o grau de estruturação social sobre a base da dependência pessoal, mesmo que provocando alterações na estrutura de distribuição e concentração da dependência. A agricultura reduzida à subsistência e ameaçada pelos freqüentes anos de seca diminuem a importância do controle da terra como recurso que pode assegurar a proteção das clientelas. Ao longo do século, a esperança de proteção passa cada vez mais a ser depositada na possibilidade de intervenção de forças externas ao universo local. O controle das relações com a administração colonial⁸ se transforma em recurso-chave de mediação. Funcionários de nível intermediário, os primeiros intelectuais cabo-verdianos, disputavam os cargos da administração ao mesmo tempo em que intercediam a favor do “povo cabo-verdiano”. Faziam da publicação de poesias o veículo de auto-apresentação e reconhecimento junto à administração colonialista e vinculavam a resolução dos “problemas” do arquipélago a sua intervenção e solicitações junto à administração colonial.

Uma segunda conjuntura de forte reestruturação das relações sociais no arquipélago se dá na década de 30 e tem como marco simbólico o aparecimento da revista *Claridade*. O contexto é o da ditadura salazarista, instalada em 1926, que limita violentamente as aspirações nativas e, portanto, atenua a tensão na disputa nativos-metropolitanos pelos cargos administrativos na província. Daí a necessidade de reforço dos canais de mediação “cultural” (entre as quais se destaca a revista *Claridade*) para a formulação das “demandas populares”. Processa-se a mediação das necessidades locais por meio de cartas de intercessão dirigidas à administração e, sobretudo, por meio da criação de um poderoso imaginário da seca e da fome por vias literárias. Não apenas cartas dirigidas à administração – o que já era um canal para a *geração do seminário* –, mas também romances e poesias falando da “seca” e do “sofrimento” do “povo cabo-verdiano” constituíram a *geração Claridade* como um importante mediador cultural entre as demandas locais e o sistema colonial. É nessa conjuntura de intensa produção em nome da “cultura” e quase sem atividades exibidas como “políticas” que emerge o imaginário de Cabo Verde como comunidade.

As duas últimas conjunturas de intensa mobilização de símbolos nacionalistas foram a segunda metade da década de 1970, a era dos *combatentes*, e o fim da década de 1990, com a abertura política, a era dos *quadros*. Com a independência nacional, é o con-

trole dos cargos do Estado o que assegura a mediação local e com as instâncias internacionais. Durante a *Primeira República* se estabelece uma rede de mediações com base em princípios de reciprocidade que assegura a ascensão social privilegiada aos mais afetos aos *combatentes*.

Após a década de 90 é o período da mediação exercido privilegiadamente pelos *quadros*. O que se mantém constante é que os novos e antigos literatos, os *experts* da importação dos mais variados modelos simbólicos do Ocidente, e os ocupantes dos principais cargos políticos estão ligados aos círculos do poder e saber ocidentais por linhas de patronagem e clientelismo.

Um traço que essas quatro conjunturas de transformações nas relações de mediação carregam em comum é a crença de todos esses grupos poderosos de sucessivos de empreendedores da identidade cabo-verdiana, que se definem como intelectuais, de que Cabo Verde só subsiste por uma intervenção “auxiliadora” de instâncias externas. E o controle dessa relação com o “exterior” passa pelo domínio dos códigos ocidentais.

E isso certamente tem a ver com o princípio de extroversão com que essa intelectualidade pensa a identidade cabo-verdiana. O estudo de Niane (1995) sobre Senegal mostra como “as exigências da planetarização da economia” levam a um cosmopolitismo “que impede, recusa ou pelo menos freia toda a postura identitária nacional”. E se isso não é um fenômeno que possa ser lido apenas segundo o prisma atualmente em voga da “globalização”, ou seja, da imposição de um modelo de pensamento e de comportamento pelos meta-estados que são as organizações multinacionais ou transnacionais. A sugestão de Niane (*ibidem*:193) para o caso senegalês e que pode ser estendido para os demais países africanos, guardadas as especificidades, é que as elites nativas desde a colonização sempre se colocam sob uma estratégia de recuperação de desvantagens em relação ao colonizador, primeiramente, e aos agentes e instituições internacionais, após a independência, e depende do domínio dos códigos metropolitanos. Sob uma lógica de que não detêm as regras, investem numa estratégia que os confina à posição dominada de exercer o poder sem deter o poder.

No caso cabo-verdiano, os princípios da própria identidade nacional, sobretudo na sua versão da *mestiçagem*, já privilegia a exogenidade. A idéia de que Cabo Verde só “sobrevive” à custa disso que o escritor Teixeira de Sousa chama de “sagesse” de sua elite política, que nas relações internacionais significaria habilidade na busca da “ajuda para o desenvolvimento” tanto do bloco socialista

quanto do Ocidente, não deixa de estar relacionada aos princípios dessa estratégia de exogenidade. Com outros termos, o escritor Germano Almeida repete o mesmo discurso estratégico, sob o mesmo princípio exógeno: “efetivamente Cabo Verde não pode sobreviver sozinho, tem que estar ligado a alguém” (Laban, 1992:675). Sob esse ponto de vista, como constata o artista e depois Ministro da Cultura, Leão Lopes, a “preocupação” com a África, desde o golpe de Estado na Guiné, é mais “político” do que “cultural”. Assim, podemos chegar às mesmas conclusões a que chega Niane para o caso do Senegal:

Por seu atraso ou por erro de apreciação, as elites senegalesas [assim como as cabo-verdianas] têm contribuído fortemente, não apenas para a efetivação, mas também para a perpetuação de um poder hipertrofiado, não autônomo com relação aos centros de imposição exteriores. (Niane, 1995:193)

Desde o início do século, quando os intelectuais falam da identidade cabo-verdiana, pensam na cultura como algo associado à raça (no sentido importado das reconstruções conceituais de Gilberto Freyre), para correlacioná-la à Europa e à África (e ainda ao Brasil). Nesse sentido, diferentemente do caso senegalês, desde pelo menos a década de 30 as elites cabo-verdianas não deixaram de elaborar discursos identitários próprios para Cabo Verde, mas paradoxalmente esses discursos e essas posturas nunca foram contrárias ao cosmopolitismo. Criado sob o modelo do exocruzamento, o discurso da mestiçagem é uma importação que modela e justifica o regime de importações subsequente e legitima as estratégias de exogenidade.

O que a análise do caso específico cabo-verdiano tem a contribuir numa discussão mais geral é a pertinência da relação entre importação de bens simbólicos estrangeiros, o clientelismo dominante nas relações internas e com os agentes estrangeiros e os próprios símbolos e conceitualização da identidade nacional. Tentamos analisar como o mito da mestiçagem serve de modelo para ambas as estratégias: da importação e das relações clientelísticas.

Mas as outras versões da identidade nacional (a lusitanidade e a africanidade) também privilegiam a exogenidade ao recortarem o minúsculo Estado cabo-verdiano como um espaço interno fundamentalmente dependente das forças que lhe são externas.⁹ As diferentes versões da identidade nacional são aqui princípios de legitimação de vínculos com instâncias externas e que justificam a dominação interna.

Em todas as suas versões (luso-crioula das primeiras décadas do século, mestiça da *Claridade*, africana do PAIGC, mestiça e lusófona com o MpD), o discurso de reivindicações “nacionalistas” e “culturais” da elite indígena cabo-verdiana imbrica uma estratégia de dominação interna com a submissão a forças externas.

Mesmo na versão mais africana da identidade cabo-verdiana, a lógica da exogenidade acabou modelando de forma paradoxal as práticas políticas implementadas: Cabo Verde não se incorporou à Guiné-Bissau, mantendo esse símbolo da africanidade (de fato a unidade não foi proposta com relação a um país real mas sim com a africanidade que esse país simbolizava), como uma “alteridade” irreduzível ao mesmo tempo em que próxima, numa série de laços institucionais e clientelísticos entre as elites dos dois países (ambas se definindo como mestiças e mantendo internamente e externamente símbolos de africanidade próximos, mas nos quais não se deixam dissolver).

Com o golpe de Estado de 14 de novembro de 1985 na Guiné Bissau, e a conseqüente ruptura do binacionalismo, o governo do PAICV pôde enfim, numa série de atos de reconciliação, oficializar sua aproximação dos ideólogos da mestiçagem – nomeadamente a geração *Claridade*. A posição do governo da primeira república quanto à definição da identidade nacional passa a ser cada vez menos clara. Por um lado, o PAICV, enquanto herdeiro do PAIGC, não podia romper completamente com uma epopéia de libertação nacional que lhe conferia legitimidade política para continuar monopolizando toda a expressão política. Por outro lado, suas vinculações diplomáticas cada vez mais privilegiadas com os Estados Ocidentais, particularmente com Portugal, mais a dependência econômica, faziam com que sua versão africanista parecesse uma retórica ultrapassada que destoava das alianças efetivamente implementadas no campo internacional. Os ideólogos da mestiçagem reconhecem que o governo do PAICV se aproxima satisfatoriamente da Europa, mas mal suportam que os signos da africanidade continuassem “destoando” da “verdadeira” identidade “cultural” cabo-verdiana. Logo após a “abertura política”, em 1991, a bandeira nacional (que era semelhante a da Guiné Bissau), foi mudada e um dos deputados justificava o ato alegando em assembléia a diferença cultural e racial do cabo-verdianos em relação aos guineenses.

Em qualquer uma das suas versões, o processo de elaboração e legitimação da identidade cabo-verdiana é o resultado da aplicação de um conjunto de classificações derivadas das ideologias ra-

cistas européias do século XIX. O princípio de oposição subjacente a essas versões se dá entre África e Europa, que funcionam como pólos que podem ser valorados positiva ou negativamente. Associada a estereótipos raciais, raramente explicitados enquanto tal, a afirmação da identidade cabo-verdiana como mestiça é tão racia- lista quanto a afirmação da europeidade ou da africanidade.

Da estrutura social de divisões étnicas da escravatura foi her- dado todo um mundo de representações raciais, reformuladas na década de 1930 pela incorporação das concepções racistas de Freyre. Apesar do desaparecimento da oposição racial entre brancos e negros em Cabo Verde, as representações raciais persistem como um sistema de crenças e de categorias depositadas na linguagem e perpetuadas pelo uso, como totalizações irredutivelmente práticas e simbólicas, disponíveis e prontas para serem empregadas, sendo simultaneamente significações culturais, crenças e categorias.

Em Cabo Verde, como de resto no Brasil, o discurso mestiço é uma reelaboração do discurso racista do século XIX. Ele se es- tabelece a partir de um pequeno número de oposições que geram um termo mediano que anula as negatividades associadas ao pólo africano (negro). Nesse sentido, esse discurso é apenas mais uma variante daquela “revolta contra o estigma, que começa pela rei- vindicação pública do estigma, constituído assim em emblema” que Bourdieu (1989:125) aponta no paradigma do “black is beau- tiful”. O mestiço valorado negativamente no discurso racista do século XIX foi tomado como emblema das identidades nacionais de alguns países latino-americanos, reelaborados positivamente e exportados, pelo menos por Freyre, com relação a Cabo Verde.

O discurso da *Claridade*, nas décadas de 30 e 40, sobre a identidade cabo-verdiana, cada vez mais retomado e prestigiado, abrigado e reproduzido por meio do ensino a título de literatura, pretende que os valores africanos se diluíram “na circunstância da terra, da pobreza, da seca”. Entrevistado por Laban (1992:676), nesses mesmos termos, Germano Almeida, que representa a mais nova geração de intelectuais cabo-verdianos já consagrados, repro- duz o mesmo discurso citando a fonte: “Culturalmente, de fato, nós não somos africanos. O Baltasar uma vez respondeu a uma per- gunta desse tipo dizendo: ‘Isto aqui não é África, é Cabo Verde!’ E é verdade”.

O patrimônio literário cabo-verdiano, que muda muito len- tamente de geração em geração, funciona como uma espécie de forma *a priori* de sensibilidade incorporada que contém os princí- pios geradores das atuais formulações da identidade nacional, mas

que remonta às revelações raciais da década de 1930, elas mesmas elaborações da *Claridade* a partir do cientificismo racista europeu do século XIX, apropriado de segunda mão e após reelaborações por Gilberto Freyre.

É sob os princípios dessa noção de raça que os intelectuais cabo-verdianos continuam pensando a identidade nacional, sendo cultura um eufemismo que subentende a idéia de raça e permite classificar povos não mais biológica, mas culturalmente. O termo intermediário entre as duas matrizes culturais (européia e africana) situaria Cabo Verde junto ao Brasil, Cuba e talvez toda a América do Sul, segundo formulações recentes do escritor cabo-verdiano mais prestigiado na atualidade, Germano de Almeida.

Mas se a mestiçagem é o melhor *modelo de e para* (expressão cunhada por Geertz, 1978) a importação de bens simbólicos, é certamente porque seu princípio de universalidade (em contraposição ao particularismo africanista, por exemplo) se realiza na imitação do universalismo imperialista que lhe antecede e ao qual se subordina: a europeidade.

Notas

1. O interessante trabalho de Kwame Appiah sugere entre outras razões para a persistência das línguas européias como línguas oficiais nas nações independentes da África “a possibilidade menos nobre de que essas línguas estrangeiras, cujo domínio havia marcado a elite colonial, tenham-se transformado em marcas de *status* preciosas demais para serem abandonadas pela classe que herdou o Estado colonial” (Appiah, 1997:21). Trabalho esse aspecto quanto ao caso específico de Cabo Verde em Anjos (2002).
2. Martínez-Echazábal (1996:109) atribui a Boas (1940) o deslocamento do conceito de raça para o de cultura, posteriormente retomado pelos intelectuais latinos.
3. Em outro trabalho (Anjos, 2002), discuto mais detalhadamente a forma como em Cabo Verde se importa e se transforma o imaginário da mestiçagem nacional.
4. Tratando da problemática da identidade e da diferença no pensamento francês, Todorov (1989) constata que enquanto “a pluralidade das culturas, no interior de um Estado, não conduz necessariamente ao conflito [...] a pluralidade das raças coloca um, grave, desde que se sobreponha – e esse é normalmente o caso – a uma estratificação social real”. Ainda segundo Todorov (1989:119), a solução desse grave problema passaria pela mestiçagem. De certo modo, a situação empírica que tomamos para análise permite testar, em toda a sua complexidade concreta, essa avaliação otimista em relação à “mestiçagem”.
5. No caso cabo-verdiano se impõe uma análise à semelhança da análise de Pécault para o campo intelectual brasileiro que dê conta da multiplicidade de interesses em jogo. “Seria igualmente plausível detectar, na origem de cada engajamento, alguma con-

cepção de interesse, mas este não poderia ser reduzido à busca de um emprego público sem prejuízo de se esquecer da variedade dos tipos de interesses e das estratégias para consegui-los. Essa complexidade não é surpreendente, pois decorre da inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação. De imediato se produziu, não uma interferência, mas uma mescla. Toda as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros” (Pécaut, 1990:89).

6. No Ocidente, à medida que o Estado nasce de “numa constelação intelectual marcada pela aliança entre direito romano, filosofia escolástica e doutrina cristã do ‘corpo místico’ a autoridade tende a ser pensada em contraste com as propriedades das pessoas naturais vulneráveis à degradação e à morte, ou simplesmente ao erro, o pensamento político foi levado a se atribuir explicitamente, a ponto de quase torná-lo seu próprio objeto, o tratamento de ‘ficções’: a ordem social (civil ou política) faz existir corpos organizados, tem esses privilégios de escapar de forma relativa, pelo menos, ao tempo. É o caso das ‘ordens’, das corporações, sociedades e igreja [...] ficções na qual a propriedade de generalização tem por correlato a propriedade de universalização [...]” (Pinto, 1986).
7. “Tomar a nação como unidade natural da história é recuperar parte do sentido original da *natio*, que etimologicamente gravita no mesmo campo semântico de *natura* (natureza)” (Trajano Filho, 1993:3).
8. E até a possibilidade de se acionar recursos mais distantes e poderosos entram no imaginário da proteção clientelística. Na década de 40, Pedro Cardoso, um dos mais prestigiados intelectuais cabo-verdianos, vai aos EUA “pedir auxílio para seu povo”. Arquétipo da intervenção a favor do “povo cabo-verdiano” junto a instâncias externas é sobre esse tipo de prática que se molda após a independência o imaginário da proteção que os governantes podem dar à população.
9. Nesse sentido, a luta pela incorporação numa grande nação africana que incluisse toda a África do Oeste teria instaurado um princípio de identidade profundamente diferenciado. Nenhum dos agentes do nacionalismo cabo-verdiano aposta seriamente nessa possibilidade.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- ANJOS, José Carlos G. dos (2002). *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre (Brasil), UFRGS/IFCH, Praia (Cabo Verde), INIPC.
- APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BARTH, Fredrik (1976). *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización de las diferencias culturales*. México, Fondo de Cultura Económica.
- BOAS, Franz (1940). *Race, language and culture*. New York, Macmillan.
- BOURDIEU, P. (1989). *Poder simbólico*. Lisboa, Ediel.

- BOURDIEU, P. (1993). "Esprits d'Etat: genèse et structure du champ bureaucratique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.
- DEZALAY, Yves (1995). *Sociologie de l'internationalisation du champ de l'expertise*. Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture.
- DUARTE, Vera (1994). "O escritor cabo-verdiano hoje: As transformações no mundo e os seus reflexos na vida literária". *Pré-textos*. Praia, Associação dos Escritores Cabo-verdianos, junho.
- FOUCAULT, Michel (1987). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FREYRE, Gilberto (1957). *Casa-Grande & Senzala*. Lisboa, Coleção Livro do Brasil.
- GEERTZ, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LABAN, Michel (1992). "Cabo Verde: encontro com escritores". Porto, Fundação Eng. Antônio de Almeida.
- LAGROYE, Jacques (1985). "La légitimation". In M. Grawitz & J. Leca (eds.), *Traité de Science Politique: la science politique, science sociale, l'ordre politique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEGENDRE, Pierre (1976). *Jouir du pouvoir*. Paris, Minuit.
- MALINOWSKI, B. (1976). Argonautas do Pacífico Ocidental: relato do empreendimento e da aventura dos nativos do arquipélago da Nova Guiné Melanésia. São Paulo, Editora Abril.
- MARTIN, Denis-Constant (1992). "Le choix d'identité". *Revue Française de Science Politique*, vol 42, nº 4, pp. 581-593.
- MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. (1996). "O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual". In M. C. Maio & R. V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, pp. 107-124.
- MAUSS, M. (1974). "Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". *Sociologia e Antropologia*, vol. 5, nº 2.
- MINTZ, S. & PRYCE, S. (eds.) (1985). *Caribbean contours*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- NEIBURG, F. (1997). Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural. São Paulo, EDUSP.
- NIANE, Boubacar (1995). "Le transnational, signe d'excellence? Le processus de disqualification et de désengagement de l'Etat sénégalais dans la formation des cadres". In D. Broady; M. Saint-Martin & M. Palme (orgs.), *Les elites: formation, reconversion, internationalisation*. Paris, CSEC-EHSS/Stockholm, FUKS, pp. 95-112.
- NIANE, Boubacar (1995). "L'élite senegalaise face à l'international". In D. Broady; M. Saint-Martin & M. Palme (orgs.), *Les Elites: formation, reconversion, internationalisation*. Paris, CSEC-EHSS/Stockholm, FUKS, pp. 193-202.
- PÉCAUT, Daniel (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo, Editora Ática.
- PINTO, L. (1986). "Une fiction politique: la nation; à propos des travaux de Jenő Szücs". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 64, setembro, pp.45-50.

- SANSONE, L. (1996). "As relações raciais em *Casa Grande & Senzala* revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização". In M. C. Maio & R. V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, pp. 207-218.
- SHAFFER, Boyd C. (1955). *Nationalism: myth and reality*. London, Victor Gollanez.
- SMITH, Anthony D. (1979). *Nationalism in the twentieth century*. New York, New York University Press.
- SOUSA, Henrique Teixeira de (1958). "Cabo Verde e sua gente". *Boletim Cabo Verde*, nº 108 e 109. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- TODOROV, Tzvetan (1989). *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris, Seuil.
- TRAJANO FILHO, Wilson (1993). "Rumores: uma narrativa de nação". *Série Antropologia*, nº 143, Brasília.
- WOLF, F. R. (1980). "Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas". In M. Banton (comp.), *Antropología social de las sociedades complejas*. Madrid.

Resenha

CURTO, José C. *Álcool e escravos*. Lisboa, Editora Vulgata, 2002, 402p.

Luiz Antonio Simas

O trabalho de José C. Curto preenche importante lacuna nos estudos sobre o álcool no Continente africano, entre os séculos XV e XIX. Ao buscar estabelecer as conexões entre o álcool e a aquisição de cativos na costa ocidental africana, o autor sistematiza as implicações de uma atividade comercial que marcou as economias da África, do Brasil e de Portugal.

Optando por uma análise de viés quantitativo, Curto divide o comércio em dois períodos distintos. O primeiro vai de meados do século XV até cerca de 1650, e é caracterizado pela importação e comercialização do vinho, com a preponderância do produto português como moeda de troca do comércio negreiro. A partir, entretanto, de meados do século XVII, e até a proibição do tráfico ao Sul do Equador, a cachaça foi a mais importante bebida alcoólica importada pela costa ocidental da África, sendo largamente utilizada por comerciantes brasileiros para conseguir escravos.

Esta transição se explica por uma série de vantagens que a cachaça teria em relação ao vinho. O preço da produção era mais baixo, o custo do transporte era mais barato, em virtude do menor tempo de navegação entre o Brasil e Luanda, e a cachaça era volumosa como lastro para navios em viagem. Além disso, a geribita oferecia aos fornecedores de escravos africanos a possibilidade de adquirirem proporcionalmente maiores quantidades de bebida. O vinho era mais caro, menos alcoólico e penoso a se estragar. Por

ser bastante alcoolizada e destilada, a cachaça resistia à deterioração na viagem.

Acompanhando atentamente este processo, Curto questiona as análises que atribuíam ao tabaco e ao ouro a primazia na organização do comércio negreiro. Foram o vinho mediterrânico, inicialmente, e a cachaça brasileira, mais tarde, as mercadorias essenciais no peculiar comércio de homens.

Um ponto crucial do trabalho do autor é aquele que se refere ao lado africano do comércio de escravos. Sem negar a decisiva participação dos portugueses e dos colonos do Brasil no negócio, Curto enfatiza a participação fundamental de uma vasta gama de lideranças políticas e religiosas africanas que estimulavam e eram elementos ativos das operações comerciais negreiras. Foi marcante, também, o envolvimento de autoridades coloniais nas transações envolvendo o álcool e os cativos, sendo emblemático o caso do governador de Angola, João da Silva e Souza, que depois de deixar o governo transferiu-se para Pernambuco e começou a exportar significativas quantidades de cachaça para Luanda.

Como toda obra que nasce como referência, o trabalho de Curto também é estimulante pelas lacunas que não preenche. Permanece a dúvida, por exemplo, sobre as razões que impediram o desenvolvimento da produção de cachaça no território angolano. A justificativa que o governador de Angola em 1660, Francisco de Távora, deu ao Conselho Ultramarino, de que o desinteresse da população e a falta de lenha não estimulavam a produção do açúcar na costa, parece encobrir razões mais profundas que não permitiam o desenvolvimento da produção local. Mais estranho ainda é constatar que a partir do fim do tráfico, em meados do século XIX, a geribita foi desaparecendo de Angola. Era de se esperar, em virtude da boa aceitação da bebida, que algum tipo de produção local se estruturasse.

Pena também, como salientou, na Introdução, Alfredo Margarido, que a documentação disponível não nos permita calcular os lucros obtidos pelos africanos envolvidos no processo. Os dados quantitativos permitem concluir que os lucros alcançados pelos europeus e brasileiros podiam chegar a 500% do capital investido. Sobre os locais, não há condições de se afirmar nada preciso, ficando apenas um vago silêncio como desafio para os que tentarem esmiuçar as repercussões africanas do negócio.

Fica, portanto, o estudo de Curto, como uma obra relevante para os estudos sobre a dinâmica das relações que envolveram Europa, América e África ao longo de mais de quatro séculos, e já não

é sem demora que os leitores em língua portuguesa podem, finalmente, ter acesso a um trabalho de referência sobre um tema que, dos dois lados do Atlântico, tece o bordado de sombras de uma triste história.



Pedido de Assinatura/Subscriptions
Publicação quadrimestral/three issues per year

Brasil: R\$ 40,00
Other Countries: US\$ 40.00
Avulso R\$ 15,00/US\$ 15.00
Números atrasados (sob consulta): R\$ 5,00
Back issues (if available): US\$ 5.00

Números/issues: _____

Formas de Pagamento/Payment:

- Cheque/check (only in Brazil)
enviar cheque nominal a
Pallas Editora e Distribuidora
Rua Frederico de Albuquerque, 44
21050-840 - Rio de Janeiro - RJ

Visa

Cartão nº/Card# _____

Válido até/valid thru _____

Nome do titular/holder's name _____

Assinatura/signature _____

Nome/name: _____

Endereço/address: _____

CEP/zip code: _____

Cidade/city: _____ País/country: _____

Telefone/phone: _____ Fax: _____

E-mail: _____

Envie seu pedido de assinatura ou solicite por telefone/fax/e-mail
Send this coupon or order by phone/fax/e-mail

Pallas Editora e Distribuidora
Rua Frederico de Albuquerque, 44
21050-840 - Rio de Janeiro - RJ - Brazil
Tel: 5521 2270-0186
E-mail: pallas@alternex.com.br

Informações aos Colaboradores

Estudos Afro-Asiáticos aceita trabalhos inéditos que deverão ser de interesse acadêmico e social, escritos de forma inteligível ao leitor culto.

A publicação dos trabalhos está condicionada à aprovação de pareceristas, membros do Conselho Editorial, garantido o anonimato de ambos no processo de avaliação. Eventuais sugestões de modificações serão previamente acordadas com os autores.

Artigos em espanhol só serão aceitos se seus autores não residirem no Brasil.

Os artigos devem ser enviados em forma eletrônica, no programa Word 6.0 ou superior, não deverão exceder 63 mil caracteres (30 laudas de 2100 caracteres) e virão acompanhados de um resumo em torno de 200 palavras, onde fique clara uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de cinco palavras-chave e dados sobre o autor (titulação acadêmica, cargo que ocupa, áreas de interesse, últimas publicações e e-mail para correspondência).

As notas deverão ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários complementares ao texto. As referências bibliográficas deverão vir no próprio texto, com menção ao último sobrenome do autor, acompanhado do ano da publicação e do número da página (Fernandes, 1972:51). Ao final do artigo virá uma bibliografia dos autores citados, observando-se as seguintes normas:

Para livro

a) sobrenome do autor (maiúsculo); b) nome do autor; c) ano da publicação (entre parênteses); d) título do livro (em itálico); e) número da edição (se não for a primeira); f) local da publicação; e g) nome da editora.

Ex: FERNANDES, Florestan. (1972), *O egro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.

Para artigo

a) sobrenome do autor (maiúsculo); b) nome do autor; c) ano da publicação (entre parênteses); d) título do artigo (entre aspas); e) nome do periódico (em itálico); volume e número do periódico; f) número das páginas do artigo.

Ex: IANNI, Octávio. (1988), "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 15, pp. 208-217.

A publicação do artigo confere ao autor três exemplares da revista.

Colaborações devem ser enviadas para:

Estudos Afro-Asiáticos

Centro de Estudos Afro-Brasileiros

Praça Pio X, nº 7, 7º andar

20040-020 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

E-mail: eaa@candidomendes.br

**PARTICIPAM
DESTA PUBLICAÇÃO**

AARON MYERS

ANDERSON RIBEIRO OLIVA

AMAURI MENDES PEREIRA

ÉRIKA MESQUITA

IVO DE SANTANA

JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS

LUIZ ANTONIO SIMAS

RICHARD PRICE



9 770101 546356

UCAM
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

